



Plano de Desenvolvimento Institucional **Unifesp**
PDI 2016-2020

Versão de setembro de 2017



*“Instituinte: é o *sentido originário da inovação.*”*

(Professora Olgária Chain Feres Matos, do Departamento de Filosofia da Unifesp EFLCH/Unifesp – Campus Guarulhos, na conferência de abertura das Oficinas Temáticas do PDI 2016-2020).

Reitoria

Reitora: Soraya Soubhi Smaili

Vice-Reitora: Valeria Petri

Chefe de Gabinete: Maria José da Silva Fernandes

Assessores de Gabinete: Décio Luis Semensatto Jr.

Isabel Marian Hartmann de Quadros

Javier Amadeo

Escritório Técnico de Apoio à Gestão e Assuntos Estratégicos

Tânia Mara Francisco

Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitora: Isabel Cristina Kowal Olm Cunha

Pró-Reitor Adjunto: Pedro Caldas Chadarevian

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Pró-Reitora: Andréa Rabinovici

Pró-Reitora Adjunta: Conceição Vieira da Silva Ohara

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Pró-Reitora: Florianita Coelho Braga Campos

Pró-Reitora Adjunta: Raquel de Aguiar Furuie

Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas

Pró-Reitora: Rosemarie Andrezza

Pró-Reitor Adjunto: Murched Omar Taha

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora: Maria Angélica Pedra Minhoto

Pró-Reitora Adjunta: Jacqueline Luz

Pró-Reitoria de Planejamento

Pró-Reitor: Esper Abrão Cavalheiro

Pró-Reitor Adjunto: Pedro Fiori Arantes

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Pró-Reitora: Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni

Pró-Reitora Adjunta: Débora Amado Scerni

Hospital Universitário

Presidente do Conselho Gestor: Rimarcs Gomes Ferreira

Campus São Paulo

Diretora Acadêmica: Rosana Fiorini Puccini

Vice-Diretora: Beatriz Amaral de Castilho

Diretora da Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp): Emília Inoue Sato

Vice-Diretor da EPM/Unifesp: Sergio Luiz Domingues Cravo

Diretora da Escola Paulista de Enfermagem (EPE/Unifesp): Janine Schirmer

Vice-Diretora da EPE/Unifesp: Maria Magda Ferreira Gomes Balieiro

Campus Baixada Santista

Diretora Acadêmica: Sylvia Helena Souza da Silva Batista

Vice-Diretor: Odair Aguiar Jr.

Campus Diadema

Diretor Acadêmico: João Miguel de Barros Alexandrino

Vice-Diretor: João Valdir Comasseto

Campus Guarulhos

Diretor Acadêmico: Daniel Arias Vazquez

Vice-Diretora: Carlos Alberto Bello e Silva

Campus São José dos Campos

Diretor Acadêmico: Luiz Leduínio de Salles Neto

Vice-Diretora: Claudia Barbosa Ladeira de Campos

Campus Osasco

Diretora Acadêmica: Luciana Massaro Onusic

Vice-Diretor: Julio Cesar Zorzenon Costa

Comissão de Acompanhamento

Membros: Alex de Carvalho Matos, Alexandre Pazetto Balsanelli, Andreia Carmo, Beatriz Amaral de Castilho, Caetano Marques de Olinda Lima, Célia Regina de Souza Bezerra Sakano, Claudia Ladeira de Campos, Debora Amado Scerni, Ezequiel Roberto Zorzal, Fernando Ramos Martins, Flavio Tayra, Florianita Coelho Braga Campos, Francisco C. R. Bizio, Fulvio Scorza, Gabriel Borges, Gabriela de Breláz, Ieda Longo Maugeri, Isabel Cristina Kowal Olm Cunha, Ivani Lucia Leme, Izabel Patricia Meister, Jair Ribeiro Chagas, Javier Amadeo, Jean Faber F. Abreu, João Miguel de Barros Alexandrino, Jorge Luiz Barcellos da Silva, José Roberto Ferraro, Jumile dos Santos Moreira, Karina Resende, Lidiane Cristina da Silva, Luci Zeferino dos Santos Silva, Luciana Massaro Onusic, Marcelo Cincotto Esteves dos Santos, Marcos Cezar de Freitas, Maria Angélica Pedra Minhoto, Maria Aparecida de Oliveira Freitas, Maria Cecília Martinelli Iorio, Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni, Maria Magda Ferreira Gomes Balieiro, Marimelia Porcionatto, Matheus Crivelin Zanatta, Meire Ogussuko, Newton Andreo Filho, Nildes Raimunda Pitombo Leite, Norma S. M. Iwashita, Odair da Silva Junior, Patricia Rios Poletto, Paulo Schor, Rita Sinigaglia Coimbra, Ruy Ribeiro de Campos Junior, Sérgio Luiz Domingues Cravo, Sergio Stoco, Sonia Hatsue Tatumi, Sylvia Helena Souza da Silva Batista, Tamires Barros Silva, Thaciana Valentina Malaspina Fileti, Thiago Graça da Silveira, Vera Lucia G. de Mendonça, Yara Marques

Comissão de Redação

Membros: Alisson Ortiz Rigitano, Daniel Campos de Carvalho, Eunice Akiyama, Magali Aparecida Silvestre, Nildes Raimunda Pitombo Leite, Pedro Fiori Arantes, Silvio Rosa Filho, Thiago Mazagão, Wagner Pinheiro dos Santos

Projeto Gráfico: Ana Carolina Fagundes (DCI/Unifesp)

Apresentação

O PDI 2016-2020 foi organizado e elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento da Unifesp. Para sua construção contamos com a colaboração de docentes, TAEs e discentes que, de modo voluntário, formaram o que se chamou de Comissão de Acompanhamento do PDI. Essa comissão, em reuniões quinzenais durante todo o ano de 2015, leu os documentos elaborados pelas mais diversas instâncias da instituição, ouviu, discutiu, estudou e sugeriu caminhos para a formatação desta versão do PDI.

A redação do texto-base desse documento foi elaborada por um grupo de pessoas muito entusiasmadas com os caminhos da Unifesp ao qual denominamos Comissão de Redação. A Pró-Reitoria de Planejamento expressa sua gratidão a todas essas pessoas que se debruçaram sobre a “causa unifespiana” na busca de uma Unifesp com a qual todos possam se identificar e encontrar seu espaço de realização profissional, contribuindo para a construção de um país melhor para todos. Agradecemos também todas as Diretorias dos *campi*, todos os membros do Conselho de Planejamento e do Conselho Universitário pelas sugestões enviadas durante a revisão, além da equipe do Departamento de Comunicação Institucional, responsável pela revisão final, editoração e projeto gráfico.

Esper A. Cavalheiro

Pró-Reitor de Planejamento

2013-2016



Introdução: Realismo e ousadia	1
Capítulo 1 - O Sentido da Unifesp	3
1.1 Universidade pública e socialmente relevante	4
1.2 Momento instituinte: um novo processo	5
1.3 Nosso papel local, regional, no Brasil e no mundo	6
1.4 Quem somos	9
1.4.1 Princípios fundamentais e eixos estruturantes	10
1.4.1.1 Princípios fundamentais	10
1.4.1.2 Eixos estruturantes	12
1.5 Escolas e institutos	13
1.5.1 Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp) e Escola Paulista de Enfermagem (EPE/Unifesp) – Campus São Paulo	13
1.5.1.1. Escola Paulista de Medicina (EPM)	15
1.5.1.2 Escola Paulista de Enfermagem (EPE)	18
1.5.2 Instituto de Saúde e Sociedade (ISS/Unifesp) e Instituto do Mar (IMAR/Unifesp) – Campus Baixada Santista	21
1.5.3 Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF/Unifesp) - Campus Diadema	25
1.5.4 Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/Unifesp) - Campus Guarulhos	27
1.5.5 Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT/Unifesp) – Campus São José dos Campos	28
1.5.6 Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN/Unifesp) - Campus Osasco	31
1.5.7 Instituto das Cidades (IC/Unifesp) – Campus Zona Leste	34
1.6 Hospital Universitário	36
1.7 O Contexto da Unifesp até 2015 e visão de futuro	37
1.7.1 Visão de futuro	38
Capítulo 2 - O que Fazemos	41
2.1 Bases para o desenvolvimento acadêmico	41
2.1.1 Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI	42
2.1.2 Integração e articulação interunidades	45
2.1.3 Práticas de conhecimento convergente	45
2.1.4 Relevância social e acadêmica	46
2.2 Ensino, pesquisa e extensão	46
2.2.1 Graduação	47
2.2.1.1 O princípio de convergência na graduação da Unifesp	51

2.2.2 Pós-Graduação	53
2.2.2.1 Situação Atual	54
2.2.4 Extensão	59
2.2.4.1 Aspectos históricos e institucionais	59
2.2.4.2 Unidade de extensão de Embu das Artes	63
2.2.4.3 Unidade de extensão da zona leste	64
2.2.4.4 Unidade de extensão de Santo Amaro	65
2.2.4.5 Escolas de Cidadania	66
2.2.4.6 Observatório de Políticas Públicas e Centro de Memória da Zona Leste	66
2.2.4.7 Núcleo de Formação Sociocultural na Zona Leste de São Paulo	66
2.2.5 Programas e projetos sociais de extensão universitária	67
2.2.5.1 Cursos de extensão e eventos	67
2.2.5.2 Cursos de pós-graduação lato sensu	68
2.2.5.3 Programa UNA-SUS: Polo Unifesp	70
2.2.6 Residência Médica	72
2.2.7 Residência multiprofissional	73
2.2.8 Política de Educação em Direitos Humanos	74
2.2.9 Educação popular	76
2.2.10 Cultura	76
2.2.10.1 Política Cultural	77
2.3 Aspectos transversais para o desenvolvimento acadêmico	78
2.3.1 Formação docente	78
2.3.2 Inovação	79
2.3.3 Formação de professores da educação básica	83
2.3.4 Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação	84
2.3.5 Universidade, convergência digital e educação a distância	86
2.3.6 Bibliotecas e acervos	88
2.3.7 Órgãos complementares	90
2.4 Iniciativas institucionais para criação dos ambientes convergentes na Unifesp	94
2.4.1 Centro de Antropologia e Arqueologia Forenses (CAAF)	94
2.4.2 Cátedra Edward Saïd: estudos da contemporaneidade	96
2.4.3 Instituto das Cidades (IC/Unifesp)	97
2.4.4 Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional	98
2.4.5 Curso de Direito	98
2.4.6 Hospital Universitário	99
2.4.7 Centro de Pesquisas Convergentes	101
2.5 Como expandimos	103
2.5.1 Critérios	103
2.5.2 Proposta de fluxos	104

Capítulo 3 - Como Funcionamos	105
3.1 Gestão democrática	105
3.2 Planejamento institucional	107
3.3 Gestão administrativa	108
3.4 Apoio e assuntos estudantis	109
3.4.1 Saúde do(a) estudante	110
3.4.2 Apoio pedagógico	110
3.4.3 Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD)	111
3.4.4 Alimentação e restaurantes universitários	112
3.4.5 Moradias estudantis	113
3.4.6 Atividades culturais, físicas e de lazer	113
3.4.7 Acessibilidade e inclusão para os(as) estudantes com deficiência	113
3.5 Docentes e Técnicos-Administrativos em Educação	114
3.5.1 Consolidação e estruturação da ProPessoas	115
3.5.2 Atenção integral ao servidor	116
3.5.2.1 Acompanhamento da vida funcional	116
3.5.2.2 Saúde do trabalhador	117
3.5.2.3 Desenvolvimento e gestão de pessoas	118
3.5.3 Gestão e dimensionamento em rede do quadro de pessoas da universidade	119
3.5.3.1 Censo dos servidores da Unifesp	120
3.6 Tecnologia da Informação	121
3.6.1 Cenário atual	122
3.6.2 Visão de futuro em TI	123
3.7 Políticas transversais	126
3.8 Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)	127
3.9 Legalidade e conformidade	127
3.9.1 Auditoria Interna (Audin)	128
3.9.2 Procuradoria Federal	128
3.9.3 Ouvidoria	129
3.10 Fundação de Apoio	130
Capítulo 4 - Nossos Lugares	133
4.1 Planos Diretores de Infraestrutura como estratégia convergente de adequação e desenvolvimento	135
4.2 Nossa estrutura física: Reitoria Campus São Paulo, Hospital Universitário e demais campi	138
4.2.1 Reitoria	138
4.2.2 Campus São Paulo	139

4.2.3 Hospital Universitário	145
4.2.4 Campus Baixada Santista	146
4.2.5 Campus Diadema	151
4.2.6 Campus Guarulhos	155
4.2.7 Campus São José dos Campos	157
4.2.8 Campus Osasco	160
4.2.9 Campus Zona Leste	162

Capítulo 5 - Como nos Mantemos **165**

5.1 A importância do orçamento público	166
5.1.1 Orçamento de Capital	168
5.1.2 Orçamento de Custeio	168
5.1.2.1 Matriz Andifes	169
5.1.2.2 Projeção de recursos da Matriz Andifes no período de 2016-2020, simulação de cenários e planos de contingência	170
5.1.3 Complementações pactuadas para as novas unidades universitárias	172
5.1.3.1 Pacto de Complementação Orçamentária para o Campus Zona Leste	172
5.2 Hospital Universitário	173

Capítulo 6 - Como nos Avaliamos **175**

Capítulo 7 - Diretrizes e Metas Instituintes 2016-2020 **177**

Apêndices **191**

APÊNDICE A – Oferta anual de vagas de graduação dos cursos em funcionamento, previstos e com propostas em tramitação	192
---	------------

APÊNDICE B – Cursos de Pós-Graduação existentes, recomendados e em tramitação	198
--	------------

Introdução:

Realismo e ousadia

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de São Paulo (PDI/Unifesp) para o período de 2016 a 2020 teve como origem a revisão de meio-termo do PDI anterior (2011 -2015), realizada durante o segundo semestre de 2013. Foi importante, durante a revisão, verificar que o momento institucional e nacional do PDI anterior era bastante diverso daquele que existia durante a sua proposição, feita apenas dois ou três anos antes.

A avaliação, realizada pela equipe da Pró-Reitoria de Planejamento da Unifesp, fazia notar que:

a rápida mudança nesses cenários põe em evidência a fragilidade das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes, que vivem sob a insegurança de programas de governo – que atendem aos anseios, alguns, às vezes, bem intencionados – em vez de seguirem orientações alinhadas a programas de Estado, no âmbito dos quais a realização das propostas assumidas pela sociedade é mais garantida, além de protegida de decisões transitórias que nem sempre estão de acordo com o anseio comum previamente acordado.

Some-se a essa característica, outra fragilidade, qual seja, a ausência de autonomia financeira das IFES. Por conta disso, fica difícil, frequentemente, garantir a realização dos planos discutidos pela comunidade acadêmica, na medida em que até o financiamento para pequenos projetos (tais como a adaptação de um laboratório) depende da aprovação do MEC, que decidirá sobre a pertinência ou não dos diversos pleitos. Dessa forma, resta evidente a vulnerabilidade das Ifes, as quais ficam na dependência da liberação de recursos para fazer frente às contas, até mesmo aquelas que já estão vencidas.

Lembremos, também, que o PDI atual foi elaborado na vigência do Programa do Governo Federal para Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, iniciado em 2007, como uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação. Um dos objetivos desse plano era o de retomar o crescimento do ensino superior público. Como ação de governo, o Reuni teve, em seus primeiros anos, orçamento diferenciado, o qual funcionou como estímulo para a adesão de todas as Ifes ao programa, embora em graus diferentes. Todavia, parece-nos que, paulatinamente, deixou de ser uma ação garantida pelo Estado, passando a sofrer a influência das instabilidades políticas e financeiras tão comuns em nosso país. Hoje, o próprio MEC parece não ter nem mesmo um programa voltado às questões de expansão das Ifes” (Revisão PDI 2011-2015).

O cenário atual que serviu de fundo para a elaboração do PDI 2016-2020 não nos permite imaginar que algumas das situações apontadas na revisão de meio-termo tenham sido corrigidas. Ao contrário, as previsões econômicas não nos permitem sonhar. Mas a determinação e a coragem daqueles que fazem parte da nossa instituição tornaram possível a elaboração de um PDI que é, ao mesmo tempo, realista e ousado, pois prepara o seu futuro com foco especial na consolidação dos campi criados durante o período de expansão do Reuni, propõe a ampliação de suas atividades com vistas à adequação de seu projeto pedagógico e lança as bases de projetos convergentes que buscam estruturar as diversas áreas de conhecimento sobre as quais atua. Tal configuração de realismo e ousadia implica: (a) preparar os nossos jovens para os desafios do mundo atual; (b) elaborar pesquisas cada vez mais voltadas para a solução das questões humanas mais prementes; e (c) construir um caminho de mão dupla com a sociedade que nos apoia e para quem todo o nosso trabalho está direcionado. O trabalho desenvolvido ao longo desses dois anos (2014-2015) e que culmina com a elaboração deste PDI foi, assim, estruturado:

Etapa 0 - Confeção dos “Kits PDI 2016-2020” e envio do material para os campi, Pró-Reitorias e setores.
Método: análise do PDI 2011-2015, discussões e consultas junto aos campi, Pró-Reitorias e setores.

Etapa 1 - Contextualização do trabalho – apresentação dos objetivos – análise ambiental e morfológica.
Método: apresentação inaugural na Reitoria, visita aos campi e Pró-Reitorias, realização de reuniões setoriais e discussão dos encaminhamentos.

Etapa 2 - Levantamento e consolidação das questões principais.
Método: estudo da literatura e brainstorming interno da equipe da ProPlan.

Etapa 3 - Montagem e discussão do diagnóstico.
Método: leitura crítica do material enviado e brainstorming com a Comissão de Acompanhamento indicada pelo CoPlan, para a identificação dos pontos positivos e negativos presentes nos documentos preparados pelas unidades e formulação diagnóstica.

Etapa 4 - Devolutiva à comunidade e construção de Visão de Futuro.
Método: apresentação na Reitoria, visita aos campi e Pró-Reitorias, realização de reuniões setoriais e discussão sobre o diagnóstico inicial.

Etapa 5 - Processo de identificação das questões centrais e validação do diagnóstico.
Método: identificação de fortalezas e fraquezas, oportunidades e ameaças.

Etapa 6 - Identificação dos gargalos principais e proposição de princípios e eixos estruturantes.
Método: oficinas de Grupos Temáticos (Ensino, Pesquisa, Extensão e Governança).

Etapa 7 - Desenho final do PDI (equipe de Redação do PDI).

Etapa 8 - Apresentação do PDI à Reitoria, ao CoPlan e ao Consu.

Etapa 9 - Consulta pública à comunidade.

Etapa 10 - Aprovação final pelo Consu.

Capítulo 1

O Sentido da Unifesp

Dois movimentos históricos, a partir do início do século XXI, um local e outro global, moldam a discussão do PDI da Unifesp para o quinquênio 2016-2020. O primeiro deles está ligado às transformações em curso na sociedade brasileira, com tendências à redução da pobreza e ampliação do acesso ao ensino superior, importante e acelerada expansão das universidades brasileiras, tanto públicas como privadas, com lógicas distintas e concorrentes. O segundo diz respeito à outra expansão, em nível global, com as mutações do capitalismo informacional-financeiro, alargando os campos de valorização de capital e de informação-cognição na era digital. Ora, os dois movimentos implicam uma realidade complexa, nova e ambivalente, prenhe de possibilidades. Por um lado, não é o caso de reduzi-la a um sentido unívoco, nem de eludir os seus aspectos controversos; importa, ao mesmo tempo, dar voz a princípios que, norteando a vida universitária, podem e devem ser estimados como inegociáveis. Por outro lado, não sendo o caso de se deixar levar por ambiguidades equívocas, importa a busca de consenso sobre eixos suscetíveis de estruturar uma dinâmica consistente com o alcance expansivo de uma instituição de porte federal.

Tais transformações marcantes trouxeram novos desafios e oportunidades para a organização da Unifesp e do sistema universitário brasileiro, pois permitem a requalificação das oportunidades educacionais para além dos limites vigentes na segunda metade do século XX.

Vale recordar que a origem da Unifesp, a partir da então Escola Paulista de Medicina (EPM), trouxe consigo valores e critérios de qualidade que fizeram da “antiga” Unifesp, um centro de ensino e pesquisa na área de saúde, uma das melhores, senão a melhor instituição nesse campo do conhecimento no país. Se, por um lado, esse reconhecimento social e acadêmico favoreceu a expansão da Unifesp em direção a outras áreas do conhecimento (para além daquelas já existentes na EPM), ele não foi suficiente para garantir o sucesso da nova empreitada,

cujos desafios – estruturais e humanos – iam muito além dos até então imaginados e colidiam com interesses que, construídos ao longo de décadas, permaneciam resistentes e atestavam dificuldades para entender que tais transformações não só eram necessárias como se mostraram inevitáveis, frente aos novos movimentos e contornos da sociedade brasileira.

Tais mudanças também estiveram temporalmente associadas à presença de incentivos acadêmicos acoplados aos programas nacionais de pós-graduação, notadamente vigentes desde antes do período de expansão, o que levou a maioria dos docentes a concentrar suas carreiras na pesquisa científica e nas publicações dela decorrentes, provocando um conflito entre as preocupações docentes e as necessidades de ensino, sobretudo de graduação. Com objetos de pesquisa cada vez mais especializados, esse sistema facilitou a fragmentação crescente dos currículos, fazendo com que o processo educacional se tornasse menos coerente e consequente com os objetivos da formação universitária propriamente dita.

É nesse contexto de mudanças significativas que podemos nominar um movimento transitivo, da EPM para a Unifesp atual. Cabe então defini-lo como processo que, instituindo um “sentido” para a nossa “formação”, trata de constituir um sistema intrauniversitário, articulado com o redesenho do sistema de ensino superior brasileiro e à altura dos desafios de nossos tempos. Isso se faz necessário porque os quadros nacional e global apresentam uma dinâmica atravessada de paradoxos e mutações, que exigem máxima atenção para o melhor estabelecimento das escolhas futuras traçadas neste PDI.

1.1 Universidade pública e socialmente relevante

A razão de existência primordial de uma universidade pública é contribuir para o reconhecimento e reformulação dos problemas que afligem nossa sociedade e o planeta, para a produção de conhecimento teórico e prático, para a formação do discernimento e para a compreensão do tempo presente, com vistas à transformação social, à satisfação do interesse coletivo e ao desenvolvimento equitativo e sustentável. Dessa forma, a instituição deve estar apta para interferir na realidade social em prol do seu aprimoramento e, mais que isso, ser reconhecida como relevante na condução ou formulação dos grandes temas nacionais, regionais e locais – além daqueles situados em esferas ainda mais abrangentes –, em especial as mazelas, iniquidades e doenças que afetam grande parte de nossa população. Para tanto, a universidade deve estar aberta ao diálogo social e cultural, à diversidade de saberes e, para além do âmbito estritamente científico, às novas formas de reflexão e ação transformadoras na conjuntura vigente.

A diversidade de temas, recortes e abordagens, característica da própria natureza da instituição universitária torna-a academicamente plural e convergente. Tal pluralidade deve tanto auxiliar na compreensão dos desafios das diversas áreas do conhecimento como fomentar o diálogo de distintos repertórios, campos cognitivos e profissionais, como via para uma ação qualificada e convergente. A transversalidade dos problemas centrais da ciência contemporânea e da sociedade nacional exige a convergência de análises, reflexões e esforços de diferentes ângulos, lugares e matizes. A criativa intersecção de diversos arcações e as decorrentes repercussões desse entroncamento renovam os caminhos e o sentido de permanência e relevância da própria universidade.

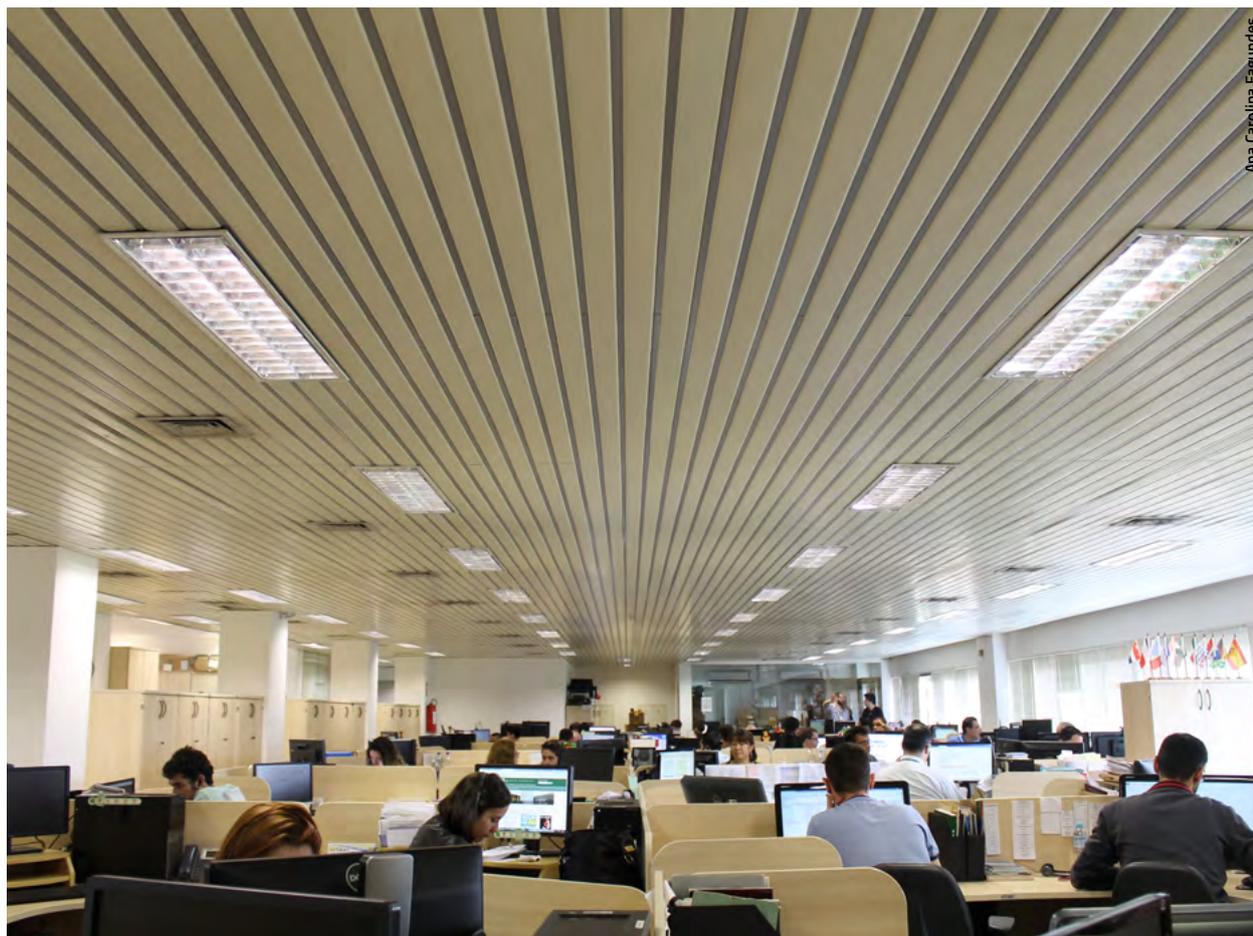
Como grandeza orientadora da experiência social do nosso tempo, a vivência democrática não pode estar apartada da realidade acadêmica. Uma universidade contemporânea deve estar alinhada aos princípios da transparência e da gestão participativa. O compromisso da instituição universitária com uma governança aberta demonstra a primordial e necessária relação dessa instituição com sua razão de existência e vocação pública. Uma universidade democrática contribui não apenas para a satisfação dos anseios de sua respectiva comunidade, mas favorece decisivamente o espraiamento e a consolidação desses valores nas experiências sociais em sentido amplo.

1.2 Momento instituinte: um novo processo

Tendo em vista o sentido de sua formação, assim como o seu valor público e socialmente relevante, vale assinalar que a Unifesp vive hoje um momento crítico, decisivo e fecundo. Dos tempos acelerados da expansão, trata-se de encampar os desafios estruturais e as demandas conjunturais de uma instituição pública de ensino superior no século XXI. Por intermédio dos novos processos de institucionalização faz-se urgente imantar a multiplicidade e a diversidade das atividades-meio no sentido coletivo e no valor convergente de nossas atividades-fim. Dos horizontes que a partir de então se inauguram, assumirmos a amplitude e descobriremos as oportunidades do tempo presente. Em suma, se a nossa identidade institucional consiste na construção de uma relativa, mas possível, capacidade de autodeterminação, se as condições socialmente determinadas não devem ser desprezadas, o agora histórico da Unifesp é nosso, na justa medida em que cabe a nós configurá-lo como momento instituinte.

Ao tomar por base a leitura, a apreciação dos documentos preliminares e os debates por eles suscitados, o PDI da Unifesp expressa precisamente uma peculiaridade desse momento instituinte. Por apresentar caráter dinâmico e fundamentação transitiva, o PDI 2016-2020 não equivale ao preenchimento de uma demanda meramente formal, tampouco se restringe à fixidez abstrata de uma obrigação cumprida. Antes, implica participação ampliada da comunidade acadêmica nas instâncias decisórias e na própria instauração dos nexos entre os projetos de ensino, pesquisa e extensão. Esse plano corresponde, portanto, a um convite permanentemente renovado para que firmemos – em cada unidade universitária, cada escola e cada instituto, assim como em cada área organizacional – compromisso com uma manifestação conjunta de diretrizes acadêmicas e respectivas providências administrativas, todas as que estimamos indispensáveis à plena consolidação de nossa instituição.

Certamente a Unifesp pode fazer jus ao processo historicamente responsável de democratização das instituições federais de ensino superior: acolhendo a diversidade de pontos de vista que se pronunciam nos modos distintos de produção de conhecimento e de inovação; cultivando o *ethos* universitário que é vivido e experimentado por docentes, discentes e técnicos administrativos em educação; cuidando de aprimorar formas de operacionalização, de autoavaliação e de sustentabilidade – nosso PDI 2016-2020 haverá de prever e refletir as suas próprias dimensões instituintes. Ao propor critérios específicos, assim como mecanismos necessários e suficientes para sua revisão e atualização paulatinas, o PDI da Unifesp poderá pensar-se, de resto, como inserido em uma rota estratégica, para além dos próximos cinco anos.



Reitoria - quarto andar

1.3 Nosso papel local, regional, no Brasil e no mundo

O intuito primordial da Unifesp, como vem sendo apresentado, é contribuir de modo incisivo para o processo de construção de uma realidade social mais equânime, por meio da promoção do conhecimento, do fomento de ações transformadoras e da formação de quadros tecnicamente habilitados nas mais diversas áreas – egressos conscientes da sua inserção na cidadania, críticos em relação à realidade do país, informados das demandas da sociedade e das necessidades do Estado, preparados para intervir na realidade. Esse intuito nos leva necessariamente a interagir com os diversos atores da conjuntura internacional, nacional e dos contextos locais, diagnosticando problemas, propondo soluções, testando caminhos, analisando alternativas, alterando a disposição das forças sociais e sendo alterados por elas. Apenas assim terá algum êxito, a Unifesp, em seu intuito de contribuir para a consolidação de uma realidade em que a coletividade tenha a possibilidade de exercer suas potencialidades, em contextos mais equânimes, cooperativos e sustentáveis.

Do ponto de vista da escala local, a Unifesp e seus campi têm construído importantes diálogos e agendas com os municípios onde se encontram instalados. Em diversos deles, assinamos termos de cooperação e convênios, com planos de trabalho que abarcam desde aspectos de infraestruturas e de imóveis até a colaboração em políticas públicas municipais. Desde 2013, a Unifesp articula uma Rede de Prefeitos em defesa da universidade pública,

que tem feito encontros para troca de experiências e mobilizações por melhores condições orçamentárias, de pessoal e de infraestrutura.

A articulação local é decisiva igualmente com a sociedade civil, comunidades e movimentos sociais, para estabelecer ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão que sejam socialmente referenciadas e contextualizadas em situações reais e desafiadoras. Vários de nossos campi têm vocação extensionista, com programas e projetos elaborados em diálogo com populações locais e serviços públicos, em especial de educação, cultura e saúde. Fundamental para projetos político-pedagógicos atentos aos problemas socioambientais que afetam a vida da população brasileira, esse tipo de diálogo e enraizamento local não é barreira para uma visão global e universalista, dimensão obrigatória do saber universitário.

A dinâmica entre o local e o global produz a capacidade de reconhecer, em ambos os casos, o que é relevante, procurar oportunidades e traçar estratégias, acadêmicas e institucionais. A universidade não é uma instituição de bairro, presa às dinâmicas locais, mas também não é uma instituição metafísica, dissociada dos problemas reais que afetam as populações. Assim é que a Unifesp deve transitar de forma planejada e consciente por escalas locais, regionais, nacionais e globais.

Do ponto de vista regional, a Unifesp está situada na maior concentração urbana do hemisfério sul, a macrometrópole de São Paulo, que agrega as metrópoles de São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Campinas, com população de 25 milhões de habitantes, (além das regiões de Sorocaba, do Litoral Norte, as aglomerações urbanas de Jundiaí e de Piracicaba e a unidade regional de Bragantina, que também fazem parte da delimitação macrometropolitana). A presença nessa região estratégica é desafiadora em vários níveis. Do ponto de vista acadêmico e cultural, estamos em um contexto de importantes universidades, museus, editoras e equipamentos culturais, com densa rede de interlocutores e espaços a ele associados. Do ponto de vista das políticas públicas e dinâmicas econômicas, a imensa aglomeração em que nos situamos coloca uma série de desafios de ensino, pesquisa, extensão e assistência – e nos permite igualmente a interlocução com uma rede de equipamentos e serviços nas áreas de saúde, educação, finanças, advocacia, comunicação, construção civil, economia criativa e diversos setores industriais.

Cabe a nós, nas mais diversas áreas, definir e delimitar nosso papel nessa rede macrometropolitana, construindo reconhecimento, identidade e reciprocidade com os mais diversos parceiros. Vinda da área da saúde, na qual já possui notoriedade, cabe à Unifesp apresentar publicamente todas as suas novas áreas de conhecimento de modo a que ganhem, igualmente, reconhecimento público e colaborem para o fortalecimento das esferas públicas, políticas socioambientais e atividades econômicas da região.

Regionalmente cumprimos ainda outra importante tarefa: a ampliação do ensino superior público. Conforme demonstram os dados de 2015 na Tabela 1, o Estado de São Paulo é o que oferece a menor porcentagem de alunos matriculados em universidades públicas em relação às diferentes regiões do país. Do total de vagas no ensino superior no Estado, apenas 16% são públicas, enquanto a média nacional é de 28%. A situação nos municípios onde a Unifesp mantém seus campi é ainda mais grave, com índice de vagas públicas em torno de 10%, com exceção de Diadema. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece, em sua Meta 12, que 40% das novas matrículas em ensino superior deverão ser providas pelo segmento público. Contexto e meta que reforçam o desafio e a necessidade da Unifesp para seguir expandindo, em região estratégica do país e dominada pelo ensino privado, desde que asseguradas as condições para a qualidade da oferta para expansão.

Tabela 1 ▪ Alunos matriculados no ensino superior por categoria administrativa e recortes regionais (2014)

Escala	Categoria Administrativa					Total (Todas as Categorias)
	Privadas		Públicas			
	Privadas Total (com fins lucrativos e sem fins lucrativos)	% (Privada / Total)	Pública Federal	Públicas Total (Federal, Estadual, Municipal, Especiais)	% (Publicas / Total)	
Municípios do ABC*	84.701	75%	9.580	27.855	25%	112.556
Diadema	2.108	47%	2.151	2.374	53%	4.482
Guarulhos	37.772	91%	3.286	3.937	9%	41.709
Osasco	22.425	89%	1.013	2.793	11%	25.218
Santos	35.542	92%	1.575	2.998	8%	38.540
São José dos Campos	27.530	88%	1.501	3.799	12%	31.329
São Paulo (município)	620.145	91%	4.917	64.254	9%	684.399
São Paulo (estado)	1.452.588	84%	40.641	270.886	16%	1.723.474
Região Sudeste	2.439.299	80%	326.959	617.519	20%	3.056.818
Região Sul	669.270	67%	179.038	327.013	33%	996.283
Região Norte	852.218	62%	328.784	528.206	38%	1.380.424
Região Centro-Oeste	453.319	74%	108.213	160.122	26%	613.441
Região Nordeste	261.590	58%	140.729	189.333	42%	450.923
Total Brasil	4.675.696	72%	1.083.723	1.822.193	28%	6.497.889

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior de 2014 (INEP-MEC).

*Obs.: Considerou-se apenas Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul.

Do ponto de vista nacional, a Unifesp compõe a rede de 63 universidades federais, que totalizam mais de 1,2 milhões de estudantes, constituindo a maior rede de universidades públicas e gratuitas do Ocidente. Historicamente, o Estado de São Paulo pouco se interessou ou contribuiu para essa rede federal, limitando-se a uma rede estadual própria. Até os anos 2000, contava com uma universidade com um campus no interior, voltada sobretudo para as engenharias, a UFSCar, e a Unifesp apenas como universidade temática da área da saúde, com suas Escolas de Medicina e Enfermagem. A partir do Reuni, em 2007, e mesmo alguns anos antes, a Unifesp iniciou sua grande expansão e a UFABC foi inaugurada. Em poucos anos, mais que triplicou o número de estudantes e professores de universidades federais no Estado – o que nos permite afirmar que o sistema federal hoje está fortemente implantado em São Paulo.

Cabe à Unifesp, tal como no contexto regional, ampliar a interlocução e as ações acadêmicas e institucionais dentro dessa rede federal, fortalecendo seu reconhecimento público e identidade em todas as áreas do conhecimento e não apenas em saúde. Para tanto, a colaboração cotidiana em ensino, pesquisa e extensão, em projetos temáticos interuniversitários, participação em bancas, congressos e concursos são elementos importantes para a universidade compor essa rede, com a nova importância que vem adquirindo em todas as áreas do conhecimento.

Nas avaliações institucionais e *rankings* nacionais, a Unifesp tem estado em posição de destaque, o que favorece sua inserção em redes de ensino, pesquisa e extensão em posição de liderança. No Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC (instrumento construído com base em uma média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição que, assim, sintetiza em um único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado da mesma instituição de ensino), desde que foi criado, em 2007, a Unifesp está continuamente na faixa de avaliação de excelência, a faixa 5 (mais elevada). No último IGC (2014), esteve em 5º lugar no *ranking* de todas as instituições de ensino superior do país (a avaliação não inclui a USP, que não participa do IGC). Em outros *rankings*, como o QS World University, a Unifesp aparece nos últimos três anos entre 6ª e 11ª posição entre as instituições nacionais e entre 15ª e 30ª entre as universidades latino-americanas.

Do ponto de vista internacional, a Unifesp tem o desafio de ser reconhecida em todas as suas novas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Vários de seus novos cursos, mesmo recém iniciados, já possuem avaliação máxima do MEC (5) e estão ampliando suas redes de colaboração internacional, participação em congressos e mobilidade docente e estudantil. O grau de internacionalização da Unifesp ainda é menor que o desejado, apesar das várias iniciativas em curso, o que demanda não apenas esforço institucional, mas também o empenho de professores e pós-graduandos em todas as áreas de atuação e pesquisa. O perfil de expansão, com jovens doutores, muitos deles já com pós-graduação no exterior, permite considerarmos que em curto período de tempo estarão cada vez mais conectados a redes internacionais.

Assim é que a Unifesp, em seu atual momento instituinte, deve estar atenta e avaliando oportunidades e complementariedades entre todas as escalas de ação, combinando o local, o regional e o global, mantendo atuação sempre referenciada nas condições sociais e territoriais em que está inserida, sem perder de vista a dimensão nacional, a perspectiva de amplitude crítica e a universalidade do conhecimento, pelas quais as universidades devem fundamentalmente prezar.

1.4 Quem somos

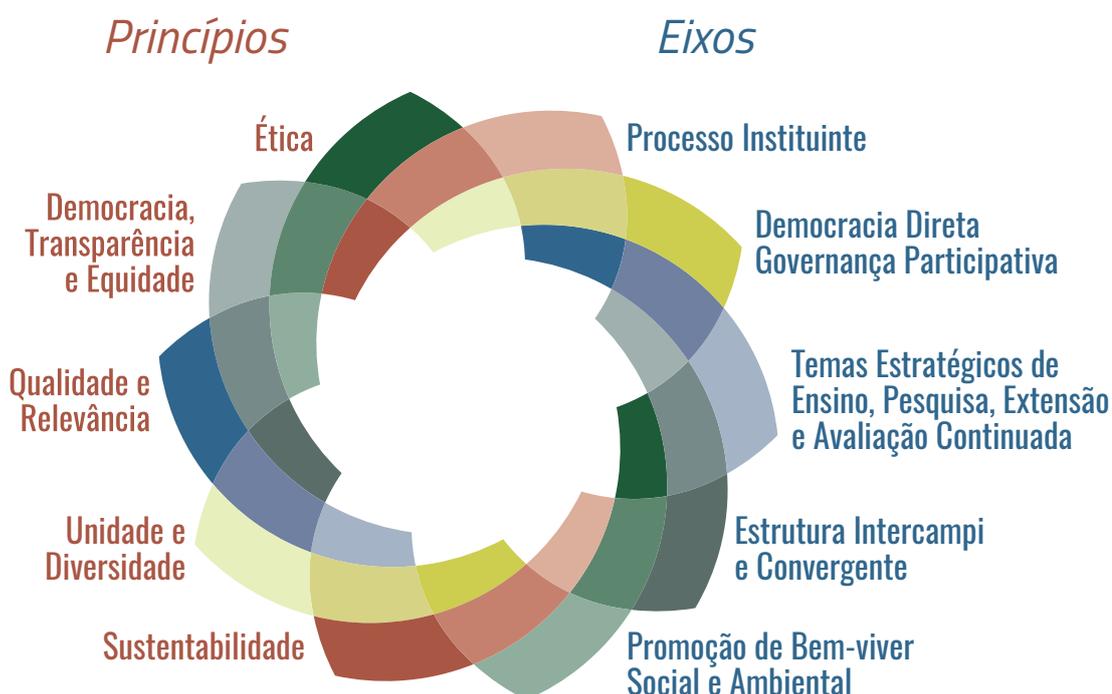
Já consolidada no Campus São Paulo, a Unifesp estende-se agora em mais seis novos campi, agregando áreas de conhecimento, como Ciências Exatas, Humanas e Biológicas, confirmando suas ações interrelacionadas de ensino, pesquisa e extensão. Essa expansão, que o Conselho Universitário abraçou como missão ao final de 2004, além do nítido objetivo de levar o ensino universitário gratuito e de qualidade a outras regiões do Estado de São Paulo, completa-se com a constituição de cursos de pós-graduação e ações de extensão, dando maior acesso à educação para as comunidades onde a Unifesp está inserida.

Dessa forma, a geografia multicampi da Unifesp, com seis campi implantados e dois em implantação na macrometrópole paulista, distribuídos em três regiões metropolitanas – São Paulo, Baixada Santista e São José dos Campos (denominada formalmente de Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) –, permite compor uma rede universitária em uma área com cerca de 25 milhões de habitantes, a maior densidade urbana do hemisfério sul. Essa condição estratégica traz um potencial de ensino, pesquisa e extensão, que pode ser direcionado a grandes temas nacionais e internacionais.

1.4.1 Princípios fundamentais e eixos estruturantes

A afirmação do caráter público e socialmente relevante da Unifesp, a percepção histórica do processo que ora se apresenta como um novo momento instituinte e que permite situar o nosso papel na escala dos âmbitos local, regional, nacional e internacional delineiam, de início, uma identidade em construção: pode-se dizer que essa última se assenta em elementos permanentes, aqui estabelecidos como princípios fundamentais, e em elementos dinâmicos, aqui designados como eixos estruturantes.

Figura 1 ■ Ilustração da dinâmica entre Princípios Fundamentais e Eixos Estruturantes da Unifesp



Entende-se que nem os princípios nem os eixos estruturantes devam estar encapsulados em definições estanques ou expressar essências fixas, senão, pelo contrário, que possam orientar as práticas de teor reflexivo e conceitual, traço distintivo e indispensável da comunidade acadêmica, como balizas de índole operacional para a boa gestão da coisa pública. Tratam de sugerir, portanto, menos o congelamento em dispositivos normativos, já estatuídos, e muito mais a necessidade de disseminar e cultivar tipos de discernimento que separem o imprescindível do contingente, que procurem escalonar os desafios lançados pelo avanço do conhecimento e pela emergência das reivindicações sociais.

1.4.1.1 Princípios fundamentais

Ética. Conjunto de saberes e valores, práticas e costumes, que são articulados e vividos, estimados e expressos qualitativamente como bens comuns. Assim compreendida, a ética há de abranger todas as nossas relações,

na medida em que se incorpora de modo singular no *ethos* de cada instância da vida universitária e se expressa na conduta particular das éticas profissionais.

Democracia, transparência, equidade. A crescente participação democrática traz como compromissos básicos: 1) maior eficiência dos processos de tomada de decisão; 2) intensificação, ampliação e diversificação do uso dos mecanismos participativos no próprio processo de concepção e implementação de políticas públicas; 3) desenvolvimento do pensamento crítico, autônomo e cidadão, que possa contribuir para a formação cultural e a capacidade de discernimento de nossa população.

Qualidade e relevância. Na expectativa de estimar os valores da formação humanística, sem diminuir o apreço pela importância das especializações nem perder de vista o horizonte de convergência dos conhecimentos, qualidade e relevância assumem a necessidade de dar voz à indissociabilidade de três períodos constitutivos da história da universidade: 1) o que buscava vincular organicamente conhecimento teórico e prático, com vistas a uma formação humanística e intelectual, no século XIX; 2) o que buscava aliar conhecimentos científico e tecnológico, com vistas à melhoria das condições da vida societária, da economia e da produção cultural, no século XX; 3) o que busca não somente a eficiência da profissionalização especializada e a consolidação da interdisciplinaridade, mas ainda, igualmente, a convergência de cultura e conhecimento, com vistas ao reconhecimento dos agentes constituídos e dos sujeitos instituintes, no início do século XXI.

Unidade e diversidade. Acolher a diversidade em processos expansivos de inclusão e reconhecimento dos docentes, discentes e técnicos administrativos, sem abrir mão de sua participação crescente em instâncias deliberativas, assim como em diferentes perfis de atuação individual e de campos específicos, implica, certamente, uma ideia dinâmica de unidade institucional, que esteja regulada pelo propósito comum de operar transições necessárias e suficientes: de uma universidade constituída em múltiplos campi para uma instituição que se organiza a si mesma – democrática e qualitativamente relevante – como universidade intercampi; da tendência à dispersão de fluxos e de procedimentos à integração de habilidades e competências intercampi, para levar adiante o debate de elaboração de projetos institucionais cada vez mais consistentes com a construção de nosso conceito de universidade.

Sustentabilidade, bem viver social e ambiental. De caráter abrangente e integrador, o princípio de sustentabilidade visa à manutenção, em patamar satisfatório, da eficiência de ações individuais, coletivas e institucionais. Implicando respeito ao conteúdo de premissas ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente aceitas, a observância do princípio de sustentabilidade requer a progressiva assimilação de seus conceitos e o crescente engajamento na sua consecução pelos membros da comunidade acadêmica.

Por ser um elo na conexão entre os eixos estruturantes do PDI, a sustentabilidade se estabelece como um dos norteadores do planejamento e do cotidiano da Unifesp, contemplando sua infraestrutura e sua postura institucional, de acordo com a declaração da Política de Excelência em Sustentabilidade Ambiental de da Unifesp (Pensa/Unifesp), aprovada pelo Consu em 2015.

1.4.1.2 Eixos estruturantes

Processo instituinte. Dinâmica de relações sociojurídicas e histórico-sociais que produz, no interior da comunidade acadêmica, as condições necessárias e suficientes para a passagem de um estado instituído a um novo patamar de consolidação de nossa vida institucional. Vale mencionar ao menos quatro momentos instituintes na história da Unifesp: o da EPM (1933), o da federalização (1956), o momento da tentativa de criação da UFSP (1963), o da expansão (2004) e o que vem expresso no PDI atual (2016-2020).

Governança participativa. A governança participativa implica a superação da dicotomia estado x mercado. Mais do que nunca, vivemos um tempo que exige a procura de condições para uma nova contratualidade social, fundamentada no resgate do valor do espaço público, da reorientação democrática, participativa e solidária do Estado e no revigoramento do espaço da sociedade civil. Implementar mecanismos de governança participativa que sejam dotados dessas características implica, sobretudo, o desenvolvimento de um princípio educativo capaz de organizar os processos e a própria prática das instituições, com a multiplicação dos espaços, o reconhecimento dos atores e a estimulação das ações ancoradas no exercício de uma prática de cidadania ativa. Isso permite tornar mais eficazes os processos de gestão e, principalmente, facilitar que o protagonismo social seja mais intenso e generalizado.

Temas estratégicos de ensino, pesquisa, extensão e avaliação continuada.

Admitido o vínculo indissociável de ensino, pesquisa e extensão, a multiplicidade de temas e o modo pelo qual se formulam problemáticas específicas não precisam ser impedimentos para colocar em perspectiva os principais desafios da universidade no século XXI.

Nesse sentido, trata-se de mapear o potencial de temas transversais e investigar a tradutibilidade interdisciplinar de hipóteses, o que permite não somente elaborar uma cartografia das atividades acadêmicas em curso, como também construir consensos suscetíveis de eleger e delimitar campos temáticos que se situem na fronteira do conhecimento científico, no limiar de estratégias pedagógicas avançadas e em focos prioritários, tais como os de interlocução da universidade com a sociedade, os de implementação do projeto interuniversitário brasileiro e os de conexão com as redes internacionais de pesquisa de ponta.

Estrutura intercampi e convergente. A discussão sobre a importância de caminhar em direção ao ensino e à pesquisa multi, trans ou interdisciplinar já dura várias décadas. É necessário, entretanto, observar que a formação universitária é, ainda, essencialmente disciplinar e que os programas multidisciplinares permanecem absolutamente marginais. Assim, a necessidade de criar certa permeabilidade entre as disciplinas não tem sido senão um discurso meramente formal ou “retórico”, dificultando a implementação efetiva de programas multi, trans ou interdisciplinares. A ideia de convergência que se propõe neste PDI está baseada na visão de que, embora as especialidades sejam absolutamente necessárias para o desenvolvimento das diversas áreas de conhecimento, o processo pode ser agilizado quando se trabalha em conjunto com especialistas de outras áreas. Enquanto eixo estruturante, essa convergência implica começar um trabalho a partir dos problemas a serem resolvidos, não das disciplinas envolvidas ou evocadas. Implica, também, integrar diversos ambientes acadêmicos, buscar objetivos

comuns, compartilhar teorias e enfoques de trabalho, valorizar a capacidade das pessoas e os resultados intermediários e antecipar, assim como gerenciar, as oportunidades e os riscos.

1.5 Escolas e institutos

Figura 2 – Escolas e institutos da Unifesp



1.5.1 Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp) e Escola Paulista de Enfermagem (EPE/Unifesp) – Campus São Paulo

O Campus São Paulo sedia as duas unidades universitárias mais antigas da Unifesp, a Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp) e a Escola Paulista de Enfermagem (EPE/Unifesp), as quais juntas contam com cerca de 1.550 estudantes distribuídos em sete cursos de graduação, seis deles ligados à EPM/Unifesp: Ciências Biológicas – Modalidade Médica, Fonoaudiologia, Medicina, Tecnologia Oftálmica, Tecnologia em Informática em Saúde e Tecnologia em Radiologia. A EPE/Unifesp integra o curso de graduação em Enfermagem. Em reunião da Congregação da Escola Paulista de Medicina foi aprovada a ampliação de vagas do curso de Medicina em 10 vagas para 2017 e 10 para 2018. Essa ampliação está dependente da adequação de infraestrutura e ampliação pactuada do quadro de docentes e de TAEs.

Na pós-graduação *stricto sensu*, a EPM/Unifesp e a EPE/Unifesp oferecem 34 programas de doutorado; 34 de mestrado acadêmico e 6 de mestrado profissional, pelos quais se distribuem cerca de 3.000 estudantes. O Centro

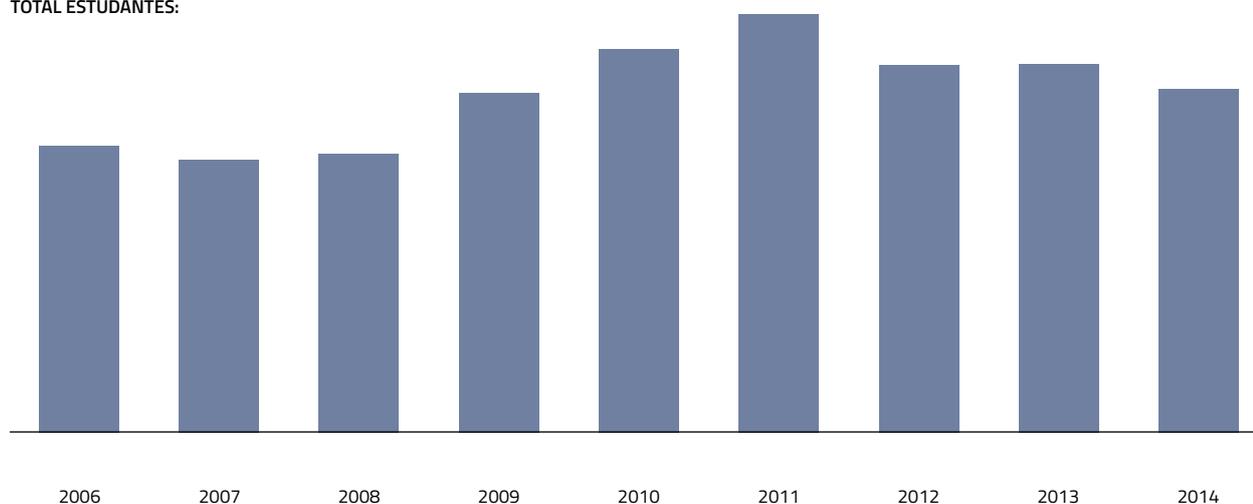
de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (Cedess), órgão complementar ligado à EPE/Unifesp, desenvolve o Programa de Mestrado Profissional Ensino em Ciências da Saúde. Criado em 2003, se consolidou como espaço de referência para a formação de profissionais nessa área de conhecimento.

Na área de extensão, são desenvolvidos 53 programas e 192 projetos sociais, além de cursos em nível de pós-graduação *lato sensu* e que compreendem a residência médica e a multiprofissional com, respectivamente 96 e 17 programas. Vinculado ao Campus São Paulo e em funcionamento desde 2011, a Unidade de Extensão Universitária de Santo Amaro busca atender às demandas dos moradores da zona sul do município de São Paulo no âmbito da qualificação profissional e do aprimoramento cultural. Vocacionadas para a área da saúde, essas unidades universitárias desenvolvem suas atividades de forma articulada ao Hospital São Paulo que, criado em 1940, é o primeiro hospital escola do país. Atualmente, o Hospital São Paulo é o maior hospital da rede federal de hospitais universitários.

Tabela 2 - Campus São Paulo: número de estudantes matriculados por categoria (2006-2014)

Ano	Graduação	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Presencial	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> à Distância	Total
2006	1.341	2.250	4.716	125	8.432
2007	1.355	2.327	4.100	247	8.029
2008	1.389	2.738	3.815	265	8.207
2009	1.406	2.838	4.731	1.029	10.004
2010	1.447	2.829	4.394	2.610	11.280
2011	1.495	2.632	4.796	3.378	12.301
2012	1.483	2.457	3.913	2.955	10.808
2013	1.493	2.240	3.382	3.716	10.831
2014	1.496	1.464	2.663	4.490	10.113

TOTAL ESTUDANTES:



Fonte: Elaborado com dados do Sistema Integrado de Informações Acadêmicas (Siiu/Unifesp).

1.5.1.1. Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp)

Ao instalar a Escola Paulista de Medicina em 1933, os fundadores criaram também uma sociedade civil sem fins lucrativos, que recebeu o nome de Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina, hoje denominada Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). Ambas, EPM e SPDM vêm trabalhando para a finalidade precípua de servir ao ensino, à pesquisa e à assistência médica. Conhecer a história da Escola Paulista de Medicina permite maior compreensão dos caminhos adotados, da situação atual e seu futuro – uma escola privada, criada por 33 jovens (31 médicos e dois engenheiros) para o ensino profissional da Medicina que se transformou em universidade federal de potencialidade mundial. A evolução do ensino de Medicina na instituição não foi linear durante seus mais de 80 anos de existência e, embora nem sempre os limites sejam precisos, pode ser analisada segundo quatro momentos de sua história: a implantação (1933-1950); a consolidação (1951-1971); a institucionalização da pesquisa (1971-1993); a transformação em universidade e a expansão (1994-2006). De forma um pouco menos resumida, pode-se descrever cada um desses momentos como:

- **Implantação:** o período do regime de cátedra (1933-1950), que se inicia com a criação da Escola Paulista de Medicina (EPM), da Escola Paulista de Enfermagem (EPE) e do Hospital São Paulo (HSP), primeiro hospital-escola do país, inclui a instalação do primeiro núcleo de pesquisa (Laboratório de Farmacologia e Bioquímica, no segundo andar do HSP, em 1947). Ao ensino profissional associava-se a pesquisa.
- **Consolidação:** o período do regime departamental (1951-1971), que inicia com a criação do primeiro departamento e inclui a federalização da EPM (1956), a criação do internato e do Programa de Residência Médica (1957) e a posterior ampliação do internato para dois anos (1971). Nesse período ocorreu a criação do curso de Ciências Biomédicas (1966) destinado a formar profissionais envolvidos com o ensino e a pesquisa básica.
- **Institucionalização da pesquisa (1971-1993):** período no qual há progressivo credenciamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Consolida-se também a iniciação científica, com crescente envolvimento de alunos de todos os cursos da instituição.
- **Universidade e expansão (1994-2006):** inicia-se com a transformação da EPM em universidade temática em 1994 (Ciências da Saúde) para, em seguida, ampliar suas fronteiras transformando-se na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

A Escola Paulista de Medicina, desde sua criação em 1933, tem apresentado expressivo desenvolvimento, contribuindo para os avanços das ciências, para a formação de profissionais e pesquisadores de todos os Estados e para a excelência da assistência à saúde, sendo o Hospital São Paulo – Hospital Universitário da Unifesp – referência de atendimento de alta complexidade para o Estado de São Paulo e para o país. Ao longo de sua história, a instituição tem atuado de forma articulada aos diferentes contextos sociais, contribuindo para formulação e implantação de importantes políticas públicas nas áreas da educação e da saúde.

A EPM foi uma das primeiras a implantar programas de Residência Médica no Brasil (1957), seguindo a mesma concepção dos programas desenvolvidos no começo do século XX nos Estados Unidos. Na década de 1960, a Residência Médica na EPM/HSP era composta de dois ciclos básicos: o clínico e o cirúrgico, nos quais se distribuíam os seus vinte médicos, 10 clínicos e 10 cirurgiões. As especialidades iniciavam-se no terceiro ano. Nas décadas seguintes, a Residência Médica passou a ser diversificada até que, em 2015, 96 programas diferentes foram oferecidos para 1.200 médicos residentes.



Escola Paulista de Medicina ■ Campus São Paulo

O ambiente de pesquisa estabelecido na década de 1960 propiciou, em 1970, o início de programas de pós-graduação na Escola Paulista de Medicina, formalmente reconhecidos pela Capes. Esses programas passaram a ser alvo de um número expressivo de graduandos interessados em seguir carreira acadêmica. Vale notar que esses programas já apresentavam características multidisciplinares, envolvendo várias disciplinas e departamentos em projetos integrados de pesquisa. A Escola Paulista de Medicina passou a ser reconhecida como centro de excelência na produção de conhecimento e na formação de mestres e doutores.

Administrativamente, a EPM/Unifesp é uma unidade universitária do Campus São Paulo constituída de vinte e quatro departamentos e seis órgãos complementares. Em 1996, iniciaram-se os estudos para uma nova reforma do ensino de Medicina. A inclusão de novos conhecimentos em grade horária, já congestionada, só foi viável com a implantação do currículo nuclear, compreendido como o conhecimento essencial a ser adquirido por todo graduando em medicina. Os módulos eletivos e o tempo pró-aluno (tempo de estudo, de pensar ou de lazer) completam o currículo pleno. A criação de espaços para a implantação das eletivas e do tempo pró-aluno exigiu integração interdisciplinar, tanto horizontal (básico-básicas e clínico-clínicas) como vertical (básico-clínicas). A integração fez com que a estrutura curricular fosse simultaneamente condensada e melhorada. O currículo nuclear foi implantado na Unifesp em 1997 e completou seu primeiro ciclo em 2002. Aspecto fundamental da reforma curricular foi o desenvolvimento de sistemática de avaliação adequada à mudança implantada. Têm sido avaliados o processo ensino/aprendizado (o estudante), os recursos (docentes e TAEs) e materiais da instituição. Quatro parâmetros vêm sendo utilizados para avaliação do ensino de Medicina na Unifesp: 1) desempenho do estudante durante o curso; 2) desempenho do graduado na prova de seleção à Residência Médica; 3) o Teste de Progresso; 4) a

prova de Avaliação de Habilidades e Atitudes, implantada em 2006.

A Lei nº 12.871/2013 e a Resolução nº 3 de 20 de junho de 2014 do Conselho Nacional de Educação instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Medicina. Assim, nos próximos anos, deve-se trabalhar para adequação do programa do curso de Medicina à nova legislação que prevê a formação do médico nas áreas de Atenção à Saúde, Gestão em Saúde e Educação em Saúde. Para a devida adequação ao Projeto Político-Pedagógico, está se planejando o internato com a inclusão de estágio curricular obrigatório em Atenção Básica, voltado para a área de Medicina Geral da Família e da Comunidade. De acordo com essa nova lei, até o final de 2018 deveremos estabelecer, com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, o Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde (Coapes) para que possamos ofertar maior número de vagas de Residência Médica no Programa de Saúde da Família e da Comunidade.

Curso de Ciências Biológicas – Modalidade Médica - Em 1966 foi criado o curso biomédico. José Leal Prado, no documento denominado Sobre o Curso de Graduação, Mestrado e Doutorado em Ciências Biomédicas da Escola Paulista de Medicina, em seu último parágrafo registra:

Uma instituição como a Escola Paulista de Medicina sente-se limitada dentro da estrutura de um instituto isolado de ensino superior. A criação do curso de ciências biomédicas tornará mais amplo seu campo de atividade cultural e mais importante sua contribuição social. Se for logrado êxito nessa iniciativa, se armazenará uma experiência valiosa ao mesmo tempo em que se terão maiores possibilidades para fazer uma segunda tentativa no caminho da universidade federal. Somente o futuro ditará a melhor conduta a seguir.

O curso da EPM/Unifesp proporciona além de aulas teóricas e práticas multidisciplinares, a oportunidade aos estudantes de estabelecer contato direto e permanente com professores e pesquisadores, o que permite o aprofundamento de seus conhecimentos. Desde os primeiros anos do curso, os(as) estudantes têm a oportunidade de participar de atividades de iniciação científica dentro dos laboratórios da EPM/Unifesp, onde podem acompanhar ou desenvolver projetos de pesquisa e participar de congressos científicos. Muitas vezes os projetos resultam em trabalhos publicados em revistas científicas de divulgação nacional e internacional.

Curso de Fonoaudiologia – Criado em 1968, foi reestruturado em 1976 e em 2011, segundo as determinações do MEC. É um dos cursos da área da saúde dedicado ao ensino, assistência, pesquisa e extensão em comunicação humana e seus distúrbios. O curso é ministrado em período integral, organizado em quatro séries, e merece referência à integração da graduação com o programa de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências dos Distúrbios da Comunicação Humana: Campo Fonoaudiológico, que iniciou suas atividades em 1979. Ao longo dos anos tituló mestres e doutores que atuam nos cursos de graduação e programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* nas diversas regiões do país. Trata-se de um programa consolidado que já atingiu nível de excelência na área, tendo recebido nota Capes 6 no último triênio. Um grande diferencial desse curso é a possibilidade de estágios oferecidos por estar vinculado ao Hospital São Paulo e, também, por abranger uma rede de saúde pública diversificada na região de São Paulo. Os docentes são responsáveis pela formação continuada e específica do graduando e por atividades de pesquisa e extensão.

Curso de Tecnologia Oftálmica – Com origem no curso de Ortóptica, datado de 1962, foi o primeiro tecnológico da Unifesp. Existente desde 1997, é considerado referência de qualidade na área pelo MEC. Em 2008, com a aprovação de novos cursos superiores de tecnologias na EPM, houve mudança para período parcial e seu currículo foi totalmente reformulado. Tem como filosofia a formação de profissionais aptos a colaborar com a Oftalmologia

nos cuidados da saúde ocular, desempenhando funções de avaliação, pesquisa e prevenção de problemas oculares, por meio de tecnologia cada vez mais avançada, bem como a assistência à população e ao fomento de produção de novos conhecimentos científico-tecnológicos, de forma integrada e multidisciplinar.

Curso de Tecnologia em Radiologia – Foi reconhecido pela Portaria nº 407 de 30 de agosto de 2013. Desenvolve competências relacionadas à capacitação de profissionais para o mundo de trabalho em Radiologia e diagnóstico por imagem, execução dos exames e organização das equipes em radiologia convencional, digital e exames contrastados, gestão de pessoas no ambiente de trabalho e relacionamento com o cliente, além do desenvolvimento de habilidades de pesquisa.

Curso de Tecnologia em Informática em Saúde - Foi reconhecido nos termos do art. 63 da Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007. Desenvolve competências relacionadas à capacitação de profissionais para o trabalho na área das tecnologias da informação e comunicação aplicadas à saúde, capacitação de profissionais para a pesquisa acadêmica e tecnológica, desenvolvimento e avaliação de sistemas de informação em saúde, prontuário eletrônico do paciente, registro eletrônico em saúde, telemedicina e telessaúde, sistemas de apoio à decisão, processamento de sinais biológicos, processamento de imagens médicas, internet em saúde, padronização da informação em saúde, além de desenvolvimento de habilidades de pesquisa.

Quadro 1 - Informações acadêmicas da EPM/Unifesp

Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp) – Campus São Paulo
Ano de inauguração: 1933
Cursos de Graduação: Ciências Biológicas – Mod. Médica; Fonoaudiologia; Medicina; Tec. em Informática e Saúde; Tecnologia em Radiologia; Tecnologia Oftálmica.
Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>: Biologia Estrutural e Funcional; Ciência Cirúrgica Interdisciplinar; Ciências Biológicas (Biologia Molecular); Ciências da Saúde Aplicadas à Reumatologia; Ciências da Saúde Aplicadas ao Esporte e à Atividade Física; Ciência, Tecnologia e Gestão Aplicada à Regeneração Tecidual; Cirurgia Translacional; Distúrbios da Comunicação Humana (Fonoaudiologia); Farmacologia; Gastroenterologia; Gestão e Informática em Saúde; Infectologia; Medicina (Cardiologia); Medicina (Endocrinologia Clínica); Medicina (Ginecologia); Medicina (Hematologia); Medicina (Nefrologia); Medicina (Obstetrícia); Medicina (Otorrinolaringologia); Medicina (Pneumologia); Medicina (Radiologia Clínica); Medicina (Urologia); Medicina Translacional; Microbiologia e Imunologia; Neurologia/Neurociências; Nutrição; Oftalmologia e Ciências Visuais; Oftalmologia e Ciências Visuais (MP); Patologia; Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria; Psicobiologia; Psiquiatria e Psicologia Médica; Saúde Baseada em Evidências; Saúde Coletiva; Tecnologias e Atenção à Saúde.
Nº de Programas de Residência Médica: 96

1.5.1.2 Escola Paulista de Enfermagem (EPE/Unifesp)

Com mais de 70 anos de existência, o curso de graduação em Enfermagem da Escola Paulista de Enfermagem (EPE) tem, na história da Universidade Federal de São Paulo, sua primeira referência em uma carta do Prof. Octávio de Carvalho, então diretor da Escola Paulista de Medicina (EPM), ao Professor Leitão da Cunha, em finais de 1937. Em outubro desse mesmo ano, o emérito Professor Álvaro Guimarães Filho, catedrático do Departamento de Obstetrícia, solicitava ao Diretor da EPM e à Divisão do Ensino Superior autorização para organizar o curso de

Enfermagem Obstétrica. Em 26 de fevereiro do ano de 1938, foi autorizada a instalação do curso de Enfermagem Obstétrica, e em março do ano seguinte, foi autorizada também a instalação do curso de Enfermagem que, segundo a Divisão de Ensino Superior, deveria ter como modelo o curso de Enfermagem da Escola Anna Nery, considerada como padrão.

Assim, em março de 1942, foi reconhecida oficialmente a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo em parceria com a Arquidiocese de São Paulo e anexa à EPM. A partir de 1962 tornou-se obrigatória a conclusão do ensino secundário para o ingresso em cursos de Enfermagem. Em 1968, a escola foi renomeada como Escola Paulista de Enfermagem e em 1977 foi federalizada como Departamento de Enfermagem da Escola Paulista de Medicina. Em 31 de março de 2010, após 70 anos de luta por autonomia como unidade universitária, na sessão do Conselho Universitário da Unifesp, tornou-se por decisão estatutária, uma unidade universitária denominada novamente como Escola Paulista de Enfermagem. Nessa trajetória a EPE/Unifesp teve muitas conquistas, tanto no âmbito acadêmico como no administrativo.

Desde a sua criação, a Escola Paulista de Enfermagem tem como característica formar profissionais comprometidos com a prática clínica, promoção em saúde e inserção social por meio de atividades extensionistas. Essas características foram demonstradas ao longo de sua existência, quer pela atuação no Hospital São Paulo e no Amparo Maternal - cuja assistência prosseguiu com a Comunidade Sabiá (Centro Familiar Vigiado) –, quer pelo estabelecimento da Comunidade Infantil hoje denominada Escola Paulistinha de Educação Infantil.



Escola Paulista de Enfermagem ■ Campus São Paulo

Administrativamente a EPE/Unifesp é uma unidade universitária do Campus São Paulo e está constituída por quatro departamentos: Enfermagem Clínica e Cirúrgica, Enfermagem em Administração e Saúde Coletiva, Enfermagem Pediátrica e Enfermagem na Saúde da Mulher.

A EPE/Unifesp oferece o curso de graduação em Enfermagem, com os programas de pós-graduação em Enfermagem *lato sensu* e *stricto sensu*, participa de programas de residência multiprofissional e uniprofissional e de programas de extensão. Possui dois órgãos complementares – o Centro de Incentivo e Apoio ao Aleitamento Materno (CIAAM) e o Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (Cedess) – contribuindo de forma significativa para a formação de profissionais na área da saúde.

O curso de graduação em Enfermagem da EPE/Unifesp, articula diferentes áreas do conhecimento em três grandes campos: Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais e Ciência da Enfermagem. Comprometido com as mudanças da sociedade e com a priorização da assistência sistematizada de enfermagem, desenvolve ações integradas de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, nas diferentes fases do ciclo vital. Tem como objetivo formar enfermeiros com postura transformadora para atuar em qualquer nível dos programas de saúde, atendendo aos princípios da universalidade, integralidade, equidade, solidariedade e hierarquização que norteiam o Sistema Único de Saúde (SUS).

O curso de Enfermagem, pautado no valor do cuidado ao ser humano, no conhecimento científico, no desenvolvimento de competências e respaldado pela ética, tem como missão preparar profissionais para a inovação, a reflexão, a crítica construtiva e a busca da autodeterminação profissional. O enfermeiro graduado pela EPE/Unifesp possui formação generalista, com competências para atuar nas dimensões biopsicossociais que envolvem o processo saúde-doença-cuidado do indivíduo, família e comunidade, no desenvolvimento de ações assistenciais, educativas, de gestão e de pesquisa.

A EPE/Unifesp conta com um corpo acadêmico constituído por docentes e técnicos administrativos em educação com titulação de doutor e mestre. A partir do ano de 2015 o ingresso no curso de graduação em Enfermagem ocorre pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de acordo com a Lei Nº 12.711 de 29 agosto de 2012.

O projeto político-pedagógico foi construído de forma a permitir aos estudantes rápida inserção nas atividades práticas, reforçando as premissas que deram origem a essa escola de Enfermagem. Com as mudanças no cenário da assistência à saúde e no perfil demográfico da população, a demanda por profissionais de Enfermagem mais qualificados tem crescido muito. Entretanto, o país ainda não alcançou meta sugerida pela Organização Mundial de Saúde e apresenta grande desequilíbrio na distribuição dos profissionais nas diferentes latitudes.

Quanto ao ensino de pós-graduação, a EPE/Unifesp oferece dois programas: um acadêmico de mestrado e doutorado em Enfermagem (nota 5) e um mestrado profissional em Ensino em Ciências (nota 4).

A EPE/Unifesp ministra seis cursos na modalidade *lato sensu* em diferentes áreas de especialidade da Enfermagem, bem como o curso de Iniciação à Docência, coordenado pelo Cedess. Vale ressaltar o compromisso da EPE/Unifesp com os programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional. Sua atividade de extensão se completa com outros 25 programas e projetos desenvolvidos em diferentes cenários de aprendizagem com participação conjunta de estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e TAEs.

Quadro 2 - Informações acadêmicas da EPE/Unifesp

Escola Paulista de Enfermagem (EPE/Unifesp) – Campus São Paulo
Ano de inauguração: 1939
Cursos de Graduação: Enfermagem – Bacharelado.
Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>: Enfermagem, Ensino em Ciências da Saúde.
Residência em Enfermagem: 2
Residência multiprofissional: 14

1.5.2 Instituto de Saúde e Sociedade (ISS/Unifesp) e Instituto do Mar (Imar/Unifesp) – Campus Baixada Santista

A comunidade do Campus Baixada Santista assume como missão trazer à região metropolitana da Baixada uma universidade pública de excelência e socialmente referenciada, que possa agregar processos educacionais ali-cerçados em dimensões humanísticas, científicas e socioambientais. Essa região apresenta um mosaico de atividades e ambientes que demonstram os conflitos locais e a importância de ações multidisciplinares na região: (i) de sua população: de comunidades ribeirinhas ao adensamento populacional metropolitano, incluindo as populações de veraneio e o assentamento de aposentados em busca de qualidade de vida; (ii) de sua paisagem: de áreas prístinas e unidades de conservação às regiões de elevado adensamento populacional e impacto ambiental (químico, de paisagem e saneamento) com possíveis reflexos na saúde pública; (iii) do uso: da beleza cênica costeira e as atividades tradicionais de bem-estar, esporte e pesca ao polo petroquímico e às atividades portuárias do maior porto da América do Sul.

Assim, nesse cenário amplo, o Campus Baixada Santista se desenvolve reconhecendo as dimensões humanas e ambientais como interrelacionadas. As ações contribuem para uma visão ampliada, interprofissional e interdisciplinar da multidimensionalidade do processo saúde-doença, tendo como foco o indivíduo, suas singularidades e considerando suas interações sócio-histórico-culturais na determinação dos agravos à sua saúde. A dimensão da saúde se conecta com a dimensão ambiental da região, assumindo as Ciências do Mar como um objeto de estudo, investigando as potencialidades dos serviços ecossistêmicos como fonte de recursos, atividades, renda e lazer, atuando como potencial determinante de condições da vida humana.

O campus ancora-se em princípios pedagógicos norteadores referentes a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, com a prática profissional como eixo norteador do projeto político-pedagógico e a problematização no ensino, nas três áreas de atuação acadêmica. Junto a esses princípios, a interprofissionalidade, a interdisciplinaridade, a integração com a comunidade e a postura ativa do estudante na construção do conhecimento, com a conduta mediadora do docente no processo ensino-aprendizagem, permitem o desenvolvimento de uma aprendizagem colaborativa/interativa e significativa, que reconhece o desenvolvimento docente e a avaliação formativa como *feedback* do processo. A mobilidade acadêmica e a internacionalização constituem princípios político-pedagógicos importantes



Vitor Salgado e Aline Tosta

Laboratório de Fisioterapia ■ Campus Baixada Santista

nesse processo de formação de profissionais com uma visão ampla, com diferentes experiências e que auxiliem na consolidação de um campus de referência nacional e internacional nas áreas de saúde, sociedade e ciências do mar.

No ensino de graduação, a área da saúde inscreve-se como estruturante a partir da qual foram criados os seis cursos de graduação (em 2006 as graduações em Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional e em 2009 o curso de Serviço Social). Em 2012 uma nova grande área foi introduzida – a das Ciências do Mar – com a implantação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar, ampliando-se, em 2015, com a criação dos cursos de Engenharia do Petróleo e Engenharia Ambiental. Os cursos de graduação do Campus Baixada Santista estão planejados em uma concepção modular de currículo, procurando integrar conteúdos/disciplinas em eixos e módulos interdisciplinares. Nesse sentido, prioriza a adoção de metodologias problematizadoras para o ensino, a inserção de novas tecnologias de informação e comunicação, o estímulo a uma postura ativa do aluno na construção, disseminação e aplicação do conhecimento. O desenho curricular de todos os cursos está direcionado por eixos de formação que perpassam os anos de graduação. Em cada um dos eixos, a proposta

curricular é constituída por módulos aglutinadores de áreas temáticas afins.

Na pesquisa, o campus apresenta uma multiplicidade de linhas de investigação, que permeiam as dimensões experimental, clínica e social, associadas aos programas de pós-graduação, à iniciação científica, à pesquisa na graduação e aos projetos e programas de extensão. No que se refere ao ensino de pós-graduação *stricto sensu*, o campus possui atualmente sete programas: Interdisciplinar em Ciências da Saúde; Alimentos, Nutrição e Saúde; Bioprodutos e Bioprocessos (integrando as dimensões da saúde e das ciências do Mar); Serviço Social; Mestrado Profissional em Ensino em Saúde (modalidade intercampi com Campus São Paulo); e Análise Ambiental Integrada (modalidade intercampi com Campus Diadema), totalizando cerca de 200 alunos.

No que se refere à pós-graduação *lato sensu*, são desenvolvidos dois Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (Traumatologia e Ortopedia e Redes de Atenção Psicossocial), ambos em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde e com a Santa Casa de Misericórdia de Santos. Além disso, desenvolvem-se, atualmente, quatro cursos de especialização e encontra-se em elaboração final o projeto de curso de especialização Educação Infantil na Perspectiva da Educação Inclusiva, em parceria com a Secretaria de Educação de Santos, também gratuito e dirigido para educadores da rede pública da região.

Na extensão universitária, o campus demonstra uma de suas vocações e importância para a comunidade. São atualmente cerca de 77 os programas/projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, nas áreas da saúde, educação, assistência social, esportes, lazer e ciências do mar (abrangendo o porto, conservação e educação ambiental), todos comprometidos com o empoderamento social.

Em relação aos cursos e atividades da área da saúde, a organização didático-pedagógica compreende a formação como um processo de práticas sociais, permeado pelas concepções de saúde e adoecimento, em busca da superação das concepções reducionistas e suas relações de causalidade linear. Já nas Ciências do Mar, as atividades estão orientadas para a formação de cidadãos proativos, que além de conhecimento, construam estratégias de autoaprendizagem e aprendizagem compartilhada, desenvolvendo competências, habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem um desempenho profissional participativo, crítico, além de sólida vocação socioambiental.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão do campus buscam contribuir para a instauração de uma cultura acadêmica que se nutre da dúvida, do diálogo entre diferentes, do alargamento dos caminhos de produção dos conhecimentos científicos e da perspectiva plural dos saberes e experiências humanas. Essa organização procura favorecer um itinerário formativo aos graduandos no qual o conhecimento abrange exploração das concepções teóricas, com levantamento de hipóteses para estudo, de forma a criar um diálogo no qual a teoria se conecta com a realidade para desenvolvimento da prática.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão se constituem como missão precípua da universidade e, dessa forma, o Campus Baixada Santista compreende que a universidade pública, como instituição social, deve comprometer-se com a formulação de alternativas e intervenções no sentido de superação das desigualdades socioeconômicas vigentes em nosso país. Para tanto, o modelo tradicional de educação universitária, tipicamente setorial e compartimentalizado, vem sendo superado por um modelo que privilegia uma formação interdisciplinar, integradora de diversas áreas do conhecimento humano. Entende-se, portanto, que a formação de profissionais que possuam ou conteúdo puramente técnico-científico ou visão exclusivamente filosófica-humanística não responde integralmente à urgente necessidade de articulação entre o crescimento econômico, a conservação dos ecossistemas naturais e o desenvolvimento social, na direção da emancipação humana e de uma sociedade mais justa.

O Campus Baixada Santista, ao assumir compromisso com a formação de cidadãos que, além de conhecimento, defendam valores que lhes possibilitem um desempenho profissional crítico-propositivo, participativo e de sólida vocação socioambiental, reconhece que um dos grandes desafios da atualidade é participar da construção de modelos de desenvolvimento que imbriquem as sustentabilidades sociopolítica, econômica e ambiental.

Quadro 3 – Informações Acadêmicas do Campus Baixada Santista

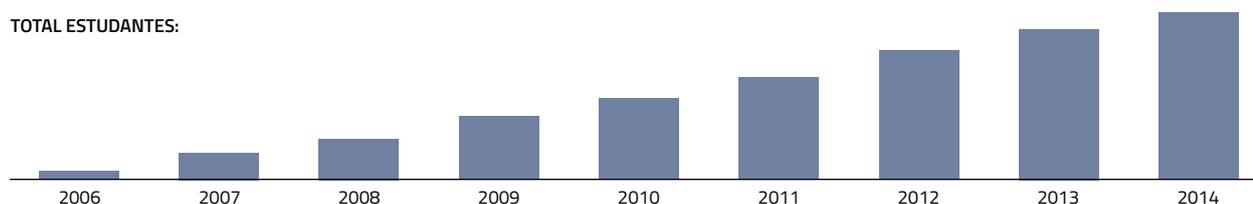
Instituto de Saúde e Sociedade (ISS/Unifesp)
Ano de inauguração: 2004
Cursos de Graduação: Educação Física; Fisioterapia; Nutrição; Psicologia; Serviço Social; Terapia Ocupacional;
Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>: Alimentos, Nutrição e Saúde; Bioprodutos e Bioprocessos; Ciências do Movimento Humano e Reabilitação; Ensino em Ciências da Saúde; Interdisciplinar em Ciências da Saúde; Serviço Social e Políticas Sociais.
Nº de Programas de Residência Multiprofissional: 2

Instituto do Mar (Imar/Unifesp)
Ano de inauguração: 2004
Cursos de Graduação: Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar; Engenharia Ambiental; Engenharia de Petróleo.

Tabela 3 - Campus Baixada Santista: número de estudantes matriculados por categoria (2006-2014)

Ano	Graduação	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Presencial	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> à Distância	Total
2006	179	0	0	0	179
2007	363	0	0	0	363
2008	548	0	0	0	548
2009	800	0	46	0	846
2010	1.011	35	38	0	1.084
2011	1.196	77	88	0	1.361
2012	1.512	106	101	0	1.719
2013	1.650	120	234	0	2.004
2014	1.810	130	281	0	2.221

TOTAL ESTUDANTES:



Fonte: Elaborado com dados do Sistema Integrado de Informações Acadêmicas (Siiu/Unifesp).

1.5.3 Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF/Unifesp) - Campus Diadema

Implantado em 2007 em uma região de alta densidade industrial, que – ao mesmo tempo – abriga área preservada de Mata Atlântica e parte da represa Billings, o Campus de Diadema apresenta vocação para as ciências naturais e exatas, com ênfase nas ciências químicas, ambientais, biológicas, farmacêuticas e da educação. Com vistas a contribuir para a melhoria dos indicadores socioeconômicos dessa região metropolitana de São Paulo, esse campus estabeleceu como missão formar profissionais competentes, tanto técnica como cientificamente, que detenham uma visão contemporânea das respectivas profissões. A preparação desses profissionais – inclusive no âmbito social – inclui o enfrentamento dos problemas ambientais e de saúde que afetam o país, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população. Nessas condições, proporciona-se ao estudante uma sólida formação básica e transversal em Química, Física, Matemática, Biologia e processos tecnológicos, com capacitação para a comunicação oral e escrita e o exercício da liderança. Outra prioridade do campus é a formação de professores de Ciências e Matemática, tanto em nível de graduação como de formação continuada, procurando atender à alta demanda desses profissionais na rede pública.

O Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF/Unifesp), que constitui a unidade universitária do Campus Diadema, oferece sete cursos de graduação (Ciências Ambientais, Ciências Biológicas, Engenharia Química, Farmácia e Bioquímica, Licenciatura Plena em Ciências, Química e Química Industrial), nos quais estão matriculados 2.549 estudantes. Em nível de pós-graduação *stricto sensu*, estão em vigência seis programas, com 161 inscritos: Análise Ambiental Integrada, Biologia Química, Biotecnologia, Ciências Farmacêuticas, Ciência e Tecnologia da Sustentabilidade, Ecologia e Evolução, Engenharia e Ciência de Materiais e Ensino de Ciências e Matemática. São também desenvolvidas diversas ações de extensão universitária, principalmente nas áreas de educação e saúde, o que tem contribuído para uma aproximação gradual com a comunidade de Diadema.



Aula Botânica ■ Campus Diadema

O campus distribui-se em quatro unidades, sendo três delas localizadas no centro do município de Diadema: Unidade Antônio Doll (estabelecida em imóvel alugado), Unidade Manuel da Nóbrega/ Fundação Florestan Fernandes (que funciona em imóvel cedido pela prefeitura do município) e Unidade José Alencar. No bairro Eldorado encontra-se a Unidade José de Filippi, próxima à represa Billings, em área de proteção e recuperação de mananciais. As instalações destinadas ao treinamento dos(as) estudantes e à realização de pesquisas científicas somam - além da central de análises - 60 laboratórios, dotados de equipamentos de ponta. A consolidação do campus será atingida com sua implantação definitiva no centro da cidade de Diadema, de acordo com o Plano Diretor de Infraestrutura aprovado no final de 2014, estando previsto o início da construção das primeiras edificações até final de 2016.

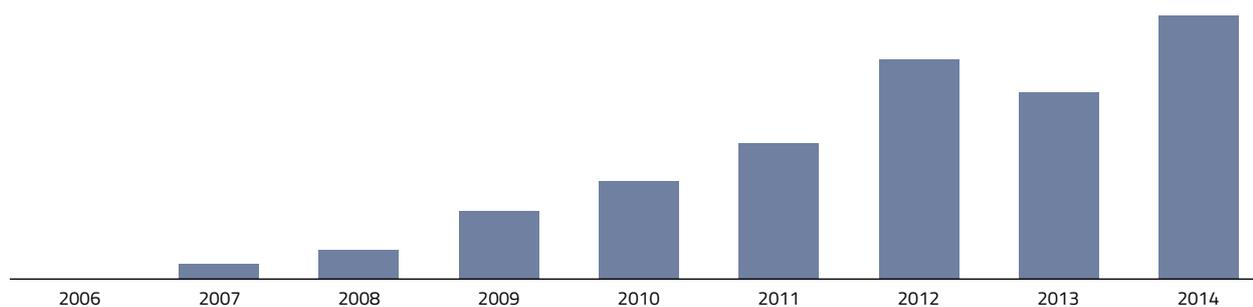
Quadro 4 – Informações Acadêmicas do Campus Diadema

Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas - ICAQF/Unifesp	
Ano de inauguração:	2005
Cursos de Graduação:	Ciências Ambientais; Ciências Biológicas; Engenharia Química; Farmácia e Bioquímica; Licenciatura em Ciências; Química; Química Industrial.
Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>:	Análise Ambiental Integrada; Biologia Química; Ciências Farmacêuticas; Ciência e Tecnologia da Sustentabilidade; Ecologia e Evolução; Engenharia e Ciência de Materiais; Ensino de Ciências e Matemática.

Tabela 4 - Campus Diadema: número de estudantes matriculados por categoria (2006-2014)

Ano	Graduação	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Presencial	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> à Distância	Total
2006	0	0	0	0	0
2007	199	0	0	0	199
2008	386	0	0	0	386
2009	650	0	0	257	907
2010	1.232	16	0	54	1.302
2011	1.725	79	0	0	1.804
2012	2.081	121	0	717	2.919
2013	2.302	123	0	50	2.475
2014	2.499	128	0	871	3.498

TOTAL ESTUDANTES:



Fonte: Elaborado com dados do Sistema Integrado de Informações Acadêmicas (Siiu/Unifesp)

1.5.4 Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/Unifesp) - Campus Guarulhos

Criada em 2007, a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/Unifesp) constitui a unidade universitária do Campus Guarulhos. Seu projeto acadêmico propõe a integração entre as áreas de conhecimento das ciências humanas e intenciona formar cidadãos aptos a atuar de forma crítica e propositiva. A adoção desses pressupostos justifica-se diante das exigências da sociedade atual e das possibilidades de emergência de novos conhecimentos, gestados na interface dos diferentes campos do saber. Em seu campo de atuação, busca cumprir a função social de produção e difusão do conhecimento, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática e menos desigual.



Vitor Salgado e Alline Toshia

Sala de aula ■ Campus Guarulhos

Quadro 5 – Informações Acadêmicas do Campus Guarulhos

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/Unifesp)

Ano de inauguração: 2007

Cursos de Graduação: Ciências Sociais; Filosofia; História; História da Arte; Letras – Português; Letras – Português/Espanhol; Letras – Português/Francês; Letras – Português/Inglês; Pedagogia.

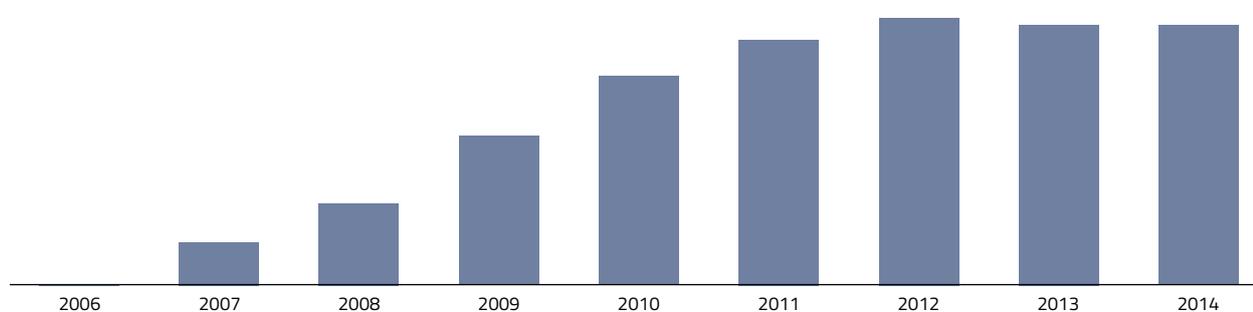
Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Ciências Sociais; Educação; Educação e Saúde na Infância e Adolescência; Filosofia; História; História da Arte; Letras.

Programa de Residência Pedagógica

Tabela 5 - Campus Guarulhos: número de estudantes matriculados por categoria (2006-2014)

Ano	Graduação	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Presencial	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> à Distância	Total
2006	0	0	0	0	0
2007	573	0	0	0	573
2008	1.088	0	0	0	1.088
2009	1.958	23	0	0	1.981
2010	2.700	73	0	0	2.773
2011	3.129	125	0	0	3.254
2012	3.334	215	0	0	3.549
2013	3.167	289	0	0	3.456
2014	3.203	248	0	0	3.451

TOTAL ESTUDANTES:



Fonte: Elaborado com dados do Sistema Integrado de Informações Acadêmicas (Siiu/Unifesp).

1.5.5 Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT/Unifesp) – Campus São José dos Campos

O Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT/Unifesp) oferece sete cursos de formação superior. O Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT) nasceu com base interdisciplinar e características inovadoras. Ele é o curso de entrada para os demais cursos, com duração de 3 anos, no qual se busca formar um profissional com forte base em ciência e tecnologia. Após formar-se no BCT, o aluno pode optar ou não por seguir um dos seis cursos de formação específica: Biotecnologia, Bacharelado em Ciência da Computação, em Matemática Computacional, em Engenharia Biomédica, em Engenharia da Computação e em Engenharia de Materiais.

Com 100% de seu corpo docente com doutorado e atuação marcante em atividades de pesquisa, para além do ensino de graduação, os diferentes grupos se mobilizaram na elaboração de programas de pós-graduação. Assim, desde 2016, os seguintes Programas de Pós-Graduação estão em funcionamento: Biotecnologia (Mestrado e Doutorado); Ciência da Computação (Mestrado e Doutorado); Engenharia Biomédica (Mestrado, recém aprovado); Engenharia e Ciência de Materiais (Mestrado e Doutorado); Matemática Aplicada (Mestrado); Mestrado Profissional em Matemática; e Pesquisa Operacional - em associação com o ITA (Mestrado e Doutorado).

Em sua ainda breve trajetória de nove anos, o ICT/Unifesp formou cerca de 400 bacharéis na área de ciência e tecnologia. É possível afirmar que todos continuam atuando na área de C&T, na academia, como funcionários

ou empregados em empresas privadas e, também, como empreendedores. Em seus programas de pós-graduação, o ICT/Unifesp já formou duas dezenas de mestres, atuantes tanto na academia quanto na indústria. Dentre os egressos desses programas, vários já criaram suas próprias empresas. Esses quantitativos estão aumentando exponencialmente. Assim, de forma sempre crescente, o ICT/Unifesp tem cumprido uma de suas principais missões: a formação de jovens capazes de resolver problemas desafiadores em ciência e tecnologia de forma inovadora, em especial os problemas nas áreas convergentes de Nanotecnologia, Biotecnologia, Tecnologia da Informação e Ciência Cognitiva (NBIC). Essa missão é fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, trazendo benefícios para a população. Exemplos de países mais desenvolvidos têm mostrado que os avanços alcançados pela sociedade contemporânea no campo econômico, na saúde, na segurança e em outros são dependentes de inovações científicas e tecnológicas, especialmente relacionadas às áreas centrais da convergência tecnológica (NBIC).

A Unifesp está ciente de que tem um papel central na inclusão de jovens de 18-24 anos nas universidades públicas e acredita, portanto, na necessidade de investir na formação de uma nova geração de profissionais que inclui os engenheiros e bacharéis em áreas técnico-científicas. É nesse cenário que o Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT/Unifesp), instalado no Parque Tecnológico de São José dos Campos, tem atuado por meio de um projeto pedagógico institucional alicerçado na interdisciplinaridade e na relação universidade-empresa. Interdisciplinar, pelo fato de os principais problemas da humanidade, e do país em particular, demandarem uma visão geral e sistêmica da ciência, como os relacionados com a convergência proposta nesse PDI. Ressalte-se, também, que a relação universidade-empresa é tão essencial para formar jovens fluentes e inventores de tecnologia como um hospital escola é para a formação de médicos.



Laboratório de informática ■ Campus São José dos Campos

Em paralelo, o ICT/Unifesp desenvolve pesquisa científica de excelência e extensão universitária inovadora e de impacto social. Afinal, só é possível formar um jovem engajado socialmente, criativo e inovador se esse jovem for ator e conviver em um ambiente de criação, de pesquisa e de inovação em contato colaborativo com a sociedade.

A atuação do ICT/Unifesp está, assim, em harmonia com as novas tendências mundiais do ensino superior, concebidas sob a consciência de que a manutenção do *status quo* na formação de recursos humanos não é suficiente para atender a forte demanda por mudanças que a sociedade contemporânea exige e, também, para responder aos desafios de solucionar importantes problemas relacionados à energia, alimentos, meio ambiente, água, saúde e comunicação, que requerem um conhecimento multidisciplinar por parte do profissional. Nota-se, assim, que prestes a completar dez anos o ICT/Unifesp inova e vem se consolidando como um instituto de referência no país em suas áreas de atuação; mas o instituto pode e quer mais. Como mostrado neste PDI, é objetivo do ICT/Unifesp abrir novos cursos, aumentar o número de ingressantes, contratar mais docentes e técnicos administrativos em educação, consolidar a infraestrutura do campus, principalmente no sentido de congregar todas as atividades de graduação e pesquisa em um único local: o Parque Tecnológico. Além disso, são consideradas ações importantes: oferecer mais interação com a comunidade, por meio dos programas de extensão; oferecer mais interação com empresas que visem a formação profissional de graduandos e de pós-graduandos no desenvolvimento científico e tecnológico; e atender as demandas e expectativas da região e do país, oferecendo-lhes ensino superior de qualidade e contribuindo com seu desenvolvimento.

Mais ainda, o ICT/Unifesp ambiciona ser um campus de classe mundial, visando excelência em pesquisa. Para tanto, pretendemos expandir as políticas de internacionalização, continuando a investir e aprimorar um sistema de ensino diferenciado e a estimular e facilitar o desenvolvimento de pesquisa de nível internacional que favoreça a mobilidade acadêmica, implantando ações que permitam a atração de investimentos e de pesquisadores e estudantes estrangeiros.

Por fim, reafirma-se que o nosso objetivo é a consolidação do Campus de São José dos Campos como uma referência de excelência em ensino, pesquisa e extensão para as instituições de ensino superior no Brasil e no exterior.

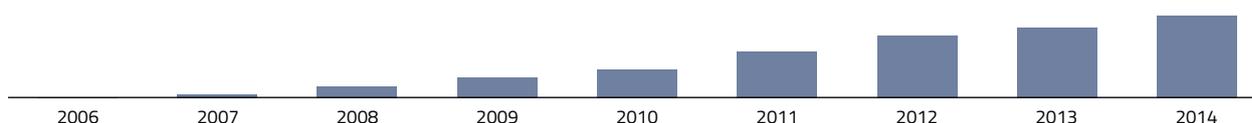
Quadro 6 – Informações Acadêmicas do Campus São José dos Campos

Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT/Unifesp)
Ano de inauguração: 2007
Cursos de Graduação: Biotecnologia; Ciência da Computação; Ciência e Tecnologia; Engenharia Biomédica; Engenharia de Computação; Engenharia de Materiais; Matemática Computacional.
Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>: Biotecnologia; Ciência da Computação; Engenharia Biomédica; Engenharia e Ciência de Materiais; Matemática Aplicada; Matemática em Rede Nacional; Pesquisa Operacional.

Tabela 6 - Campus São José dos Campos: número de estudantes matriculados por categoria (2006-2014)

Ano	Graduação	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Presencial	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> à Distância	Total
2006	0	0	0	0	0
2007	51	0	0	0	51
2008	148	0	0	0	148
2009	276	0	0	0	276
2010	379	0	0	0	379
2011	620	0	0	0	620
2012	783	42	0	0	825
2013	857	79	0	0	936
2014	1.016	73	0	0	1.089

TOTAL ESTUDANTES:



Fonte: Elaborado com dados do Sistema Integrado de Informações Acadêmicas (Siiu/Unifesp)

1.5.6 Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN/Unifesp) - Campus Osasco

O Campus Osasco da Unifesp iniciou suas atividades em 14 de março de 2011. A unidade universitária, a Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN/Unifesp) abriga cinco cursos na área das Ciências Sociais Aplicadas: Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais. O curso de Ciências Atuariais passou a funcionar em fevereiro de 2013.

Em 2013, começaram a funcionar, também, as atividades de pós-graduação, com o Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas. Em 2015 foi criado o Mestrado Acadêmico em Economia e Desenvolvimento, com suas primeiras turmas no 1º semestre de 2016.

Ao final de 2015, o campus possuía:

- 84 docentes, quase todos doutores;
- 1.382 alunos de graduação;
- 32 alunos de pós-graduação;
- 1 programa de mestrado profissional;
- 1 programa de mestrado acadêmico;
- 2 programas de especialização (EAD), com mais de 700 alunos.



Vitor Salgado e Alline Tosha

Sala de aula ■ Campus Osasco

O Campus Osasco destina-se, inicialmente, ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão nas áreas anteriormente referidas. Sua concepção educacional e acadêmica tem nos princípios estabelecidos em seu projeto político-pedagógico o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da cooperação, da liderança e da solidariedade. Tais princípios são buscados por meio de uma educação permanente, sustentada no rigor científico e na pluralidade de visões e de posturas teóricas.

O Campus Osasco tem a sua trajetória marcada pelo recente processo de expansão das universidades brasileiras, particularmente na Unifesp, em sua recente ampliação de cursos e vagas. Tem por isso, expressado toda a complexidade e as vicissitudes de tal processo, aliando uma enorme potencialidade com importantes restrições estruturais.

Além disso, o campus insere-se na realidade específica do município de Osasco e de seu entorno, uma vez que o município é polo da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Essa sub-região, como toda a RMSP, tem passado por significativas mudanças socioeconômicas que implicam a necessidade de maior ênfase na natureza interprofissional e multidisciplinar no campo do ensino e da formação profissional, na definição de novas problemáticas de pesquisa e de uma forte interlocução com a Administração Pública e com os movimentos sociais nos projetos e programas de extensão.

Nesse contexto, os cursos de Ciências Sociais Aplicadas da EPPEN/Unifesp, a saber: Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais, foram concebidos dentro de uma

proposta político-pedagógica diferenciada: a da multidisciplinaridade. Esta multidisciplinaridade é vivenciada no desenvolvimento de uma série de práticas compartilhadas por áreas de conhecimento com afinidades de saberes, pesquisas e projetos em comum, dada a complementaridade e interfaces dos cursos.

Nesse sentido, e seguindo as diretrizes estabelecidas pelo projeto político-pedagógico do campus, há o Eixo Comum (Multidisciplinar) oferecido a todos os cursos, com objetivo de apresentar conteúdos comuns a todos os cursos específicos, além de tornar possível uma maior integração entre docência, pesquisa, projetos de extensão e maior integração e troca de experiências entre os alunos e docentes de cada curso.

A atuação do Eixo Comum como área de atividades conjuntas e integradas para todos os cursos torna possível que cada um deles apresente possibilidades de desenvolver um perfil diferenciado em relação ao currículo tradicional, pois a ênfase multidisciplinar é voltada à compreensão dos fenômenos sociais e profissionais, a partir de uma perspectiva humanista, socialmente crítica e com caráter mais global e generalista, ao contrário da visão tradicional marcada por uma formação com ênfase no saber específico e estanque.

O Eixo Comum está dividido em quatro subáreas:

- Compreensão da Realidade Brasileira e as Relações Internacionais: tem como enfoque os conhecimentos nas áreas de Ciência Política, Geografia, História e Relações Internacionais, objetivando a compreensão dos vários tópicos relativos à formação e desenvolvimento do Brasil do ponto de vista político, socioeconômico e de suas relações externas.
- Formação Humanística e Compreensão Humana: tem como enfoque conhecimentos nas áreas de Antropologia, Filosofia Política, Psicologia Social e Sociologia, objetivando a formação e compreensão dos conceitos relativos às humanidades e suas diferentes expressões no mundo contemporâneo.
- Formação Científica: com foco nas áreas de Metodologia (qualitativa e quantitativa), Estatística e Matemática, objetivando a construção de conhecimento conceitual integrado e formal que permita uma base sólida em termos da compreensão da pesquisa científica e metodológica, como suporte para os diferentes cursos de Ciências Sociais Aplicadas.
- Estruturas de Células de Negócios: tem como enfoque a prática concreta de formulações e experiências le-tivas e de pesquisa na interface dos saberes sobre elaboração de projetos e técnicas de gestão que possam servir de campo de experimentação empírica para cada forma de conhecimento específico.

Em termos práticos, as unidades curriculares sob responsabilidade do Eixo Comum são disponibilizadas em caráter obrigatório e eletivo a cada um dos cursos, de forma a seguir a aplicação do projeto político-pedagógico de caráter multidisciplinar concebido para a EPPEN/Unifesp.

A experiência do Campus Osasco fomentará e catalisará, por meio de sua atuação no tripé ensino-pesquisa-extensão, os esforços da comunidade local em sua busca de desenvolvimento em termos sociais, econômicos e políticos.

O Campus Osasco pode inserir-se, dessa forma, no processo de ampliação da oferta de vagas do ensino superior público no Brasil e no Estado de São Paulo, especificamente, com uma preocupação marcadamente social e proativa no engajamento da comunidade local e seu entorno, bem como de suas instâncias governamentais, na resolução de suas questões mais prementes. É preciso reforçar, no entanto, que essa perspectiva não é meramente localista. Devido ao fato de a RMSP ser uma expressão síntese de muitos problemas brasileiros, a atuação da Unifesp pode e deve beneficiar o conjunto da sociedade brasileira.

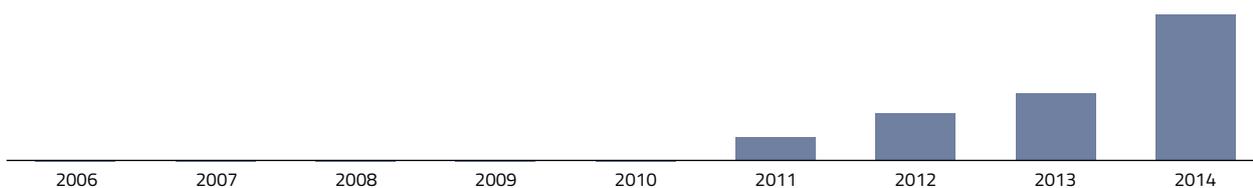
Quadro 7 – Informações Acadêmicas do Campus Osasco

Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN/Unifesp) - Campus Osasco	
Ano de inauguração:	2011
Cursos de Graduação:	Administração; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Relações Internacionais.
Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>:	Economia e Desenvolvimento; Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas.

Tabela 7 - Campus Osasco: número de estudantes matriculados por categoria (2006-2014)

Ano	Graduação	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> Presencial	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> à Distância	Total
2006	0	0	0	0	0
2007	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0
2011	317	0	0	0	317
2012	628	0	0	0	628
2013	871	25	0	0	896
2014	1.185	6	0	752	1.943

TOTAL ESTUDANTES:



Fonte: Elaborado com dados do Sistema Integrado de Informações Acadêmicas (Siiu/Unifesp)

1.5.7 Instituto das Cidades (IC/Unifesp) – Campus Zona Leste

Ao longo de 2013 e 2014, com participação de especialistas do Brasil e do exterior, de movimentos sociais e profissionais de áreas afins, por meio de audiências públicas, seminários e *workshops*, formulou-se a proposta de um instituto o qual terá como tema estratégico e aglutinador as cidades – cujas crises recentes (mobilidade, água e saneamento, moradia, meio ambiente, desafios da gestão integrada de metrópoles, violência, degradação dos espaços públicos, aumento das áreas de risco, desequilíbrios intraurbanos e regionais, imensas desigualdades

socioespaciais etc) e a necessária pesquisa de soluções são hoje questões decisivas para o futuro das sociedades, com pesquisa e análise crítica, com a formação de profissionais engajados em sua transformação e a formulação de novas políticas públicas, no Brasil e no mundo.

O projeto político-pedagógico do Instituto das Cidades (IC/Unifesp) foi resultado desse processo de discussão e mobilização. Sua redação final, aprovada no Conselho Universitário de dezembro de 2014, está disponível em cópia digital e impressa, graças ao apoio institucional do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo. A missão do Instituto das Cidades (IC/Unifesp) é favorecer espaços de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar entre formações complementares, para resolução de problemas urbanos complexos, de modo a conceber, transformar e construir cidades melhores, mais justas e sustentáveis – e tornar-se importante referência regional em redes internacionais de pesquisas em cidades, que tem crescido enormemente, com novos centros não apenas na Europa e EUA, mas também na Índia, China, África e América Latina.



Maquete ■ Campus Zona Leste

Quadro 8 – Informações Acadêmicas do Campus Zona Leste

Instituto das Cidades (IC/Unifesp) – Campus Zona Leste

Ano de início das atividades: 2013 (início das atividades de extensão).

Início previsto dos cursos de graduação: 2017

Cursos de Graduação previstos no Projeto Político-Pedagógico: Administração Pública; Arquitetura e Urbanismo; Design; Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia Civil; Engenharia de Mobilidade e Transporte; Geografia; Turismo.

1.6 Hospital Universitário (HSP/HU/Unifesp)



Loiane Wilefort

Hospital São Paulo (HSP/HU/Unifesp)

O ano de 1936 trouxe o marco fundamental do Hospital São Paulo (HSP). Em 1940 deu-se o início do seu funcionamento. A Residência Médica teve seu início em 1957. Em 2004 o Hospital São Paulo recebeu a primeira certificação como hospital de ensino. Em 2010 deu-se o início da Residência Multiprofissional e em 2011 o Hospital São Paulo foi transformado em unidade gestora. É responsável pela cobertura de uma área da grande São Paulo que abrange cinco milhões de habitantes, além de atender pacientes de outros estados do país.

Sua missão é a de prestar assistência à saúde da população, com qualidade e segurança, visando o seu bem-estar, assim como oferecer condições necessárias ao ensino e à pesquisa. Essa missão encontra-se alinhada à visão de ser um hospital de ensino reconhecido pela excelência da assistência, geração de conhecimento e relevância social. Os valores, como equidade, ética, respeito e qualidade, expressos nos princípios fundamentais deste PDI, permeiam o alinhamento entre a missão e a visão do HSP/HU/Unifesp.

Tendo em vista esta relação de mão dupla com a sociedade e com a produção do conhecimento, importa salientar que nos anos abrangidos por este PDI os processos internos do HSP/HU/Unifesp estão orientados, de um lado, para garantir a qualidade e a segurança da assistência, em que “se intensificam e se expandem as ações voltadas ao paciente; se propicia a continuidade e a integralidade do cuidado; se incorpora a humanização às práticas do cuidado e da gestão; se sistematiza a avaliação do cuidado” (Cf. Diretrizes, Metas do Caderno de Ações HSP/HU, nº I).

De outro lado, esses processos internos não dispensam a participação da comunidade universitária para planejar o ensino e a pesquisa no âmbito do HSP/HU/Unifesp, tanto para otimizar a utilização da capacidade instalada, a adequação entre a produção e a capacidade de financiamento, assim como para incrementar a gestão com

pessoas, direcionar a política de edificação e de verticalização. O desafio dos próximos anos se estende igualmente para consolidar a padronização dos processos, fortalecendo a gestão baseada em informações precisas, a criação de uma controladoria interna e a atualização do sistema de documentação. Além disso, procura-se garantir a eficácia da comunicação e da informação, tanto a interna como a externa, mediante a permanente atualização dos *sites* e dos portais, desenvolvendo aplicativos para a localização de serviços, a divulgação de normas e rotinas e a transferência de informações relevantes entre setores ou profissionais de saúde (Cf. Diretrizes, Metas do Caderno de Ações HSP/HU/Unifesp, nº II-VI).

1.7 O Contexto da Unifesp até 2015 e visão de futuro

A Unifesp iniciou as suas atividades com a criação da Escola Paulista de Medicina (1933), a inauguração do Hospital São Paulo (entre 1936 e 1940) e a criação da Escola Paulista de Enfermagem (1939). Com a federalização da Escola Paulista de Medicina (1956), a instituição tornou-se pública e gratuita, transformando-se em um estabelecimento de ensino superior, de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação. A residência médica foi iniciada em 1957. Na década de 1960, o reconhecimento conjunto do ensino, pesquisa e extensão, levou a instituição à criação de mais três cursos de graduação, voltados para pesquisa e tecnologia em saúde. Nessa mesma década, o impacto da produção científica e a potencialidade da titulação do corpo docente possibilitaram à instituição criar os primeiros programas de Pós-Graduação no Brasil.

Em 1994 a Escola Paulista de Medicina adquiriu novos contornos e transformou-se na Universidade Federal de São Paulo, inicialmente como universidade temática na área de saúde. Além dos cursos de Medicina (integral) e Enfermagem (integral), funcionam hoje no Campus São Paulo os bacharelados em Ciências Biológicas – modalidade médica (integral) e Fonoaudiologia (integral). No turno matutino, ministram-se os cursos superiores de Tecnologia Oftálmica, Radiologia e em Informática em Saúde. Em 2004, a Unifesp iniciou seu processo recente de expansão, fortalecido a partir de 2007, com o programa Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

O Campus Baixada Santista foi o primeiro a ser instalado no processo de expansão das universidades federais em todo o país. Foi fundado em 2004, quando se firmou um convênio entre a Unifesp e a Prefeitura de Santos. Atualmente o Instituto Saúde e Sociedade (ISS/Unifesp) oferece os seguintes cursos de bacharelado: Educação Física (integral), Engenharia Ambiental (noturno), Engenharia de Petróleo (integral), Fisioterapia (integral), Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar (vespertino e noturno), Nutrição (integral), Psicologia (integral), Serviço Social (vespertino e noturno) e Terapia Ocupacional (integral).

Ainda nesse processo de expansão, no final do ano de 2005, por iniciativa conjunta da Prefeitura de Diadema e da Reitoria da Unifesp, foi aprovada a criação do Campus Diadema. A partir de janeiro de 2006 foi designada uma comissão, encarregada dos trabalhos iniciais de implantação do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas (ICAQF/Unifesp) que ministraria os cursos de bacharelado em Ciências Biológicas, Engenharia Química, Farmácia e Química, todos em período integral. Em um segundo momento, houve nova expansão da graduação, com a inclusão do bacharelado em Ciências Ambientais (integral) e dos cursos noturnos em Engenharia

Química, Química Industrial, além da licenciatura em Ciências (verpertino e noturno).

Em 2007, ainda em seu contexto de projeto de expansão, a Unifesp inaugurou a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/Unifesp), no Campus Guarulhos, com os cursos de: Filosofia, Ciências Sociais, História e Pedagogia, nos turnos vespertino e noturno. Em 2009, foram acrescentadas à estrutura de graduação as áreas de Letras (em ambos os turnos) e de História da Arte (noturno). Com exceção de Pedagogia (licenciatura) e História da Arte (bacharelado), os demais cursos são oferecidos nas modalidades de licenciatura e bacharelado.

As atividades de ensino do Campus São José dos Campos iniciaram-se em 2007, com o bacharelado em Ciência da Computação, ampliando-se em 2009 com a instalação do bacharelado em Matemática Computacional. Em 2010, a unidade passou a ser denominada Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT/Unifesp) da Unifesp. Nesse mesmo ano foi introduzido o bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), ministrado em tempo integral e, a partir de 2013, também no período noturno. Em 2011 foram implantados os cursos de formação específica pós-BCT em Engenharia de Materiais (integral) e Engenharia Biomédica (integral). Em 2013, novos cursos foram acrescentados: Engenharia da Computação e Bacharelado em Biotecnologia (ambos em período integral).

Como parte desse processo de expansão, em 2010 ocorreu a mudança das estruturas acadêmica e administrativa do nível central da universidade para instalações próprias. Assim, o Campus São Paulo – Vila Clementino, estabeleceu-se como tal, de forma independente da Reitoria (transferida para novo edifício), com suas duas unidades universitárias – Escola Paulista de Medicina e Escola Paulista de Enfermagem. As Unidades de Extensão Universitária de Santo Amaro e de Embu das Artes ficaram vinculadas respectivamente ao Campus São Paulo e à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Em 2011, foram iniciadas as atividades da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN/Unifesp), no Campus Osasco, responsável pelos cursos de graduação nas áreas de Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais, todos oferecidos em turnos integral e noturno. Em 2015, foi aprovada pelo Consu a instalação do curso de Direito nesse campus.

No período de 2014 a 2016, foram elaborados o Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades e dos seus cursos, no Campus Zona Leste, sendo autorizada sua abertura pelo Conselho de Graduação (CG) e Conselho Universitário (Consu).

1.7.1 Visão de futuro

A visão de futuro da Unifesp nasce do compromisso com a construção coletiva de uma universidade pública no Brasil, empenhada em levar adiante processos concretos de democratização, voltados para a formação do discernimento crítico e para o aprimoramento de práticas emancipatórias e avançadas do conhecimento. Além de se dispor a enfrentar os desafios lançados pelos progressos da produção científica e das inovações técnicas e tecnológicas, a Unifesp também se articula no campo favorável à humanização das relações sociais, à promoção da equidade e da sustentabilidade, bem como à elevação dos patamares que condicionam o atual nível de vida da população brasileira.

Afastando-se de uma antevisão meramente instrumental do PDI, o que se estabelece é, portanto, a recusa de representar o projeto institucional da universidade na ótica reducionista e exclusiva de uma ferramenta de gestão.

Decerto, tempos de crise, riscos e incertezas não condenam o olhar prospectivo a esboçar apenas táticas pontuais de sobrevivência. Entretanto, entendendo-se os riscos como objeto de cálculo, essas ameaças podem e devem ser identificadas e administradas na medida de sua maior ou menor probabilidade, ao passo que a manifestação de incertezas, quando se compõe em massa crítica, pode e deve propiciar exercícios de ponderação mais acurada.

É sob esse prisma que se buscou caracterizar a visão de futuro da Unifesp. Propostas foram coletadas, analisadas e compiladas em oficinas temáticas, nas quais, representantes dos corpos docente, discente e técnico-administrativo em educação trataram de pensar, esclarecer, detalhar e buscar o entendimento comum sobre as atividades prioritárias de ensino, pesquisa, extensão e governança. Desenhou-se, pois, o nosso horizonte institucional.

Com vistas à consolidação da Unifesp como **polo de formação convergente**, acentuou-se o alcance de sua vocação macrorregional e interuniversitária. Sublinharam-se as potencialidades para a criação de ambientes favoráveis à **inovação historicamente responsável**, buscando aliar práticas efetivas de interdisciplinaridade e interprofissionalidade plausíveis, em contraposição a tendências adversas, tais como o isolamento geográfico e departamental, a clivagem disciplinar, a atomização das linhas de pesquisa, a propensão a confundir apoio universitário com mero assistencialismo. Destacou-se a necessidade de reconhecer os tempos distintos e por vezes entrecruzados das escolas e institutos, os tempos de implementação de políticas já consensuadas, tanto como os de debate e discussão em torno de anseios e aspirações conflitantes. Colocou-se em relevo o primado do diálogo, a busca de pactuação no estabelecimento de critérios, na adoção de parâmetros, assim como se chamou a atenção para a necessidade de prever retificações de percurso no planejamento institucional. Enfatizou-se o que se entende pelo bom rumo da universidade enquanto composto por tomadas conjuntas de decisão, desbloqueio dos gargalos de informação e dos entraves de comunicação, desenvolvimento de responsabilidades compartilhadas, autoavaliação continuada da relação entre processos e resultados.

Em suma, a relevância nacional emerge e se configura como foco para orientar, a partir do PDI 2016-2020, as metas e os procedimentos, as políticas e os planos de ação que podem e devem moldar o perfil da Unifesp, reconhecida como centro de qualidade, com incidência macrorregional, estadual e referência para todo o país.

Capítulo 2

O que Fazemos

A transformação e a consolidação de uma nova concepção de universidade pública impõem outras formas de organização, desenvolvimento e avaliação de inúmeras atividades que caracterizam uma instituição universitária. A Unifesp encontra-se nesse momento singular, propício para uma revisão crítica de sua identidade, devido à história recente que a modificou e a colocou diante de enormes desafios, engendrada pelas ações de ensino, pesquisa e extensão que vêm sendo desenvolvidas em sua territorialidade múltipla, difundidas entre seus seis campi e um hospital universitário. As escolhas por determinadas formas de fazer e ser espelharão as bases futuras do seu reconhecimento, nacional e internacional, como uma instituição educacional pública, referência em todos os campos do conhecimento.

2.1 Bases para o desenvolvimento acadêmico

As políticas públicas atuais para o ensino superior, decorrentes das reformas educacionais ocorridas a partir dos anos de 1990, impuseram às universidades públicas brasileiras realidades desafiadoras. A expansão que hoje se reconhece pela ampliação de vagas nos cursos de graduação, e consequente aumento dos cursos de pós-graduação, nem sempre foi acompanhada de infraestruturas física, financeira, humana e intelectual adequada para um atendimento de qualidade. Gerado por essa realidade, o imediatismo que tem demarcado as respostas dadas pelas universidades aos seus problemas emergenciais desperta a necessidade de se reencontrar, no interior de

cada instituição, a sua vocação e finalidade públicas.

A construção de um plano de desenvolvimento institucional – PDI pode ocupar a centralidade nesse processo porque permite a ressignificação das finalidades e valores de uma instituição de ensino e a elaboração de novas formas de atuação social. Embora seja identificado como uma exigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) para atos de credenciamento e reconhecimentos de instituições e cursos de ensino superior, muitas vezes reduzido a um documento com espaço e tempo delimitados, o PDI, antes de tudo, caracteriza-se como um compromisso da instituição, firmado entre os segmentos que a compõem, para manter a articulação e a coerência entre as diversas ações que são desenvolvidas em seu interior.

É com essa perspectiva que o PDI 2016-2020 foi cuidadosamente planejado e elaborado, com vistas a oferecer, a toda a comunidade acadêmica, diretrizes gerais para as múltiplas e complexas ações que, durante seu pleno desenvolvimento, inspirarão outra maneira de ser Unifesp, contribuindo para modificar sua atual configuração.

Por essa compreensão e pautado pelos princípios que fundamentam o PDI 2016-2020, assim como pelos eixos que estruturam a universidade, declarados ao longo desse documento, o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) complementa o PDI e reúne um conjunto de diretrizes pedagógicas. Esse conjunto orienta as ações de ensino desenvolvidas na instituição, tanto aquelas referentes aos cursos de graduação e de pós-graduação quanto as que se referem às atividades de pesquisa e de extensão, em busca da formação desejada, a ser desenvolvida em todas as instâncias, de acordo com a visão de futuro que se pretende alcançar – instituição social que prima pela convergência de cultura e conhecimento social. Na vigência do PDI 2016-2020, essas diretrizes deverão ser aprofundadas e reorganizadas, além de servirem de parâmetros para aferir a qualidade da educação oferecida.

2.1.1 Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI

A indicação de diretrizes para toda ação de ensino desenvolvida na instituição firma-se no objetivo de orientar o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas desenvolvidas na Unifesp, promovendo o alcance do perfil de universidade pública que se deseja construir ao longo da vigência do PDI. Com base na compreensão de que essas diretrizes devem ser consideradas em cada um dos projetos pedagógicos dos campi, dos cursos ou programas que são desenvolvidos na instituição, preservadas as especificidades de cada área de conhecimento, mas com vistas a uma integração mais efetiva entre elas, o plano assumido nesse documento é, ainda, indicativo deflagrador de um debate que merece ser reconhecido por toda a comunidade acadêmica.

A multiplicidade de áreas de conhecimento que compõem as diversas escolas e institutos da Unifesp e o conjunto de atividades desenvolvidas em ensino, pesquisa e extensão, ao demarcar a amplitude de possibilidades de inserção social em cada uma das regiões em que se situa, indicam, a um só tempo, o padrão de formação ofertada e seu reflexo nas ações desenvolvidas quando da inserção de seus estudantes no mundo do trabalho.

Nesse contexto de análise, indicam-se três diretrizes principais: i) qualidade do ensino; ii) qualidade do profissional que ensina; iii) qualidade da formação do estudante egresso inserido em seu campo profissional.

Em referência à qualidade do ensino compreende-se que qualquer forma de organização do trabalho pedagógico, como prática social, que acontece em um contexto caracterizado por sua multideterminação, implica tomada

de consciência sobre as finalidades da educação superior, por um lado, e sobre o perfil do estudante que se quer formar por outro.

Assim, independentemente da área de escolha do estudante que ingressa na Unifesp, espera-se que ao final de sua trajetória de formação, amplie conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para o seu desenvolvimento intelectual, profissional, pessoal e social:

- formação humanística pautada em sólidos fundamentos teóricos e teórico-práticos;
- desenvolvimento de autonomia intelectual;
- visão aprofundada de sua área específica sem descuidar das potencialidades de integração com as demais áreas do conhecimento;
- domínio de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da sensibilidade;
- capacidade para enfrentar desafios e buscar as melhores soluções para os problemas que se apresentam;
- realização profissional e interprofissional pautada nos princípios da ética e da justiça social;
- habilidades de avaliar, sistematizar e decidir sobre a conduta mais apropriada em situações que lhe são impostas pela profissão;
- capacidade de vincular responsabilidades pessoal e social;
- formação que amplie possibilidades de atuação para diversas alternativas profissionais;
- capacidade de desenvolver trabalhos de forma colaborativa;
- capacidade de investigação;
- domínio de conhecimento diversificado;
- capacidade de continuar aprendendo ao longo da vida;
- formação ampla e crítica que ultrapasse as fronteiras da própria instituição, proporcionadas por intercâmbio e experiências internacionais.

Embora a Unifesp tenha adotado modelos diferenciados de formação, caracterizados geograficamente em seus diversos campi, as assertivas acima convergem para a construção efetiva da interdisciplinaridade nas matrizes curriculares das escolas e institutos, de modo a possibilitar ao estudante ter contato com áreas de conhecimento mais amplas que são comuns aos cursos oferecidos e permitam, também, a circulação e o convívio entre estudantes de cursos distintos, mais integradores, flexíveis e convergentes que atendam às necessidades de formação nos diversos campos do conhecimento.

Como consequência, espera-se dos docentes o reconhecimento do seu papel mediador no processo de ensino, com a adoção de metodologias demarcadas por enfoques problematizadores que estimulem os conhecimentos teórico, empírico e experimental, combinados ao uso de tecnologias digitais, em que a pesquisa e a investigação sejam empreendidas como procedimentos fundamentais para a consolidação da autonomia intelectual do estudante, além de práticas de avaliação qualitativas de diagnóstico e de ajuste do processo de ensino e aprendizagem.

No que se refere à qualidade do profissional que ensina, embora a quase totalidade do corpo docente da Unifesp tenha o doutorado como qualificação profissional (1.405 dos 1.461, ou seja, 96,2% dos(as) professores(as)) e se caracterize como composto por profissionais de renome no cenário científico e acadêmico, estudos e pesquisas no campo da pedagogia universitária explicam que a docência é portadora de um conhecimento específico o que exige, portanto, uma formação específica. Diante dessa análise, para a Unifesp alcançar maior qualidade no

ensino torna-se necessário a promoção de políticas de desenvolvimento profissional docente e formação permanente a serem planejadas e executadas em articulação entre as Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa, de Extensão e Cultura, de Gestão com Pessoas e a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

Tabela 8 – Docentes por titulação (2015)

Campus	Livre docência	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Total
São Paulo	146	407	28	6	2	589
Baixada Santista	4	187	2	0	0	193
Guarulhos	3	225	6	0	0	234
Diadema	3	242	2	0	0	247
São José dos Campos	1	92	0	0	0	93
Osasco	0	72	9	0	0	81
Reitoria	4	19	0	0	0	23
HU	0	0	0	1	0	1
TOTAL	161	1.244	47	7	2	1.461

TOTAL:



Fonte: Elaborado com dados da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas.

Sobre a qualidade da formação do estudante egresso inserido em seu campo profissional e/ou de pesquisa, será necessário inaugurar na Unifesp uma política de acompanhamento do egresso, pautada em dois eixos centrais: reconhecimento e avaliação da inserção profissional dos egressos dos diversos cursos, programas e pesquisas da instituição e participação dos egressos na vida da instituição, ampliando a responsabilidade institucional pela sua formação permanente. O objetivo central, entre outros, é conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, características de seu processo de inserção na profissão ou motivos que o fizeram seguir outros rumos, além de reconhecer as contribuições sociais que sua inserção profissional proporciona. Esses dados, coletados e analisados em um contínuo, serão indutores da revisão de programas, projetos de cursos, planos de ensino e, quando for o caso, das próprias diretrizes desse PPPI. Dessa forma poder-se-á analisar se as escolhas tomadas pela Unifesp daqui para frente estão sendo contempladas ou se possíveis adequações serão necessárias. Ações nessa direção poderão ser planejadas e executadas em articulação entre as Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa, de Extensão e Cultura, de Planejamento e a Comissão Própria de Avaliação (CPA). A interdependência inerente às três diretrizes indicadas, visando à qualidade na realização do ensino em toda a extensão da universidade, exige processos contínuos de acompanhamento e avaliação firmados pelo compromisso de toda

a comunidade acadêmica e científica para o seu alcance.

2.1.2 Integração e articulação interunidades

Alterações recentes na composição da Unifesp, tais como significativo crescimento de seus campi e das áreas de conhecimento, por meio das quais executa suas atividades-fim, do número de docentes, TAEs e discentes, ainda não tiveram tempo de ser completamente assimiladas por toda a comunidade. Além disso, a forma como a Unifesp se expandiu, seguindo o modelo multicampi que se instalou em todo o território nacional, acabou por criar um desenho próprio baseado em sua distribuição geográfica e por área de conhecimento.

Se por um lado essa distribuição permitiu maior penetração em áreas diversificadas que possibilitaram o acesso da população ao ensino superior, redimensionando o desenvolvimento da comunidade local e facilitando a concentração de esforços pela proximidade dos cursos, por outro, essa amplitude inibiu a possibilidade de maior integração e articulação entre os diversos campi da Unifesp e uma produção de conhecimento mais integrada.

Nessa direção, o desafio para os próximos anos de vigência do PDI 2016-2020 é, ao compreender o modelo de universidade multicampi, que foi imposto pela expansão universitária, perceber a singularidade de cada contexto e os fatores que dificultam ou facilitam o avanço da instituição. Assim sendo, cabe analisar os vínculos existentes entre as diversas áreas de conhecimento, por meio de um diálogo entre os campos temáticos e os sujeitos que vivenciam essa forma de organização: aumentar a possibilidade de circulação dos docentes em toda a universidade; desenvolver projetos de pesquisa e extensão intercampi; ampliar a organização de eventos integrados, a exemplo do Congresso Acadêmico da Unifesp, promovido pela Reitoria, no qual estudantes e pesquisadores de todas as unidades apresentam e discutem suas pesquisas e participação nos diversos programas existentes; reinstalar o Fórum Integrador de Pesquisadores da Unifesp. Tais vínculos constituiriam formas de viabilizar a integração e a articulação interunidades.

2.1.3 Práticas de conhecimento convergente

Questões centrais da universidade deverão ser enfrentadas de forma global e não pela ótica disciplinar, pois, dessa forma, a soma dos conhecimentos poderá ser mais efetiva na busca de solução para as questões complexas. Essa forma de trabalho será eficaz se os princípios da convergência forem aplicados, simultaneamente, no ensino, na pesquisa e na extensão.

Embora a discussão sobre a importância de caminhar em direção ao ensino e à pesquisa multidisciplinar já dure várias décadas, é necessário observar que a formação universitária é, ainda, essencialmente disciplinar e que os programas multidisciplinares, embora existentes, são absolutamente marginais. Desse modo, a necessidade de criar certa "porosidade" entre as disciplinas não tem sido outra coisa que um discurso retórico e, em decorrência, tem dificultado a implementação de verdadeiros programas multi ou transdisciplinares. Ademais, as tentativas interdisciplinares usam como apoio as bases disciplinares, não permitindo sair da inércia dos comportamentos mais solidificados no seio da universidade.

Assim é que os programas mais recentes criados com base em problemas têm oferecido possibilidades reais de convergência disciplinar, mas importa assegurar que tais problemas não sejam divididos de forma disciplinar para garantir a não reprodução tradicional do ensino e da pesquisa universitária.

A departamentalização (com suas disciplinas) que predomina em nossa universidade, com sua propalada “autonomia”, não é a melhor estrutura capaz de dar conta da nova convergência educacional e de pesquisa, cuja característica fundamental é a de desafiar a criatividade e a de colocar o futuro profissional frente às questões reais com capacidade de buscar soluções conjuntas com profissionais de outras áreas de conhecimento.

2.1.4 Relevância social e acadêmica

A expansão pública deve ser forte para permitir o contraponto necessário ao modelo privado, garantindo a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas, assim como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enfatizando a formação crítica e problematizadora, voltada para o conhecimento e resolução dos problemas do povo brasileiro. Sob essa perspectiva, a Unifesp, definida por sua autonomia institucional no contexto da expansão, desponta no cenário nacional e internacional como uma instituição social capaz de compreender seu papel no enfrentamento dos desafios e problemas da contemporaneidade ao retomar a relevância da universidade, de seus intelectuais, cientistas, técnicos e estudantes, para transformar o país, influenciar a tomada de decisões estratégicas sobre o seu desenvolvimento, qualificar a ação do Estado e suas políticas públicas e fortalecer a sociedade informada, capaz de refletir permanentemente sobre sua história e desafios futuros.

Assim, as inúmeras áreas de conhecimento que passaram a compor a estrutura da Unifesp alargaram o alcance de sua atuação e, conseqüentemente, sua relevância acadêmica e científica passou a ser inegável. Acordos de cooperação com prefeituras locais, processos de internacionalização advindos de convênios com instituições internacionais de renome, produção científica de ponta, inúmeros prêmios concedidos a alguns docentes, publicações em periódicos indexados em bases nacionais e internacionais podem ser exemplos de como a instituição tem se empenhado para elevar a qualidade da produção de conhecimento que é inerente à sua razão de ser. Cabe agora, em atendimento a uma conjuntura dinâmica e complexa, instituir uma cultura de ensino, pesquisa e extensão que tenha como base projetos interdisciplinares, envolvendo diferentes áreas de conhecimento e diferentes docentes e discentes dos diversos campi existentes.

2.2 Ensino, pesquisa e extensão

A Unifesp assume o objetivo primordial de promover o desenvolvimento da formação humanística, científica e cultural, mediante práticas cujo *ethos* acadêmico esteja pautado em permanência pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, pela interdisciplinaridade da organização curricular e pela convergência dos processos contemporâneos do conhecimento.

A caracterização de tais práticas acadêmicas – consequentes com os princípios fundantes da democracia, da transparência e da equidade, consistentes com a qualidade e com a relevância social, compatíveis com a construção da unidade na diversidade e propiciadoras da sustentabilidade e da promoção do bem-estar social e ambiental – parte da compreensão de que toda a comunidade universitária se encontra empenhada na construção das condições necessárias e suficientes para consolidar-se em um novo patamar institucional.

Compreende-se que, nesse sentido, o objetivo primordial da Unifesp, assim como a compreensão do teor ins-
tituinte de suas práticas acadêmicas não de estar articulados a diretrizes que possam:

- Nortear as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, zelando para que os paradigmas do PPPI da Unifesp busquem o aperfeiçoamento e a flexibilização de suas matrizes curriculares, de modo a otimizar a relação entre disciplinas, a interdisciplinaridade e a implementação de ambientes institucionais de convergência;
- Assegurar a gestão participativa dos recursos humanos e materiais para que os níveis de qualidade e relevância social se aproximem das metas almejadas, debatidas e expressas de modo consensual nas políticas e ações institucionais da Unifesp;
- Intensificar o estudo das potencialidades de formação convergente e da educação à distância, zelando pela qualidade e fazendo bom uso das tecnologias educacionais as mais avançadas para as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Consolidar a gama de correlações entre as políticas e as ações afirmativas da Unifesp, assegurando o ingresso, o acesso e a permanência de professores, estudantes e TAEs;
- Capacitar a comunidade universitária com vistas à efetivação dos programas de mobilidade acadêmica, de inserção internacional, assim como os de acompanhamento de diplomados e egressos, com vistas à atualização estratégica das propostas que visam o aprimoramento constante de todos os cursos oferecidos pela Unifesp.

2.2.1 Graduação

A missão da graduação na estrutura universitária é a garantia da sólida formação geral e profissional dos(as) estudantes, visando prepará-los tanto para o desempenho competente, crítico e ético de atividades profissionais, quanto para o prosseguimento de estudos em nível de pós-graduação. A graduação, em sentido *lato*, é ao mesmo tempo responsável pela conservação e disseminação da nossa herança cultural, por meio do ensino, como também pela incorporação dos desdobramentos científicos, culturais e tecnológicos mais recentes, pela imprescindível aproximação que deve ter com a pesquisa e com as atividades de extensão universitária.

Destaca-se que, com a recente expansão e abertura de novos cursos de graduação, a partir de 2006, a Unifesp abriu-se às várias áreas do saber, tornando-se uma universidade plena, e ganhou ainda mais visibilidade do que já possuía. Antes mesmo da política de expansão do ensino superior público, que se estabeleceu em 2007 no Brasil (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 - Reuni), a Unifesp deu início a um processo de crescimento vertiginoso na oferta de novos cursos de graduação e, como consequência, no número de alunos e de professores e técnicos que nela atuam. Com isso, houve um reposicionamento importante da graduação, no âmbito interno da instituição,



Vitor Salgado e Alline Toshia

Sala de aula ■ Campus Diadema

que passou a ocupar um lugar estratégico e de destaque. A título de comparação, a Unifesp dispunha, em 2004, de 1.574 graduandos, matriculados em seis cursos de graduação na área da saúde, no Campus São Paulo, sendo um deles sequencial e nenhum oferecido no turno noturno. Hoje, há 12.596 graduandos matriculados em 51 cursos (carreiras), entre bacharelados, licenciaturas e tecnológicos, ofertados em diferentes áreas do conhecimento, em seis campi e diversos turnos. Em outras palavras, a instituição passou por um crescimento de 700% no número de alunos matriculados na graduação.

O princípio geral que tem orientado as ações da graduação da Unifesp ao longo dessa expansão é a garantia de uma formação superior consistente para os(as) estudantes de todas as áreas, voltada ao exercício pleno da cidadania, ao acesso, produção e difusão de valores, práticas e conhecimentos socialmente relevantes e referenciados, conservando a herança cultural e científica da humanidade, rompendo, ao mesmo tempo, com a tradição elitista que reserva a camadas privilegiadas da população o acesso à cultura e à educação superior. Uma formação que incorpora a pluralidade e a diversidade social, que busca fomentar a participação consciente e o protagonismo na construção de uma sociedade justa, inclusiva e solidária. O período da recente expansão terá sido infecundo se a graduação da Unifesp não trabalhar diuturnamente em prol da sólida formação cultural e do desenvolvimento do espírito científico, crítico e reflexivo dos(as) estudantes de graduação.

As atividades acadêmicas da Unifesp estão direcionadas à produção de conhecimentos estratégicos para o desenvolvimento brasileiro, buscando contribuir decisivamente com a promoção da identidade cultural, científica e tecnológica do país, recusando-se a absorver tão somente a ciência, a tecnologia e a cultura produzidas alhures.

Para tanto, a instituição estabeleceu como fundamento didático-metodológico o tripé ensino-pesquisa-extensão, pugnando por uma formação superior com base na articulação entre os processos de: 1) ensino e apropriação de conhecimentos, visando a preservação do patrimônio científico, técnico e cultural relevante à realidade e ao exercício da cidadania; 2) produção de conhecimento científico, cultural, técnico e artístico, visando o desenvolvimento da criatividade intelectual e da análise, reflexão e crítica social; e 3) intervenção na complexidade social, visando ao bem-estar humano e à superação de injustiças e desigualdades sociais.

Considera-se que essa articulação estimula, ao mesmo tempo, uma espiral de retroalimentação desses processos e uma relação orgânica entre a formação universitária e a sociedade, assentada na transformação individual e do mundo. Por serem constitutivas da formação, as atividades de ensino, pesquisa e extensão estão contempladas nos projetos político-pedagógicos dos cursos e da instituição, orientando o trabalho coletivo de formação.

Nesse sentido, o propósito da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) é o de planejar, propor, avaliar e coordenar junto com a comunidade acadêmica, em uma governança participativa, as políticas e diretrizes consoantes ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação da Unifesp, conservando e aprimorando o excelente patamar acadêmico e científico da instituição. Ao longo do processo de expansão, a ProGrad tem sido o órgão responsável pelo suporte pedagógico e legal à elaboração ou reformulação dos projetos político-pedagógicos dos cursos, viabilizando e garantindo sua integridade, por meio da operacionalização e controle do efetivo cumprimento das matrizes curriculares estabelecidas pelos especialistas em cada área.

As políticas e ações para a graduação, declaradas tanto nos projetos acadêmicos dos campi e nos PPPs dos cursos, quanto as estabelecidas pelo Conselho de Graduação, são sistematicamente avaliadas por comissões institucionais e por comissões externas de avaliação. Em diálogo permanente com as respectivas comunidades, a ProGrad vem subsidiando e acompanhando de perto esses processos, oferecendo orientações pedagógicas, técnicas e legais, realizando reuniões preparatórias para os processos avaliativos e contribuindo para fundamentar respostas a demandas de órgãos supervisores externos.

Os cursos de graduação da Unifesp apresentaram nos dois últimos anos letivos notas iguais ou superiores a quatro (4) em qualquer das avaliações *in loco* feitas pelas comissões do Inep/MEC. Das 17 visitas de avaliação efetuadas para fins de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, sete (7) comissões atribuíram a nota máxima aos cursos avaliados, em uma proporção de 0,41 do total de avaliações realizadas no período. Esse é apenas um dos indicadores que tornam evidentes o compromisso institucional com a qualidade oferecida na formação inicial de futuros profissionais e pesquisadores brasileiros. Destaca-se, nesse ponto, o trabalho planejado e articulado das coordenadorias da ProGrad – Avaliação, Desenvolvimento Docente, Projetos e Acompanhamento Pedagógico, Projetos e Programas Institucionais, Sistema de Seleção para Ingresso de Estudantes na Universidade e a Assessoria de Internacionalização –, aliado ao trabalho realizado pelo procurador educacional institucional, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a comunidade acadêmica, visando a promoção da sólida formação geral e profissional dos(as) estudantes.

Ainda nesse sentido, destacam-se os resultados do Conceito Preliminar de Curso (CPC), outro indicador de qualidade dos cursos de graduação, estabelecido pelo MEC, calculado anualmente em acordo com o calendário do Exame Nacional de Desempenho dos(as) estudantes (Enade) e que orienta as visitas *in loco* de renovação de reconhecimento. Apresentamos abaixo o histórico institucional, desde 2007, ressaltando que a atuação conjunta da ProGrad, das coordenações de curso e dos(as) estudantes transformaram positivamente o cenário, ao longo do

período, tendo em vista a sensibilização e o esclarecimento acerca da importância da avaliação externa e de seus instrumentos, como o Enade, no que toca ao dever institucional de prestar contas à sociedade brasileira sobre resultados obtidos com o investimento público.

Tabela 9 - Resultados das avaliações *in loco* feitas por comissões de avaliação do Inep/MEC em cursos de graduação da Unifesp - 2014 e 2015

Curso	Campus	Data da visita	Conceito Final
Ciências (Lic)	Diadema	19/02 a 22/02/2014	4
Letras - Port/Ing	Guarulhos	02/02 a 05/02/2014	4
Administração	Osasco	11/05 a 14/05/2014	4
Ciências Contábeis	Osasco	30/03 a 02/04/2014	4
Ciências Econômicas	Osasco	27/04 a 30/04/2014	4
História da Arte	Guarulhos	01/10 a 04/10/2014	5
Informática em Saúde	São Paulo	04/05 a 07/05/2014	4
Letras - Port/Esp	Guarulhos	31/08 a 03/09/2014	4
Letras - Port/Ing (lic)	Guarulhos	26/11 a 29/11/2014	4
Relações Internacionais	Osasco	16/03 a 19/03/2014	5
BI em Ciência e Tecnologia (BCT)	São José dos Campos	03/09 a 06/09/2014	4
Letras Port/ Esp (lic)	Guarulhos	29/03 a 01/04/2015	5
Letras Port/Fran (lic)	Guarulhos	03/05 a 06/05/2015	4
Ciências Ambientais	Diadema	10/05 a 13/05/2015	5
BI em Ciência e Tecnologia do Mar	Baixada Santista	22/11 a 25/11/2015	5

Fonte: Elaborado com dados do Inep/MEC.

Tabela 10 - Renovação de Reconhecimento em cursos de graduação da Unifesp – 2014 e 2015

Curso	Campus	Data da visita	Conceito Final
Medicina	São Paulo	03/08 a 06/08/2014	5
Enfermagem	São Paulo	22/11 a 25/11/2015	5

Fonte: Elaborado com dados do Inep/MEC.

2.2.1.1 O princípio de convergência na graduação da Unifesp

O princípio de convergência na graduação da Unifesp se dá basicamente em dois níveis, pedagógico e organização acadêmica. No nível pedagógico, o modelo fundamenta-se no entendimento de que os problemas presentes na sociedade contemporânea são complexos e essencialmente interdisciplinares. Necessitam, portanto, de uma formação voltada a diferentes áreas de conhecimento e/ou diversas tecnologias para sua compreensão e enfrentamento. Por isso, ao mesmo tempo que se reconhece a especificidade e se promove a transmissão, o exame e o aprofundamento da produção das disciplinas “tradicionais”, busca-se fomentar estratégias de reflexão e ação no sentido de extrapolar as fronteiras disciplinares. Com isso, para além da especialização dos vários campos de conhecimentos, estimulamos processos de ensino-aprendizagem e de intervenção fundamentados no trabalho colaborativo e na formação de redes de aprendizagem e de investigação científica e social que levem a soluções inovadoras, socialmente referenciadas e a promoção e consolidação da formação inicial de qualidade.

O estímulo à integração interna e entre os campi, sempre em interlocução com a comunidade acadêmica, é imprescindível para a viabilização do princípio de convergência. Por isso, buscamos propiciar o planejamento e a implantação de atividades intercampi, com base no tripé ensino-pesquisa-extensão. São atividades como:

- O Congresso Acadêmico, evento resultante dos Congressos de Iniciação Científica (IC; existentes desde 1993), do Fórum Integrador de Pesquisadores e da iniciativa bem sucedida do Simpósio da Graduação (2014), que visou a ampliação do escopo dos Congressos de IC já tendo como base o princípio da convergência. O I Congresso Acadêmico foi realizado em 2015 e agregou estudantes, docentes e técnicos vinculados aos diferentes programas e projetos institucionais - de extensão, de graduação e de pós-graduação. Nele a comunidade acadêmica teve a oportunidade de apresentar os resultados de seus trabalhos, trocando experiências, conhecendo outros problemas e caminhos possíveis e fazendo novos contatos.



III Congresso Acadêmico da Unifesp - educação superior pública de qualidade - 2017

- O estabelecimento de espaço e tempo livres de atividades curriculares fixas nas semanas letivas, comuns nos diferentes campi, com o objetivo de viabilizar a interação entre estudantes por meio de atividades destinadas a programas institucionais, como PET-Saúde, Monitoria, Iniciação Científica e projetos de extensão. Chamado de “área verde”, já há iniciativa comum nessa direção nos Campus São Paulo e Diadema.
- O lançamento de Unidades Curriculares (UCs) optativas intercampi, oferecidas à distância a todos os(as) estudantes da universidade, como Libras (ofertada pelo curso Fonoaudiologia no campus São Paulo), Inovação em Linguagens Digitais (ofertada pela Universidade Aberta do Brasil - UAB), Elaboração e Gestão de Projetos (ofertada pelo Eixo Comum no Campus Osasco) e derivadas do Projeto de Monitoria em Cálculo (ofertada pelos campi Baixada Santista, Diadema, Osasco e São José dos Campos). A título de exemplificar o interesse despertado nos(as) estudantes com a oferta dessas UCs multicampi e do potencial contido nessa iniciativa, apresentamos abaixo a Tabela resumo das inscrições para o 1o semestre de 2016:

Tabela 11 – Número de Inscritos nas UCs multicampi oferecidas no 1o semestre de 2016

UCs Intercampi	Inscritos (Total)	Baixada Santista	Guarulhos	Diadema	Osasco	São José dos Campos	São Paulo
Cálculo	149	79		53		17	
Inovação em Linguagens Digitais	288	62	48	43	135		
Elaboração e Gestão de Projetos	347	149	77	121			
TOTAL	784	290	125	217	135	17	0

Fonte: Elaborado com dados da Pró-Reitoria de Graduação.

- A criação do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (Comfor/Unifesp), que vem permitindo a aproximação entre docentes das licenciaturas e outras áreas básicas, propondo debates sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e planejando a oferta de cursos de formação continuada. Com orçamento significativo, em 2014, o Comfor destinou mais de 70% para recursos humanos e de capital, o que tem produzido impacto direto no funcionamento interno da Unifesp e não apenas para as suas iniciativas. O Comfor tem partilhado os recursos e as experiências adquiridas com outras iniciativas da universidade que possuem o mesmo escopo, articulando e ampliando os seus benefícios.
- O estabelecimento de grupos de trabalho (GTs) pelo Conselho de Graduação (CG), com representantes das diferentes categorias e campi e apoiados pela equipe da ProGrad. O CG estabeleceu GTs para a elaboração de diretrizes norteadoras dos cursos de graduação, foram eles: GT Tempo de Integralização (junto com a equipe da Prae), GT Formas de Ingresso, GT Núcleo Docente Estruturante (NDE), GT Matrizes Curriculares, GT Histórico Acadêmico, GT Manual do Coordenador, GT Abreviação de Estudos, GT Introdução dos 10% de Atividades de Extensão nas Matrizes Curriculares dos Cursos de Graduação (junto com a equipe da Pró-Reitoria de Extensão - Proec), GT Fluxos de Mobilidade Internacional (junto com a Secretaria de Relações

Internacionais - SRI), GT Minuta de Regimento Interno das Câmaras de Graduação.

- A instalação da nova Assessoria para tratar de assuntos referentes à internacionalização e mobilidade estudantil, atuando no planejamento, fomento e implantação das políticas de internacionalização da graduação, junto com a SRI.
- Instalação da Comissão de Políticas de Permanência e Conclusão dos Cursos de Graduação, junto com a Prae, que tem produzido vários relatórios sobre a situação acadêmica dos graduandos dos diferentes campi e estabelecendo uma linha de fomento no interior da Unifesp para o desenvolvimento de pesquisas e proposta de políticas a serem desenvolvidas pela comunidade interna.
- A formação e valorização dos docentes da Unifesp, promovendo encontros presenciais entre docentes nos diferentes campi para viabilizar e desenvolver processos de formação continuada, desenvolvendo espaço virtual de interlocução com os coordenadores de curso de graduação e o Guia Prático de Apoio à Coordenação dos Cursos de Graduação.

No nível da organização acadêmica, o modelo implica uma mudança cultural, assentada, por um lado, na superação da tradicional e estanque divisão de departamentos por disciplinas e, por outro, no enxugamento, simplificação e padronização de procedimentos administrativos. Com isso, acredita-se estar estimulando um ambiente que permita o livre entrecruzamento de ideias e o desenvolvimento do trabalho colaborativo, imprescindíveis à consolidação do modelo de convergência. O estímulo à integração interna e entre os campi tem se dado por meio de ações como:

- O planejamento colaborativo, compartilhando com os campi a coordenação de políticas, ações relativas aos cursos de graduação, para fomentar a descentralização de decisões e aumento da autonomia pedagógica, acadêmica e operacional das unidades universitárias e respectivas câmaras de graduação.
- O desenvolvimento de sistemas operacionais mais eficientes, voltados às atividades acadêmicas – exemplos: Rematrícula, Coordenadoria de Diploma e Pasta Verde.
- O estabelecimento do Comitê de Técnicos Administrativos em Educação (CTAE), órgão executivo e consultivo da ProGrad e do CG.
- A implantação e revisão do Regimento Interno da ProGrad.
- A implantação da Coordenadoria de Diploma.

2.2.2 Pós-Graduação

A tradição e excelência dos programas de pós-graduação para a formação de mestres e doutores na Unifesp remetem a 1970. Seu crescimento foi significativo nas décadas de 1980 e 1990 e acentuou-se, expandindo-se para diversas áreas a partir do processo de expansão e da transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo. Nos novos campi, a pós-graduação e a pesquisa, em diferentes áreas de conhecimento estão em consolidação e expansão. Para isso são necessários ajustes quanto à adequação da estrutura física e do quadro de servidores docentes e técnicos administrativos e em Assuntos Educacionais (TAEs).

As ações institucionais promovidas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Proppq) visam fortalecer e aprimorar o ambiente de pesquisa da Unifesp, valorizando projetos multidisciplinares, interdisciplinares e

translacionais e criar novos mecanismos articuladores entre pesquisadores, estimulando a colaboração entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Tais ações visam também aprimorar o ambiente de pesquisa para criar uma atmosfera inteligente e produtiva, que contribua para melhora da qualidade de vida da população brasileira, agregando valor à economia do país e promovendo o desenvolvimento e a sustentabilidade. Estimula-se a transferência de informações intra e intercampi, envolvendo pesquisadores, técnicos e estudantes. Espera-se com essas ações aprimorar a formação de recursos humanos qualificados para exercer a função de docência em nível superior e desenvolver pesquisas de alto impacto intelectual, econômico e social.

2.2.2.1 Situação Atual

Após um período de muitos desafios para implantar novos cursos de pós-graduação em paralelo ao processo de expansão dos cursos de graduação apoiados pelo projeto Reuni, com limitações da estrutura física e de recursos humanos, estamos consolidando vários programas de pós-graduação (PPGs) e novos cursos têm sido propostos. Isto tem sido possível devido a ações estratégicas da Pró-Reitoria como a descentralização de diversas atividades para as câmaras de pós-graduação e pesquisa das unidades universitárias, com acompanhamento durante o período de transição, do aprimoramento do sistema informatizado de registro e de dados dos PPGs, da oferta de cursos de capacitação para servidores técnicos administrativos, coordenadores de programas e pesquisadores, do desenvolvimento do Escritório de Apoio aos Pesquisadores (EAP) e do estímulo à apresentação de projetos institucionais, com ênfase na aquisição de equipamentos para estruturas multiusuárias de pesquisa e desenvolvimento de técnicas avançadas.



Vitor Salgado e Ailine Tosha

Por meio de inúmeras e frutíferas discussões no Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa, está sendo realizado um diagnóstico das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças à consolidação e crescimento dos PPGs. Foram ampliadas a disseminação e a transparência das informações, assim como investimos esforços para garantir nossa representação crítica e ativa nas instâncias que discutem as políticas nacionais de educação superior, ciência, tecnologia e inovação. Isto tem ocorrido por meio de nossa maior participação e atuação nos fóruns de Pró-reitores de Pós-Graduação e Pesquisa da região Sudeste e Nacional (desde 2013), nas reuniões da SBPC, assim como em visitas agendadas à Fapesp e Capes, ampliando nossa atuação regional e nacional. Além disso, ampliamos e estreitamos nosso relacionamento com a procuradoria da Unifesp, bem como com a Procuradoria Regional, agendando reuniões para melhor compreensão das demandas e entendimentos jurídicos com o intuito de aprimorar os processos de compra, empenho, contratos, convênios etc., visando maior celeridade e transparência nas ações. Participamos do processo de integração das bibliotecas e dos sistemas de informação utilizados pela comunidade acadêmica, colaborando para a ampliação dos acervos nas diferentes áreas de conhecimento.

Com relação às ações esperadas para a pós-graduação no período 2016 – 2020, destacam-se:

- definir, em parceria com as câmaras de pós-graduação das diversas unidades universitárias, uma proposta de política geral de pós-graduação e pesquisa para os próximos anos, pactuando, com a comunidade acadêmica seus princípios básicos, objetivos e estratégias para atingi-los;
- desenvolver atividades que garantam o desenvolvimento de recursos humanos com formação diferenciada, contemplando não somente a alta capacitação técnica e científica, mas também a formação humanística e política, de modo a garantir egressos que possam de fato contribuir para o avanço da educação, ciência, tecnologia e inovação no país;
- desenvolver pesquisas de alto nível científico, humanístico ou tecnológico com impacto intelectual, econômico e de relevância social;
- definir estratégias para ampliar a infraestrutura física para pesquisa e pós-graduação, assim como os recursos humanos e financeiros necessários para atingir as metas estabelecidas;
- ampliar participação crítica e ativa nas políticas nacionais de educação superior, ciência, tecnologia e inovação;
- desenvolver sistemas para apoio à avaliação contínua dos PPGs, prevendo a participação de docentes e discentes, matriculados ou egressos;
- dar continuidade ao processo de consolidação e ampliação dos programas de pós-graduação, com ênfase em projetos inovadores e interdisciplinares;
- estimular a captação de recursos para o desenvolvimento de pesquisas, em particular, a submissão de projetos regulares e temáticos a agências de fomento;
- ampliar a efetividade do uso de recursos dos projetos de pesquisas institucionais da Unifesp por meio de uma gestão ágil, eficaz e responsável, e conseqüentemente propiciando maior disseminação e transparência das informações;
- organizar, em parceria com as Câmaras de PGPq, o parque de equipamentos, estrutura e espaços de pesquisa, priorizando a política de espaços multiusuários;
- consolidar o projeto do Escritório de Apoio aos Pesquisadores (EAP), estabelecendo pólos de atendimento em todos os campi.

As questões centrais da pesquisa desenvolvida na Unifesp estão fortemente associadas aos eixos e aos princípios listados neste PDI.

Assim, o agrupamento das principais linhas e projetos de pesquisa aqui desenvolvidos permite o estabelecimento de seis focos principais, com estudos que visam:

- estimular a convergência das ciências da vida e outras áreas do conhecimento;
- explorar as questões fundamentais da humanidade com seus desdobramentos históricos nas políticas de inclusão, direitos humanos, étnicorraciais e de gênero;
- apoiar a investigação no campo da saúde e estimular as questões que privilegiem a translação entre o conhecimento básico e sua aplicação para o bem do paciente;
- desenvolver projetos que contribuam para uma melhor compreensão das transformações sociais;
- estimular a produção de conhecimento sobre os fundamentos e aplicações das tecnologias de informação e comunicação;
- incentivar o desenvolvimento de projetos que atendam às questões voltadas para a compreensão do ambiente natural, do espaço e do universo.

Vale, também, ressaltar a existência de outras linhas de pesquisa não estritamente relacionadas aos temas acima, mas que contribuem igualmente para o desenvolvimento institucional.

O que se pretende neste PDI é estabelecer condições que permitam manter o nível de excelência das pesquisas desenvolvidas na Unifesp, apoiadas pelo recente ingresso de jovens pesquisadores que garante e dá condições à contínua renovação dos desafios científicos e que demandam soluções mais atuais e inovadoras. Entretanto, o estímulo às ideias inovadoras deve incluir, necessariamente, sua relação com as questões de sustentabilidade de longo prazo, de seu significado e responsabilidade sociais.

Assim, para dar continuidade e facilitar o engajamento das novas gerações na produção de conhecimento, tanto fundamental como aquela direcionada, mais apropriadamente, às questões humanas mais prementes, foram elaborados alguns objetivos mais específicos que incluem a melhoria da capacidade de pesquisa da Unifesp, o fortalecimento de alianças e promoção do intercâmbio com parceiros nacionais e internacionais.

A pesquisa na Unifesp é desenvolvida de modo indissociável das atividades de ensino e extensão. Com o avanço da tecnologia e expansão de novas áreas de investigação, é necessária uma atualização e ampliação da infraestrutura de pesquisa. Visando otimizar o uso de recursos e promover abordagens multi, inter e transdisciplinares, convergindo para a solução de problemas, pretendemos investir cada vez mais em equipamentos e áreas de uso compartilhado (multiusuários). Foram identificados os principais problemas estruturais de laboratórios, assim como a necessidade de manutenção ou reparos de equipamentos essenciais ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa.

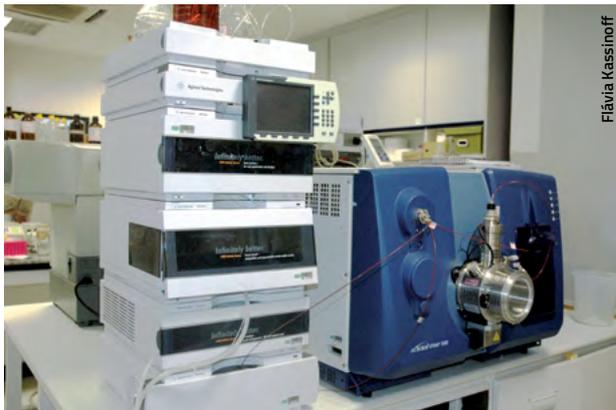
Várias ações têm sido tomadas para agilizar a resposta a demandas represadas e suplantam entraves burocráticos que dificultavam o uso das verbas institucionais de fomento à pesquisa, assim como a agilidade nas prestações de conta. Entretanto ainda é necessário investir mais em sistemas de controle informatizado que agilizem os processos e desonerem os pesquisadores. Priorizando o atendimento às demandas de laboratórios e equipamentos multiusuários, implantou-se uma política para gestão de centros compartilhados, com representação dos setores de gestão acadêmica e administrativa e representação dos usuários, com princípios e normas gerais de funcionamento estabelecidos de forma clara e objetiva. O Escritório de Apoio ao Pesquisador (EAP), desenvolvido



Mariane Santos



Mariane Santos



Flávia Kassinoiff



Flávia Kassinoiff

Imagens extraídas da revista *Entreteses* nº 3 / Novembro de 2014

Alguns dos laboratórios multiusuários da Unifesp

com o apoio da Fundação de Apoio da Unifesp (FAP/Unifesp) vem atuando na orientação e suporte aos pesquisadores para elaboração de projetos de pesquisa, na realização de cursos de estatística e para treinamento no uso de *softwares*, na assessoria estatística e na divulgação regular de lançamento de editais de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento.

Há necessidade de ampliação do EAP com polos em cada campi, que oferecerão total apoio aos pesquisadores em diferentes atividades, desde a captação de recursos e elaboração do projeto até a prestação de contas. Está em fase de implantação um sistema de controle e regulamentação das pesquisas clínicas, realizadas em parceria da Unifesp, por meio de seu Hospital Universitário (HSP/HU/Unifesp), FAP/Unifesp e SPDM (mantenedora do HSP/HU/Unifesp). Os equipamentos de pesquisa clínica de grande porte, tais como a Ressonância Magnética, adquirida com recursos da Finep, são gerenciados por comitês gestores com participação de representantes da comunidade acadêmica e das entidades participantes.

A integração entre pesquisadores dos diversos campi é, e deverá continuar a ser, incentivada, entre outras formas, pelo estímulo a grandes projetos temáticos. Com base em convites enviados a pesquisadores em 2015, deverão ser desenvolvidos conjuntos de projetos temáticos institucionais voltados para questões de grande impacto dentre as quais: longevidade e envelhecimento, oncologia, metabolismo e inflamação, tecnologias assistivas, energia e questões climáticas/recursos hídricos, drogas, violência e problemas urbanos, alimentos e segurança alimentar e formação de educadores. Para isso, serão realizadas reuniões com os pesquisadores que manifestarem seu interesse, visando aproximá-los e apoiar o desenvolvimento de projetos temáticos a serem encaminhados para agências de fomento à pesquisa ou outros potenciais financiadores.



Edições da revista *EntreTeses*

A fim de aumentar a visibilidade da Unifesp, tem sido produzida a revista *EntreTeses*, cujo objetivo é disseminar informações sobre a pesquisa e a pós-graduação desenvolvidas na instituição, tendo como alvo tanto o público interno como externo. Por meio da Coordenadoria de Gestão da Informação da PROPGPq aprofundamos o debate sobre indicadores e critérios de produção e avaliação acadêmica, bem como desenvolvemos ferramentas de apoio para organização dos dados da nossa produção de forma transparente e atualizada. Além disso, desenvolvemos aplicativos para organização interna das solicitações de apoio financeiro, acompanhamento e prestação de contas de projetos institucionais de pesquisa (Finep, RTI, Capes Pró-Equipamentos), bem como para registro dos dados dos alunos e programas de PG, incluindo os pesquisadores em estágio de pós-doutorado.

A mesma coordenadoria acompanha as discussões sobre o sistema de coleta de dados/ plataforma Sucupira da Capes e tem colaborado na construção e manutenção de *sites* vinculados ao portal da PROPGPq, para que possamos disponibilizar dados atualizados e agilizar o funcionamento dos programas de PG. Essa coordenadoria trabalha em parceria com o Departamento de Tecnologia da Informação e Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Ceti) para melhor estabelecimento de fluxos de informação e de meios que permitam acesso imediato aos dados institucionais, visando disponibilizar ferramentas de avaliação e autoavaliação para aprimoramento pessoal, coletivo e institucional.

Pretende-se também ampliar a internacionalização da Unifesp, no que se refere tanto ao desenvolvimento de programas de pós-graduação como ao de projetos de pesquisa multicêntricos internacionais. Já foi iniciado o processo de identificação das iniciativas de internacionalização informais já existentes, que partiram de iniciativas individuais ou de grupos de pesquisadores e o desenvolvimento de um projeto para ampliar a internacionalização

da pós-graduação e da pesquisa da Unifesp. Entre as medidas adotadas, organizamos um censo para registro das parcerias internacionais, cujos resultados servirão para, além de diagnosticar o nível de internacionalização, fornecer parâmetros para o estabelecimento de ações futuras sobre a internacionalização na instituição. Para isso, em parceria com o EAP, divulgamos diversos editais internacionais. Tais ações têm sido empreendidas simultaneamente aos esforços de construção e delineamento de uma política institucional sobre internacionalização, que envolve o estreitamento do relacionamento da Coordenadoria de Programas e Projetos Internacionais da PROPGPq com a Secretaria de Relações Internacionais (SRI), o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e o setor de convênios. Essa iniciativa deverá resultar na elaboração de um conjunto bem definido de fluxos e regras relativos à atuação e orientação desse órgão nas questões relacionadas à pós-graduação e à pesquisa.

Em resumo, é meta da PROPGPq facilitar o desenvolvimento de pesquisa de grande impacto intelectual, econômico e social, assim como viabilizar, em parceria com o NIT, a aplicação dos resultados obtidos. Para tal, é de grande importância o desenvolvimento de sistemas de orientação para o estabelecimento de parcerias com outras instituições – sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. Faz-se necessário que a comunidade Unifesp participe ativamente das discussões sobre as áreas estratégicas de pesquisa na instituição, para que possamos unir esforços pessoais e recursos de modo a otimizar os resultados. Isto não deve significar interferência na liberdade intelectual, mas em tempos de escassez de recursos é fundamental uma discussão coletiva sobre as prioridades para sua utilização. Por outro lado, é preciso ousar e incentivar os jovens pesquisadores a desenvolverem novas ideias que contribuam para a evolução da ciência, da tecnologia, da inovação, levando à melhoria da qualidade de vida e à maior justiça social.

2.2.4 Extensão

Ao conceber a extensão como elo fundamental para a interlocução entre a comunidade acadêmica e a sociedade, a Unifesp entende que as atividades extensionistas, de um lado, fortalecem a função social da universidade, formando profissionais e intelectuais que promovam o diálogo crítico, fecundo e propositivo com as questões postas pela realidade histórica e social, de outro lado, ao interagir processos educativos, culturais e científicos que articulam ensino e pesquisa, as atividades extensionistas se desenvolvem como uma rede de relações dialógicas que propiciam a mútua geração de pensamento crítico, incidem em propostas e agendas historicamente relevantes para a transformação social nos âmbitos locais e regionais, assim como na deliberação das áreas estratégicas e prioritárias da vida nacional e internacional.

2.2.4.1 Aspectos históricos e institucionais

Desde a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a extensão universitária vem sendo reconhecida como componente essencial e estratégico na formação do estudante, juntamente com o ensino e a pesquisa. Na prática, contudo, nem o MEC, nem as instituições de fomento, nem as IES mudaram sua postura em relação à extensão, mantendo-a em posição subalterna e periférica no que diz respeito ao financiamento e ao reconhecimento de seu papel como produtora de conhecimentos. A extensão universitária continua sendo

vista, hegemonicamente, por dirigentes, corpo docente e instituições de ensino e pesquisa como mera transmissora dos conhecimentos gerados por pesquisas científicas e coletora de experiências vividas pela comunidade em que atua. Para o *status quo* a extensão é desqualificada pelo seu modo de “fazer ciência”, como se ela fosse repositória de resultados da “ciência já feita”.

Existem poucos editais de fomento para atividades de extensão universitária. Nacionalmente temos somente o Edital Proext/MEC, que incentiva e apoia as inovações para políticas públicas, com investimento de vários ministérios para tais ações. Poucos estados da federação (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) possuem editais específicos para extensão universitária advindos de suas fundações estaduais de apoio. Fora deste rol está a Fapesp, argumentando que a extensão serve enquanto mera transmissora da produção de conhecimento científico, papel que já cumpre a pesquisa, seu objeto de fomento.

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão (Forproex) tem seguido na direção de colocar a extensão tal como ela está descrita na constituição brasileira: indissociável do ensino e da pesquisa para a formação da pessoa. Há apenas 2 anos que o Forproex tem uma câmara no âmbito da Andifes; ainda temos, porém, muitos degraus a subir. A Unifesp, desde a constituição da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec), tem participado ativamente de tais fóruns nacionais.

No âmbito nacional, porém, não existe verba orçamentária calculada ou dirigida à extensão. O direcionamento de verba para tal fica então sujeito à disposição e disponibilidade de cada Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes). Toda a verba da universidade é calculada pelo número de alunos de graduação e suas necessidades de ensino, suas atividades de pesquisa são financiadas por agências de financiamento federais (Capes e CNPQ) ou estaduais (FAPs), ao passo que o MEC não dispõe de uma secretaria responsável pela extensão universitária.

No tocante à política interna, a Unifesp tem se preocupado em incentivar professores, técnicos e estudantes para desenvolverem atividades em diferentes comunidades nos diversos campi. Ao longo dos anos vêm crescendo estas ações: no HSP/HU/Unifesp, em creches, escolas, UBS, abrigos e entidades da assistência social, em diferentes locais dos municípios em que estão sediados os campi; muitas vezes tais ações somam-se aos serviços municipais.

Vale destacar o Projeto Xingu, o mais antigo dos projetos de extensão, que se iniciou em 1965, ainda quando apenas existia a Escola Paulista de Medicina, e hoje tem ampliado contato para desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa com os novos campi e as novas áreas do conhecimento. Em 2015 o Projeto Xingu completou 50 anos, motivo pelo qual uma comissão de líderes indígenas do Parque Indígena do Xingu, em visita à Reitoria, propôs que a Unifesp ampliasse seu reconhecimento nessa área abrindo vagas de graduação em cursos regulares para descendentes dos povos indígenas.

A política de extensão tem objetivo claro de colocar as ações da universidade no rumo das necessidades e referências sociais, no sentido de investir na implementação das políticas públicas do Estado brasileiro. Por isso, temos nos preocupado em mapear e avaliar o que já existe e do que podemos dispor para apostar nossos esforços em novos projetos. A extensão universitária é a porta de entrada da demanda social, ou seja, diferentemente da graduação e da pós-graduação, que respondem à normatização para clientela específica. A extensão se adapta – ano após ano – para ofertar o que a pressão de demanda força. Essa qualidade da extensão, muitas vezes, faz com que ela abra caminhos em campos do conhecimento que a universidade não tem ou nos quais ainda não acumulou *expertise*.

Imagem extraída da revista *Entreteus* nº 5 / Novembro de 2015

Projeto Xingu - Terceiro Encontro de Mulheres Indígenas Xinguanas sobre gestação e parto no polo base de Diauarum

Na Unifesp os cursos de pós-graduação (especialização *lato sensu*) estão sob responsabilidade da Proec, assim como as Residências de Saúde – médica e multiprofissional; neste ano, foi dado início à Residência Artística, por iniciativa de docentes do curso de Educação Física na Baixada Santista. Nas demais universidades brasileiras os cursos *Lato Sensu* estão vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Vale lembrar que a Unifesp e o IFES do Estado de São Paulo influenciaram as outras duas universidades federais paulistas - UFABC e UFSCar - que também tem estas atividades sob a responsabilidade de suas Pró-Reitorias de Extensão.

O PDI anterior evidenciava preocupação com o crescimento quantitativo, apresentando uma proporção para o aumento ano a ano de cursos, eventos, projetos, programas e bolsas de extensão. Mudando um pouco essa visão, nesses dois últimos anos, trabalhamos no sentido de qualificar a oferta dos cursos de especialização *lato sensu* já existentes e, em função desse novo foco, em alguns momentos diminuiu-se a oferta desses cursos. Tem-se adotado como critério na avaliação de oferta, a qualidade dos projetos político-pedagógicos dos cursos ofertados e se esses cursos atendem às necessidades das políticas públicas implementadas pelo poder público. Constatou-se que é possível mensurar de forma equivalente o quantitativo e qualitativo, portanto, considerando este preceito, podemos definir uma meta de aumento em ambas as dimensões.

A Proec desenvolve atividades de formação em larga escala para os profissionais do SUS, visando atender à demanda da Atenção Básica dos Municípios, inicialmente para o Estado de São Paulo, sendo que na formação dos profissionais para Saúde Indígena ela responde a todo o Brasil. Para isso utiliza recursos e estratégias do programa federal denominado Universidade Aberta do SUS (UnA-SUS), que é vinculado ao Ministério da Saúde (MS/SGTES), viabilizando o polo Unifesp da UnA-SUS. Já tendo capacitado um número significativo de profissionais da

rede básica de saúde por meio do curso de especialização em Saúde da Família (ESF) e da oferta do mesmo, para atender às políticas de provimento de profissionais médicos, o Programa de Valorização da Atenção Básica (Provab) e o Programa Mais Médicos para o Brasil (Mais Médicos).

Em 2014 ocorreu maior proximidade do polo Unifesp da UnA-SUS com gestores e trabalhadores das redes municipais, por meio de acolhimento de novas demandas. Para tanto, novos cursos foram formatados e desenvolvidos a partir de 2015, entre eles: Formação de Preceptores para o SUS, Saúde Mental, Apoio à Saúde da Família, Saúde Indígena, um mestrado profissional (este último foi formatado em parceria com outras 18 IES e deverá ser desenvolvido a partir de 2016). Além disso, várias negociações com o Ministério da Saúde (MS), incluindo as que ocorreram por meio da participação de secretários do MS em oficinas de trabalho realizadas na Unifesp e com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (Cosems-SP).

Parte significativa das ações desenvolvidas por iniciativa dos programas de extensão tem tido a qualificação de trabalhadores de programas e serviços públicos como colaboradores e/ou principal clientela. Nesse sentido, devemos ressaltar a importância que as ações extensionistas desenvolvidas na Unifesp vêm desempenhando na expansão e consolidação de políticas públicas no Brasil, sobretudo apoiando o empoderamento e a autonomia dos agentes responsáveis por essas mesmas políticas. A importância que a educação permanente de trabalhadores vem assumindo nos leva a considerar a pertinência de institucionalizar, em nossa universidade, programas dessa natureza, cuja existência é o fruto de fomentos mais ou menos passageiros de programas ministeriais, como o UnA-SUS.

Por meio da extensão universitária as interlocuções com a sociedade ocorrem de forma mais aberta, onde as demandas têm acolhimento com menor normatização, proporcionando uma oferta de maior reciprocidade: a oferta tem volta, que influencia a academia, e ao mesmo tempo quem buscou sofre influência nas suas novas práticas. Assistimos na extensão a entrada de novas áreas do conhecimento que a universidade ainda não tem ou não solidificou, mas, que a partir de atividades extensionistas e da resposta à necessidade social que pressiona, ela terá que se reformular e construir novas possibilidades. Têm-se vários exemplos anteriores e atuais, como a alimentação saudável, a economia da saúde, a fisioterapia e exemplos atuais da área artístico-cultural, de direitos humanos, a educação popular de formação para profissionais da atenção básica no SUS e para os movimentos sociais.

Um desafio considerável tem sido implantar na Unifesp uma cultura de direitos humanos. Em processo com duração de mais de um ano, composto por articulações e elaborações conjuntas para construir ações e diretrizes para uma política de educação em direitos humanos, esse trabalho considerou o fazer e a realidade de diversas iniciativas em curso no interior da universidade, como também as demandas apresentadas pela sociedade, principalmente pelos movimentos sociais organizados de onde tiramos nossa referência.

Além disso, para a política de extensão universitária é fundamental a consolidação de uma plataforma de políticas culturais que motive as múltiplas iniciativas em arte e cultura da comunidade e ofereça alternativas de acesso aos meios indispensáveis de circulação e difusão dos produtos culturais. Dessa forma, se estará contribuindo para promover a participação e o bem viver social, tanto no meio universitário, como nos demais segmentos da sociedade, especialmente nas comunidades onde as escolas e institutos estão inseridos.

É consenso que a cultura, tanto na universidade como fora dela, desempenha um papel central no processo de formação profissional e cidadã, definindo e redefinindo o sentido da própria vida cotidiana. As artes e as expressões culturais são fundamentais na medida em que traduzem valores compartilhados, tornam visíveis dilemas e

desafios, permitem romper com o cotidiano repetitivo, além de estimularem a imaginação e a criatividade, diferenciais em qualquer atividade profissional.

É papel da universidade pública valorizar a diversidade e o pluralismo cultural, fomentando manifestações de diferentes segmentos sociais e regiões, linguagens artísticas variadas, obras eruditas e populares, profissionais e amadoras, formatos tradicionais e contemporâneos, produtos culturais e conteúdos que não são facilmente encontrados no mercado. Nessa perspectiva, a dimensão cultural abre o caminho para a diversidade, o pluralismo e a equidade. Como consta no Plano Nacional de Cultura (PNC), trata-se de estabelecer uma nova relação da universidade com a cultura e com a sociedade, possibilitando a consolidação da cidadania cultural que garanta a convivência com a diversidade.

A seguir descrevem-se as principais atividades de extensão da Unifesp.

2.2.4.2 Unidade de extensão de Embu das Artes

Desde o final dos anos 1960, a Escola Paulista de Medicina, posteriormente a Unifesp, desenvolveu atividades de ensino, assistência e pesquisa na rede de serviços de saúde do município de Embu das Artes, situado na região metropolitana de São Paulo, com o objetivo de proporcionar aos(as) estudantes dos cursos da área da saúde uma aproximação com a comunidade e uma atuação em diferentes níveis de atenção do sistema de saúde, preparando-os de forma mais completa para o futuro profissional. As atividades, antes restritas ao Departamento de Pediatria, contavam com o apoio de lideranças da comunidade que atuavam voluntariamente como agentes de saúde e com recursos incipientes da Prefeitura Municipal. Com o processo de redemocratização do país, no início dos anos 1980, ocorreram mudanças de âmbito nacional na área da saúde, também na universidade, que resultaram em uma atuação global da instituição no programa, não mais limitada a um departamento, incluindo-se



Secretaria de Comunicação de Embu das Artes

Formatura da Universidade Aberta à Terceira Idade (Uati), do Campus de Extensão Universitária da Unifesp de Embu das Artes

Enfermagem, Ortóptica, Fonoaudiologia e outros departamentos da EPM, como a Psiquiatria. Com a criação do SUS (1988) e a nova instância de decisão de âmbito local – Conselho Municipal de Saúde (1990) – a Unifesp manteve-se presente, com representação e grande contribuição nesse processo. Ainda que mais recentemente tenha reduzido sua atuação no município, esse período proporcionou a formação de muitas gerações de profissionais, desenvolvimento de pesquisas, educação permanente, sempre de forma articulada aos gestores, profissionais e população de Embu das Artes. Inaugurada em setembro de 2010, a parceria com o município de Embu das Artes foi celebrada como uma etapa na luta dos municípios da região sudoeste da grande São Paulo para abrigarem uma universidade pública. Em 2014 foram incluídos na Comissão Gestora do convênio com a Prefeitura de Embu das Artes dois representantes da Unifesp, especificamente da Proec.

A Proec juntamente com as Secretarias Municipais de Embu das Artes, decide sobre os cursos de extensão a serem ofertados e as responsabilidades de ambas as partes. Em 2014 a Universidade Aberta à Terceira Idade (Uati) priorizou a inserção do idoso nas atividades sociais e políticas da cidade.

Foram realizados na Unidade de Extensão da Unifesp os seguintes cursos:

- Escola de Cidadania de Embu das Artes e região;
- Uati - Universidade Aberta à Terceira Idade;
- Curso Cultura Indígena;
- Curso de Identidade Cultural Afro-brasileira;
- Curso de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos.

2.2.4.3 Unidade de extensão da zona leste

Trabalhou-se para redefinir o formato de implantação de novos campi de expansão na Unifesp. A implementação dos campi de expansão do Reuni iniciava com a oferta de atividades de extensão para a comunidade. Isso ocorreu no Campus da Baixada Santista com a oferta de cursos sequenciais que serviram de embrião para o planejamento e implantação desse novo campus. O mesmo processo tem ocorrido com a implantação do campus de expansão de Embu das Artes, onde a Unifesp desenvolve inúmeras atividades de extensão em parceria com a prefeitura daquela cidade. A primeira mudança nessa forma de implantação foi no campus de expansão da zona leste de São Paulo.

A Unifesp, juntamente com os movimentos sociais da região e as Pró-Reitorias de Extensão, Graduação, Planejamento, Pós-Graduação e de Assuntos Estudantis, esteve presente em todo o processo de elaboração da proposta do projeto político-pedagógico e projeto urbanístico de ocupação do território, junto com a representação da comunidade local, que resultou na consolidação do Instituto das Cidades (IC/Unifesp). A aprovação do Projeto Político-Pedagógico do Instituto das Cidades no Conselho Universitário (Consu) em dezembro de 2014, possibilitou a continuidade da pactuação junto ao Ministério da Educação (MEC) para a implementação dos cinco primeiros cursos de graduação a serem oferecidos pelo Campus da Zona Leste, no futuro Instituto das Cidades (IC/Unifesp).

A Proec promoveu várias reuniões de pactuação entre movimentos sociais da zona leste e a Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de estabelecer convênios para realização de cursos de extensão na área da cultura para professores de escolas municipais e comunidade em geral, beneficiados pela descentralização financeira do Ministério da Cultura.

A região da zona leste de São Paulo tem uma ligação geográfica mais próxima ao Campus Guarulhos, compondo o chamado Alto Tietê. Dessa forma, os(as) professores(as) da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH/Unifesp) têm trabalhado junto à Proec no planejamento e desenvolvimento de atividades de extensão, coordenando programas e projetos importantes para o movimento social da região.

2.2.4.4 Unidade de extensão de Santo Amaro

A unidade de extensão de Santo Amaro foi inaugurada em 2011, e está planejada para o desenvolvimento de ações de extensão com o objetivo de atualizar e preparar os cidadãos de acordo com as exigências, cada vez maiores, do mercado de trabalho, proporcionar um espaço de troca de experiências, oferecer ações que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, aproximar comunidade e universidade. Um dos destaques dessa unidade, presente desde o início, é o Projeto Pirado – projeto para integração e reintegração do adolescente, jovem e adulto para o desenvolvimento ocupacional. Esse projeto tem como missão contribuir para que adolescentes, jovens e adultos oriundos de segmentos vulneráveis da população de Cidade Dutra, Capela do Socorro e bairros do entorno tenham a chance de receber educação para o trabalho e educação para a saúde em locais de trabalho. Além desse projeto, outros cursos e parcerias têm sido desenvolvidos, dentre eles a Universidade Aberta à Pessoa Idosa - Uapi (parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo), Curso de Cuidados Integrativos (docentes e técnicos administrativos da EPM/Unifesp), Cursos de Horta (parceria com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente) e ações articuladas junto às coordenadorias regionais da Secretaria Municipal de Saúde e de Educação.



Projeto Pirado ■ Unidade de Extensão Santo Amaro

2.2.4.5 Escolas de Cidadania

Em parceria com a Rede de Escolas de Cidadania, foram realizados cursos de extensão (de 72 horas) na Zona Leste do município de São Paulo durante quatro anos. Os cursos têm lugar no bairro de Ermelino Matarazzo, em parceria com o jornal *Voz da Comunidade*, e no bairro do Belém, em parceria com o Centro Pastoral São José do Belém. Em 2014, professores do Instituto de Saúde e Sociedade – Campus Baixada Santista – participaram desses cursos, e, para a região caracterizada do Alto Tietê, Mogi das Cruzes, os(as) professores(as) da EFLCH/Unifesp continuam sendo a referência por meio dos projetos de extensão.

2.2.4.6 Observatório de Políticas Públicas e Centro de Memória da Zona Leste

O Observatório de Políticas Públicas e Centro de Memória da Zona Leste – projetos de extensão nascidos dos esforços dos movimentos sociais coordenados por docentes da EFLCH/Unifesp – realizou o curso de curta duração intitulado *Universidade, Cultura e Periferia*, que debateu o tema *Encontro de Saberes* que teve por finalidade conhecer e discutir “experiências praticadas em diferentes instituições de ensino superior na diversidade de suas metodologias e conceitos”, a partir de uma linha de trabalho definida pelo Ministério da Cultura (Minc).



Centro de Memória ■
Campus Zona Leste

Proec Unifesp

2.2.4.7 Núcleo de Formação Sociocultural na Zona Leste de São Paulo

A partir do Termo Aditivo ao Termo de Cooperação (Termo de Execução Descentralizada) com o Ministério da Cultura (Minc) para dar continuidade ao Projeto Núcleo de Formação Sociocultural na Zona Leste de São Paulo, a Proec participa do acompanhamento do andamento do projeto e cooperação para sua execução, desde a seleção de bolsistas/monitores e a viabilização do espaço físico. São realizados diversos cursos, em espaços disponibilizados em parceria com a comunidade local, pois a sede do Campus Zona Leste, ainda não está concluída.

2.2.5 Programas e projetos sociais de extensão universitária

A Proec pautou-se por firmar as diretrizes para extensão universitária que se caracterizam pelos seguintes princípios: 1 - impacto e transformação: estabelecimento de uma relação entre a universidade e outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas; 2 – interação dialógica: desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão dupla, de troca de saberes e de superação do discurso da hegemonia acadêmica; 3 – interdisciplinaridade: caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações profissionais e pessoas; 4 – indissociabilidade: toda ação de extensão deverá priorizar o vínculo ao processo de formação da pessoa e de geração de conhecimento, tendo o estudante como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã, reconhecendo-se como agente de garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e de compromisso com a sociedade.

Baseando-se nesse propósito a Proec mapeou os programas e projetos segundo as políticas públicas que respondem por seus campos temáticos. Posteriormente promoveu o aumento linear das bolsas do Pibex, de 190 para 250. Realizou filmagens e entrevistas com os coordenadores de diversos projetos nos diferentes campi, a fim de divulgar para a comunidade da Unifesp os programas e os projetos que estão sendo operacionalizados. Para incrementar a divulgação no *site*, incentivou a participação no Proext acionando o apoio de setores da Pró-Reitoria de Administração para os projetos vencedores do edital. Finalmente, incentivou, no Programa de Bolsas de Extensão (Edital Pibex para 2015), as prioridades definidas pela Unifesp: educação popular/direitos humanos e política cultural, tendo como meta potencializar e organizar as ações dos programas e projetos existentes e os novos que virão com a inserção dos 10% de extensão curriculares na graduação de forma articulada, integrando dessa forma o ensino, a pesquisa e a extensão.

2.2.5.1 Cursos de extensão e eventos

Os cursos de extensão e os eventos oferecidos pela Unifesp para a comunidade interna e externa são ações que obedecem regulamentação própria e visam potencializar princípios da política de extensão. Esses cursos são demandados a partir das necessidades surgidas no desenvolvimento de programas e projetos e também em complementaridade aos cursos oferecidos nos diferentes campi, podendo também, e muitas vezes, surgir de demandas de estudantes, técnicos administrativos e docentes ou, ainda, de comunidades com as quais a Unifesp e seus campi mantêm relação.

Os cursos de extensão e eventos são atividades que implicam apresentação pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, desenvolvido, conservado ou reconhecido pela academia. Estes eventos são planejados, submetidos à aprovação da Câmara de Extensão à qual estão vinculados e, posteriormente, encaminhados à Proec, que credencia o curso ou evento, e, oferece, dentro de suas possibilidades, apoio para a sua realização e emite a certificação.

É importante ressaltar que desde 2014 várias ações têm sido realizadas pela equipe que constitui este

setor, no sentido de melhorar o fluxo de credenciamento, definição de critérios para emissão de pareceres sobre a qualidade das ações visando atender os princípios da Política Nacional de Extensão. É importante destacar o empenho realizado para possibilitar a emissão de certificação digital para os eventos realizados, iniciado em 2014, que contribuirá para agilizar o serviço interno do setor.

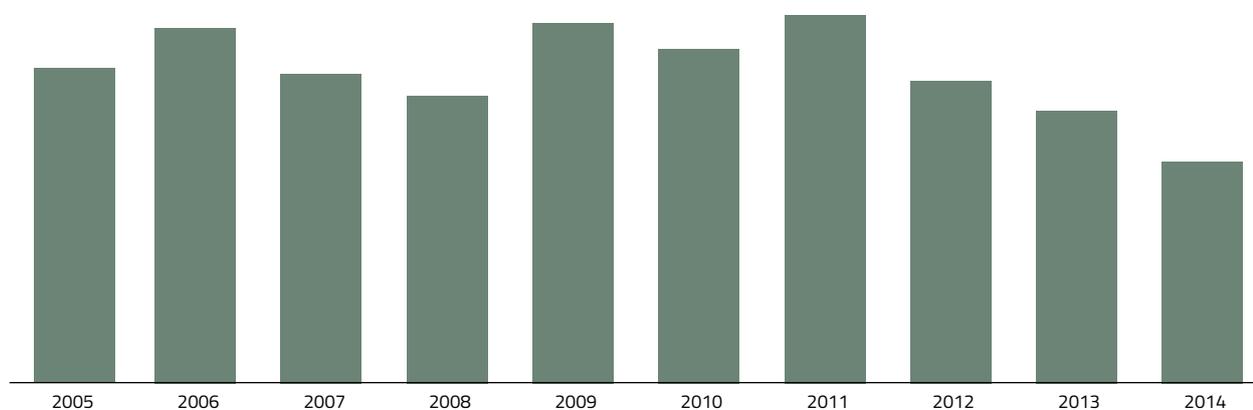
Os cursos oferecidos pela Unifesp e seus servidores, e sob gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, representam um conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com carga horária definida e processo de avaliação formal. Para assim ser designado, cada curso – acompanhado na forma presencial ou à distância – deverá ter uma carga horária mínima de oito horas. Abaixo desse limite poderá ser efetivado como “evento”.

2.2.5.2 Cursos de pós-graduação *lato sensu*

Tabela 12 - Número de estudantes matriculados na pós-graduação *lato sensu* presencial (2005-2014)

Campus	São Paulo	Baixada Santista	Guarulhos	Diadema	São José dos Campos	Osasco	Total
2005	4.177	0	0	0	0	0	4.177
2006	4.716	0	0	0	0	0	4.716
2007	4.100	0	0	0	0	0	4.100
2008	3.815	0	0	0	0	0	3.815
2009	4.731	46	0	0	0	0	4.777
2010	4.394	38	0	0	0	0	4.432
2011	4.796	88	0	0	0	0	4.884
2012	3.913	101	0	0	0	0	4.014
2013	3.382	234	0	0	0	0	3.616
2014	2.663	281	0	0	0	0	2.944

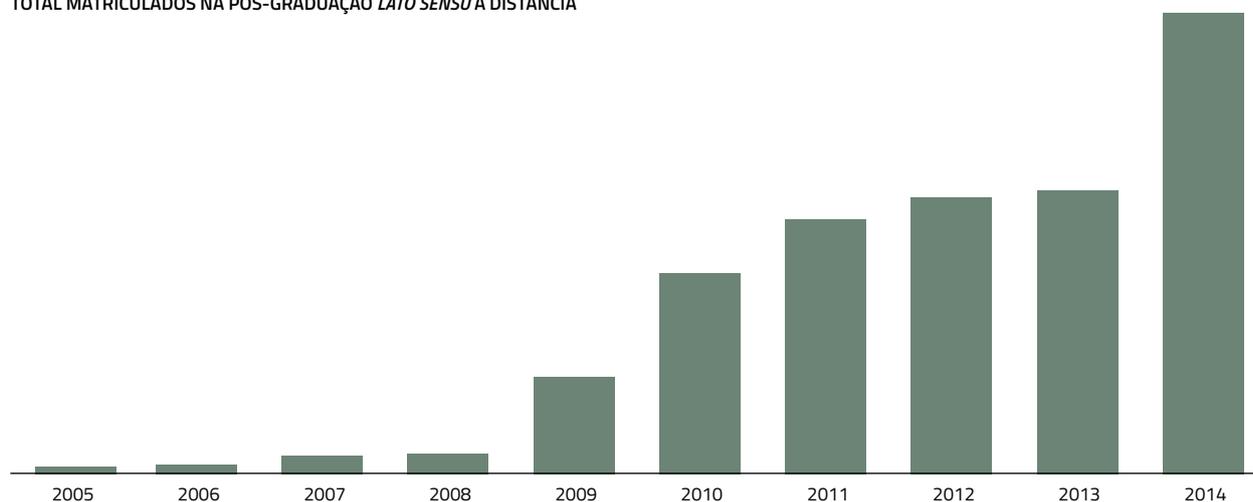
TOTAL MATRICULADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* PRESENCIAL:



Fonte: Elaborado com dados do Sistema Integrado de Informações Acadêmicas (Siiu/Unifesp).

Tabela 13 - Número de estudantes matriculados na pós-graduação *lato sensu* à distância (2005-2014)

Campus	São Paulo	Baixada Santista	Guarulhos	Diadema	São José dos Campos	Osasco	Total
2005	100	0	0	0	0	0	100
2006	125	0	0	0	0	0	125
2007	247	0	0	0	0	0	247
2008	265	0	0	0	0	0	265
2009	1.029	0	0	257	0	0	1.286
2010	2.610	0	0	54	0	0	2.664
2011	3.378	0	0	0	0	0	3.378
2012	2.955	0	0	717	0	0	3.672
2013	3.716	0	0	50	0	0	3.766
2014	4.490	0	0	871	0	752	6.113

TOTAL MATRICULADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* À DISTÂNCIA

Fonte: Elaborado com dados do Sistema Integrado de Informações Acadêmicas (Siiu/Unifesp).

A pós-graduação *lato sensu*, que inclui os cursos de especialização e aperfeiçoamento, cumpre a principal função de preparar o graduado para as várias possibilidades de inserção no mundo do trabalho contribuindo, assim, para a expansão de competências e melhoria dos profissionais em sistematizar suas experiências e se incorporarem à produção de conhecimento. Essa modalidade de pós-graduação é mais voltada ao mundo do trabalho, um dos motivos pelos quais é considerada parte da extensão universitária, pois está mais próxima aos serviços ofertados e mais voltados a população, desenvolvendo metodologias aproximativas. O crescimento rápido e sem o planejamento necessário e adequado gerou uma estruturação de campi com características temáticas, o que traz dificuldades de atuação multidisciplinar contraditoriamente com as inovações curriculares que os campi de expansão ousaram e que o mundo do trabalho tem exigido.

Essa modalidade de pós-graduação é gerida pela Secretaria Escolar *Lato Sensu* que, em conjunto com as Câmaras de Extensão dos campi, aprovam os cursos a serem ofertados a cada semestre. A Secretaria Escolar *Lato Sensu* é a responsável, também, pela emissão de documentos (históricos, declarações e certificados) e pelas informações de cadastramento dos cursos na Proec junto ao MEC, zelando assim pela regularização desses

documentos perante esse órgão. Nesses dois anos todos os cursos passaram por avaliação e renovação dos projetos pedagógicos e novos pareceres foram discutidos pelas Câmaras de Extensão com os coordenadores.

Vale ressaltar que, com o crescimento da universidade proporcionado pelo plano de expansão do Reuni e o crescimento principalmente da modalidade Educação à Distância - EaD, a necessidade de um departamento de certificação de todos os alunos da universidade, sejam de graduação, de pós-graduação *stricto sensu* e de *lato sensu*, faz-se urgente e está se desenhando com as pró-reitorias afins.

Em 2013 e 2014 a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura ofereceu, respectivamente, 165 e 133 cursos *lato sensu* nas categorias de especialização e aperfeiçoamento, sendo a maioria deles (64% em 2013 e 56% em 2014) gratuita. Os cursos que cobram mensalidade devem destinar, no mínimo, 20% das vagas a bolsistas integrais. Os recursos gerados são revertidos em benefícios à comunidade acadêmica, financiando programas e projetos de extensão, além de cursinhos pré-vestibulares mantidos por estudantes da Unifesp. Embora o número de cursos em 2014 tenha sido menor, o número de vagas foi ampliado de 5.376 para 8.590, assim como o número de ingressantes, que saltou de 4.406 para 6.535. Parte da expansão é devida aos cursos oferecidos por convênio com o Ministério da Saúde pela Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) e com o MEC, por meio da formação de profissionais para a educação básica.

Para garantir a adequação dos cursos à legislação vigente, a Secretaria Escolar tem trabalhado pela implementação do regimento interno dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e cursos de aperfeiçoamento, aprovado em junho de 2013 pelo Conselho de Extensão e Cultura da Unifesp (Coec). Um aspecto importante do novo regimento dos cursos de especialização *lato sensu* é a exigência de que todos os cursos devem priorizar as vagas para funcionários da administração pública, contemplando até 30%. Para o cumprimento desse dispositivo, a secretaria *Lato Sensu* tem divulgado e aperfeiçoado o processo de comunicação com as prefeituras, o que permite à Proec ter um indicador avaliativo dos cursos oferecidos, que seria a procura destes cursos pelos serviços públicos.

Uma tarefa importante tem sido a introdução de novas regras de relacionamento com a Fap/Unifesp para a operacionalização dos cursos pagos, o que se traduz pela consolidação de uma planilha de custos transparente, e que oferece subsídios para um plano de trabalho na contratação da fundação curso a curso, quando se fizer necessário. Vale dizer que, para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, o aumento ano a ano não caracteriza um crescimento qualitativo e de necessidade apresentada socialmente.

2.2.5.3 Programa UNA-SUS: Polo Unifesp

Há diversas avaliações realizadas sob o enfoque pedagógico dessas ações. Recentemente concluímos processo avaliativo sobre os efeitos do curso de especialização em Saúde da Família na qualificação da assistência. Foram ouvidas quase mil pessoas entre alunos, egressos, coordenadores do curso, conselheiros municipais de saúde, trabalhadores etc. por meio de questionários *on-line*, grupos focais e entrevistas. Os resultados dessa avaliação sistemática apontam para acertos nas questões centrais do curso e, ao mesmo tempo, oferecem subsídios para a qualificação dessa oferta e de outras da UNA-SUS na Unifesp.

Atendendo à solicitação da Secretaria Executiva da UNA-SUS, os profissionais que compõem a equipe da UNA-SUS na Unifesp se responsabilizaram pela produção de quatro módulos de Cursos Massivos Abertos e *On-line* (MOOC), com o objetivo de publicá-los em um portal do Ministério da Saúde. Tais ofertas encontram-se em



UNA-SUS - Apresentação de TCC (dezembro de 2016)

fase de finalização.

As atuais políticas nacionais para formação e qualificação dos profissionais de saúde, a saber, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação das distintas profissões da saúde e os programas Mais Residência (Brasil, 2009) e Mais Médicos (Brasil, 2013), reiteram que o Sistema Único de Saúde (SUS) constitui-se espaço privilegiado de ensino-aprendizagem. Essas políticas implicam novo desafio para os gestores do SUS e da academia, qual seja, capacitar os profissionais da saúde para que possam assumir o papel de formação de profissionais de saúde (estudantes de graduação e pós-graduação – residência).

Conforme apresentado anteriormente, em colaboração com os responsáveis pela educação permanente de diferentes municípios paulistas, foram concebidos novos cursos de especialização, aperfeiçoamento e os chamados “cursos de curta duração”. Dessa forma, a UNA-SUS na Unifesp conta hoje com três cursos de especialização (Saúde da Família, Saúde Indígena, Apoio à Saúde da Família), dois cursos de aperfeiçoamento (Saúde Mental e Formação de Preceptores para o SUS) e cursos de curta duração (Saúde Indígena, Dermatologia, Avaliação em Saúde, Agentes Comunitários de Saúde). O Mestrado Profissional em associação com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e Fiocruz, articulado com 18 IES, acaba de ser aprovado, com início previsto para o primeiro semestre de 2016.

As mudanças e ampliações realizadas na UNA-SUS na Unifesp no transcorrer dos anos 2014 e 2015 são fruto de oficinas de planejamento por meio das quais se constituíram novos horizontes para a iniciativa: ampliação significativa de ofertas, constituição de colegiado de gestão, colaboração com os gestores e trabalhadores do SUS e implementação de novos cursos de curta duração. Todas essas proposições constantes no planejamento de 2014 foram plenamente implementadas, com exceção do mestrado profissional, previsto para o primeiro semestre de 2016, conforme já afirmado. O novo modelo de gestão colegiada implementado tem possibilitado mais transparência, criatividade e celeridade ao processo, garantindo mais participação dos diversos envolvidos nas várias etapas da gestão da UNA-SUS na Unifesp.

O Mestrado Profissional na Saúde (ProfSaúde) é uma necessidade apresentada pelos gestores do SUS, tanto os municipais como os do governo federal (MS). Em 2014 foram feitas aproximações com a Abrasco, que coordena uma proposta de curso de mestrado profissional em rede com as 31 universidades públicas que participam do programa UNA-SUS, em fase de apreciação pela Capes/MEC.

2.2.6 Residência Médica

A residência médica na Unifesp é constituída por 96 programas, oferecidos a 1.229 médicos residentes, sendo este o maior número dentre as universidades brasileiras. Possui uma coordenação local denominada Comissão de Residência Médica - Coreme vinculada à Câmara de Extensão da EPM/Unifesp.

A residência médica constitui uma modalidade de ensino em nível de pós-graduação *lato sensu*, na forma de curso de especialização. Caracteriza-se como treinamento em serviço, desenvolvido sob a orientação de profissionais de elevada competência e qualificação ética, de acordo com a lei n.º 6.932, de 07 de julho de 1981. Conforme explicitado acima, na Unifesp, a residência médica considerada como integrante da extensão universitária é subordinada ao Conselho de Extensão da Proec.

Os programas de residência médica têm como objetivos fundamentais e indivisíveis o aperfeiçoamento progressivo do padrão profissional e científico do médico e a melhoria da assistência à comunidade nas áreas específicas de formação. Para atender a esses objetivos é necessário que o residente cumpra integralmente as atividades práticas e teóricas previstas nos referidos programas.

A residência médica da Unifesp tem grande reconhecimento nacional como oferta de excelência para a formação de especialistas; somente no último ano conseguiu, porém, preencher suas vagas no programa de Medicina de Família e Comunidade. Como maior programa de residência médica das IFES, resta o desafio de ampliar vagas nos 20 programas em que o SUS necessita de profissionais, notadamente: Clínica Geral, Urgência e Emergência, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Anestesia, Neurologia e Neurocirurgia.

Esse tema é controverso na Unifesp, que não pode se furtar dessa discussão: uma universidade pública e federal precisa responder às necessidades colocadas pela política pública, pelo Estado. No Brasil, as residências são financiadas pelo governo federal em programas de 2 a 5 anos de estudos em nível de pós graduação *lato sensu*, ou seja, investimento público que não está retornando para as necessidades postas pelos usuários. A necessidade de “mercado” segue as associações de especialidades médicas e não as necessidades estipuladas para a implementação das políticas de saúde do SUS.

A Unifesp tem três campi que formam profissionais para a área da saúde, mas bastante dispersos na sua disposição física: Campus São Paulo, com seus mais antigos cursos e de maior reconhecimento, a EPM/Unifesp e EPE/Unifesp; o Campus Baixada Santista, com o Instituto de Saúde e Sociedade (ISS/Unifesp), com seis cursos da saúde, exceto curso médico, enfermagem, farmácia e odontologia; o Campus Diadema (ICAQF/Unifesp) com o curso de Farmácia. Essa disposição geográfica dificulta a possibilidade de vivenciarmos, durante a formação do profissional de saúde, o processo da integralidade, interdisciplinaridade e multiprofissionalidade, diretrizes que não são somente do SUS, mas que norteiam também a discussão mundial no que diz respeito ao cuidado em saúde. Enfim, tem-se um programa de residência médica, altamente especializado, mas a discussão nacional evidencia a necessidade de mudanças nos currículos médicos e na formação do profissional de saúde de forma geral.

Em função de toda essa complexidade, a Proec é desafiada a contribuir na discussão para a realização de mudanças que possam enriquecer a formação dos médicos residentes. Em 2014 foram programados seminários que trouxeram discussões atualizadas como, por exemplo, sobre o programa Mais Médicos e o programa de Valorização da Atenção Básica, propostos pelo Ministério da Saúde.

2.2.7 Residência multiprofissional

A residência multiprofissional em Saúde da Unifesp constitui ensino de pós-graduação *lato sensu*, destinado às profissões que se relacionam com a área da saúde, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço, sob a orientação de profissionais de elevada qualificação ética e profissional, com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais e duração de dois anos. Tem como objetivo desenvolver treinamento diferenciado, proporcionando aos participantes sua inserção na prática profissional, mediante ensinamentos teóricos e teórico-práticos constantes e integrados em relação às diferentes áreas profissionais, a saber: Enfermagem, Farmácia, Física Médica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. O programa é oferecido em dois campi: São Paulo e Baixada Santista.

No Campus São Paulo os programas estão organizados em 14 programas multiprofissionais e 2 uniprofissionais, com as respectivas áreas de concentração e categorias de profissionais de saúde. Reunindo os profissionais de Enfermagem, Farmácia, Física Médica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Enumeram-se, a seguir, os demais eixos, associados às respectivas profissões:

Quadro 9 – Residência multiprofissional – Campus São Paulo: áreas de concentração e categorias profissionais atendidas

Área de Concentração	Categoria de profissional de Saúde
Aleitamento materno e banco de leite:	Enfermagem, Nutrição e Psicologia
Cuidados intensivos de adultos:	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia
Distúrbios respiratórios clínicos e cirúrgicos:	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Nutrição
Enfermagem neonatalógico:	Enfermagem
Envelhecimento:	Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia e Serviço Social
Especialidades Clínicas:	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Fonoaudiologia
Física Médica:	Física
Gastroenterologia clínica e cirúrgica:	Enfermagem, Nutrição e Psicologia
Neurologia e Neurocirurgia:	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Nutrição
Oncologia Pediátrica:	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional
Oncologia:	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social
Saúde da criança e do adolescente:	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Serviço Social
Saúde da mulher:	Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia
Saúde Mental:	Enfermagem, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional
Transplante e captação de órgãos:	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Psicologia
Urgência e Emergência:	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social

No Campus Baixada Santista os programas estão organizados em 02 programas da residência multiprofissional, com as respectivas áreas de concentração e categorias de profissionais de saúde: Ortopedia e Traumatologia; Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; Rede de Atenção Psicossocial: Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

A residência multiprofissional não conseguiu nesses últimos 5 anos cumprir o objetivo mais importante desta proposta: integração com a rede municipal do SUS. Ainda se padece de uma “rede” escola, centrada no hospital universitário com seus serviços do entorno. Neste ano de 2015 a Unifesp assinou convênio com a Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo e se espera que esta situação favoreça o alcance dessa meta primordial. Na Baixada Santista, na ausência do curso médico e do HU, depende-se fundamentalmente da rede municipal para os estágios de formação dos residentes e de hospitais conveniados ao SUS, como a Santa Casa de Santos.

2.2.8 Política de Educação em Direitos Humanos

Até o momento foi desencadeado um processo de articulações e elaborações conjuntas, que considerou e decorreu da experiência e de saberes construídos por diversos sujeitos e iniciativas existentes na universidade, como também pelas demandas apresentadas pela sociedade em geral.

Esse processo gerou propostas, ações e diretrizes para construir uma política de educação em direitos humanos na Unifesp:

- elaboração de projeto para constituição de Centros de Educação em Direitos Humanos em cada um dos seis campi da universidade. A proposta é que os centros sejam referência para a comunidade acadêmica e a sociedade no processo de efetivação de uma educação em direitos humanos, conforme o Plano Nacional de Direitos Humanos III (PNDH III). Portanto, espaços para desenvolver e articular ações – eventos, intervenção artística, formação, pesquisa e diálogo junto às políticas públicas e movimentos sociais – que promovam a reflexão, o acesso às informações, fortaleçam mobilizações coletivas e a acessibilidade ao sistema de garantia de direitos:
 - » propostas para efetivação de ações de formação e de produção do conhecimento sobre a temática Direitos Humanos;
 - » projeto de cursos de extensão ou disciplina eletiva para graduandos como atividade curricular;
 - » projeto de cursos de extensão ou capacitação para servidores da universidade e trabalhadores terceirizados;
 - » política de estágio interprofissional nos Centros de Direitos Humanos;
- ação conjunta com o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp) para elaborar uma proposta de pesquisa-ação para atender à demanda social para a busca da justiça, referente aos “Crimes de maio de 2006 na Baixada Santista”;
- elaboração de uma proposta, a partir de seminários nos campi, de jornada permanente sobre mulher, universidade e trabalho, composta por:
 - » fóruns sistemáticos, itinerantes, intercampi sobre a temática;



Mandala dos Direitos Humanos no VII Intrapet (2016)

- » articulação com grupos de estudos, extensão e pesquisa, de caráter multidisciplinar e intercampi sobre a temática;
- » atuação junto à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas (Propeessoas) para ofertar cursos de extensão, disciplinas eletivas, capacitação para servidores (técnicos e docentes) sobre a temática;
- a partir de encontros com pesquisadores e extensionistas de diversos campi, elaboração de uma proposta de seminários sistemáticos de gênero, com o propósito de:
 - » suscitar discussões e reflexões sobre as interseccionalidades relacionadas às questões de gênero e sexualidade em contextos de saúde e de educação;
 - » promover encontros entre as iniciativas, ações e estratégias desenvolvidas no âmbito acadêmico, profissional e comunitário, com vistas à promoção da visibilidade e garantia de direitos relacionados à diversidade de gênero e sexualidade;
 - » contribuir para a elaboração de uma política interna à Unifesp para o respeito e a visibilidade de gêneros e sexualidades, com vista a efetivar os direitos conquistados pela população LGBT.

2.2.9 Educação popular

Foi desencadeada uma iniciativa na perspectiva de compor a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), que tem o propósito de articular os conhecimentos diversos, fortalecendo novas formas de resistência e contribuindo para a reinvenção da emancipação social. Visa contribuir para o maior conhecimento recíproco entre os movimentos sociais e a academia, para melhor conhecer e valorizar a diversidade dos saberes e promover ações reflexivas. A formação pretendida por essa iniciativa decorre de um processo de autoeducação com duas vertentes. Por um lado, a autoeducação de ativistas e líderes dos movimentos e organizações sociais, por meio de debates entre si e com cientistas sociais/intelectuais/artistas, aprofundando os quadros analíticos e teóricos que lhes permitam enriquecer as suas práticas e ampliar as alianças entre movimentos. Por outro lado, a autoeducação de cientistas sociais/intelectuais/artistas envolvidos solidariamente com movimentos sociais por meio de debates entre si e com os ativistas e líderes dos movimentos e organizações sociais. A UPMS promove diálogos entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos populares, de modo a diminuir a distância entre uns e outros e tornar os conhecimentos acadêmicos mais relevantes para as lutas sociais concretas levadas a cabo pelos movimentos e organizações sociais.

Ações realizadas:

- formação para os(as) estudantes da universidade junto à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF);
- elaboração de uma proposta de residência agrária e de residência em educação popular junto aos movimentos sociais;
- participação no coletivo composto por universidades e movimentos sociais brasileiros e estrangeiros para efetivar a Universidade dos Movimentos Sociais, liderado pelo Professor Boaventura de Sousa Santos;
- fomento de propostas de formação e intervenção local, na universidade e junto aos movimentos sociais e políticas públicas, na perspectiva da educação popular.

2.2.10 Cultura

A Unifesp estima que a cultura é geradora e não subproduto de outras atividades. A cultura remete a uma teia, que possibilitará tecer o elo entre os campi. A Coordenadoria de Política Cultural foi criada para traçar as linhas mestras de uma política que oriente e crie espaços para as mais diferentes manifestações de arte e cultura, contribuindo para solidificar a intrínseca relação do tripé ensino-pesquisa-extensão e, ao mesmo tempo, democratizar a relação intra e entre campi, além de estreitar os laços com as pessoas de fora da comunidade acadêmica.

Quando trata de educação superior (no seu 43º artigo), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação fala da importância da cultura em quatro de seus incisos. Nesses é colocado que universidade tem por finalidade:

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta

uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Levando-se em consideração tais pressupostos sobre a finalidade da cultura dentro da universidade, consideramos que a extensão universitária é um processo educativo, artístico e cultural, para além de científico e político. A extensão viabiliza a troca de saberes entre a universidade e a comunidade, com objetivo de produzir conhecimentos derivados do contato com diferentes realidades sociais, democratizando o conhecimento acadêmico e fomentando participação da universidade na transformação da realidade social e na formação crítica.

Por isso, a Coordenadoria de Política Cultural da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura visa a valorização das manifestações culturais e estimula a adoção de uma postura crítica na universidade, não se pautando apenas nos interesses de grupos específicos, mas estando aberta a demandas da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

2.2.10.1 Política Cultural

A política cultural na Unifesp está em fase de consolidação. Um dos grandes objetivos da recém criada Coordenadoria de Política Cultural é a reestruturação e finalização do Plano de Cultura da Unifesp, que assentará as bases para a ampliação do espaço para as Artes e a Cultura dentro de nossa universidade. Inicialmente, a coordenadoria tem buscado dar visibilidade a ações que já vêm sendo desenvolvidas pela comunidade acadêmica, permitindo que pessoas interessadas experimentem novas práticas, mas também é de nosso interesse trazer criações de artistas de fora dos campi, sensibilizando públicos não familiarizados com esses universos.

Existem os mais diversos trabalhos na área da Arte e Cultura na Unifesp, como as atividades produzidas pelos Núcleos de Cultura Corpo e Arte, Caminho Velho Cia de Teatro, o Maracatu de Baque Virado e tantos outros, apenas considerando a EFLCH/Unifesp - Campus Guarulhos. No Campus Baixada Santista, há outra variedade de projetos culturais promovidos pelos Laboratório Artes do Corpo, Laboratório de Sensibilidades, Bateria Repicapau, pelas atividades de tradições africanas do grupo Reflexos de Palmares e a já tradicional Unifesta. No Campus Diadema, encontram-se os projetos Teatro no Ensino de Química, Núcleo de Dança, Arte e Filosofia. No Campus São Paulo,



Processo de criação artística (NuCCA) - Núcleo de Cultura Corpo e Arte ■ Campus Guarulhos 2014-2015



Laboratório Corpo e Arte (Cartograma) ■ Campus Baixada Santista 2016

entre outras atividades que são frutos do antigo Departamento de Assuntos Comunitários (DAC), ganham evidência as atividades de formação e os espetáculos produzidos pelo Coral Cênico da Unifesp. Em São José dos Campos, destaca-se o desenvolvimento de projetos em mídias digitais, parceria com instituições locais. No mais recente campus, o de Osasco, começam a brotar atividades relacionadas principalmente ao campo audiovisual, como os encontros e estudos em Cinema e Educação. Além de muitos outros eventos de diversas linguagens, nos diversos campi.

Partindo-se do reconhecimento da importância das práticas artístico-culturais na formação do cidadão e com base no pressuposto de que cabe à universidade pública fomentar o pluralismo, visamos estruturar uma política cultural que dê suporte e fomenta as mais variadas iniciativas, mapeando e avaliando constantemente os projetos, tendo em vista o contínuo aprimoramento de nossas ações. Nesse ínterim, a Proec tem lançado editais específicos para Arte e Cultura, estabelecido convênios e parcerias com diferentes órgãos públicos e privados na área cultural, entre os quais estão o Ministério da Cultura, a Cinemateca, o Centro Cultural Banco do Brasil e o Santander.

Por fim, há que se mencionar a Cátedra Kaapora que vem sendo gestada com o apoio de outras instituições. A Cátedra Kaapora é voltada aos conhecimentos tradicionais, populares e minoritários que representam a diversidade cultural e étnica na sociedade brasileira e de/em outros países. Ela tem por objetivo o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos conhecimentos tradicionais e populares, às artes, rituais e expressões culturais representantes da sociodiversidade e da multiculturalidade do Brasil. O foco principal de suas ações será valorizar e estimular o encontro de estudantes e professores com a diversidade das expressões culturais existentes no país, por meio de uma interlocução na qual esteja implicada uma simetriação entre conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos.

Dessa forma a cátedra também contribuirá com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, um programa de extensão, que, assim como todos os NEABs, se orienta pelo cumprimento das exigências legais (resolução CNE01/2004-Uniafro), estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas e está voltada aos conhecimentos tradicionais e populares que representam a diversidade cultural e étnica na sociedade brasileira. Esse núcleo da Unifesp contempla ações que articulam ensino, pesquisa e extensão em atendimento à Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.

2.3 Aspectos transversais para o desenvolvimento acadêmico

2.3.1 Formação docente

Ainda que o tema formação docente tenha sido abordado, de modo específico, no Projeto Político-Pedagógico Institucional, como uma diretriz fundamental para o movimento de mudança dos currículos dos cursos e das formas de organização e desenvolvimento dos processos de ensino, cumpre aqui ressaltar seu caráter estratégico para a instituição e, portanto, indicar algumas premissas necessárias para o desenvolvimento

de ações relacionadas a essa temática.

Em primeiro lugar, a formação docente na Unifesp se associa a uma política de valorização dos docentes que atuam na graduação, considerando aspectos fundamentais para sua efetivação, desde o ingresso do professor na universidade, por meio dos concursos, como a valorização das atividades de ensino na progressão na carreira.

Além disso, concebida em seu caráter permanente, a formação docente na Unifesp, ao ter como escopo o conjunto de princípios e eixos estruturantes indicados pela comunidade acadêmica, e que compõem este PDI, não se caracteriza como um modelo prescritivo, mas sim como uma maneira de propor um processo de aprendizagem sobre a docência universitária que possibilite o desenvolvimento de instrumentos intelectuais para que o professor tenha condições de interpretar, compreender e refletir sobre sua prática e o contexto em que ela se insere, com vistas à construção de sua autonomia.

Ainda, a formação docente necessita apoiar-se no propósito de desenvolver cada vez mais um exercício de reflexão entre os(as) professores(as) sobre suas práticas, habilitando-os ao exame dos pressupostos que fundamentam sua atividade docente, fornecendo bases para um processo permanente de autoavaliação que reorienta seu trabalho.

2.3.2 Inovação

À medida que a produção e circulação do conhecimento se torna cada vez mais distribuída, transformando dinâmicas sociais, políticas e econômicas, observamos um processo crescente de controle nas condições de acesso ao conhecimento socialmente produzido, por meio de diversos mecanismos de propriedade intelectual. Parte das tensões contemporâneas, relativas às formas de regulação do acesso ao conhecimento, visando propiciar inovação no setor produtivo ou mesmo na área social, diverge sobre quais seriam os melhores mecanismos e ambientes de incentivo à inovação. Nesse sentido, formas híbridas de regulação e gestão do conhecimento, baseadas no reconhecimento do protagonismo de diversos atores cognitivos, e das especificidades de cada contexto de produção, circulação e das formas de apropriação do conhecimento têm emergido como um caminho alternativo às políticas que reduzem o conhecimento ora a um recurso econômico passível de posse excluída e rival, ora a um recurso livre e abundante. Tratar o conhecimento como um recurso comum implica reconhecer a importância da construção de mecanismos institucionais para que se possa garantir sua contínua produção e usufruto coletivo, de maneira a potencializar as condições de inovação em diversos segmentos da sociedade.

As universidades que pretendem ter vocação pública em favor do bem comum percebem como um ponto crítico a revisão dos paradigmas tradicionais de inovação e a necessidade de redefini-la em contextos mais abertos e colaborativos, com objetivo de fomentar o desenvolvimento de tecnologias (sociais ou econômico-produtivas) e empreendimentos que permitam a melhoria das condições de vida das populações em condições vulneráveis. A inovação e suas aplicações pelas empresas ao mundo real que nos cerca estão evidentes em todos os níveis, desde os avanços inéditos da Medicina e Genética às energias limpas, à química verde, às mídias sociais, tecnologias de educação, comunicação e entretenimento, administração pública e financeira.

Em universidades públicas, entretanto, as políticas de inovação devem ser voltadas a ampliar o seu poder transformador da orientando as mudanças para o bem-estar da população e para a sustentabilidade. Isso implica, desde logo, reconhecer que a concentração da atividade de inovação nas empresas dos países centrais coloca desafios para as universidades públicas, sobretudo em países periféricos, heterogêneos e desiguais, como o Brasil. Atualmente, os debates sobre a inovação transbordam a arena que se pretendia ser exclusiva ao setor produtivo (tecnologias aplicadas à indústria e serviços). As práticas de inovação, além de serem dependentes da interrelação entre diversos atores e instituições, manifestam-se em iniciativas da gestão pública, nos modos de participação cidadã, na gestão das cidades, em práticas científicas, nas organizações da sociedade civil e nos movimentos sociais, entre outros. Reconhecer na realidade nacional os problemas que afetam a vida da nossa população, os impactos sociais e ambientais do atual paradigma econômico, do agronegócio e do extrativismo solicitam uma visão crítica das novas tecnologias em contextos como o nosso. E, em paralelo, procurar formas sociais, públicas e comuns de renovação nas nossas universidades públicas que tragam benefícios, antes de tudo, aos que mais precisam.

É fundamental nas universidades o ensino e a prática de metodologias e ferramentas que aumentem a intensidade, melhorem a qualidade e permitam a transferência de inovações capazes de gerar produtos e serviços de relevância social e ambiental, seja pela ampliação do valor de uso, seja pela contribuição à proteção dos bens comuns. É nesse contexto que ocorre a transversalidade e convergência das ações que orientam a política de inovação da Unifesp e seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/Unifesp). São os oito eixos abaixo que nortearão a política de inovação da Unifesp, a saber:

- **Promoção da inovação, do empreendedorismo e do cooperativismo entre os(as) estudantes:** institucionalmente, no Brasil e no mundo, os núcleos de inovação tecnológica (NIT) (mundialmente reconhecidos como *Technology Transfer Offices* – TTO) podem e devem assumir o gerenciamento dessas funções relacionadas à promoção das iniciativas de inovação tecnológica e também ao empreendedorismo e ao cooperativismo. Incluem-se aqui desde as ações diretas, como a identificação das inovações e sua proteção intelectual, de preferência sem fins lucrativos e de acesso público a todos que dela possam se beneficiar socialmente, como a transferência de tecnologias e formação de parcerias estratégicas em inovação que promovam o desenvolvimento social e a sustentabilidade. Os NITs devem também ampliar seu escopo de atuação por meio da educação, em colaboração com as estruturas de ensino na graduação e nas pós-graduações, promovendo a divulgação da importância da inovação e do empreendedorismo e cooperativismo entre estudantes, corpo docente e corpo administrativo. Como parte do sistema de inovação da universidade o NIT deve estimular o espírito inovador, empreendedor e solidário entre os alunos, portando-se como parceiro do sistema de ensino, em atividades curriculares e extracurriculares, levando o foco para o reforço pedagógico da inovação, do empreendedorismo e do cooperativismo como um conjunto de habilidades complementares e de alto valor social, que podem ser aplicadas em atividades profissionais e nos ambientes de trabalho. Essa ação torna-se ainda mais relevante se for considerado o contexto atual de expansão dos campi da Unifesp, em que a integração entre eles, a busca por maior interdisciplinaridade, a difusão da cultura de promoção à inovação e seu sentido social, público e ambientalmente responsável se mostram como necessidades para que a universidade possa desenvolver novas

competências para enfrentar os desafios impostos pela realidade contemporânea da educação, da sociedade, da economia e do meio ambiente.

- **Estímulo para a inovação na comunidade acadêmica da Unifesp:** professores, pesquisadores e estudantes em iniciação científica ou pós-graduação – mestrado, doutorado ou pós-doutorado – pensam, planejam, administram e executam a pesquisa que, resultando em inovação, poderá, finalmente, em um sistema bem concatenado, desaguar em incubadoras de empresas e de cooperativas populares e empreendimentos solidários de base tecnológica ou ser transferida para organizações estabelecidas nos setores público e privado e em ONGs. O fato de que muitos docentes e pós-graduandos nem sempre consideram a relevância e o valor social ou de mercado de suas pesquisas demanda que a universidade, por meio dos NITs, ponha em prática mudanças que incentivem o corpo docente a despertar os(as) estudantes para a importância do empreendedorismo-cooperativismo. Essas mudanças incluem maior reconhecimento e aceitação dos empreendedores e cooperativistas no corpo docente, integrando o espírito inovador com a consciência social e ambiental, no conjunto de valores agregados à escola e nos processos de seleção, aumentando as ligações do corpo docente com parceiros externos – por meio do engajamento com as empresas públicas, privadas, cooperativas e empreendimentos solidários e outros arranjos produtivos e dos recursos direcionados para a criação de relações equilibradas, construtivas e potencializadoras do caráter público da instituição. As universidades, por meio dos NITs, devem trabalhar ativamente com os órgãos de fomento e regulatórios, das esferas federal e estadual, para abordar alguns dos desafios regulamentares que tornem seguros e eficazes os mecanismos de relação com o meio externo, notadamente dos docentes e discentes empreendedores, em particular os aspectos relacionados aos conflitos de interesses e questões de segurança nacional.
- **Apoio ativo às atividades de transferência de tecnologia:** as atividades de transferência e licenciamento de tecnologias devem ser apoiadas e ampliadas. Essas ações funcionam como os pontos de ligação principal entre a universidade e seus agentes inovadores e os atores externos que demandam inovações – sejam eles atores do terceiro setor, líderes de negócios, investidores, negociadores, empresas públicas e privadas, cooperativas populares, governo e a sociedade em geral. O NIT deve identificar e apoiar o empreendedorismo nos campi e também auxiliar as *startups* a encontrar as melhores oportunidades de financiamento, capacitação e inserção em redes de pesquisa e de negócios. Ao invés de agir como mero comercializador de novas tecnologias, o NIT deve ativamente agir como um agente facilitador e difusor de boas práticas geradoras de valor social e viabilizador para que as invenções se tornem inovações que respondam às necessidades da sociedade. Nesse contexto, com a criação desse ambiente favorável, será possível para estudantes, docentes, ex-alunos, empreendedores e demais atores da inovação, conectar-se, trocar aprendizados e fortalecer suas competências. Existe ainda a possibilidade de construção de forma colaborativa de novos modelos de negócios, capazes de mudar a cultura da universidade, por exemplo, criando pequenas empresas e cooperativas populares baseadas nas comunidades situadas no entorno da universidade.

- **Colaboração universidade-setor produtivo:** as empresas de diferentes setores de atividade, as cooperativas geridas pelos trabalhadores, os empreendimentos produtivos e coletivos que atuam segundo princípios da inclusão social e da sustentabilidade socioambiental podem se beneficiar das pesquisas universitárias e consequentes inovações tecnológicas e seus respectivos impactos positivos na sociedade. A universidade deve constantemente procurar maneiras de conectar o tripé ensino, pesquisa e extensão e os estudantes com áreas novas ou indústrias emergentes, sempre favorecendo o interesse público. Nos últimos anos, as universidades reconhecidas como de melhor desempenho nos diferentes rankings e avaliações internacionais têm colocado maior ênfase no apoio a empresas iniciantes, embora continuem a envolver as empresas já estabelecidas que têm sido tradicionalmente os seus parceiros de licenciamento. Para facilitar a maior colaboração no estímulo à inovação, as universidades estão abrindo suas instalações e estimulando seu corpo docente e alunos para maior interação com as empresas públicas, privadas e cooperativas (de diferentes portes que se orientem pela inovação de impacto social e com interesse público), na esperança de criar maior valor de uso, bem-estar social e sustentabilidade.
- **Participação estratégica nos esforços de desenvolvimento local e regional:** historicamente, no Brasil e em particular em São Paulo, os institutos de pesquisa, mas não as universidades, têm tido protagonismo no apoio ao desenvolvimento econômico e social, local e regional. A universidade pode se tornar, além de um polo gerador de conhecimento, um polo consolidado para geração e difusão de inovações tecnológicas e sociais, que viabilizam sociedades melhores e geram renda e empregos no município e região em que está inserida, promovendo redução de desigualdades e maior equidade de gênero, classe e raça. Tais atividades devem tanto conciliar os problemas locais e as vocações regionais quanto as atividades de pesquisa que têm sido conduzidas na universidade e as oportunidades de política pública regional e de fomento existentes.
- **Inovação em políticas públicas, produtos, processos e serviços de atendimento à população:** essa área fundamental da inovação em universidades públicas envolve programas de cooperação com o Estado brasileiro, em todos os níveis, outros centros de pesquisa, ONGs e movimentos sociais que atuam em políticas públicas. Mobilizando ações de ensino, pesquisa e extensão, a universidade deve ter papel ativo na avaliação crítica e monitoramento de políticas públicas e instituições, propondo inovações organizacionais e de gestão, novas tecnologias, formatos, métodos e estratégias em programas, projetos e sistemas, orientando sua agenda de pesquisa na busca do aumento da qualidade de vida da sociedade em geral, alterando qualitativamente serviços, processos e produtos para atenção da população. A Unifesp tem histórico de atuação e inovação nas políticas públicas na área de saúde e deve ampliar sua capacidade de inovação conectada a políticas públicas em outras áreas de conhecimento e iniciativas convergentes para resolução de problemas complexos, com forte capacidade de inovar e induzir novas formas de atuar do Estado brasileiro.
- **Inovação em tecnologias sociais e economia solidária:** a maior parte da nossa população está em condições de informalidade no mercado de trabalho e nas cidades. É um desafio para a universidade pública, pois dificilmente será resolvido por outro ator social, propor inovação tecnológica, em diálogo com essas

populações e seus saberes, suas cooperativas, empreendimentos solidários, organizações comunitárias e movimentos sociais organizados, compreendendo seus contextos e potencialidades. O que já tem sido feito há ao menos duas décadas, por meio de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) e de núcleos de fomento e inovação em Economia Solidária, pode servir de referência para as ações da Unifesp. A baixa integração formal e subordinação real dessas populações às estratégias de reprodução capitalista hegemônicas é oportunidade para experimentação de alternativas para o desenvolvimento social e econômico plural, solidário e sustentável. A Unifesp deve realizar parcerias e integrar redes nacionais já existentes para inovação em tecnologias sociais, apropriadas e autogeridas pelos trabalhadores, nas quais estes detêm controle e propriedade dos meios de produção, processos, técnicas e produtos, fomentando a ampliação da economia social, cooperativista e solidária.

- **Inovação aberta em plataformas colaborativas, licenças alternativas (*General Public Licence, Copyleft, Creative Commons, entre outras*):** outra área de grande atualidade e relevância para a inovação tecnológica em universidades públicas são as inovações em plataformas de conhecimento abertas, com repositórios institucionais e licenças livres, protegidas em sua autoria, mas de uso público. As universidades públicas são elo fundamental na renovação e difusão de conhecimentos socialmente relevantes, que podem afetar a vida das populações que dela se beneficiariam, com acesso público e gratuito. Essas mudanças têm sido classificadas e adotam procedimento de livre acesso denominado de criatividade dos bens comuns. A área mais conhecida nessa modalidade é a de softwares livres, mas a proposta tem se alargado para diversos outros campos do conhecimento, como os medicamentos genéricos ou de inovação aberta, revolucionando o sistema de patentes e propriedade do conhecimento e beneficiando populações, em particular aquelas de menor poder aquisitivo e mais vulneráveis. A inovação com esse foco tem capacidade de multiplicação de seus benefícios dissociada das estratégias de restrição de acesso que produzem rendas exclusivas de conhecimento para seus detentores. Ao ampliar as condições de produção, circulação e apropriação dos conhecimentos, expande-se a base social e a diversidade dos atores cognitivos que serão capazes de utilizá-los e modificá-los, ampliando assim as possibilidades de inovações distribuídas entre segmentos diversos da sociedade e da atividade produtiva.

2.3.3 Formação de professores da educação básica

A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, ofereceu as diretrizes para a organização da formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para as redes públicas de ensino, definindo princípios, objetivos e uma arquitetura de organização colaborativa. Ações efetivas que demarcaram essa política, sob o protagonismo da Capes até então, podem ser compreendidas pela análise dos inúmeros programas e exigências que foram instaladas nos anos subsequentes ao decreto.

Respondendo positivamente a essa política, a Unifesp assumiu vários desses programas e ações, dentre

eles: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o Observatório da Educação (Obeduc), o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (Life), o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), assim como o Programa Novos Talentos.

Além disso, por exigência legal, a Pró-Reitoria de Graduação sediou a instalação do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica (Comfor), uma instância concebida para articular e viabilizar parte da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que passa a ser responsável, no âmbito da instituição por assegurar a indução, a articulação, a coordenação e a organização de programas e ações de formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, pela gestão de recursos recebidos por meio do apoio financeiro previsto, bem como pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino na área de formação inicial e continuada de professores de educação básica.

O referido decreto definiu, também, a criação de fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, em que a Unifesp possui um assento. Aproximando-se do que, nas últimas décadas, os estudos e pesquisas sobre o campo de formação de professores vinham apontando, a política nacional de formação de professores, ao demonstrar seu compromisso com a valorização do magistério e a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas de todo o país, corrobora a importância de se estabelecer um vínculo mais estreito entre as instituições de ensino superior formadoras e as escolas públicas.

Diante dessa análise, a existência de programas de pós-graduação na universidade, como o Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Saúde na Infância e na Adolescência, além dos mestrados profissionais nas áreas de Matemática, Química e História e das diversas formas de organização dos estágios, como o Programa de Residência Pedagógica do curso de Pedagogia da EFLCH/Unifesp, aproxima-se do cumprimento dessa responsabilidade.

Assim, tendo em consideração tais demandas relacionadas ao compromisso da Unifesp com a formação de professores da educação básica, o debate interno no sentido de se produzir diretrizes mínimas para a formação de professores na instituição que possam balizar as decisões, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação institucional é necessário e urgente. Principalmente porque o debate não se restringe ao modo como se atende às demandas de indução, mas extrapola esse limite interrogando-se sobre qual a política de formação de professores que a Unifesp em seu conjunto realiza, qual é o projeto de política institucional que deve nortear as ações e adesões no que tange à formação de professores para a Educação Básica, tanto no contexto interno à universidade quanto na participação institucional no contexto das políticas nacionais.

2.3.4 Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação

O Núcleo de Educação Infantil - Escola Paulistinha de Educação, doravante identificado como NEI-Paulistinha, vinculado à Reitoria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) pela Resolução nº 102, de 11 de junho de 2014, tem por finalidade o oferecimento de educação infantil de qualidade para as crianças de zero a cinco anos e onze meses, também servindo como campo de formação, com estágios para estudantes dos diferentes cursos e campi



Ação contra *Aedes aegypti* na Escola Paulistinha de Educação (2016)

da Unifesp, para atividades de graduação, extensão, pesquisa e pós-graduação. O NEI-Paulistinha está localizado na Rua Varpa, 54, CEP 04039-050, Vila Clementino, Município São Paulo.

A escola oferece atendimento público, gratuito, laico, direito da população e dever do poder público e estará a serviço das necessidades e características de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, isenta de quaisquer formas de preconceitos e discriminações de sexo, raça, cor, situação socioeconômica, credo religioso e político, dentre outras.

O núcleo mantém a educação infantil, primeira etapa da educação básica e realizará atendimentos de crianças em faixas etárias e formas de agrupamento estabelecidas conforme documentação do Ministério da Educação, visando promover a educação infantil às crianças, fundamentada nos princípios voltados à construção do conhecimento, indispensável ao exercício ativo e crítico da cidadania, na vida social, cultural, política e profissional. Tem por objetivo assegurar às crianças atendidas o desenvolvimento em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade, o acesso a processos de construção de conhecimento e a aprendizagem de diferentes linguagens, bem como garantir o direito à proteção, saúde, liberdade, dignidade, brincadeira, convivência, integração com outras crianças e ao respeito.

Atualmente a educação infantil possui cerca de 260 alunos regularmente matriculados nas seguintes turmas: Berçário I e II, Maternal I e II, Infantil I e II. A Escola Paulistinha de Educação tem por finalidade também a oferta do ensino fundamental, ciclo I da educação básica. Nos termos do artigo da LDB 9.394/96, o ensino fundamental possui os seguintes objetivos:

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da

escrita e do cálculo;

- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- O domínio de competências e habilidades que promovam a consciência da cidadania e facilitem a melhor inserção do educando no ambiente social.

Atualmente a escola possui cerca de 220 (duzentos e vinte) alunos matriculados nas seguintes turmas do ensino fundamental: 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano.

2.3.5 Universidade, convergência digital e educação à distância

A diversidade de campos do conhecimento e suas relações diante da complexidade contemporânea exigem estruturas universitárias dinâmicas capazes de conexões, convergências, resiliências, redes e comportamento interdisciplinar, no exercício do ensino-aprendizagem, da extensão e pesquisa, em que os contextos convergentes, digitais e em rede são elementos fundantes e constantes. Nesse cenário, a formação para as tecnologias, mídias e linguagens são transversais e contribuintes para a interatividade, curadoria e colaboração necessárias à convergência do conhecimento em um paradigma educacional que preconiza diferentes matrizes comunicacionais, diferentes sujeitos e outros espaços de construção dos saberes de modo a considerar os que a esta condição pertencem e, também, aqueles que são apartados desse processo, mesmo que afetados por ele.

A Unifesp encontra-se nesse movimento educacional construindo processos para estabelecer as estruturas, metodologias e conexões necessárias para a confluência e expansão do conhecimento, nesse caso, a partir da convergência digital, explicitada pelas tecnologias digitais de informação e comunicação e da Educação a Distância – EaD.

Nesse sentido, cabe à universidade proporcionar condições educacionais, técnicas e tecnológicas para implantar e ampliar o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), de modo que os sujeitos se tornem capazes de se relacionar com essas ferramentas, nos campos de ensino, aprendizagem, pesquisa, extensão e gestão. Integrada, essa visão, ao prover inclusão, acessibilidade e mobilidade, amplia a escala social das ações educacionais. Ações de investigação e inovação nessas tecnologias são parte da mediação e produção de convergência dos conhecimentos em diferentes áreas, respondendo às necessidades dos agentes envolvidos e da geração de indicadores, tais como: a) transição para maior acesso: mobilidade, acessibilidade, inclusão, alcance; b) atualização de metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem; c) acesso, igualdade e qualidade por diferentes abordagens; d) potencialização, integração e articulação intercampi.

No que tange à EaD, há de se considerar que a contemporaneidade se expressa por uma cultura que é definida pela intensa conexão entre os sujeitos. Em um momento de transformações e adaptações, o uso de recursos tecnológicos - os advindos da informatização e da conectividade das redes – está inserido no cotidiano das diferentes

áreas do conhecimento e da vida em sociedade. Em decorrência dessa nova realidade, a evolução dos meios de comunicação tem conduzido o uso e o aperfeiçoamento de propostas e metodologias de educação a distância, proporcionando o acesso significativo de um número maior de pessoas aos estudos e à profissionalização, principalmente a partir da criação da internet.

O incentivo e a regulamentação da educação a distância nos diferentes níveis de ensino têm aporte em diversos diplomas normativos. A atuação da Unifesp no que se refere a essa modalidade educacional orienta-se pelo marco legal composto por: 1) Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96; 2) Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE); 3) documento da Conferência Nacional de Educação (Conae 2014), a modalidade a distância está citada como instrumento para a formação de pessoas privadas de liberdade. Essa estratégia mostra como a EaD pode apoiar diferentes segmentos da educação brasileira, como instrumento de educação em espaço privado dos inúmeros recursos que uma sala de aula presencial possui.

A Unifesp poderá, cada vez mais, encontrar na EAD um caminho de ensino, ampliando o acesso, de forma interdisciplinar, ao conhecimento produzido por esta universidade. Para tanto, é fundamental aprofundar na instituição a compreensão da EaD no que tange às concepções, práticas, formatos organizacionais e estruturais, nas articulações e relações entre os agentes envolvidos nessa modalidade educacional, por meio de uma reconstrução do que se entende por autonomia didática nos vários níveis, de modo a propiciar a inserção e o reconhecimento dos vários agentes do processo educacional.

A história da EaD na Unifesp tem princípio com as iniciativas relacionadas ao uso de tecnologias de informática como apoio à área administrativa e educacional da Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp), na década de 1980. O Centro de Informática em Saúde, fundado em 1988, e o Departamento de Informática em Saúde (DIS),



EaD Unifesp
Imagem extraída do site <http://www.polead.sites.unifesp.br/>

Scratch Day - Polo EAD Unifesp promove evento que ensina programação a crianças da rede municipal

formalizado em 1999, investigaram e desenvolveram recursos tecnológicos para promover a educação digital em saúde, tendo como resultado uma vasta listagem de cursos à distância e programas educacionais voltados a estudantes, profissionais da saúde e a comunidade em geral. As ações relacionadas à EaD na Unifesp tiveram início no Laboratório de Educação à Distância (LED), do DIS. A partir de 2005, concomitantemente com a expansão física e de áreas do conhecimento da Unifesp, fez parte desse processo a capacitação de servidores da universidade para atuar em diferentes âmbitos da preparação e oferta dos cursos à distância.

No contexto atual a Unifesp oferece condições para o apoio ao ensino presencial e à distância, adere e participa de projetos e sistemas desenhados pelo governo federal, como incremento à educação e promoção da formação ao longo da vida, cujos financiadores são: Ministério da Educação - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a Universidade Aberta do Brasil (UAB), Ministério da Saúde para a Universidade Aberta do SUS (UNA/SUS), Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) para o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Comfor), Ministério da Justiça para a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).

Foi criada e regulamentada em 2015 a Secretaria de Educação a Distância (Sead) como órgão subordinado à Reitoria da Unifesp, com competência para implementar políticas e diretrizes para a educação à distância (EaD), estabelecidas no âmbito da universidade. A Sead tem como missão fomentar, regulamentar e apoiar as ações de educação à distância nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unifesp.

Nessa direção, as ações de EaD comportam, além da adesão aos projetos governamentais, ações institucionais em diferentes dimensões: disciplinas presenciais com apoio de espaços virtuais de aprendizagem, disciplinas presenciais que suprem os 20% previstos à distância, pós-graduação, extensão, cursos livres e graduação à distância.

Partindo de mais de uma década de experiência com EaD, a Unifesp reconhece a educação distância como abordagem educacional, e não simplesmente como modalidade de ensino, pelo fato de incluir estratégias para uma educação ubíqua, que pode alcançar qualquer aluno, em qualquer lugar, e a qualquer tempo.

A EaD é organizada a partir de uma arquitetura pedagógica composta por metodologias de gestão, avaliação e comunicação, mediadas por tecnologias da informação e da comunicação. Constitui-se um processo orgânico que está em estreito alinhamento com as práticas humanas socioculturais, com os processos interativos, coletivos e colaborativos. Aliada a uma visão interdisciplinar em uma perspectiva institucional, a EaD pode viabilizar um espaço de diálogo entre diversidades e especificidades e possibilitar a criação de novas interpretações da realidade. Considerando-se os contextos globais, regionais e locais articulados, a visão de mundo contribui para garantir uma formação integral do aluno, auxilia na construção da sua autonomia e no preparo profissional em sentido amplo.

2.3.6 Bibliotecas e acervos

A biblioteca universitária tem como objetivo principal atender às necessidades consistentes com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura da instituição. Ela também é parte de uma configuração da universidade e tem sido reconhecida como o coração da instituição. As bibliotecas universitárias diferem das outras bibliotecas por causa de peculiaridades acadêmicas da comunidade a que servem: seus usuários incluem professores,



Biblioteca do Campus Guarulhos

pesquisadores, estudantes de graduação, pós-graduação e extensão. No que se refere à organização da coleção de materiais e serviços, são voltados para atender à demanda dos seus membros acadêmicos.

A primeira biblioteca foi criada em 1933, na antiga Escola Paulista de Medicina, e, posteriormente, com o processo da expansão das unidades universitárias da Unifesp iniciado em 2005, deu-se o início a uma fase de ampliação para novas áreas do conhecimento. Neste cenário, novas bibliotecas surgiram nos campi Baixada Santista (com duas unidades), Diadema, São José dos Campos, Guarulhos e Osasco.

Em 2013, os coordenadores das sete bibliotecas se organizaram para criar a Coordenadoria da Rede de Bibliotecas (CRBU/Unifesp), órgão vinculado diretamente à Reitoria, tendo como diretriz a gestão sistêmica das bibliotecas da Unifesp, a fim de interagir, como recurso educacional, para o desenvolvimento das atividades-fim da universidade.

No planejamento da CRBU/Unifesp encontram-se as perspectivas e as propostas de cada biblioteca com as diferentes e respectivas realidades no que respeita à quantificação do acervo por área de conhecimento, distribuição dos espaços físicos para estudo, horários de funcionamento, pessoal técnico-administrativo, oferecimento de serviços, formas de atualização e cronogramas de expansão do acervo. A diretriz principal, porém, é a convergência de suas particularidades para um plano mais amplo e integrado das perspectivas da universidade.

2.3.7 Órgãos complementares

O estatuto da Unifesp em seu artigo 5º dispõe que o departamento é a unidade acadêmica de organização administrativa da estrutura universitária, responsável pelo ensino, pesquisa e extensão em áreas específicas do conhecimento. O departamento integra uma unidade universitária e pode se organizar em disciplinas e setores. Além do departamento, a unidade universitária pode ter também órgãos complementares, que são estruturas de caráter integrador e supradepartamental, ou de nucleação de nova área de conhecimento na universidade (Resolução 89/2013, art. 29). A criação de um órgão complementar se inicia a partir do interesse e necessidade da instituição, e segue um fluxo de aprovação em diferentes instâncias que são definidas de acordo com a área de atuação para a qual tal órgão complementar está sendo proposto. No caso do órgão ter suas atividades voltadas à pesquisa, este deve ser aprovado no Consu após manifestação da Câmara de Pesquisa, Congregação, Conselho do campus e do Conselho de Planejamento, ouvidos quando houver, os departamentos cuja atuação guarde alguma relação. No entanto, as atividades do órgão complementar não podem ser conflitantes com as desenvolvidas por departamentos do campus onde este terá uma vinculação administrativa. O órgão complementar pode, no entanto, ter uma vinculação acadêmica a uma ou mais unidades universitárias, ou a uma pró-reitoria no caso de desempenhar atividades multicampi e essa vinculação deve ser aprovada pelo Consu após ser homologado pelo Conselho de Campus.

O órgão complementar é dirigido por um conselho de usuários, cujo presidente é o coordenador indicado pelos membros do próprio conselho, aprovado pela Congregação, mediante parecer da Câmara Técnica a qual o órgão complementar estiver vinculado. O órgão complementar possui um regimento próprio que estabelece sua estrutura e normas de funcionamento, e este é aprovado pela Congregação após manifestação da Câmara Técnica.

As atividades de ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa e extensão seguem as normativas estabelecidas pelas câmaras técnicas das unidades universitárias e dos respectivos conselhos centrais e devem apresentar um plano de trabalho, relatório anual de atividades e prestação de contas para análise e aprovação pela câmara técnica e conselho de campus. Estes são acompanhados e avaliados em caráter contínuo e permanente pelos órgãos competentes da instituição. Aos órgãos complementares são aplicados os mesmos critérios de intervenção destinados aos departamentos. A Resolução 89 de 10 de julho de 2013 estabeleceu todos esses critérios.

A Unifesp possui atualmente, nove órgãos complementares, sendo oito no Campus São Paulo e um no Campus Baixada Santista. No Campus São Paulo, ligados à Escola Paulista de Medicina (EMP/Unifesp) estão vinculados aos departamentos clínicos, sendo eles, o Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde (Cehfi), Centro de Desenvolvimento de Modelos Experimentais para Biologia e Medicina (Cedeme), Instituto de Farmacologia (Infar), Centro de Microscopia Eletrônica (Ceme), Centro de Terapia Celular e Molecular (CTCMol) e o Núcleo de Proteção Radiológica. Na Escola Paulista de Enfermagem (EPE/Unifesp) estão vinculados o Centro de Incentivo ao Aleitamento Materno (Ciam) e o Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (Cedess).

No Campus Baixada Santista temos o Centro de Práticas e Estudos em Nutrição e Alimentação Coletiva (Cpenac), criado em 2015.

O processo de expansão ampliou as áreas de conhecimento na Unifesp e proporcionou a interação entre profissionais das ciências biológicas, humanas, exatas e da saúde. Esse encontro tem sido produtivo em vários aspectos e tem levado à criação de novas atividades no campo do ensino, pesquisa e extensão. A geração de

conhecimento proveniente dessa interação requer nova formatação, uma estrutura que permita seu desenvolvimento e disseminação na e para além da instituição. O órgão complementar é a estrutura criada para abarcar o desenvolvimento de novas atividades acadêmicas.

O Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp), as cátedras e o Núcleo de Bioequivalência são alguns exemplos de projetos que necessitam de um novo formato de vinculação e funcionamento. Um projeto que ainda está em fase embrionária, porém já atuante na Unifesp, diz respeito à criação de um núcleo formado por um grupo multiespecialidades da área da saúde, voltado à prestar assistência a pessoas transgêneras.

O CAAF/Unifesp surgiu de uma cooperação da universidade com a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério Público Federal, a Comissão especial de mortos e desaparecidos da Secretaria de Direitos Humanos, cuja missão era identificar pessoas desaparecidas durante os anos de ditadura militar no Brasil a partir de remanescentes ósseos encontrados em vala do cemitério do Perú. Para desenvolver esta atividade, a universidade reuniu uma equipe multiprofissional de seu quadro docente, incluindo historiadores, filósofos, cientistas políticos, peritos forenses, médicos, pesquisadores da área de ciências básicas advindos de vários departamentos, tendo criado uma nova área de conhecimento de fundamental importância para a sociedade e para o país. O núcleo está em fase de estruturação e já agrega profissionais altamente especializados com capacidade de atuar na identificação de pessoas desaparecidas em decorrência dos mais variados fatores, por exemplo, catástrofes ambientais, acidentes aéreos, etc. Tais características configuram um centro de pesquisa que poderá vir a ser uma referência nacional devido à qualidade em sua área de atuação.

O Núcleo de Bioequivalência e Ensaios Clínicos (Nubec) surgiu com a formação de um grupo de trabalho de professores da Biofísica, que se reuniram para participar de um edital governamental lançado em 2008, o qual tinha a finalidade de montar 5 laboratórios de Bioequivalência no Brasil para atuarem principalmente nos testes de medicamentos genéricos da indústria farmacêutica nacional. O Nubec foi assim implantado na Unifesp e passou a investir na formação de profissionais cada vez mais especializados nessa área de atuação e a se tornar cada vez mais uma referência nessa área de Bioequivalência de medicamentos. Embora tenha sido oriundo do Departamento de Biofísica da Escola Paulista de Medicina, o Nubec adquiriu uma estrutura tão especializada que hoje lhe coloca na ponta para se tornar um centro de referência nacional em sua área de atuação.

Suas atividades são muito amplas para estarem vinculadas apenas a um campus. Uma central analítica está sendo estruturada por docentes de Diadema e São José dos Campos, cuja atividade será voltada ao desenvolvimento de novas moléculas com potencial terapêutico. O Nubec teria um papel complementar muito importante para esta central com a realização dos testes de bioequivalência dessas moléculas. Assim, podemos considerar a composição de um grande centro de referência na área do desenvolvimento de medicamentos e de Bioequivalência. A instituição deverá possibilitar uma adequada vinculação a essas novas estruturas, a fim de garantir orçamento e recursos humanos para que possam trabalhar em sua potencialidade.

Órgãos complementares existentes por área de atuação:

Centro de Desenvolvimento de Modelos Experimentais para Medicina e Biologia (Cedeme)

Endereço eletrônico:

<http://www2.unifesp.br/centros/cedeme/>

<http://www.hsp.epm.br/centros/cedeme/index.htm>

Centro de Microscopia Eletrônica (Ceme)

Endereço eletrônico:

<http://www2.unifesp.br/centros/ceme/>

O Centro de Microscopia Eletrônica (Ceme) é vinculado administrativamente ao Campus São Paulo e academicamente à Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp), por meio da Câmara de Pós-Graduação. O Ceme também conta com o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Unifesp. Tem como finalidade apoiar a pesquisa científica por meio de microscopia eletrônica e de técnicas associadas, bem como desenvolver atividades de ensino de graduação e pós-graduação.

Centro de Terapia Celular e Molecular (CTCMol)

Endereço eletrônico:

<http://www.ctcmol.unifesp.br/>

Este centro de terapia possui diversas linhas de pesquisa compondo sete laboratórios: estudo da ação de oxidantes e antioxidantes como moduladores de vias de sinalização em células eucarióticas e estudo dos mecanismos de indução de apoptose por óxido nítrico em células transformadas, imunologia molecular do reconhecimento inato (Molecular Immunology of Innate Recognition), estudo da resposta imune induzida por vacinas de DNA, antígenos e vírus recombinantes com ênfase no desenvolvimento de vacinas contra protozoários patogênicos, terapia gênica para isquemia crítica de membros, rede de diversidade genética de vírus, morte celular induzida pelos genes de bactérias e fungos, uso de SCFV (single chain FV) para terapia gênica para cânceres que expressam CEA (antígeno carcino embrionário), terapia celular, Engenharia Tecidual e Biofabricação.

Instituto Nacional de Farmacologia e Biologia Molecular (Infar)

Endereço eletrônico:

<http://www.bv.fapesp.br/pt/instituicao/1749/instituto-nacional-de-farmacologia-infar/>

O objetivo desse órgão complementar é colaborar com os departamentos que o constituem - Biofísica, Bioquímica e Farmacologia, visando ao desenvolvimento da pesquisa científica e o aperfeiçoamento do ensino superior na área de Ciências da Saúde. Para tanto, desenvolve as seguintes ações: apoiar os cursos de graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, promover cursos de especialização e aperfeiçoamento, participar de programas ligados à divulgação de conhecimentos científicos, contribuir para a formação de técnicos destinados à indústria química e farmacêutica e assessorar entidades governamentais e privadas na área de sua especialização.

Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde (Cehfi)

Endereço eletrônico:

<http://www2.unifesp.br/centros/cehfi/portal/index.php>

O Cehfi é um órgão complementar do Campus São Paulo criado em 1999 e que está associado academicamente à Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp). A missão do Cehfi é promover atividades de pesquisa, ensino e extensão no campo das humanidades em interface com a área da saúde, focando temas como história, memória, filosofia, formação humanística e humanização em saúde.

No âmbito da pesquisa o Cehfi desenvolve projetos em torno de uma grande linha de pesquisa intitulada Humanidades, Narrativas e Humanização em Saúde, com financiamento de agências nacionais (Fapesp, CNPq, Capes) e internacionais (King's College).

No âmbito do ensino, o Cehfi é responsável por disciplinas obrigatórias e eletivas nos cursos de graduação em Ciências Biológicas Modalidade Médica, Enfermagem e Medicina do Campus São Paulo. Disciplinas de pós-graduação, com destaque para o Laboratório de Humanidades, são oferecidas não apenas para os programas parceiros do Cehfi, como para todos os programas do Campus São Paulo.

No âmbito da extensão, o Cehfi é responsável pelo Museu Histórico da Escola Paulista de Medicina (atualmente em reforma), pelo Arquivo Histórico da EPM/Unifesp e pela Biblioteca de História da Medicina e Humanidades Médicas da EPM/Unifesp.

Centro de Incentivo e Apoio ao Aleitamento Materno (Ciaam)

Tendo em vista a importância do aleitamento materno e considerando que a Unifesp é um centro formador de profissionais de saúde, foi criado no início do ano de 1999 e oficializado junto à Reitoria da universidade um grupo de interesse nesta questão que pudesse discutir algumas práticas relacionadas à amamentação, assim como sugerir modificações naquelas que o grupo julgasse necessárias para o estabelecimento do incentivo à amamentação.

Atualmente o grupo é composto por profissionais de diversos segmentos da universidade e HSP, dentre eles, enfermeiros, médicos pediatras e obstetras e nutricionistas. As atividades desenvolvidas pelo grupo estão centradas especialmente na questão da formação acadêmica dos alunos de graduação e pós-graduação, no sentido de oferecer um ensino atualizado no que se refere às práticas em amamentação, tendo como base pesquisas desenvolvidas na área.

Este grupo se reúne semanalmente, às quintas-feiras, no horário de 10 as 11 horas, na sala ao lado do berçário.

Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS)

Endereço eletrônico:

http://www2.unifesp.br/centros/cedess/cedess/ced_historia.htm

http://www2.Unifesp.br/centros/cedess/cedess/ced_historia.htm

É um órgão complementar de natureza científica da Unifesp, aprovado pelo Conselho de Graduação em 15 de maio de 1996 e pelo Conselho Universitário em 11 de setembro de 1996. É vinculado, administrativamente ao Campus São Paulo e academicamente à Escola Paulista de Enfermagem.

O Cedess assume o binômio educação e saúde em suas interfaces com a formação/ desenvolvimento de docentes para o ensino superior em saúde, com a tecnologia educacional e com a comunicação social da ciência, no contexto da educação para a saúde. Estabelece assim, estreito intercâmbio com os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em Ciências da Saúde da universidade.

O Cedess mantém vínculos permanentes com a comunidade acadêmica nacional e internacional da área da Saúde, participando de fóruns de discussão e de atividades de intercâmbio cultural.

O Cedess dispõe de espaços múltiplos, destinados a oferecer condições favoráveis à formação e ao aperfeiçoamento de profissionais da saúde. São também desenvolvidas e avaliadas metodologias educacionais envolvendo diversas mídias, voltadas para o aprimoramento do processo de comunicação no âmbito acadêmico e institucional

Centro de Práticas e Estudos em Nutrição e Alimentação Coletiva (CPENAC)

É um órgão complementar que assume como missão desenvolver e fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão interdisciplinares na área de alimentação coletiva, na perspectiva de tornar-se uma referência nos diferentes aspectos relacionados à alimentação coletiva. E também busca agregar a experiência acumulada pelos diferentes departamentos, grupos e pesquisas da Unifesp que tem alimentação coletiva como tema comum de suas atividades, pesquisas, assistência e ensino.

A partir dos valores da transparência, ética, trabalho em equipe, interdisciplinaridade e inovação, tem como objetivos:

- desenvolver avaliações e melhorias na área de alimentação coletiva, considerando as dimensões nutricionais, sensoriais, higiênico-sanitárias, físico-químicas, legais e simbólicas envolvidas nesta área;
- desenvolver pesquisas e atividades de extensão ligadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- desenvolver produtos nutricionalmente melhorados para inserção na alimentação coletiva;
- avaliar políticas públicas ligadas à área de alimentação coletiva;
- avaliar as técnicas de preparo e seus efeitos sobre a composição do alimento, retenção e atividade de nutrientes.

Núcleo de Proteção Radiológica

Endereço Eletrônico:

<http://www.unifesp.br/nucleos/protecaoradiologica/>

O Núcleo de Proteção Radiológica (NPR) foi criado em julho de 1996 por meio da Portaria 217 atendendo solicitação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) que tinha como objeto de atenção garantir condições seguras na utilização dos radioisótopos nas atividades de pesquisa. Com base nas normas regulamentadoras da CNEN o NPR responde diretamente aos representantes legais da instituição e está sob encaminhamento da Pró-reitoria de Administração da UNIFESP. O NPR conta com a colaboração de representantes de departamentos acadêmicos nos quais há rotineira utilização de radioisótopos nas atividades de pesquisa para a manutenção de condições seguras nas atividades com radiação ionizante no âmbito institucional.

2.4 Iniciativas institucionais para criação dos ambientes convergentes na Unifesp

Compromissada com o contexto da convergência do conhecimento, a Reitoria da Unifesp vem estabelecendo procedimentos que auxiliam a congregação de docentes, pesquisadores e TAEs ao redor de temas estruturantes que perpassam transversalmente as atividades-fim da instituição (graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e assistência) e atuam como elemento de ligação entre elas.

2.4.1 Centro de Antropologia e Arqueologia Forenses (CAAF/Unifesp)

A Antropologia forense é um ramo da antropologia que aplica métodos advindos tanto da Antropologia biológica quanto de processos médico-legais. O objetivo da Antropologia forense é a identificação de indivíduos e de sua *causa mortis*, na hipótese de crimes individuais ou coletivos. Para tanto, as análises devem prover informações



Estudo de ossadas no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense

acerca de idade de morte, do sexo, de estimativa de estatura, de patologias osteológicas, de traumas e de ancestralidade. Nesse sentido, a Antropologia forense trabalha frequentemente com métodos e técnicas propriamente desenvolvidos no campo da Arqueologia, desde a pesquisa com material osteológico até a dinâmica de escavação, registro e análise laboratorial.

Diferentemente de outros países, inclusive da América Latina, o Brasil pouco tem contribuído para as investigações de crimes a partir da perspectiva da análise esquelética humana, que pode esclarecer aspectos relacionados à violência social. Tais aspectos decorrem, sobretudo, do modo como a Antropologia forense vem sendo aplicada no Brasil, pois as análises para identificação de indivíduos e verificação de traumas de violência são efetuadas de maneira diluída em laboratórios de diferentes origens, por profissionais com diferentes formações. Esses fatos inviabilizam a existência de protocolos de análise unificados que possibilitem estudos amplos e interdisciplinares.

Para superar essas dificuldades, a Reitoria da Unifesp, que dispõe em seu corpo docente de profissionais capacitados para a atuação interdisciplinar e cooperativa na área de investigação ora referida, criou o Centro de Antropologia e Arqueologia Forenses – CAAF/Unifesp, que constitui o primeiro núcleo desse tipo no Brasil.

O objetivo do centro é criar um ambiente intelectual para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e protocolos científicos voltados à identificação de vítimas da repressão institucional no passado e no presente. Esse órgão pretende colaborar com entidades de direitos humanos, prestando assistência técnico-científica na sua área de atuação e reforçando a democracia no país. Por outro lado, busca recuperar a experiência internacional e atender às recomendações de grupos estrangeiros, como a Equipe Argentina de Antropologia Forense e a Equipe Peruana de Antropologia Forense.

Uma de suas principais tarefas é colaborar com o processo de identificação das ossadas encontradas em uma vala clandestina do Cemitério Municipal Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo. Acredita-se que entre esses restos mortais possam estar desaparecidos políticos da época do regime militar. Após finalizadas as análises, a Unifesp pretende tornar o laboratório um espaço fixo para investigar desaparecimentos atuais, bem como consolidar e expandir a Antropologia e Arqueologia forenses no Brasil.

Outro projeto desenvolvido pelo Centro intitula-se “Violência do Estado no Brasil: um estudo dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da Justiça de Transição e da Antropologia Forense”, em colaboração com o Centro Latino-Americano – Escola de Estudos Interdisciplinares, da Universidade de Oxford. Essa iniciativa demandará as seguintes ações: realização de um curso de direitos humanos, aliado à Antropologia e Arqueologia Forenses, com o objetivo de disseminar o conhecimento internacional sobre o tema; organização de seminários internacionais,

um no Brasil e outro na Inglaterra, possibilitando a troca de informações e experiências entre especialistas de vários países; e, produção de pesquisa sobre os crimes de maio de 2006, quando ocorreram 43 episódios de morte de civis por armas de fogo na Baixada Santista, pelos quais os agentes do Estado não foram responsabilizados.

Como demonstrado anteriormente, o centro busca apoiar pesquisas e trabalhos sobre Antropologia Forense sob a ótica dos Direitos Humanos a partir de um conjunto de ações descritas a seguir:

- Criar no Brasil um grupo de pesquisas acadêmicas que permitam aplicar o conhecimento das técnicas de Antropologia forense nas políticas de defesa dos direitos humanos e de fortalecimento da democracia. Nesse sentido, espera-se formar recursos humanos em perspectiva multidisciplinar, estruturar cursos para a comunidade acadêmica e promover o debate e a publicação de trabalhos especializados na área.
- Treinar e formar profissionais capacitados a desenvolver os trabalhos aqui especificados, utilizando o constante diálogo com a sociedade civil.
- Colaborar para o atendimento das reivindicações de familiares de mortos e desaparecidos durante o regime militar e em governos posteriores, de maneira a facilitar o direito à verdade e à justiça.
- Criar mecanismos para enraizar os processos de recuperação e identificação de restos mortais de vítimas da ditadura militar, para além do mandato das Comissões da Verdade, considerando os interesses civis do tempo presente.

2.4.2 Cátedra Edward Saïd: estudos da contemporaneidade

O objetivo da Cátedra Edward Saïd é desenvolver análises e reflexões acerca da cultura moderna, no âmbito das transformações políticas e culturais contemporâneas, levando em consideração sua relação com a História presente na obra de Edward Saïd. No encontro das tradições grega, judaica, cristã e islâmica

se constituíram o Oriente e o Ocidente como patrimônio a ser discutido hoje, em meio aos conflitos políticos e sofrimentos identitários, aos fluxos emigratórios e às novas formas de exclusão e de preconceito, no quadro do fim do papel filosófico e existencial da cultura, substituído pela cultura da violência, pelo mercado e pelos valores da competição e da concorrência generalizada. Desse modo, o pensamento de Edward Saïd constitui uma “arqueologia do presente” em sua atenção à dissolução de uma noção de cidade e do laço coletivo, com o retorno de nacionalismos, fundamentalismos religiosos e ódios étnicos. Reunindo estudos sobre ciência, política, história, cultura e artes, Edward Saïd permite ampliar a reflexão sobre a urgência de fortalecer espiritualmente as sociedades para que os conflitos políticos possam resultar em complementaridade e alargamento da idéia de identidade e de hospitalidade.

As linhas de pesquisa da Cátedra Edward Saïd foram estabelecidas como segue:

- **Estudos de convivência e sociabilidade.** Trata-se de desenvolver estudos sobre as relações entre história cultural e formas de sociabilidade, consagradas pelo ideário humanista e pelos avanços institucionais, com respeito às aporias da contemporaneidade, uma vez que se tornaram insuficientes para conter movimentos

Cátedra Edward Saïd de Estudos da Contemporaneidade



regressivos das sociedades.

- **O papel dos intelectuais e dos artistas: ideias e figuras.** Trata-se de compreender a importância do intelectual na história da cultura e suas metamorfoses no tempo, por meio das produções literárias e artísticas que constituíram o patrimônio espiritual e de fortalecer os laços de sociabilidade, ao elaborarem seus pontos de inflexão e conflitos. Deverão ser contemplados os problemas da autonomia, suas possibilidades e limites diante do fim do humanismo na contemporaneidade.
- **O estranho e o estrangeiro.** Trata-se de analisar a questão da identidade no horizonte do desenvolvimento da ciência e da técnica, em suas implicações políticas que incidem na dissolução das formas simbólicas tradicionais de enraizamento político e cultural como ordenadoras da experiência e do pensamento. Nesse sentido, será tematizado o sofrimento identitário e as formas contemporâneas de pertencimento que substituíram o direito – de caráter universalizante – por particularismos.

2.4.3 Instituto das Cidades (IC/Unifesp)

O tema (problema) articulador Cidades, dada a sua complexidade e transversalidade, favorece o desenvolvimento de uma visão integrada entre formações de diferentes campos do conhecimento. Também é parte fundamental da determinação das condições e qualidade da vida cotidiana dos indivíduos, o que permite uma relação promissora entre ensino, pesquisa e extensão, e destes com as políticas públicas e os direitos dos cidadãos. Portanto, constitui-se em potente plataforma propulsora de ideias e práticas.

A formação é dirigida à construção de situações, ao mapeamento e à resolução de problemas complexos por meio da convergência de conhecimentos baseada em contextos reais. O momento de resolução não se resume à descoberta de uma resposta, mas à sua transformação em projeto indutor da sua própria realização, capaz de construir consensos políticos e sociais e a viabilidade da realização das propostas. Embora a hipótese de um conhecimento convergente possa apontar para a ideia de que exista um ponto de convergência, da aplicação prática não resulta uma resposta única, com validade para todos os contextos, sujeitos e tempos. Entretanto, criam-se espaços onde os interlocutores identificam se suas formas de pensar sobre determinadas questões e problemas são complementares, o que permite construir entendimentos comuns. Isso não significa apenas a procura de consensos, mas também fornece a oportunidade para evidenciar conflitos e perspectivas de dissenso.

A noção de que existem possibilidades criativas de convergência de conhecimento envolve, por isso, o reconhecimento de que existem lugares e províncias do conhecimento de onde se fala e observa. O IC/Unifesp irá valorizar a capacidade de trabalhar em grupo e pensar as cidades de forma coletiva, como campo de entendimento, cooperação e conflito. Confrontar diferentes ângulos e métodos de observação para fenômenos complexos – como o da urbanização – é pedagogicamente estimulante e simula contextos favoráveis à tomada fundamentada de decisões. Favorecer abordagens multidisciplinares em sala de aula e atividades de ensino, pesquisa e extensão requer, de um lado, o reconhecimento das diferentes identidades profissionais e, de outro, permite que as diferentes áreas de formação e suas tradições revejam-se criticamente, avaliando sua atualidade e seu redesenho para o mundo contemporâneo. Abre-se, desse modo, a possibilidade de testar alternativas e caminhos para a produção de conhecimento sobre a urbanização e a formação de seus futuros profissionais, que transite com familiaridade e

efetividade por campos afins no pensamento crítico, planejamento, projeto, gestão e produção das cidades.

A pesquisa no IC/Unifesp deve, por isso, nascer convergente e procurar temas articuladores estratégicos, afins entre seus cursos e também entre outros institutos e escolas da Unifesp e parceiros externos. Deverá inicialmente ter um programa de pós-graduação em cidades (mestrado profissionalizante, mestrado acadêmico e doutorado). Todos os programas deverão fomentar a mobilidade acadêmica, recepcionando professores, profissionais e pesquisadores visitantes, além de professores de outros campi da Unifesp cujas pesquisas sejam afins. Estimular-se-á um forte intercâmbio nacional e internacional, constituindo-se o IC um verdadeiro polo regional de integração em redes globais de estudos avançados, práticas projetuais e políticas para Cidades. A pós-graduação deverá ter rebatimento contínuo e produtivo com os temas/problemas abordados nas linhas transversais e nos escritórios multicurso da graduação. O ensino no escritório pedagógico deverá alimentar perguntas de pesquisa e vice-versa, criando um sistema cooperativo entre pesquisa-ensino, testando hipóteses investigativas em âmbito projetual ou de desenho de políticas públicas e retornando à investigação científica e reflexiva.

2.4.4 Curso superior de Tecnologia em Design Educacional

O primeiro curso de graduação a distância na Unifesp, cuja abertura de turmas em 2017 foi aprovada no CONSU em 2015, é também uma iniciativa de ensino convergente. O curso superior de Tecnologia em Design Educacional tem como objetivo formar um profissional apto a atuar em espaços pedagógicos presenciais, a distância ou que integrem essas possibilidades. Caberá a esse profissional desenhar as diferentes etapas dos projetos educacionais e desenvolver as metodologias e tecnologias que viabilizem e potencializem o processo de ensino-aprendizagem em espaços educacionais interdisciplinares contemporâneos.

O designer educacional terá uma formação convergente que integra campos da educação, da tecnologia, do design, da comunicação e da gestão de processos. No campo da educação à distância, o designer educacional tem um papel formador, que busca construir o diálogo com o aluno, mediado por recursos digitais e eletrônicos, em parceria com os(as) professores(as). Dessa forma são somadas suas competências ao conhecimento dos docentes em relação aos conteúdos, às metodologias e aos processos didáticos.

Ou seja, o primeiro curso de graduação à distância constitui um “metacurso”, no sentido de refletir criticamente e preparar a expansão da Unifesp na área de ensino digital, realizando pesquisas e propondo novas ferramentas e estratégias para a universidade do século XXI.

2.4.5 Curso de Direito

No período de 2016-2020, a Unifesp promoverá a criação de um curso de graduação em Direito no Campus Osasco – o primeiro nessa área, de caráter público e gratuito, localizado na região metropolitana de São Paulo, desde a fundação dos primeiros cursos jurídicos no país, no século XIX. Tal decisão é fruto da percepção institucional de que há considerável demanda social pelo ensino do Direito voltado à práxis jurídica transformadora e criativa. Seguindo os ditames de uma universidade socialmente atenta e relevante, a Unifesp tem engendrado esforços em

relação ao novo curso, de forma a contemplar tais expectativas. Assim, o futuro projeto político-pedagógico deverá proporcionar o advento de uma graduação voltada à formação de quadros comprometidos com o interesse público, imbuídos do agir democrático e capazes de articular abordagens inventivas frente aos mais diversos cenários.

Para tanto, a graduação em Ciências Jurídicas deverá ser estruturada de modo a fomentar o diálogo temático e promover a convergência entre as diversas áreas do conhecimento – algo apenas possível em uma universidade de múltiplas dimensões como a Unifesp. Assim, a reflexão corrente sobre a instalação do curso de Direito tem por fulcro responder a esses compromissos, propondo uma roupagem burocrático-institucional que viabilize a interação com outras unidades da universidade e que seja sensível à construção coletiva do ensino, da pesquisa e da extensão. Tal plasticidade deverá expressar as interfaces entre o fenômeno jurídico e os campos da saúde, do meio ambiente, da inovação tecnológica, da educação, das questões econômicas e das políticas públicas, entre tantos outros. Apenas dessa forma será possível não só energizar a comunidade acadêmica unifespiana, mas também amparar as aspirações sociais existentes em torno do projeto.

2.4.6 Hospital Universitário

O avanço das ciências, sobretudo no século XX, determinou mudanças significativas no perfil de morbidade e mortalidade das populações de todos os países do mundo. As últimas décadas foram marcadas pelo desenvolvimento de novas abordagens na prevenção, diagnóstico e tratamento de muitas doenças. Os conceitos de saúde, doença e vida permanecem em debate, e o equilíbrio entre a objetividade das Ciências Biológicas e as dimensões socioculturais e subjetivas das pessoas, também presentes em todo esse processo, constitui um caminho a ser percorrido e um campo aberto à prática e à produção de conhecimento.

A contribuição das Ciências Humanas – entre as quais a Sociologia, Antropologia, Psicologia – na investigação de problemas de saúde permitiu maior compreensão dos fenômenos dessa natureza e ampliou as possibilidades de atuação diante das complexas questões da contemporaneidade. Sentimentos e valores dos pacientes, de seus familiares e dos profissionais estão envolvidos na tomada conjunta de decisões, estabelecendo uma relação dialógica com o outro e seu reconhecimento do outro como sujeito.

Em 1988, a Constituição brasileira criou o Sistema Único de Saúde – SUS e definiu a saúde como direito de todos e dever do Estado, o que configurou um novo cenário de ação para essa área. A construção do SUS, segundo seus princípios e estratégias, tem exigido conhecimentos cada vez mais amplos. São novas tecnologias que precisam ser apropriadas e, ao mesmo tempo, novas demandas em saúde, muitas vezes complexas e de difícil abordagem. Tais questões têm requerido uma atuação interdisciplinar e intersetorial e a convergência de saberes.

Como parte desse sistema inserem-se os hospitais universitários. O Hospital Universitário (HU) é definido como um centro de formação de pessoal e de desenvolvimento de tecnologias para a área de saúde. Caracteriza-se pela diversidade de capacidade instalada, incorporação tecnológica e abrangência no atendimento, procurando garantir melhores padrões de eficiência, que devem ser colocados à disposição da população. Assim, os HUs têm importante papel no atendimento de nível terciário/quaternário, dada a sua alta concentração de recursos tecnológicos e humanos especializados, que possibilitam ganhos de escala nos investimentos e racionalização de custos na oferta desse tipo de atendimento.



Hospital São Paulo (HSP/HU/Unifesp)

O Hospital São Paulo é certificado como hospital de ensino da Unifesp, em processo de consolidação como hospital universitário. Prevê internação, serviços de urgência e emergência com elevado número de atendimentos e tratamento ambulatorial, além de oferecer recursos diagnósticos e terapêuticos de alta complexidade. No HSP/HU são desenvolvidas atividades para o ensino de estudantes de graduação, pós-graduação, residência médica, residência multiprofissional e especialização. Como elemento constitutivo das atividades de ensino e pesquisa, o HU deve ser pautado pelas diretrizes que regem essas atividades, deve comprometer-se com os fins assistenciais, e articular-se às políticas públicas da área.

Como todo sistema de saúde, configura-se como espaço que favorece a convergência e a articulação de conhecimentos, com abertura para atuação acadêmica das unidades universitárias da Unifesp e respectivos cursos de graduação e pós-graduação de diferentes áreas – humanas, biológicas e exatas.

A atual Coordenadoria de Ensino e Pesquisa, assessora do Conselho Gestor do HSP/HU, deverá ser ampliada de forma a favorecer o desenvolvimento de ações de convergência multidisciplinar e intercampi. Citamos algumas das interfaces que poderão ser implementadas em associação com as escolas e institutos dos novos campi em funcionamento, além da estreita relação que já mantém com o Campus São Paulo, onde funcionam as Escolas de Medicina e Enfermagem:

- **Instituto Saúde e Sociedade** – oferece inúmeras áreas para cooperação e atuação convergente com o Hospital Universitário, uma vez que conta com cursos de graduações e pós-graduação integrados e interdisciplinares na área de saúde;
- **Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas** – pode colaborar em pesquisas nas áreas de

Química e Farmácia e nas questões de gestão ambiental e de biossegurança em um complexo hospitalar;

- **Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas** – além de ações e interfaces já desenvolvidas até o momento, como – por exemplo – a classe hospitalar, poderia ampliar sua atuação com base nas diversas dimensões sociais, culturais e educacionais envolvidas no cotidiano do Hospital Universitário;
- **Instituto de Ciência e Tecnologia** – também oferece diversas interfaces possíveis de colaboração nas áreas de Engenharia Biomédica e Biotecnologias, além da Engenharia de Materiais e Tecnologia de Informação.
- **Escola Paulista de Política, Economia e Negócios** – nas áreas de Economia e Administração em aspectos de gestão hospitalar, de financiamento e das políticas públicas associadas aos hospitais públicos, como no caso do SUS.

Em relação à criação e planejamento de novos ambulatorios, podem ser citados o Centro de Oncologia e o Centro da Criança e do Adolescente, cujos processos de discussão estão mais avançados neste momento.

Outro destaque de planejamento é a ampliação física e/ou de serviços no Hospital Universitário, a qual segue os avanços e o conhecimento de nosso corpo docente e técnico e das prioridades definidas pelos Ministérios da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, considerando aspectos epidemiológicos e demandas emergenciais. Assim, o envelhecimento da população, a maior sobrevivência de pacientes com doenças crônicas, os acidentes e as lesões consequentes a eles, a maior possibilidade de intervenção em tempo oportuno trazem sempre muitos desafios. Em função disso, algumas áreas encontram-se em estudos, tais como: Unidade de tratamento de fenômenos coronarianos e AVC, Unidade do Fígado, Unidade de Reabilitação de doentes crônicos/complexidade, Unidade de Traumatologia e Ortopedia/Medicina Esportiva. Entretanto, encontram-se mais avançados, nesse momento, a discussão e o planejamento do Centro de Oncologia e do Centro da Criança e Adolescente.

2.4.7 Centro de Pesquisas Convergentes

Um ambiente institucional de integração. O Centro de Pesquisas Convergentes se propõe a articular especificamente os princípios fundamentais e os eixos estruturantes da Unifesp de modo a construir e consolidar um ambiente institucional de integração e de inserção internacional crescentes. Destinada à produção do saber e à pesquisa avançada, além de comprometido com o debate de questões relevantes da ciência e da cultura, essa unidade voltada para a formulação e a resolução de problemas concretos, instituindo a convergência entre o conhecimento acadêmico e a sociedade.

- **Justificativa:** ampliação de formas de racionalidade. A iniciativa de criação do Centro de Pesquisas Convergentes da Unifesp, longe de significar redução, poderá e deverá valer como expansão recíproca de áreas do conhecimento e tempos de emancipação, qualificação da participação acadêmica na elaboração de políticas públicas e aprimoramento dos padrões quantitativos e qualitativos de autoavaliação. Ao mesmo tempo, propiciará a elaboração de plataformas de comunicação e mecanismos de arquivo perene, com a disposição em rede de núcleos de recursos orais, textuais e visuais. Aberto à parceria com os pesquisadores de escolas e institutos, o Centro de Pesquisas Convergentes da Unifesp reunirá temas avaliados como estruturantes, e cujos campos se encontram em fase de delimitação e intersecção, abrangendo problemas concernentes aos “Estudos de Longevidade Humana”, “Inclusão Tecnológica de Pessoas com Necessidades

Especiais”, “História Comparada das Universidades no Brasil”.

- **Objetivos e horizontes de implementação.** O objetivo do Centro de Pesquisas Convergentes da Unifesp é promover a ampliação dos horizontes da pesquisa avançada, permitir que nos processos cognitivos os sujeitosousem estabelecer nexos entre modos de produção do conhecimento e oportunidades de inovação estrutural, e reverter tendências ao confinamento em demandas emergenciais, à intransitividade disciplinar e à mera justaposição pluri ou multidisciplinar. Tais horizontes de implementação significam uma ampliação de formas de racionalidade e implicam três instâncias, tão críticas quanto propositivas: 1ª) instância cognitiva que articule ontologia social e epistemologias da convergência; 2ª) instância axiológica que reconheça zonas de atrito e de copertinência entre prolongamentos ético-jurídicos da modernidade e práticas instituintes – contemporâneas – de inovação; 3ª) instância de simbolização que aproxime inferências indutivas, estratégias probatórias e expressões culturais no horizonte que circunda, como em halos expansivos, o corpo vivo da instituição.
- **Confluência dos sujeitos de pesquisa:** intersubjetividade, interobjetividade e imaginação conceitual. Para efetivar essa ida historicamente orientada à sociedade contemporânea, o Centro de Pesquisas Convergentes da Unifesp configurará ambientes de pesquisa inovadora, nos quais o exercício do pensamento seja indissociável do cultivo da imaginação conceitual categorial. Trata-se de conceber, planejar e consolidar a confluência de sujeitos de pesquisa e condições objetivas de inovação: de um lado, o agente universitário como sujeito instituinte de relações intersubjetivas, em grupos de pesquisa intracampi e interuniversitários; de outro, departamentos, escolas e institutos como unidades universitárias, combinadas e expansivas, sob o signo de relações interobjetivas. Ora, na construção de metas da pesquisa convergente, será preciso mobilizar o pensamento, antes de tudo para assegurar as próprias condições de inteligibilidade, e de especificidade dos processos de conhecimento. Enxergar, portanto, no lugar de barreiras disciplinares, balizas epistemológicas em pelo menos três níveis de interlocução: 1) no nível da precisão semântica, promover a tradução das terminologias específicas que estão postas em jogo em determinado campo temático; 2) no nível do rigor sintático, assegurar a identificação de problemáticas, de tipos de argumentação e de tipos de argumentação transponíveis, reconhecendo também as condições de sua intransponibilidade; 3) no nível do aprimoramento expressivo, garantir a reformulação plausível para a construção e reconstrução das hipóteses de ponta, de fronteira e de limiar.

Nesses termos, a confluência de intersubjetividade e de interobjetividade implica uma saída de estados de emergência (urgentismos, presentismos e suas mazelas) que prejudicam o andamento e a inovação em pesquisa. Implica, igualmente, o ingresso numa espécie de confluência espaço-temporal: a possibilidade de instituir uma temporalidade acadêmica condizente com a busca avançada do conhecimento. Assim sendo, no entanto, o presente aquilatado da vida universitária poderá dispor de fundamentos complementares de memória institucional, formação para o presente e incremento dos processos de inovação.

2.5 Como expandimos

O PDI 2016-2020 da Unifesp, baseado nas condições estruturais de seus diversos campi e adiante da conjuntura nacional de 2015, com cenários de recessão econômica, instabilidade política e cortes no orçamento público, não permite uma visão otimista sobre a expansão e abertura de cursos. Nesse sentido, o PDI orienta as escolas e institutos para que avaliem as condições reais de abertura e ampliação desses cursos. Além disso, propõe os critérios e fluxos apresentados a seguir para que seja feita análise de pertinência e viabilidade da expansão. Em termos gerais, é recomendado que novos cursos de graduação, pós-graduação ou extensão complementem, revisem e fortaleçam os atuais projetos acadêmicos e político-pedagógico das escolas e institutos da Unifesp.

2.5.1 Critérios

A partir do momento em que cada escola e instituto proponha a ampliação de vagas e a abertura de novos cursos de graduação, pós-graduação ou especialização, deverá ser apresentada uma justificativa que atenda de forma circunstanciada os critérios específicos a seguir, a fim de que os órgãos centrais da Unifesp (Pró-Reitorias e Conselhos) possam proceder à análise da relevância e pertinência da proposta:

- existência de Projeto Político-Pedagógico (PPP) atualizado da escola e instituto, com avaliação acadêmica que demonstre o cumprimento de objetivos e metas descritos, de modo a evidenciar as condições propícias e o momento oportuno para expansão;
- contribuição do novo curso (ou ampliação de vagas em curso existente) para complementar e fortalecer o projeto político-pedagógico da escola ou instituto e da Unifesp como um todo;
- competências instaladas na escola ou instituto e na Unifesp que favoreçam e/ou deem conta da implementação do novo curso (ou ampliação);
- demandas sociais, culturais e econômicas da região e do país que fundamentem a proposta do novo curso e sua relevância;
- especificação da necessidade de novos docentes, dimensionamento e perfil;
- especificação da necessidade de novos TAEs, dimensionamento e perfil;
- análise de necessidade de área física, localização e outras condições estruturais, com dimensionamento preliminar de áreas e programa de necessidades, incluídas as que dizem respeito aos assuntos estudantis;
- diante das rápidas mudanças socioeconômicas que ocorrem no mundo e, em particular, no Brasil, apresentar o planejamento de implantação do curso e sua sustentabilidade no horizonte de dez anos, considerando os critérios já mencionados;
- no caso de duplicação de cursos já existentes na Unifesp, manifestação de concordância da direção da escola/instituto do curso pioneiro, seu envolvimento na formulação do novo curso e justificativa complementar dos motivos que exijam tal duplicação, sua oportunidade e indicação das sinergias e ganhos para a instituição.

Tais critérios são amplos e atendem às diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, variações em seu conteúdo podem ser levadas em consideração, desde que devidamente comentadas pelos propositores.

2.5.2 Proposta de fluxos

É importante salientar que, após a elaboração da justificativa baseada nos critérios enunciados, essa nova proposta deverá seguir o fluxo acadêmico-administrativo que envolve pró-reitorias e conselhos centrais, correspondentes à natureza do curso.

O PDI assim define o novo fluxo interno para realizar a expansão:

- a proposta para a criação de novos cursos – que será elaborada pelas câmaras correspondentes, após as discussões preliminares – deverá conter a articulação prevista com o projeto político-pedagógico da unidade universitária e da Unifesp;
- os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) devem ser executados conforme roteiro pré-definido pelas pró-reitorias de graduação, pós-graduação ou extensão, atendendo à natureza dos cursos;
- as câmaras, após a análise das propostas, emitirão um parecer substanciado, no qual indicarão a pertinência ou não da solicitação e que deverá ser homologado pela congregação da unidade acadêmica;
- no caso de duplicação de cursos já existentes na Unifesp, a câmara pertinente à unidade acadêmica que abrigar o curso pioneiro deverá igualmente emitir parecer com recomendações, aprovando-o na congregação correspondente. Ocorrendo a concordância na duplicação, o fluxo seguirá para a Reitoria. Caso não haja concordância, o pleito deverá ser extinto ou levado ao Consu para a análise final;
- no caso de cursos reivindicados por mais de uma unidade acadêmica, o Consu deverá indicar uma comissão assessora específica para avaliar as diferentes propostas, sua pertinência e viabilidade, em conjunto com as pró-reitorias relacionadas, estabelecendo-se que, ao final, mediante apresentação de relatório consubstanciado, será aprovada a destinação do curso para uma das unidades acadêmicas pleiteantes.
- ultrapassada a aprovação inicial das congregações ou do Consu, a proposta completa (conforme critérios anteriormente indicados, projeto político-pedagógico e recomendações complementares de câmaras e congregações) deverá ser enviada à Reitoria. A pró-reitoria afeita à solicitação realizará análise preliminar e estabelecerá um comitê *ad hoc*, responsável pelo exame do processo. As pró-reitorias de Planejamento, Administração, Assuntos Estudantis e Gestão com Pessoas deverão emitir pareceres de viabilidade quando a proposta envolver ampliação do quadro de docentes, TAEs, áreas físicas e recursos orçamentários.
- o processo completo deverá ser apresentado para aprovação no conselho correspondente (graduação, pós-graduação ou extensão);
- tendo em vista a aprovação acadêmica no respectivo conselho central referido no item anterior e as análises de viabilidade, a proposta, quando envolver demanda de vagas de docentes, TAEs e recursos financeiros, deverá ser apresentada pela Reitoria ao MEC para redação de termo de pactuação factível, necessário à implementação;
- uma vez aprovada pelo Conselho de Graduação, Pós-Graduação ou Extensão, a proposta e com termo de pactuação adequado e pré-definido em conjunto com o MEC, será encaminhada pela Reitoria ao Consu para a deliberação final.

A partir desse ponto a implementação deverá ser conduzida pelos órgãos executivos da Reitoria e da unidade acadêmica correspondente ao curso. Informes e deliberações sobre fatos supervenientes ou indisponibilidade orçamentária e de vagas, bem como ações de replanejamento, deverão ser levados, sempre que necessário, às congregações, aos conselhos centrais e ao Consu.

Capítulo 3

Como

Funcionamos

Uma vez explicitados os temas atinentes ao sentido e às áreas de atuação da Unifesp, cumpre apontar as características e perspectivas concernentes ao modo de funcionamento da instituição. Assim, neste capítulo serão discutidas questões centrais para a consecução de seus objetivos e incumbências – tais como o alcance e a função da gestão democrática, do planejamento institucional, da organização institucional e do apoio aos assuntos estudantis, entre tantos outros. Como pode ser observado, o escopo do capítulo não é apenas aclarar os caracteres dos canais e instâncias e as atividades e políticas engendradas pela Unifesp, mas também reforçar o compromisso institucional com o seu aprofundamento, a avaliação dos resultados obtidos e, quando for o caso, o encaminhamento de propostas para incorporá-las às revisões periódicas deste PDI.

3.1 Gestão democrática

Um dos traços característicos de nosso tempo é o pressuposto de que a via democrática corresponde ao único caminho legítimo para a organização coletiva e a tomada de decisões no âmbito institucional. Não há modo racionalmente aceito de pactuação dos destinos de uma determinada coletividade que não expresse algum grau de participação e que não apresente o consenso, presumido ou efetivo, de parcela representativa da respectiva comunidade. Como elemento doador de sentido da organização social contemporânea, o primado da democracia detém um condão transversal, capaz de produzir efeitos em diversas esferas da experiência coletiva – caso, por

exemplo, do âmbito acadêmico.

A universidade pública, marcadamente democrática, é um dos mais relevantes tributos que a instituição paga à sociedade que a mantém. Ao seguir os preceitos democráticos, essa universidade garante não apenas que sua gestão espelhe a vocação, orientação e compromissos públicos da instituição, como assegura que o processo de tomada de decisões ocorra diante do escrutínio coletivo. Assim, o funcionamento da universidade pública democrática diz respeito, direta ou indiretamente, tanto àquilo que interessa a todos, quanto àquilo que deva estar aos olhos de todos.

Dessa forma, a noção de “gestão democrática” – princípio legal que orienta a dinâmica decisória universitária segundo o próprio ordenamento jurídico nacional – exige correspondência material para além das previsões formais. No âmbito da Unifesp, a concretude de uma cultura institucional democrática entrelaça-se com o particular estágio histórico da universidade, já caracterizado como nosso momento instituinte. Tal conjuntura de reinvenção e de proposição expressa uma oportunidade ímpar de cristalizar um regime organizativo permeável à condução coletiva dos destinos da entidade. Desse modo há dois esteios que articulam o funcionamento da Unifesp: 1) consolidação e publicidade da arquitetura institucional e da dinâmica de fluxos decisórios apropriadas ao ambiente acadêmico; 2) criação e ampliação dos canais de participação e diálogo nas esferas supramencionadas.

No tocante ao primeiro ponto, há de se notar que a configuração organizativa é fundamental para estabelecimento de espaços decisórios aptos ao conflito de posições e à promoção da concórdia para viabilização das políticas e ações coletivas. Assim, a Unifesp apresenta medidas recentes que contemplam e prestam testemunho do primado democrático: a criação da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas, a reorganização da Pró-Reitoria de Administração e da Pró-Reitoria de Planejamento, a descentralização de instâncias administrativas e financeiras que passaram a ser partilhadas com os campi, o advento do Escritório Técnico de Apoio à Gestão e Assuntos Estratégicos e a criação de diversas câmaras técnicas, entre outras. A promoção de uma nova arquitetura institucional permite uma dinâmica mais bem-sucedida dos fluxos decisórios, prestigiando um pilar fundamental da administração pública nacional: **o princípio da economia processual**.

Outro imperativo da esfera administrativa brasileira também se encontra contemplado nas práticas cotidianas da Unifesp: **o princípio da publicidade**. As múltiplas instâncias deliberativas e executivas da universidade (entre elas, o Conselho Universitário, congregações, Reitoria, pró-reitorias, diretoria dos campi, escolas e institutos) seguem a política institucional de informar a comunidade acadêmica de seus posicionamentos, especialmente por meios eletrônicos. No mesmo sentido, o fomento à transparência na Unifesp é reforçado, por exemplo, no funcionamento do Departamento de Planejamento de Espaços Físicos e de Gestão de Imóveis, e do Departamento de Análise de Prestação de Contas e na recente criação do Comitê Permanente de Informações Acadêmicas – instâncias fundamentais de publicitação das ações institucionais.

No que tange ao segundo ponto, medidas de ampliação da participação na condução dos rumos da Unifesp apresentam relevância e pertinência. Emblemática – nesse sentido – foi a ocorrência do Congresso da Unifesp em 2014, momento fundamental na problematização dos espaços de poder da universidade. O acesso da ampla comunidade acadêmica (TAEs, discentes e docentes) às deliberações acerca dos pontos centrais da gestão da universidade expressa uma iniciativa renovadora das práticas decisórias. É nessa mesma chave de incentivo à participação generalizada que devem ser entendidas as múltiplas comissões abertas, audiências e consultas públicas e representações da sociedade civil nas instâncias decisórias da universidade. O próprio processo de maturação

institucional deste PDI buscou honrar esse comprometimento com a questão democrática, mediante a estruturação de reuniões periódicas de acompanhamento da reflexão, o estabelecimento de oficinas temáticas sobre as questões primordiais e a promoção de consultas públicas.

Os desafios que se apresentam para a Unifesp no tocante à gestão democrática, sobretudo no período do PDI 2016-2020, são os de aprofundar e sedimentar as medidas de repaginação institucional e de participação do respectivo corpo comunitário nas instâncias deliberativas. Nossa tarefa passa pela discussão das reformas do Estatuto e do Regimento da instituição (tal qual apontado pelo Congresso da Unifesp), pela configuração de novos mecanismos de gestão representativa, pelo adensamento das consultas públicas, pela apropriação coletiva da metodologia empregada na gestão do orçamento institucional e pela estruturação de uma instância aberta e permanente de acompanhamento da implementação deste PDI, entre outras iniciativas. Apenas assim esta universidade dará a sua contribuição para um dos principais desafios de nosso tempo, qual seja, a reconexão entre a gestão pública e as aspirações democráticas dos diversos ambientes sociais.

3.2 Planejamento institucional

O planejamento institucional da Unifesp, a cargo da Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan), tem como objetivo fornecer subsídios que permitam a tomada de decisão qualificada e adequada à missão institucional. Nesse contexto, propõe critérios e cria indicadores para o acompanhamento das atividades e avaliação do desempenho institucional, além de contribuir para a organização dos dados produzidos nas diversas instâncias da Unifesp.

Entre suas múltiplas atribuições, o planejamento institucional visa promover análises estratégicas, definir prioridades e elaborar cenários futuros, de modo a possibilitar a construção conjunta da universidade. Além disso, o planejamento deve integrar e alinhar as propostas oriundas de unidades acadêmicas e pró-reitorias, com vista à elaboração de planos institucionais coerentes. Para tanto, o principal foco recai sobre a ampliação do planejamento participativo na definição das políticas universitárias, bem como sua relação com a sociedade.

A Pró-Reitoria de Planejamento da Unifesp ocupa-se, também, da organização de seu espaço físico, por meio da contratação e implementação de planos diretores de infraestrutura e de projetos – urbanísticos e de obras –, definindo as diretrizes arquitetônicas, de acessibilidade e de sustentabilidade socioambiental. Além disso, apoia tecnicamente as divisões de infraestrutura dos campi nas questões de arquitetura e engenharia para o correto atendimento às demandas locais. De forma geral, é responsável pela formulação da política de gestão de imóveis na Unifesp, mantendo o cadastro atualizado das edificações, com as respectivas avaliações, condições de adequação e ações de regularização.

3.3 Gestão administrativa

Na Pró-Reitoria de Administração (ProAdm) são realizados o controle e a execução de processos administrativos e gerenciados os recursos financeiros da universidade. A análise e execução orçamentária e financeira desses recursos, a homologação dos processos de compras, as análises ambientais pertinentes, bem como a gestão de convênios e a contabilização do balanço e do patrimônio da instituição, constituem as principais atividades de rotina da ProAdm¹.

No horizonte dos próximos cinco anos a Unifesp pretende desenvolver a gestão administrativa baseada nos seguintes critérios:

- **Reestruturação** – o objetivo principal deste eixo é reorganizar a distribuição de pessoal e de funções gratificadas de acordo com as demandas de serviços, profundamente alteradas em função da expansão da universidade. Isso permitirá reforçar ações de fiscalização, prioritariamente em um novo setor/departamento, articulado com a auditoria interna, visando antecipar demandas dos organismos de controle e aumentar a eficácia na análise dos contratos.
- **Desburocratização e descentralização** – trata-se de uma diretriz básica para os objetivos da administração central, cujas orientações emanam do governo federal. Constituem objetivos deste eixo: a redução ou eliminação de documentos impressos quando forem passíveis de substituição por equivalentes digitais; a redução ou eliminação de reuniões; a descentralização de decisões administrativas que poderiam ser assumidas pelos responsáveis nos campi e outros centros de gestão. Em parte, já existem ações nesse sentido na universidade; no entanto ainda há muito que avançar, especialmente na digitalização de processos administrativos e na delegação de atribuições administrativas.
- **Transparência e gestão orçamentária participativa** – neste eixo, houve uma evolução considerável na última gestão. A instituição de câmaras técnicas (como as de compras, de gestão de contratos e gestão ambiental) e o estabelecimento de grupos de trabalho para tratar de questões orçamentárias no período de contingenciamento de verbas (em 2015) foram passos importantes em direção à transparência e participação representativa dos diferentes campi e unidades universitárias nas decisões. No entanto, ainda é possível avançar, em especial no que se refere à participação mais efetiva das diferentes categorias nas decisões relativas ao orçamento da universidade.
- **Gestão sustentável** – a política de sustentabilidade na Unifesp, por ser uma questão transversal e estratégica para a instituição, será tratada em documento à parte.

¹ O Departamento de Tecnologia da Informação, apesar de ainda se encontrar oficialmente abrigado na PróAdm, aguarda a conclusão de estudos técnicos para definir sua vinculação direta ao Gabinete da Reitoria.

3.4 Apoio e assuntos estudantis

Estudos preliminares indicam que o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) democratiza o acesso às vagas na Unifesp, pois identifica-se o aumento da média etária dos ingressantes e uma diversidade maior em sua origem geográfica. Dessa forma a Unifesp passou a incluir candidatos com perfis diversos, entre as causas figuram aqueles que buscam formação acadêmica, após a vivência no mercado de trabalho. Muitos provêm de outros Estados brasileiros.

Ao mesmo tempo, as universidades federais devem reservar 50% das vagas disponíveis em seus cursos de graduação para estudantes que tenham frequentado integralmente o ensino médio em escolas públicas, conforme a Lei nº 12.711/12. Esse percentual foi atingido pela Unifesp no ano de 2016.

Inclui-se como política afirmativa, além da reserva obrigatória de vagas, a concessão de auxílios acadêmicos aos estudantes pertencentes a grupos socioeconomicamente vulneráveis, o que permite a igualdade de condições, de acordo com o que preconiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Como resultado dessas ações são concedidos os seguintes tipos de auxílio acadêmico: moradia, alimentação, transporte e auxílio creche (para estudantes que possuam filhos).

Entre os principais objetivos das políticas afirmativas estão a avaliação e o fortalecimento destas, além do acompanhamento dos egressos. Para o cumprimento desses objetivos, destacamos algumas ações: elaboração de estudos socioeconômicos e acompanhamento do desempenho dos(as) estudantes de forma comparativa (cotistas e não cotistas); produção e publicidade de estudos e relatórios diversos; ação conjunta com a ProGrad de acompanhamento dos egressos; com as pró-reitorias afins, realização de ações afirmativas diversas; promoção de eventos, fóruns e debates pela comunidade acadêmica envolvendo a temática da permanência na universidade pública; ampliação dos recursos orçamentários destinados à assistência estudantil para que, além da oferta de auxílios, bolsas e subsídios, seja possível criar e melhorar a infraestrutura da assistência estudantil. Além disso, será necessário atuar junto ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e demais Ifes para a ampliação do orçamento da assistência estudantil e especialmente para a revisão da matriz Pnaes.

Dois outros importantes objetivos devem ser ainda citados:

- **Acolhimento a estudantes estrangeiros ou em mobilidade** - A Secretaria de Relações Internacionais, com a participação dos Núcleos de Apoio ao Estudante (NAEs), poderá conceder ou atribuir bolsas de tutoria para que estudantes brasileiros acompanhem seus colegas estrangeiros ou em mobilidade, na fase de adaptação. Buscar-se-á, também garantir – na política de moradia – percentual para inclusão de estudantes em mobilidade e estrangeiros. Outro objetivo será acompanhar estudantes do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) e de outros programas federais que incluam mobilidade e internacionalização.
- **Políticas de permanência** - No âmbito das ações afirmativas e das políticas de permanência, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), juntamente com a ProGrad e comissões especialmente criadas, deverá avançar nos instrumentos, na aplicação e na consolidação de bancos de dados que permitam diagnosticar o perfil dos ingressantes, estudantes em curso, formandos e egressos. Esses dados deverão estimular as políticas de permanência, bem como ações de planejamento da universidade como um todo.

3.4.1 Saúde do(a) estudante

A atenção à saúde do(a) estudante na Unifesp ocorre em dois níveis: no primeiro, com foco na promoção de saúde e prevenção de doenças por meio do acolhimento, orientação e encaminhamento aos serviços especializados (quando necessário), o atendimento é realizado pelos NAEs – núcleos formados por equipes multiprofissionais existentes em cada campus; no segundo, o acolhimento dos agravos à saúde pode ser realizado pelo Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD), hoje vinculado à PRAE e que dispõe de equipes médica e odontológica.

No que diz respeito ao acompanhamento da saúde dos(as) estudantes, seus principais objetivos são: ampliar o diálogo e fortalecer a rede de trabalho; promover a saúde; prevenir doenças e promover atenção aos agravos. Para o atingimento desses objetivos destacamos algumas ações pertinentes: ampliação do diálogo e maior interação entre PRAE, SSCD e NAEs; acompanhamento e promoção de parcerias, convênios e redes de trabalho – externos e internos à Unifesp; realização de pesquisas sobre hábitos e qualidade de vida dos estudantes, bem como sobre riscos à saúde assumidos por eles, entre outros itens; campanhas educativas para desenvolver as potencialidades e favorecer o desempenho acadêmico dos estudantes; atendimento multiprofissional e interdisciplinar no que se refere ao acolhimento, orientação, projetos e ações específicas na área, em parceria com unidades acadêmicas e administrativas.

Para que essas ações ocorram de forma interligada e convergente será necessário consolidar as equipes técnicas de referência em todos os NAEs e no SSCD, adequando-as conforme a especificidade em saúde coletiva e a demanda de atendimentos nos setores. Cumprirá ainda, incentivar a contínua qualificação profissional das equipes e a sua participação em espaços de formação e atualização em temáticas e conceitos mais pertinentes às políticas da PRAE e eixos do Pnaes.

3.4.2 Apoio pedagógico

O acompanhamento e o apoio pedagógico são áreas do Programa Nacional de Assistência Estudantil - Pnaes (Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010), que compõem – juntamente as outras nove – o campo de atuação institucional previsto pelo governo federal. Ambas as ações visam contribuir para as condições de permanência dos(as) estudantes nas unidades de ensino federal.

Por acompanhamento e apoio pedagógico ao estudante entendem-se ações continuadas, integradas e sistematizadas nas dimensões pedagógica e social. Assim, tais ações devem estar em constante interlocução com o corpo docente, valorizando estratégias coletivas e articulando programas, projetos e ações nas temáticas estudantis, considerando-se os seguintes fatores: identidade; relacionamento interpessoal; trajetória escolar e projetos de vida; condições socioeconômicas e território; diversidade política, religiosa, sexual, de gênero, de cor, de etnia etc.; defasagem de conteúdo no ensino fundamental e médio; contradições do mundo do trabalho; saúde, esporte, cultura, lazer etc.

Diferentemente dos campi, a PRAE entende por atividades complementares o conjunto de ações acadêmicas e institucionais, estratégias, propostas e políticas não curriculares desenvolvidas por essa pró-reitoria, em parceria ou não com outros setores e sujeitos, com vista à aquisição de habilidades, competências e conhecimentos

externos ao ambiente acadêmico-curricular, visando ao enriquecimento do estudante e ao alargamento de suas experiências e vivências acadêmicas. Essas atividades podem ser exercidas de modo paralelo ao processo de apoio pedagógico e acompanhamento, na medida em que reforçam as condições de integração do estudante ao ambiente universitário, potencializando sua formação e vínculo com a universidade.

O desafio de articulação entre apoio pedagógico, acompanhamento e atividades complementares também são determinantes para estabelecer a relação de pertencimento do estudante à universidade. Nesse sentido, significa também ampliar a relação com as coordenações da PRAE, ProGrad, campus, conselhos, cursos, entre outros, de forma a identificar, problematizar, orientar e sensibilizar os atores envolvidos sobre as várias dimensões das necessidades de apoio pedagógico.

Os principais objetivos do apoio pedagógico são: planejar, implantar e elaborar novas ações e programas nessas áreas; consolidar a política de transportes, das bolsas de Iniciação a Gestão e dos demais programas da PRAE. Para tanto destacamos algumas ações: articulação das redes intersetoriais, tendo em vista o fortalecimento de vínculos internos e externos à universidade; realização, pela ProGrad, do acompanhamento integral, interdisciplinar e multiprofissional da trajetória acadêmica do estudante, considerando os aspectos pedagógicos e socioeconômicos. Cabe lembrar que é fundamental estimular a participação discente em proposições e avaliações da política de assistência estudantil, no que diz respeito ao apoio pedagógico e acompanhamento. Além disso, é preciso buscar a ampliação de recursos para a expansão dos programas de transporte e viabilizar o apoio a editais que tratam da participação individual em eventos, prevendo uso de transporte aéreo.

3.4.3 Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e Serviço de Saúde do Corpo Discente (SSCD)

Em cada campus da Unifesp há uma equipe de profissionais das áreas de serviço social, educação e saúde que compõem o NAE, órgão que é vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e à Direção do campus. Seus objetivos principais são:

- contribuir para as políticas de permanência estudantil;
- executar as políticas de apoio ao(à) estudante e contribuir para sua formação;
- contribuir para o desenvolvimento acadêmico, visando à formação integral e de qualidade do estudante;
- apoiar ou acompanhar projetos da PRAE vinculados aos discentes, participando de sua elaboração.

Quando há necessidade de atendimento médico especializado, que não seja coberto pelos serviços de saúde do município no qual se encontra o campus em que está matriculado o estudante, o NAE realiza encaminhamento ao SSCD, que recebe estudantes de todos os campi. Os atendimentos compreendem as seguintes especialidades: odontologia, ginecologia, ortopedia, psiquiatria, nefrologia, cirurgia vascular, urologia, dermatologia, otorrinolaringologia e endocrinologia. O SSCD conta também com apoio de serviço de enfermagem.

Em ambos os setores, há necessidade de aumentar o quantitativo de servidores visto que o número de estudantes atendidos, conforme dados disponíveis na PRAE, cresce constantemente, havendo aumento de diversas demandas pertinentes. Isso se deve especialmente à mudança no perfil dos(as) estudantes a partir da democratização do acesso ao ensino superior no Brasil e da implementação total da Lei nº 12.711/2012. Além disso, há de

compatibilizar o número de profissionais e o de estudantes, conforme preveem o Pnaes e a legislação que rege as especificidades das carreiras profissionais que compõem os NAEs.

Há que considerar também a necessidade de novos NAEs em unidades distantes nos campi e nos novos campi a serem construídos. A partir de 2016 haverá a implementação da política de saúde e do regimento do SSCD. O espaço do SSCD requer reformas do espaço e a instalação de equipamentos a serem adquiridos. Ações de promoção à saúde devem ser priorizadas. Busca-se também a abertura a parcerias e redes de trabalho com diversos serviços e com departamentos da universidade, com o hospital universitário e instituições externas.

3.4.4 Alimentação e restaurantes universitários

No contexto da alimentação e nutrição, foram traçadas metas baseadas no Pnaes, cujos parâmetros visam ampliar as condições de permanência dos(as) estudantes nas universidades públicas federais. As medidas a serem cumpridas buscam atenuar o efeito das desigualdades sociais e viabilizar ações unificadas de assistência estudantil, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil e, principalmente, para a conclusão da educação superior. Nesse cenário, alimentação e nutrição adequadas desempenham papel fundamental já que são pré-requisitos para a boa saúde e o bom aproveitamento acadêmico.

Entre os principais objetivos a serem alcançados nessa área destacam-se: consolidação de política de alimentação e nutrição, visando à qualidade dos serviços fornecidos pelos restaurantes universitários (Rus); cuidado na alimentação e nutrição adequadas, balanceadas e seguras sob as perspectivas higiênico-sanitárias, ambientais e econômicas; promoção e apoio à sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica da produção e consumo de alimentos; incentivo à educação nutricional e à divulgação de informações sobre alimentação e estilos de vida saudáveis; planejamento e adequação – em conjunto com as instâncias responsáveis – das edificações, instalações, plantas, layout e equipamentos que compõem os restaurantes universitários.



Restaurante Universitário - Campus Guarulhos

3.4.5 Moradias estudantis

O Conselho de Assuntos Estudantis aprovou, em reunião de 28/3/2011, a construção de moradias estudantis em todos os campi da universidade. Para a organização, planejamento, execução, controle e proposição de ações relativas às moradias, foi constituída e homologada a Comissão de Moradia da PRAE, que é paritária e conta com a participação de membros nomeados de todos os campi da Unifesp. Além desses membros, a comissão é subsidiada por representantes convidados da ProPlan, ProAdm, Escritório Técnico e Gabinete da Reitoria.

Como parte do processo de concessão de moradias, serão permitidos estudantes de graduação, entre eles incluídos aqueles que ingressem pelo critério de cotas ou pela modalidade universal. As moradias, tão essenciais ao processo de democratização do acesso e à permanência no ensino superior, devem fazer parte da universidade, inserindo-se na comunidade e contribuindo para a melhoria de seu entorno, atendendo demandas sociais das localidades.

Em relação a este tópico, o objetivo central da instituição no período de 2016 a 2020 as moradias nos campi. Para isso se pretende: estimular e acompanhar as ações das comissões de moradia dos campi e da PRAE; possibilitar a implantação das moradias nos campi; criar política e regimento (administrativo, convivência, entre outras) para uso das moradias estudantis nos campi; buscar recursos no MEC por meio das instâncias cabíveis da Unifesp; por fim, no âmbito da ProPlan, apoiar os campi na busca por terrenos adequados.

3.4.6 Atividades culturais, físicas e de lazer

O incremento da vida cultural na universidade demanda um olhar atento à produção nessa área, dando conta da diversidade de práticas e linguagens e garantindo o início e a continuidade dos projetos. O objetivo geral das ações é estimular a produção artística e cultural nos campi e a circulação dessas produções. Os objetivos específicos são: organizar as atividades culturais e artísticas e ampliar recursos destinados a elas.

Para tanto, pretende-se: mapear e promover as atividades culturais; incentivar as diferentes manifestações nessa área e as atividades esportivas dos(as) estudantes; formar e, em conjunto com a Pro-reitoria de Extensão e Cultura (Proec), manter núcleos de produção às diversas áreas artística e cultural; difundir os produtos artísticos e culturais da Unifesp; promover editais que estimulem a elaboração de projetos artísticos e culturais, bem como a formação de grupos culturais; estabelecer parcerias com instituições destinadas à formação de artistas e de gestores culturais; organizar mostras com as produções da comunidade interna e externa; realizar troca de experiências e formar parcerias entre artistas e agentes envolvidos em projetos de cultura.

3.4.7 Acessibilidade e inclusão para os(as) estudantes com deficiência

Com a responsabilidade de gerenciar e destinar os recursos advindos do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), pautado pelos novos paradigmas de educação, inclusão e educação inclusiva, em consonância com o disposto nos documentos internacionais acerca dessa temática e de acordo com a legislação

brasileira pertinente, objetivando-se favorecer a permanência e a efetiva participação de estudantes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação. Desse modo a Unifesp planeja:

- Contribuir, por meio da PRAE e das demais responsáveis na universidade, para a criação de uma política institucional de acessibilidade e inclusão e rever o papel do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI);
- Gerenciar e destinar os recursos disponibilizados pelo Programa Incluir, levando em consideração as demandas apresentadas pelos NAEs e pelos campi da Unifesp;
- Trabalhar em parceria com as demais pró-reitorias e diretorias dos campi para dissipar e/ou reduzir barreiras arquitetônicas, pedagógicas, de comunicação e informação;
- Levantar, por meio da ProGrad, as demandas específicas dos(as) estudantes com deficiência matriculados na instituição;
- Equipar os computadores dos laboratórios de informática, bibliotecas e NAEs com *softwares* que permitam o acesso de estudantes com necessidades educativas especiais;
- Propor o mapeamento dos campi para identificação das possíveis barreiras arquitetônicas, visando as adequações necessárias ou à construção de itinerários alternativos dentro dos campi;
- Criar um canal para a divulgação e troca de experiências inclusivas, vivenciadas por estudantes, técnicos administrativos, docentes etc;
- Promover a integração das equipe PRAE, SSCD e NAEs com as demais pró-reitorias e instâncias pertinentes, no que tange às atividades de acolhimento e implementação de estruturas e políticas de inclusão e acessibilidade;
- Indicar adaptações arquitetônicas e recursos pedagógicos diferenciados que se façam necessários e acompanhar a implementação desses;
- Apoiar ações e a construção de espaços de orientação e conscientização, destinados à comunidade universitária, que visem à discussão de alternativas mais apropriadas à relação com pessoas com deficiências e o acolhimento apropriado;
- Elaborar e manter um cadastro de estudantes no qual conste o tipo e a extensão das deficiências e necessidades.

3.5 Docentes e técnicos-administrativos em educação

A criação da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas (ProPessoas) veio suprir uma lacuna na Unifesp. A transformação do mundo do trabalho fez aumentar progressivamente nas organizações a lógica produtivista, os esquemas contínuos de trabalho e as ferramentas de controle por metas e avaliações individuais, tornando o espaço do trabalho cada vez mais competitivo. A velocidade dessas mudanças, associada às formas de violência decorrentes, tende a aumentar os conflitos interpessoais, acarretando a instauração de novos processos de adoecimento e de sofrimento dos trabalhadores.

Diante desse cenário é necessário propor ações que auxiliem os docentes e os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) no percurso laboral na Universidade. Aprimorar os processos de atenção integral aos servidores

– desde o ingresso até o momento do seu desligamento – considerando as diferenças e as singularidades de cada um, é o principal objetivo da ProPessoas.

Para cumpri-lo, dar maior agilidade e transparência a todos os processos relativos à vida funcional do servidor, o que inclui atenção à saúde, capacitação e qualificação, e criar mecanismos que propiciem o dimensionamento e a alocação de pessoas-servidores na Universidade, foram definidas três grandes linhas políticas, que constituem o tripé do plano de desenvolvimento institucional para docentes e TAEs. São elas: a consolidação da ProPessoas, a atenção integral ao servidor e a gestão e o dimensionamento de pessoal.

3.5.1 Consolidação e estruturação da ProPessoas

Como uma instância nova na universidade, a gestão com pessoas requereu ações indispensáveis para a estruturação da pró-reitoria correspondente. Tais ações deverão finalizar os processos iniciados em 2013 e, fundamentalmente, criar as condições necessárias para iniciar a segunda fase de implantação dessa estrutura, que possibilitará cuidar cada vez mais e melhor dos nossos servidores.

Com a conclusão das ações internas que permitiram a composição e a estruturação da ProPessoas, no âmbito da Reitoria, tornou-se evidente a necessidade de constituição das divisões da pró-reitoria nos campi. Foi preciso compor uma equipe em cada campus que, além de realizar o trabalho mais cartorial, vinculado à área de recursos humanos, fosse capaz de implementar as ações relacionadas à atenção integral ao servidor. Entre elas, as ações de saúde, com suas especificidades – que não se resumem à assistência médica individual –, as de formação e desenvolvimento de pessoas, as de orientação profissional para promoção e progressão nas respectivas carreiras e, por fim, as de permanência na universidade.

No âmbito da formação dos TAEs, são propostas as seguintes ações, que ampliam as capacidades e habilidades para pensar, planejar e executar a política de gestão com pessoas na universidade, em suas singularidades e diferentes vertentes, tanto no plano da administração central quanto no dos campi:

- dimensionamento e adequação de pessoal necessário para a ProPessoas e suas divisões. Esse contingente deve incluir a equipe de administradores e assistentes de administração, vinculada às atividades cartoriais, e uma equipe multiprofissional mínima, composta por assistente social, psicólogo e técnico em segurança do trabalho;
- adequação dos critérios de atribuição de CDs/FGs às normas instituídas pelo Consu;
- adequação dos espaços físicos destinados à ProPessoas e suas divisões na Reitoria e nos campi; esses espaços deverão ser planejados para um grande fluxo de pessoas diferentes tipos de atendimento individual (os quais deverão prever locais que possibilitem a privacidade, a preservação da intimidade e o sigilo das informações);
- fortalecimento da Assessoria de Normas Legais e Procedimentos Legislativos que, além de auxiliar na tomada de decisão, manterá atualizadas as informações relativas às distintas interpretações e à operacionalização das leis e normas do serviço público federal;
- fortalecimento do Núcleo de Comunicação e Informação (NCI), ligado ao Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, cujos objetivos consistem em manter e agilizar os canais de contato com os

servidores em seus diferentes espaços de trabalho, de forma integrada com o Departamento de Comunicação Institucional, e em apoiar a decisão dos gestores com informações atualizadas;

- manutenção e aprimoramento da gestão participativa e democrática da ProPessoas, a partir do fortalecimento tanto de seu conselho máximo de decisão – o ConPessoas – quanto do colegiado de gestão (reunião mensal dos chefes de departamento, coordenadores e assessores da Pró-Reitoria para o compartilhamento das decisões e execução das ações e políticas traçadas pelo ConPessoas); fortalecimento do colegiado Pleno (reunião de todos os servidores da Propessoas) como local de planejamento, de comunicação e de integração dos diferentes setores que o compõem; criação da câmara técnica de pessoas, que permita a integração das divisões da Propessoas nos campi com os departamentos, divisões e núcleos centrais; manutenção das estratégias de rodas de conversa, plenárias e audiências públicas nos campi, sempre que necessárias.

3.5.2 Atenção integral ao servidor

Esta linha política busca abarcar as diferentes necessidades dos servidores relativas à vida funcional, à saúde no ambiente de trabalho, à saúde individual, e ao desenvolvimento profissional e pessoal. Elas são atendidas, respectivamente, pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH), Departamento de Saúde do Trabalhador (DSTrab) e Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (DDGP).

3.5.2.1 Acompanhamento da vida funcional

O principal objetivo desse vetor da política de atenção integral é o de ampliar, mediante a necessária divulgação, a compreensão por parte dos servidores, sejam eles docentes ou TAEs, de todos os aspectos ligados à vida funcional, do momento de ingresso até o desligamento do trabalho, por aposentadoria ou exoneração.

O conhecimento compartilhado dos direitos e deveres dos servidores é importante para a transparência e a igualdade das ações a serem realizadas pelo RH. Durante a vida funcional, o servidor pode: obter licença (em diversas modalidades); afastar-se (por diversos motivos, incluindo o de saúde); solicitar mobilidade (remoção, cessão, redistribuição e cooperação técnica); mudar de regime de carga horária; solicitar e perceber auxílios e/ou benefícios; receber salário mensal e usufruir férias. Pode e deve, ainda, progredir na carreira (mediante promoção e progressão) por capacitação e qualificação e por tempo de serviço, a partir de diferentes processos de avaliação, sempre dependentes da carreira. As ações de avaliação estão diretamente relacionadas à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e à Comissão Interna de Supervisão de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (CIS). Para todas essas ações há normatizações e regras que devem ser sempre discutidas, atualizadas e divulgadas entre os servidores.

Duas ações para este vetor são imprescindíveis. A primeira, de informatização dos processos, visa agilizar e dar maior transparência às diferentes ações vinculadas à vida funcional do servidor, que lhe permitam saber os fluxos e os tempos, acompanhando virtualmente os pedidos. A segunda, relativa à informação, demanda a elaboração de manuais de orientação do servidor (virtuais e em papel), a realização de rodas de conversa periódicas

nos campi sobre assuntos de interesse dos servidores, e a formatação de orientações individuais concedidas nos locais de atendimento. Para essas duas ações, a página da ProPessoas deverá ser reestruturada e constituir um espaço virtual mais amigável, que permita ao servidor um “automonitoramento” sobre seus direitos e processos funcionais.

Para a concretização dessas ações será necessário:

- validar o mapeamento dos processos de trabalho, com a definição mais precisa do grau de descentralização em relação aos campi, o que permitirá a definição do quantitativo de pessoas para cada divisão da ProPessoas e a elaboração do plano de treinamento de TAEs;
- implantar os procedimentos padrão dos processos mais estruturados, relativos à frequência, cadastro, promoção e progressão na carreira, licenças, aposentadorias, realização de concursos públicos e processos simplificados, entre outros;
- digitalizar os arquivos, em consonância com a política de gestão de pessoal do serviço público federal.

3.5.2.2 Saúde do trabalhador

Tendo como princípios que a saúde e a doença são fenômenos da vida humana e que o trabalho consiste em fator que propicia o adoecimento, devido não só aos agentes insalubres conhecidos e agressores à vida, mas também ao estresse e conflitos presentes nos ambientes organizacionais, as propostas para este vetor de atuação deverão articular ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação relativas à saúde, planejadas de forma a garantir a integralidade do cuidado. A polissemia do conceito de integralidade da saúde nos remete ainda à outra necessidade, do empenho conjunto de uma equipe multiprofissional para o enfrentamento dos problemas relacionados ao próprio sofrimento e adoecimento no trabalho, com diferentes abordagens, para além da “queixa-conduta” e da assistência médica individual.

O Departamento de Saúde do Trabalhador conta hoje com uma equipe multiprofissional e estações organizadas em três núcleos: serviço social, assistência à saúde, e relações interpessoais/conflitos nos ambientes de trabalho. Seus principais objetivos consistem na implementação das seguintes propostas:

- articulação das ações de promoção e prevenção com o Núcleo de Assistência à Saúde do Funcionário (NASF), responsável por parte da assistência médica especializada de caráter individual, ambulatorial e de pronto atendimento, vinculado ao HU/HSP;
- elaboração dos projetos singulares de reabilitação e readaptação funcional;
- ampliação das atividades de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho, incluindo-se o projeto piloto de ginástica laboral;
- instituição do cuidado em saúde mental, a partir dos dispositivos de acolhimento, de projetos terapêuticos singulares em casos mais complexos, da atenção aos dependentes de álcool e outras drogas, em articulação com profissionais do NASF (psiquiatras e psicólogos clínicos), quando necessário, e/ou com outros serviços da rede de atenção psicossocial do SUS, além da busca de parceria com outras unidades ligadas à Unifesp;
- gestão e acompanhamento da utilização do serviço de atendimento e do nível de satisfação em relação ao programa de saúde suplementar – via convênios – oferecido aos servidores;

- estudo das possibilidades de um serviço próprio de atenção à saúde do servidor, em substituição aos convênios de saúde;
- mediação de conflitos interpessoais, qualificando a escuta das partes envolvidas e propondo pactos e/ou acordos de conciliação e convivência a partir da procura espontânea, das denúncias recebidas pela Ouvidoria e, ainda, em articulação com a Comissão de Averiguação de Irregularidades Funcionais (CAIF);
- prevenção ao assédio moral e atenção às denúncias nessa área, provenientes da Ouvidoria, encaminhadas por requerimento individual ou acolhimento à saúde do trabalhador;
- atuação nos espaços organizacionais em que se evidenciam os maiores problemas de saúde mental ou outros tipos de adoecimento, com a instituição de processos de educação permanente e do espaço de fala.

Para qualificar o cuidado com a saúde do trabalhador será necessário propiciar maior articulação entre o respectivo departamento e a Coordenadoria de Segurança, Medicina do Trabalho e Perícias Médicas, tanto no que diz respeito ao monitoramento das licenças médicas – que inclui o conhecimento das razões de afastamento do trabalho – como no acompanhamento das tarefas vinculadas aos adicionais de insalubridade e à segurança do trabalho, em particular nos campi.

3.5.2.3 Desenvolvimento e gestão de pessoas

Originário da antiga divisão de capacitação do DRH, o atual Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (DDGP) conta com uma equipe formada por profissionais administrativos, pedagogos e psicólogos. Seus objetivos, inicialmente voltados para os TAEs, deverão ser ampliados com a inclusão do apoio ao desenvolvimento docente. Além das atividades de formação e desenvolvimento, o DDGP é o setor responsável pela avaliação de desempenho dos TAEs e pelos estudos de dimensionamento da força de trabalho.

Diante do quadro de busca por melhores condições de trabalho, ligadas ao aumento da remuneração e principalmente à melhor qualidade de vida, um dos desafios dessa vertente da política de atenção integral ao servidor é construir estratégias de elevação do nível de satisfação e permanência dos trabalhadores na instituição. Os dados dos últimos concursos revelaram uma tendência à não fixação dos novos servidores, em particular dos TAEs. Tal particularidade parece ser mais evidente em uma metrópole como São Paulo, onde a competição, mesmo entre as instituições federais de ensino, se faz presente. Região onde é notório o tempo despendido para chegar ao trabalho ou à casa, atenuada pela característica multicampi da Unifesp, presente em seis municípios.

Uma das estratégias propostas para a redução da distância até o local de trabalho e para a melhor adequação profissional é a possibilidade de mobilidade entre setores, unidades acadêmicas, unidades universitárias e campi. Esse recurso representa a diminuição no tempo de locomoção até o trabalho e o encontro de um fazer mais apropriado às capacidades e às habilidades pessoais, o que propicia maior qualidade de vida. A oferta de diferentes jornadas de trabalho ou a flexibilização da jornada, como é o caso do projeto de 30 horas, constituem mais uma possibilidade de permanência na instituição.

A oportunidade de qualificação, incluindo-se a formação em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, é também um atrativo importante para a permanência e para o melhor desempenho institucional, constituindo, portanto, um ganho para o serviço público. Nesse sentido, deverá ser mantido o Programa de Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (PIQTAE), cujo objetivo é promover o desenvolvimento dos

recursos humanos da Unifesp, conciliando-se os interesses individuais e as metas institucionais, por meio da oferta de bolsas-auxílio para a realização de cursos, nacionais e/ou internacionais, em nível de graduação e de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). As bolsas-auxílio serão ofertadas por meio de edital, respeitando-se o limite orçamentário disponível para esse fim.

A oferta de condições laborais apropriadas, sejam elas estruturais, funcionais ou relacionais, também poderá contribuir para a permanência dos servidores nos locais de trabalho e para a melhoria de desempenho profissional na universidade. Investir em diferentes modalidades de formação dos coordenadores e diretores de setores, de unidades acadêmicas e universitárias e do HU/HSP é uma importante estratégia para essa melhoria.

O acolhimento de novos servidores, tanto docentes quanto TAEs, deverá ser ampliado e reforçado. O diálogo (utilizando-se de diversas estratégias) com docentes e TAEs sobre a universidade e seu papel na sociedade, sobre as respectivas carreiras e sobre a perspectiva de progressão e promoção, é uma ação a ser executada de forma mais sistemática e periódica. As oportunidades de diálogo devem ser construídas na forma de um programa em estreita articulação e integração com CPPD e CIS, bem como, com as Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa, Extensão e Cultura, Planejamento e Administração.

As atividades de capacitação deverão ser permanentemente revistas e aprimoradas a partir de discussões mais sistemáticas no ConPessoas. A ferramenta da Educação a Distância deverá ser cada vez mais utilizada. A busca por parcerias internas com os programas de pós-graduação mantidos pela universidade ou com os programas institucionais ligados à Proec, que podem oferecer oportunidades de especialização, constitui uma estratégia para o plano de capacitação dos servidores. De modo geral, será necessário ampliar e dar maior transparência às ações de capacitação, não restringi-las a grupos da universidade e usar todo o potencial da universidade. Para tanto, cumprirá utilizar estratégias de sensibilização e de convencimento dos diversos setores universitários para que abram as portas à formação dos nossos TAEs.

O desenvolvimento e a implantação de instrumentos de avaliação de desempenho dos TAEs deverão ser continuados, a partir da avaliação do estágio probatório. Essa é uma reivindicação da própria categoria e poderá ajudar na definição de critérios mais transparentes, passíveis de orientar a concessão de afastamentos e licenças para formação, entre outras medidas.

3.5.3 Gestão e dimensionamento em rede do quadro de pessoas da universidade

A Coordenadoria de Gestão de Vagas e Concursos (CGVC) tem como principal objetivo implantar mecanismos de gestão de vagas que permitam maior transparência bem como favorecer o acompanhamento adequado da alocação funcional nos diferentes setores administrativos, acadêmicos e assistenciais da universidade. É o setor estratégico de informação sobre o quadro de referência dos TAEs (QRSTA) e do banco de professor-equivalente, bem como da interlocução com o MEC para o conhecimento dos cargos existentes, sejam os novos, sejam aqueles disponíveis para as "trocas". Visa, também, assessorar as unidades acadêmicas e universitárias na realização dos concursos públicos para as carreiras técnica, tecnológica, do magistério superior e das ocupações básicas.

Na elaboração dos concursos públicos de TAEs, há a necessidade de instituir mecanismos e fluxos mais ágeis

para a definição de cargos a serem providos por concursados e das competências esperadas para eles. Formas de concurso que permitam um fluxo contínuo ou que apresentem uma periodicidade conhecida devem ser estudadas. A base para esse procedimento deverá ser a definição do quadro de pessoal para cada unidade universitária, para o HU-HSP e, ainda, num segundo momento, para as unidades acadêmicas.

A desigualdade na distribuição do número de TAEs entre as unidades universitárias, em relação ao aluno-equivalente, é um fato, e a construção de uma política de alocação de vagas é premente. Essas ações têm como objetivo diminuir o clima de desconfiança organizacional e equilibrar a relação TAEs/aluno-equivalente entre os campi. A construção de modelos e/ou de indicadores para alocação de servidores nos campi, em suas diferentes unidades universitárias, será tarefa para o futuro e poderá contar com a assessoria da ProPessoas.

A ação preliminar no âmbito dessa política, além da criação da CGVC, foi a realização do primeiro censo da Unifesp. Uma nova contagem direta dos servidores, visando à atualização dos dados cadastrais e à atualização dos locais efetivos de trabalho deverá ser repetida a cada cinco anos, pois a mudança das estruturas organizacionais é constante. Nesse primeiro censo houve interesse em conhecer melhor o clima organizacional e as demandas dos servidores em relação à sua formação e à sua saúde. O censo poderá, ou não, agregar outras questões de interesse institucional que sirvam como base para o planejamento de ações.

Outras ações propostas compreendem a elaboração de um modelo de dimensionamento do número de pessoas para as unidades universitárias e a formulação de uma política de alocação de vagas entre as unidades. Com isso, poderá ser definido o quadro de pessoal de cada campus que servirá de base à necessária adequação, quando ocorrerem os movimentos de expansão internos às unidades universitárias. As ações de dimensionamento deverão estar progressivamente ligadas ao DDGP, em estreita relação com a CGVC e fortemente articuladas com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

A título de contribuição ao PDI, relativamente às políticas para os docentes e os TAEs, frisamos que a atuação do DDGP será pautada cada vez mais pela busca da construção de espaços e da realização de movimentos que permitam a instituição de relações mais compartilhadas e solidárias entre as pessoas que formam a nossa universidade. Acreditamos que esse caminho não se faz isoladamente e que há saberes sobre esse fazer. Assim, o trabalho do DDGP deverá buscar cada vez mais a articulação e a parceria com diferentes áreas de conhecimento e práticas que integram a Unifesp, ou até mesmo o assessoramento dessas interfaces. O exercício da política de pessoas pode ser um espaço de construção de novas relações entre os trabalhadores ou de experimentações no mundo do trabalho, e pode, portanto, constituir um espaço de produção de conhecimento.

3.5.3.1 Censo dos servidores da Unifesp

Em 2014, deu-se o primeiro passo para a concretização desse projeto, com a formação da comissão responsável por estabelecer os métodos e procedimentos bem como elaborar o questionário e estratégia de coleta de informações no âmbito dos servidores ativos – técnicos e docentes. Integraram essa comissão os departamentos de informática e de recursos humanos, além de representantes das Pró-Reitorias de Planejamento, Gestão com Pessoas e Administração, a quem coube a coordenação dos trabalhos.

O censo cumpriu um duplo objetivo. O primeiro objetivo foi o recadastramento dos servidores ativos, por meio da contagem da população total dos docentes e técnicos administrativos da instituição, nos diferentes campi, no



Material de divulgação usado durante a realização do Censo

Hospital Universitário e na Reitoria. A avaliação permitiu estabelecer uma listagem fiel de quais são, onde estão e sob qual regime de trabalho atuam os servidores. Paralelamente, investigaram-se em profundidade o clima organizacional e as características das relações de trabalho na universidade, por meio de um questionário estruturado com 25 questões.

Os resultados obtidos na primeira etapa orientaram, por sua vez, a segunda etapa dos trabalhos, com a realização de abordagens em grupos focais de servidores, cuja finalidade consistiu em detalhar os motivos de eventuais insatisfações identificadas inicialmente.

A coleta de dados do censo teve início em junho de 2015. Optou-se, no primeiro momento, pela disponibilização de um formulário eletrônico na rede Intranet, o qual deveria ser preenchido. Foram necessárias algumas prorrogações, em razão de uma prolongada greve de servidores e de dificuldades técnicas de preenchimento relatadas por servidores com acesso limitado aos computadores. Durante a última prorrogação, no início de 2016, os servidores puderam optar pela utilização de formulários impressos.

Planejamos a realização de novos levantamentos nos próximos anos, visando acompanhar a evolução de indicadores relativos às condições de trabalho, bem como orientar o redimensionamento dos recursos humanos em nossa instituição. Nesse sentido, a comissão planeja a realização de uma pesquisa amostral em 2017 e um novo censo em 2019.

3.6 Tecnologia da Informação

Conforme estabelecido no artigo 123 do Regimento Geral da Unifesp, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Ceti) é o órgão da Reitoria ao qual cabe definir as diretrizes gerais e as políticas relativas à tecnologia da informação. Na condição de órgão colegiado, cuja composição foi determinada pela Portaria nº 1.053 da Reitoria, de 22/4/2013, o Ceti possui competência para decidir sobre as ações estratégicas que devem ser adotadas na área de tecnologia de informação (TI).

Por sua vez, o Comitê Técnico de Tecnologia da Informação (CTTI), instituído pela Portaria nº 1.886 da Reitoria, de 4/11/2010, é o órgão de caráter executivo e consultivo cuja função é apoiar o Ceti nos estudos de soluções em TI e nas tarefas de implantação de sistemas e infraestrutura, com base na visão de seus técnicos em TI.

No âmbito do Hospital Universitário (HU/HSP), foi também criado um órgão de apoio congênere, denominado Comitê Técnico de Tecnologia da Informação (CTTI/HU), que constitui o fórum no qual são decididas as ações

de tecnologia da informação. Entre outras funções, cabe ao CTTI-HU propor e analisar ações nessa área ou, ainda, manifestar-se sobre elas, promovendo seu alinhamento às diretrizes do HU.

O planejamento institucional de tecnologia da informação está pactuado no Plano Estratégico em TI, cuja última versão (Peti 2013-2017) foi aprovada em 28/8/2013 pelo Ceti.

O plano de ações que norteia a consecução do planejamento estratégico e aquisições de TI na Unifesp é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação. A última versão desse documento (PDTI 2010-2015) foi aprovada pela Portaria nº 1.197 do Ceti, de 8/7/2010. Cabe ressaltar, entretanto, que uma nova versão do PDTI, relativa ao período de 2016-2020, será colocada em discussão nas sessões do CTTI em 2017, devendo ser submetida à aprovação do Ceti.

3.6.1 Cenário atual

A rede acadêmica da Unifesp mantém aproximadamente 9 mil estações de trabalho, 186 servidores virtuais, 700 dispositivos de rede e 14 conexões WAN ativas, interconectando os campi em São Paulo (Vila Clementino e Santo Amaro), Santos, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos, Embu das Artes e Osasco, além do Hospital Universitário.

Por meio dessa infraestrutura, aproximadamente 30 mil usuários utilizam recursos da rede acadêmica como acesso à internet, serviços de intranet, voz sobre IP (VoIP), correio eletrônico, armazenamento de arquivos, impressão, vídeo e webconferência. A estrutura é ponte de integração para a utilização de nossos sistemas administrativos, acadêmicos e hospitalares, exames laboratoriais, exames de diagnóstico por imagem e ensino a distância, entre outros serviços.

A rede institucional é interligada à Academic Network at São Paulo (ANSP), por meio da conexão de 1 Gb ao anel de 10 Gb da rede MetroSampa. Essa rede, de natureza comunitária, conecta diversas instituições de ensino e pesquisa da região metropolitana de São Paulo – como a USP, a Unesp e a UFABC –, todas também vinculadas à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

O tráfego entre a rede da Unifesp e a internet durante os horários de pico atinge 750 Mbps, que representam 75% de sua capacidade total.

Em 2012 e 2013 o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) promoveu ações que adequaram sua infraestrutura computacional central às demandas reprimidas que o crescimento da Unifesp impôs.

Os recursos para armazenamento no Datacenter atingiam, então, 80% de sua capacidade total, os espaços para armazenamento de informações acadêmicas e hospitalares estavam no limite, não havendo espaço até para a implantação de novos sistemas informatizados e a manutenção do sistema de e-mails institucional. O cluster de servidores que atendiam ao banco de dados institucional (sistemas acadêmicos, administrativos e hospitalares) também estava em seu limite de uso, e os processadores operavam com mais de 90% de sua capacidade durante cerca de 50% do tempo.

Priorizou-se atualizar o Datacenter institucional, tornando-o mais robusto e escalar. Para esse ambiente, foram adquiridos e instalados novos servidores, unidades de armazenamento (storages), nobreaks, dispositivos firewall, softwares de virtualização de servidores e equipamentos de distribuição de redes, executando-se serviços

de reforma no sistema elétrico.

Os dois novos sistemas de storage – um para o cluster de servidores destinados ao banco de dados Oracle e outro, de alto desempenho, para uso geral e composição da cloud da Unifesp – elevaram a capacidade de armazenamento de 10 Tb para 320 Tb (brutos). Esse sistema poderá sofrer incrementos sucessivos de capacidade até o limite de 5 Pb de armazenamento.

Apesar da melhoria da infraestrutura, a forma com que as equipes de TI das diversas unidades interagem ainda não é a ideal. Na instituição existem inúmeras equipes de TI que trabalham de forma “independente”, havendo sobreposição de tarefas e sobrecarga para algumas delas. Pró-reitorias, departamentos e campi possuem equipes próprias de TI, e o conhecimento e colaboração entres elas precisam ser estreitados.

3.6.2 Visão de futuro em TI

A sociedade atual apoia-se em um modelo no qual a produção e a distribuição de informações criam novas formas de economia e sociabilidade. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) vêm exercendo um papel cada vez mais importante na sociedade. Pesquisas tecnológicas iniciadas no ambiente acadêmico retornam a ele como produtos e serviços consolidados, de uso comum, que propiciam novas ferramentas profissionais, inclusive na área de ensino.

No ambiente universitário, as TICs não são utilizadas apenas como meio de pesquisa, troca de mensagens e difusão do conhecimento. Tecnologias consistentes são agora oferecidas como serviços pela própria Unifesp.

O domínio dessas tecnologias é estratégico e imperativo para a universidade, permitindo a independência institucional na operação dos sistemas, com a aquisição de bens por meio de despesas de capital – capex (capital expenditure) –, pontuais e previsíveis. Por outro lado, liberta-nos do compromisso do empenho de recursos para aquisição de serviços – opex (operational expenditure) –, sempre concorridos e cada vez mais restritos. Essa estratégia, diversa da do setor privado, permite ao DTI institucional atuar com diferentes graus de investimento nessa área.

Hosting de servidores virtualizados, telefonia digital, videoconferência, webconferência, ampliação dos pontos de rede sem fio (Wi-Fi) e plataformas de ensino a distância e de vídeos sob demanda são alguns dos serviços muito utilizados, que vão crescer de forma significativa nos próximos anos.

Planejar-se para o crescimento dessas e de outras tecnologias na Unifesp requer obrigatoriamente a priorização de investimentos na área de TI. Mais que isso, torna-se necessário orçamentar essa área para que o planejamento possa atender à demanda crescente dos serviços existentes e dos que devem ser oferecidos no futuro próximo.

O papel da estrutura central de TI na instituição será coordenar as ações, padronizar as ferramentas e integrar sistemas e soluções das equipes descentralizadas que atuam nessa área, visando à consolidação de um sistema de informações institucionais, à padronização das ferramentas utilizadas, à adequação do catálogo de serviços prestados por todas as unidades e à cristalização dos serviços institucionais em cluster (private cloud).

O conceito de cloud privada permitirá à Unifesp tratar sua infraestrutura de processamento, memória, armazenamento e serviços digitais de todos os campi como recursos compartilhados, escalares, otimizados e

priorizáveis para melhor atender à comunidade também em situações pontuais, aumentando sua disponibilidade, evitando redundâncias e reduzindo a necessidade de investimentos e custos operacionais.

Além da oferta de infraestrutura como serviço, prevê-se nos próximos anos a oferta à comunidade dos desktops como um serviço virtual dentro da Unifesp. Esse conceito complementarà a disponibilidade de recursos em nuvem, possibilitando aos usuários a continuidade de seus serviços – antes instalados em um único computador físico – em qualquer local, por meio de dispositivo com diversas plataformas e em qualquer horário.

A adoção dos desktops como serviço permitirá economia em investimentos com estações de trabalho, licenciamentos, manutenções e tempo de retorno ao trabalho em caso de travamento. Como benefício adicional, haverá a redução gradativa do consumo de energia elétrica de 300/200 watts por estação para 60 watts e, posteriormente, para menos de 15 watts por posto de trabalho físico.

As novas velocidades dos links intercampi, contratados para os próximos anos, propiciarão tanto a ampliação da interação profissional entre as unidades, atendendo ao crescimento das demandas de digitalização de documentos, armazenamento de conteúdos digitais de ensino, repositórios de publicações, replicação de dados e colaboração de pesquisadores de diferentes áreas em tempo real, quanto o tratamento de grandes volumes de informação e dados acessórios (big data) e a transformação das atividades de observação científica em mineração de dados (data mining).

A modernização atual dos equipamentos do Datacenter institucional não esgota as necessidades da Unifesp nessa área. Ao contrário, estabelece um exíguo tempo para que dois novos datacenters principais sejam construídos: um em São Paulo, eixo com maior oferta de banda de internet compartilhada com os outros campi, que atenda a mais de dois terços das estações de trabalho, onde está localizado o Hospital Universitário e onde está lotada a equipe responsável pela manutenção dos serviços de infraestrutura em TI; e outro em São José dos Campos, campus no qual a própria área de atuação justifica a existência de um datacenter de porte, que abrigue os equipamentos necessários à consecução de suas pesquisas.

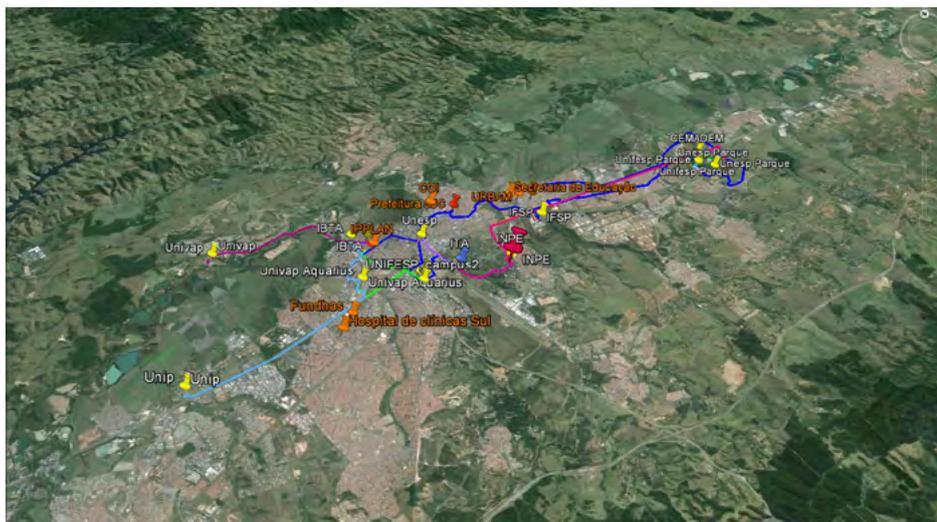
O Campus São Paulo conta atualmente com a conexão à rede MetroSampa, ao passo que o Campus São José dos Campos coordena a implantação da rede MetroVale. Ambas as iniciativas, promovidas pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, proverão conexões com as bandas mínimas para permitir a continuidade desse projeto. Os dois datacenters, situados a mais de 70 km um do outro, como preconizam as boas práticas, deverão manter réplicas sincronizadas no que concerne aos sistemas institucionais, de forma a suprir eventuais contingências que afetem um ou outro, aumentando a disponibilidade dos serviços críticos para a Unifesp.

Os dois datacenters passarão a ser pontos de entrada e saída lógicos do tráfego de rede institucional, atuando na análise de segurança, ainda que os pontos de rede físicos continuem a chegar em todos os campi.

Em 2017, após dez anos de operação, expirará a contratação dos links da rede MetroSampa. A RNP assinalou, antes da atual contenção financeira do governo federal, a intenção de novamente arcar com os recursos necessários não só para a manutenção do circuito atual, mas também para a expansão dessa rede metropolitana de ensino e pesquisa. Três novos anéis são propostos – a oeste, leste e sul do anel existente –, beneficiando os campi Osasco, Guarulhos, Diadema, Santo Amaro e Embu da Artes, com links de 1 Gb. MetroSampa e MetroVale (respectivamente, figuras 3 e 4), juntamente com as fibras óticas contratadas, serão os principais canais de acesso à rede mundial de computadores pela Unifesp.

Concomitantemente, adentraremos o ano de 2017 com links contratados pela Unifesp com bandas de 400

Figura 4 - Proposta de implantação da Rede MetroVale, mediante a existência de recursos do MCT



Fonte: Proposta RNP e Comitê Local de Implantação da MetroVale.

3.7 Políticas transversais

A apresentação das diversas dimensões da Unifesp e das características que compõem seu corpo identitário não poderia estar completa sem a menção a algumas das vértebras da dinâmica institucional, múltipla e intensa. Dessa forma, cabe apresentar o grupo principal das políticas transversais, forças centrípetas que auxiliam na compreensão do sentido e alargam e aprofundam o alcance das práticas institucionais – verdadeiros elementos de coesão da experiência unifespiana.

Embora de forma não exaustiva, cabe apontar o empenho visceral da universidade com a promoção de medidas e valores afeitos a: a) **direitos humanos** (tema presente em diversas iniciativas da Unifesp para além dos grupos de pesquisa e de extensão, com repercussão na arquitetura institucional – como mostra a criação da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello); b) **meio ambiente e sustentabilidade** (preocupação consubstanciada, entre outras medidas, no advento do Pensa Unifesp, política de excelência que expressa um conjunto de normas e diretrizes encarregadas de promover o desenvolvimento sustentável na gestão dos diversos campi e estruturas da Unifesp); c) **internacionalização** (a promoção da internacionalização no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão, está refletida em diversas searas institucionais, tendo o seu exemplo mais evidente no funcionamento catalisador e organizativo da Secretaria de Relações Internacionais da Unifesp); e d) **comunicação institucional** (ciente de que o amplo acesso à informação é condição para um ambiente universitário saudável e para a intersecção com outras esferas da sociedade brasileira, a Unifesp engendra uma forte política de divulgação e publicidade do seu funcionamento, como demonstrado, por exemplo, pela ação da assessoria de imprensa e pela edição do jornal Entrementes, da revista Entreteses, e do Boletim da Reitoria – publicações elaboradas pelo Departamento de

Comunicação Institucional).

Considerando a relevância e a permanência de questões pertinentes aos temas tratados, a Unifesp renova o compromisso de aprofundamento e alargamento dessas políticas para o período de 2016-2020, sedimentando as bases para a consecução de um *locus* institucional ainda mais vivaz e pujante nos próximos anos.

3.8 Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)

Professores, pesquisadores e alunos em atividade de iniciação científica ou inscritos na pós-graduação – mestrado, doutorado ou pós-doutorado – pensam, planejam, administram e executam pesquisas que, resultando em inovação, poderão finalmente, em um sistema bem concatenado, desaguar em *startups* formadas em incubadoras de empresas de base tecnológica ou ser transferidas para empresas estabelecidas ou para o setor público.

No entanto, mesmo nas universidades mais empreendedoras, muitos docentes e pós-graduandos nem sempre consideram a relevância e o valor social – ou de mercado – de suas pesquisas. Por meio dos NITs as universidades devem, então, instituir uma série de mudanças políticas que incentivem o empreendedorismo entre os docentes, os quais, por sua vez, irão complementar o empreendedorismo dos(as) estudantes. Essas mudanças incluem maior reconhecimento e aceitação dos empresários pelo corpo docente, integração do espírito empresarial (com consciência social) no conjunto de valores agregados à escola e nos processos de seleção, e ampliação das ligações do corpo docente com parceiros externos – por meio do engajamento com as empresas e dos recursos direcionados à criação de relações equilibradas, construtivas e compatíveis e potencializadoras do caráter público da instituição.

A universidade deve, portanto, estrategicamente, estabelecer parcerias com empresas, via NIT, oferecendo estágios em suas instalações, estimulando estágios de seus estudantes nas empresas parceiras e partilhando instalações com *startups*. Deve, ainda, interagir com as aceleradoras de empresas e criar fundos de risco e programas de incentivo financiados pela indústria, visando ao incremento da inovação e do empreendedorismo e ao desenvolvimento de produtos por estudantes, professores e técnicos.

3.9 Legalidade e conformidade

A existência de canais e instâncias de fiscalização e acompanhamento é uma exigência de ambientes democráticos. Os mecanismos de controle e de adequação das ações adotadas institucionalmente consubstanciam verdadeiras garantias contra o equívoco, a má-fé e o arbítrio. A submissão aos ditames legais e à promoção de órgãos internos de controle recíproco respondem por verdadeiros primados da Unifesp. A existência de tais instâncias confere previsibilidade à gestão do bem público, permitindo a identificação incontestante do interesse coletivo e estabilizando as expectativas da comunidade acadêmica.

Ainda que seja uma preocupação comum a todo o corpo institucional da universidade, a Unifesp apresenta

uma tríade de órgãos responsáveis diretamente por zelar pelo respeito à legalidade no próprio meio *unifespiano*. São eles: Auditoria Interna, Procuradoria Federal e Ouvidoria, encarregados de fiscalizar, informar e advertir as diversas alçadas da universidade sobre aspectos e condições de funcionamento da instituição, sugerindo-lhes as condutas cabíveis. Levando-se em conta o raio temporal abrangido por este documento (2016-2020), cabe à Unifesp engendrar amplos esforços na sedimentação e adensamento de tais instâncias, incrementando condições estruturais e recursos pessoais para a ação plena da tríade de órgãos supramencionados. O fortalecimento dessas medidas corporifica a preservação da autonomia funcional e salvaguarda um sistema fiscalizatório tanto vigoroso quanto necessário.

3.9.1 Auditoria Interna (Audin)

Qualquer dimensão da administração pública comprometida com a satisfação do interesse coletivo e a promoção do bem comum tem a incumbência de fomentar o advento de instrumentos de controle interno e de autorreflexão sobre as práticas empregadas. É nessa chave que deve ser compreendida a Auditoria Interna da Unifesp. Funcionando há quase dez anos, a Audin apresenta uma dimensão fundamental para a viabilização de uma prática institucional conforme aos preceitos do ordenamento jurídico pátrio e do estado de direito. Ao atuar de forma articulada com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Audin assessora as instâncias administrativas e os gestores internos de forma técnica, ocupando-se de práticas que possam ensejar eventual vulnerabilidade legal ou exposição judicial da instituição.

Vinculada diretamente ao Conselho Universitário da Unifesp, conforme disposto na Resolução nº 87, de 12/06/2013, desse colegiado, a Audin detém independência funcional e condições materiais de ação na persecução de seus objetivos. Dispondo de um grupo de servidores destacados para viabilizar o funcionamento do órgão, mediante o exercício de suas atribuições, a Audin apresenta o caráter fundamental de controle prévio, informando a administração sobre a necessidade de uma eventual correção de condutas em face dos ditames normativos nacionais.

Desse modo, é possível identificar seu papel relevante no cumprimento das seguintes tarefas: a) auditar as diversas áreas da instituição para verificação do respeito aos princípios e diretrizes que servem de referência também ao TCU e à CGU; b) confeccionar o Plano Anual de Auditoria Interna; c) acompanhar o emprego e o destino das dezenas de imóveis utilizados pela Unifesp como condição para o seu funcionamento; d) engendrar o acompanhamento do patrimônio *unifespiano*; e) fiscalizar de que modo a ação dos servidores dialoga com o benefício da instituição. Assim, urge notar a importância da manutenção das medidas em prol da consolidação e funcionamento das estruturas da Audin Interna nos próximos anos (2016-2020), o que representará mais um imprescindível esforço na paulatina construção de uma cultura institucional aberta e transparente.

3.9.2 Procuradoria Federal

Uma consultoria jurídica acurada e eficiente consubstancia verdadeiro pré-requisito para o funcionamento

de instituições contemporâneas de grande porte, como é o caso da Unifesp. Foi por conta disso que a universidade, após gestões efetuadas na Advocacia-Geral da União (AGU) e um diálogo mais próximo com a Procuradoria Regional Federal, estabeleceu um programa de reestruturação (com a ampliação do número de servidores) e de fortalecimento institucional da Procuradoria Federal/Unifesp. Assim, o quadro da Procuradoria Federal/Unifesp foi ampliado de dois para três procuradores, com a lotação permanente de três TAEs. Desse modo, a Procuradoria Federal/Unifesp vem trabalhando em cooperação com o Ministério Público Federal (MPF) e órgãos de controle, com o intuito de dirimir dúvidas e aprimorar os fluxos de processos, aumentando a segurança jurídica da universidade e orientando os gestores.

A Procuradoria Federal é, portanto, um órgão de assessoria e apoio à Reitoria, com a seguinte composição: I – Procurador-Geral da Unifesp, que exerce a chefia, sendo escolhido pelo Reitor dentre os integrantes das carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União; II – Procurador-Geral Substituto; III – Procuradores Federais; e IV – Secretaria. Suas atribuições são: a) orientar juridicamente a autarquia, indicando a interpretação da Constituição Federal, das leis, dos tratados e demais atos normativos a serem adotados, quando não houver entendimento aprovado pelo Presidente da República, pelo Advogado-Geral da União ou pelo Procurador-Geral Federal; b) aprovar os pareceres, notas, informações e demais opiniões dos procuradores federais em exercício na Procuradoria Federal junto à Unifesp; c) assessorar a Reitoria e o Conselho Universitário em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes; d) seguir as demais competências descritas em seu regimento interno.

É possível notar os efeitos da atuação desse órgão em toda a administração unifespiana, melhorando a qualidade e a eficiência dos procedimentos internos. Mesmo assim, cabe apontar que o processo de reformulação anteriormente citado detém ainda estágios que deverão ser aprofundados, especialmente em relação à padronização de procedimentos, à maior agilidade dos trâmites e à segurança institucional – áreas vitais de atuação nos próximos anos, não podendo a instituição furtar-se à consideração desses pontos.

3.9.3 Ouvidoria

Uma das características primordiais da participação na deliberação dos destinos coletivos é a existência de mecanismos de amplo acesso que permitam a comunicação do que é tido como equivocado, vetado ou ilícito. A possibilidade irrestrita de encaminhamento direto de demandas – por parte do cidadão comum – às instâncias competentes impede que o rito burocrático seja instrumentalizado em prol de agentes interessados. A capacidade de comunicar problemas e a perspectiva de apresentar controvérsias implicam o correlato direito à resposta institucional.

Possibilitar que o cidadão seja ouvido e fornecer-lhe o devido retorno são ações que correspondem ao papel da Ouvidoria da Unifesp. Órgão assessor da Reitoria criado pela Portaria nº 2515, de 21/12/2007, a Ouvidoria é um canal aberto que técnico-administrativos, discentes, docentes e indivíduos não pertencentes à comunidade universitária podem utilizar para ter acesso às instâncias superiores da Unifesp. Por meio do recebimento de informações, sugestões ou denúncias, esse órgão passa a apurar a ocorrência de eventuais incorreções, comunica a possibilidade de alterações procedimentais, solicita soluções e encaminha ao solicitante o retorno ao pleito inicial.

A dinâmica funcional da Ouvidoria é sujeita a pressões externas, embora esse órgão disponha de completa liberdade de ação, como é demonstrado pelo o acesso direto a bancos de dados, arquivos, documentos e informações - inclusive aquelas fornecidas por docentes, discentes e técnico-administrativos em educação - que sejam importantes para o desempenho das funções que lhe competem.

A Ouvidoria é, portanto, o representante da comunidade ou do solicitante junto ao setor especificamente mencionado da administração da Unifesp. Cabe a esse órgão averiguar a materialidade das situações relatadas, demandar as providências necessárias e prestar contas de sua atuação. Orientada pela necessidade de preservação do comunicante, pelo princípio da legalidade e pelo primado da imparcialidade, a Ouvidoria analisa anualmente centenas de demandas, abarcando os mais diversos aspectos da vida unifespiana. O alinhamento da Unifesp com o interesse público, estampa-se nas páginas do PDI, havendo um empenho por parte da instituição para reforço progressivo de suas condições de independência, fundamental para garantir o funcionamento da Ouvidoria.

3.10 Fundação de Apoio

A Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (FapUnifesp) completou, em 2015, dez anos de atividade. Ao longo de sua existência, tem trabalhado para cumprir sua missão básica, que é prover suporte administrativo para o desenvolvimento de projetos institucionais relativos ao ensino, pesquisa e extensão da Unifesp. Seu foco de atuação tem proporcionado maior agilidade para que projetos de interesse institucional, com relevância social, sejam viabilizados. Ao mesmo tempo, a FapUnifesp procurou enfrentar as demandas crescentes de uma universidade em franca expansão, procurando atender às múltiplas faces dessa nova etapa institucional. Acrescente-se, ainda, que normas legais foram incorporadas ao longo de sua trajetória, exigindo um realinhamento dos processos, de forma a assegurar a legitimidade de suas ações.

A análise retrospectiva de sua história permite afirmar que a FapUnifesp detém um rol considerável de realizações. Também é possível compreender que seu presente é o somatório de escolhas pregressas que jamais a afastaram de sua missão, embora o futuro que se aproxima ofereça novos desafios institucionais. Assim, a FapUnifesp deve situar-se nesse novo contexto e planejar seu futuro, de forma a consolidar um ciclo virtuoso e perene, estabelecendo-se como ponto de apoio essencial para o desenvolvimento da universidade e, como consequência, contribuindo para o avanço qualitativo de nossa sociedade.

Em relação a FapUnifesp, o PDI para o período 2016–2020 está estruturado em cinco pilares:

- **Apoio à universidade em suas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão) e ao desenvolvimento institucional**

Neste pilar, a FapUnifesp tem como principal interesse estimular o desenvolvimento institucional por meio de apoio aos programas, projetos, atividades e operações especiais. A fundação gerencia recursos que permitem à universidade empreender ações e pesquisas em novos campos do conhecimento, atuando como agente facilitador e interveniente na captação de recursos que atendem aos interesses da universidade e estimulam as iniciativas de seus docentes, estudantes e técnicos administrativos em educação.

A FapUnifesp é responsável pela seleção de originais, produção gráfica e serviços editoriais da Editora

FapUnifesp, cuja finalidade é fomentar uma cultura editorial-acadêmica que valorize o trabalho do docente universitário. Desse modo, será possível consolidar uma literatura própria, capaz de contribuir para a superação de lacunas existentes na produção e divulgação de conhecimentos acadêmicos e científicos no país.

- **Reorganização e otimização dos processos internos**

Para responder às diversas demandas, a estrutura administrativa da FapUnifesp deverá ser reformulada e reestruturada, de forma a oferecer um sistema ágil e eficiente. Para tanto, proceder-se-á à observação da qualificação e do envolvimento de seus funcionários nas diversas tarefas, em um processo permanentemente monitorado e, caso necessário, substituições ou remanejamentos serão realizados. Novas contratações serão baseadas em perfis técnicos adequados às demandas.

Para manter a qualificação técnica e a motivação dos funcionários, serão programados workshops, cujo conteúdo deverá ser definido pelos supervisores de áreas, de forma a ampliar a capacitação e melhor atender às demandas emergentes. Por outro lado, as equipes deverão estar prontas a resolver problemas com a maior eficiência possível, estabelecendo um padrão inédito e modelar para a própria Unifesp.

Para estimular a manutenção da motivação intrínseca, palestras ou eventos de troca de experiências serão programados, visando integrar as ações dos departamentos e equipes que compõem a fundação.

- **Modernização das interfaces com a comunidade acadêmica**

A FapUnifesp está mudando sua identidade visual, por meio de um novo *site* e novas interfaces virtuais. A mudança visual deve gradativamente sinalizar para a comunidade que se está diante de uma nova fundação. O *site* deve atender às necessidades, oferecendo informação qualificada e atualizada, além de orientação precisa a todos os interessados. Seu conteúdo deve contemplar manuais e modelos que possam facilitar a adesão dos usuários ao sistema.

Além da oferta de conteúdo qualificado, o *site* deve ser uma ferramenta que contemple a transparência exigida das instituições públicas e informe a comunidade sobre os projetos apoiados pela fundação. Porém, o conteúdo não se deve limitar apenas ao simples registro do projeto, mas também contextualizar sua importância. Esse material deve ser elaborado pelo coordenador do projeto por meio de texto escrito e por depoimento gravado em vídeo.

- **Captação de novos projetos**

O desconhecimento da comunidade acadêmica sobre os caminhos necessários para o desenvolvimento de projetos pode ser um fator inibidor para ações dessa natureza. Assim sendo, a FapUnifesp deve tomar a iniciativa de oferecer periodicamente à comunidade *workshops* em que esses caminhos sejam esclarecidos e discutidos. A interlocução contínua com a comunidade deve catalisar a consolidação de projetos. Devem fazer parte dessas atividades de interlocução funcionários do corpo administrativo da fundação e do Escritório de Apoio ao Pesquisador. Da mesma forma, a FapUnifesp deve promover encontros entre coordenadores de projetos e potenciais apoiadores financeiros e/ou parceiros.

- **Criação de mecanismos de autossustentabilidade**

A estrutura administrativa da FapUnifesp depende de constante financiamento, mas é preciso esclarecer que os recursos provenientes dos projetos apoiados não têm sido suficientes para sua completa sustentabilidade. A elevação das taxas administrativas não é opção no plano de desenvolvimento, e formas alternativas de financiamento devem ser consideradas.

A busca de apoio de instituições e pessoas físicas que se solidarizem com a missão da FapUnifesp deve ser entendida como estratégica. Porém, o sucesso dessa opção dependerá de um portfólio das iniciativas da fundação. O ponto inicial será a formatação de material explicativo, de forma a alcançar e sensibilizar potenciais parceiros. Tal material deverá conter os projetos correntes e as iniciativas que a fundação pretende concretizar em seu futuro.

Pode-se também criar estruturas dedicadas a apoiar projetos de alunos utilizando-se do conceito de *fab lab* e de programas de fomento à pesquisa e inovação (*start ups*). Para isso, seria criado um fundo de doações utilizado como apoio a projetos vencedores de concursos. Outras fontes de recurso devem ser consideradas a partir da busca de doações na comunidade – de parte de ex-alunos, por exemplo – ou por meio da promoção de eventos acadêmicos e culturais. Eventos como jantares comemorativos, peças teatrais e apresentações musicais valorizam a cultura e podem ser fontes preciosas de recurso. Deverá, portanto, ser criado um fundo específico para a administração dos recursos provenientes de todas as ações que visem esse tipo de sustentação financeira da entidade.

Capítulo 4

Nossos Lugares

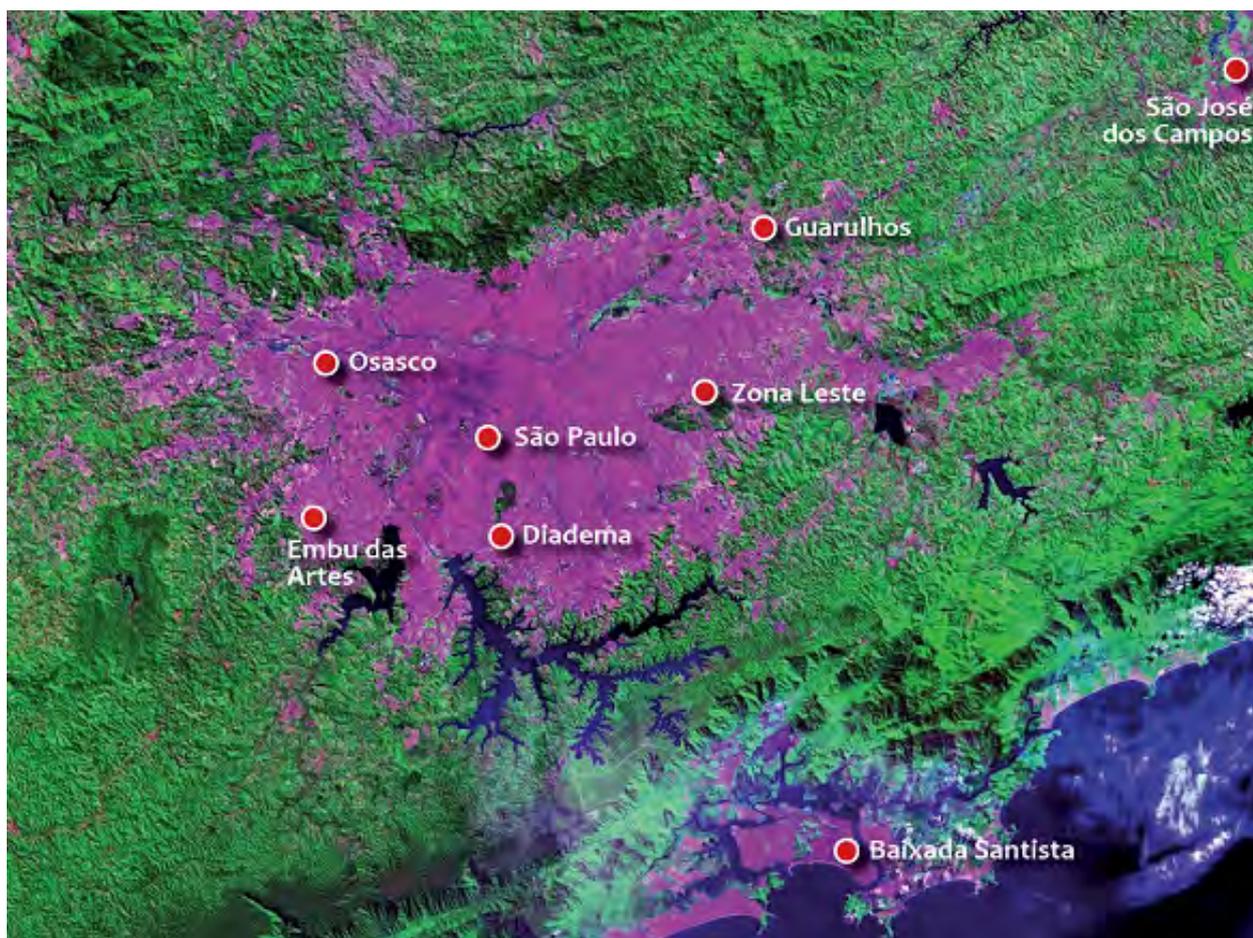
A Unifesp possui seis campi em funcionamento (São Paulo, Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco), um em implantação (Zona Leste) e outro em planejamento (Embu das Artes), todos localizados na macrometrópole de São Paulo, que inclui as regiões metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista e do Vale do Paraíba – hoje quase conurbadas entre si. Esses campi estão a distâncias de até 100 km da Reitoria, formando um anel universitário na maior mancha urbana do hemisfério sul. Essa situação de proximidade e contexto comum guarda, por isso, o potencial evidente de um adensamento de pesquisas entre os campi, suas escolas e institutos, por meio de instrumentos de interação e redes, presenciais ou virtuais.

Contudo, mesmo pertencendo a uma mesma macrometrópole, os campi vivenciam diferentes contextos urbanos, sociais, ambientais e culturais, o que favorece uma diversidade de diálogos, aprendizados e situações de ensino, pesquisa e extensão que universidades mais centralizadas não possuem. Os campi da Unifesp são quase todos integrados com as cidades e bairros onde ficam, produzindo interlocuções diversas, bem como espaços físicos e atividades compartilhados com governos e populações locais, elementos favoráveis ao ensino, pesquisa e extensão socialmente referenciados.

Outra vantagem de que se dispõe é que suas unidades universitárias (institutos e escolas), de acordo com o Estatuto e Regimento geral da Unifesp, são distintas em finalidade e estrutura dos campi, o que permite pensar uma articulação complexa - em rede e colaborativa - entre municípios, campi e unidades universitárias.

Considerando o debate contemporâneo sobre gestão e vida nas regiões urbanas conurbadas, a cidadania metropolitana deve ser cada vez mais entendida para além das circunscrições municipais. Por isso, uma universidade situada em áreas conurbadas deve ter como projeto acadêmico e institucional articular seus campi e áreas de

Figura 5 – Foto de satélite da maior mancha urbana do hemisfério sul com a inserção dos campi da Unifesp



saber, atuando de modo consciente em relação às possibilidades de uma geografia institucional não restrita, necessariamente, às fronteiras municipais.

Assim sendo, o futuro político, pedagógico e geográfico da Unifesp deve considerar seus campi e áreas de saber de modo não atrelado a territórios restritos. Isso significa que as escolas e institutos poderiam aumentar seus níveis de autonomia e de gestão, além de ampliar – ao mesmo tempo – a capacidade de articulação e integração entre si e com o espaço social. Embora os campi sigam como estruturas físicas de base municipal, as unidades universitárias podem delimitar novas geografias intercampi para suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O sistema intercampi poderia tornar-se, então, um sistema interescolas ou inter-institutos com maior flexibilidade de localização e articulação entre si, de maneira a estimular o intercâmbio de ideias e de pessoas no interior da universidade. A Unifesp assumirá o desafio da expansão e consolidação de um sistema universitário público, discutindo a maior articulação territorial e integração de áreas do conhecimento.

Por outro lado, a primeira década da forte expansão da Unifesp, a partir de 2005, serviu também para a compreensão das várias fragilidades impostas pelo modelo multicampi. Uma das vulnerabilidades que chama a atenção e que demanda ações urgentes relaciona-se ao fato de que os atuais campi descentralizados têm favorecido a fragmentação temática, transformando o já existente distanciamento físico em verdadeira segregação intelectual. Se o primeiro elemento pode ser atenuado por meio dos modernos sistemas de informação e comunicação, o segundo necessita de atenção especial e dedicação de todos. Esse sistema pulverizado e centrífugo, que carece

de ações integradas, parece atuar como “miniuniversidades” de áreas temáticas dissociadas, o que está na contramão de vários modelos atuais de produção e transmissão do conhecimento – quer intramuros, quer em sua relação com a sociedade. A ideia de uma universidade convergente, que parte do modelo disciplinar para o transdisciplinar, parece ser aquela em que as mais variadas e prementes questões humanas são enfrentadas mais facilmente na busca de soluções partilhadas e apropriadas por todos.

Com o atual PDI, relativo ao período de 2016-2020, deverá ser revertida essa tendência fragmentadora, reforçando-se a integração acadêmica – assim será possível conduzir a transição do modelo multicampi para outro, caracterizado por uma verdadeira universidade intercampi. Essa questão faz parte da agenda instituinte e acarreta a passagem da multiplicidade das escolas e dos institutos para o planejamento dos nexos internos e ampliados entre saberes convergentes; implica, igualmente, a preparação para uma nova inserção socioespacial.

Para tanto, será necessário, concomitantemente, reforçar os eixos deste PDI e promover sua inserção correlata nos projetos político-pedagógicos das escolas e institutos. Desse modo, toda a comunidade universitária deverá conhecer mudanças consideráveis que, decerto, só poderá ser resultante de contínuo e aprofundado debate e de ações concretas nesse sentido.

4.1 Planos Diretores de Infraestrutura como estratégia convergente de adequação e desenvolvimento

Como estratégia de planejamento da infraestrutura dos campi, a Unifesp tem elaborado, desde 2014, planos e documentos completos que articulam a dimensão socioespacial à acadêmica, os quais devem ser considerados em concomitância aos PDIs. Ao resultado desse processo dá-se o nome de Planos Diretores de Infraestrutura (PDInfra) dos campi da Unifesp.

Todas as iniciativas de infraestrutura que implementam as ações institucionais descritas neste e nos próximos PDIs, indicadas globalmente para todos os campi no capítulo 7 (Diretrizes e Metas Instituintes - 2016-2020), devem ser remetidas e detalhadas pelos PDInfra de cada campus. O PDInfra dos campi Diadema e Baixada Santista já foram realizados e aprovados; os PDInfra dos campi Guarulhos e São Paulo foram iniciados em 2016, prevenindo-se no caso dos campi Osasco e São José dos Campi, que isso ocorrerá em 2017. Demandas de infraestrutura dos campi que ainda não finalizaram os respectivos PDInfra serão apresentadas por meio de documentos de oficialização de demanda (DODs), discutidos em mesas técnicas e aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Planejamento.

Desenvolvidos para cada campus, os PDInfra visam conduzir o planejamento da infraestrutura de cada um deles, bem como sua integração. Devem constituir instrumentos de planejamento e desenvolvimento, os quais considerem as políticas de sustentabilidade e de mobilidade, além de outras infraestruturas que dotem os campi universitários, e por conseguinte toda a Unifesp, de condições ideais para o atendimento dos objetivos acadêmicos.

O principal objetivo dos PDInfra é o planejamento físico, com a garantia – que se almeja – de adequação da infraestrutura, da construção de uma identidade e da ocupação sustentável dos espaços nos horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Entende-se como adequação da infraestrutura a elaboração de espaços que

possam acolher, de forma plena, as ambições científico-acadêmicas do campus e estimular o desenvolvimento das atividades. A fim de alcançar tal objetivo foram traçados princípios orientadores que são o arcabouço referencial no processo de construção do PDInfra e nortearam as propostas de planejamento e ação em seus múltiplos aspectos.

Os planos resultam, via de regra, em um conjunto de ações para três cenários temporais – de curto, médio, e longo prazos. Tais ações podem determinar infraestruturas e áreas livres coordenadas entre si no tempo e espaço. O trabalho na preparação do PDInfra utiliza a metodologia participativa, mediante consultas à comunidade acadêmica em vários graus, buscando-se a consolidação e o crescimento da universidade. Leva-se em conta a pluralidade de visões e vozes em um contexto de democracia interna.

Os PDInfra (já elaborados, em fase de elaboração ou que venham a ser desenvolvidos no período de 2016-2020) adotaram as seguintes diretrizes, que nortearam as propostas de planejamento e ação em seus múltiplos aspectos:

- **Convergência com o Plano de Desenvolvimento Institucional:**
 - » Compasso entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Planos Diretores de Infraestrutura (PDInfra). Os planejamentos institucional e de infraestrutura deverão ser convergentes, possibilitando que o debate provocado por um alimente o provocado por outro e vice-versa, criando sinergia e coordenação entre ambos.
- **Participação:**
 - » Planejamento com participação informada, estabelecendo-se critérios e espaços adequados para ouvir demandas e propostas, de modo que a comunidade possa aprender, propor e intervir nessa ação e na construção dos campi universitários, em um fluxo de mão dupla.
- **Visualização:**
 - » Foco na representação visual das propostas que compõem o Plano, com a descrição do programa de necessidades e sistema de fluxos, o fornecimento do desenho urbanístico, do plano de massas das edificações e do plano de sustentabilidade e de mobilidade, fortalecendo um modelo didático de apresentação visual, ao mesmo tempo, sintético e estimulador.
- **Cenários:**
 - » Ênfase na temporalidade e seus cenários, permitindo uma apresentação clara das fases e consensos obtidos. A construção de cenários estratégicos permitirá a implantação em fases sucessivas da infraestrutura e equipamentos, assim como seu desenvolvimento, amadurecimento e consolidação posterior como centro de referência nacional e internacional.
 - › Visão para cinco anos: consensos de curto prazo, projetos e obras que serão deflagrados imediatamente (ou já em processo).
 - › Visão para dez anos: cenários estratégicos que podem culminar em duas ou três alternativas futuras de médio prazo.
 - › Visão para vinte anos: estímulo à prospecção de futuro, ampliando seu horizonte e investigando cenários de longo prazo.
- **Enfoque:**
 - » O planejamento de um campus universitário deve atender aos princípios enumerados a seguir.

- › Suporte à atividade acadêmica, promovendo-se a relação entre espaços de ensino e espaços de aprendizagem. Considerando-se que a aprendizagem não se produz tão somente nas salas de aulas, pois a própria permanência do estudante no campus pode propiciar-lhe uma aprendizagem contínua. O ambiente universitário deve favorecer a interação entre estudantes, possibilitando-lhes a mobilidade dentro do campus e a criação de ambientes abertos, colaborativos e adaptáveis, que promovam as relações sociais, o ensino, a pesquisa, a troca de ideias e a inovação.
- › Flexibilidade e capacidade de adaptação a novas tecnologias e modelos de ensino. Especialmente durante os últimos anos, estamos assistindo a uma verdadeira revolução nos modelos educativos, provocada principalmente pela acessibilidade e globalização das telecomunicações.
- › Promoção do sentido de campus e da experiência da vida universitária, por meio de um ambiente convidativo, acessível e seguro, que facilite a interação social e cultural, lazer e esporte. Convém destacar que o desenho dos espaços de relação entre os diferentes usos do campus é tão importante quanto o desenho dos edifícios em si.
- › Integração com o entorno. A universidade deve ser um modelo de relação com a cidade e seu entorno, proporcionando um ambiente em que os membros da comunidade possam conviver. A construção do campus deve refletir a ideia de abertura e interpenetração entre o espaço urbano e o espaço educacional.
- › Modelo participativo de gestão, com o envolvimento dos distintos atores da comunidade universitária no planejamento do campus.

Os PDInfra buscam estabelecer um processo de participação da comunidade acadêmica com o objetivo de subsidiá-la, construir consensos para os cenários de curto prazo e propor cenários alternativos de crescimento em médio e longo prazos. Graças ao empenho e disposição dos diversos atores consultados nas oficinas temáticas e nas reuniões específicas e das congregações, desencadeia-se um novo ciclo de engajamento e compartilhamento para a organização estrutural dos campi, inclusive com reflexos nítidos na forma de autocompreensão e auto-organização da comunidade acadêmica.

Na execução de um plano de infraestrutura, é de extrema importância a manutenção dos canais de diálogo com o conjunto de atores consultados na primeira fase, ampliando-se e mobilizando-se um número maior desses atores nas fases posteriores, a fim de que decisões importantes, relativas aos cenários propostos, sejam alcançadas de modo legítimo. Certamente, à medida que a comunidade toma consciência da importância do PDInfra para a superação dos atuais desafios estruturais que se colocam à realização plena das atividades de ensino, pesquisa e extensão, desencadeia-se também um ciclo virtuoso e contínuo de participação, discussão e deliberação em relação às questões vitais da vida acadêmica. Assim, essas atividades deixam de ser objeto de decisões centralizadas e pouco participativas para se tornarem eixos das relações orgânicas entre os diversos atores de uma comunidade intelectual.

Nas fases subseqüentes, a tomada de decisões acerca das características diretivas da consolidação espacial dos campi deverá ser o resultado de um conjunto de deliberações coletivas dos atores. Para tanto, será necessário fortalecer e ampliar os atuais canais de diálogo com a comunidade, permitindo que o debate em torno das referidas características ocorra de modo transparente e participativo, propiciando o emergir de disposições consensuais ou singulares do grupo de atores envolvidos.

Para atingir seus objetivos, os planos elaborados que venham a ser consolidados nos próximos anos deverão ser bastante completos, contendo – pelo menos – os seguintes produtos: levantamento de documentos, legislação e normas técnicas; diagnóstico da utilização atual do campus e dos imóveis existentes; apresentação da visão de futuro e descrição de cenários estratégicos; política de imóveis, programa de necessidades e fluxos; desenho urbanístico e estudo volumétrico das edificações; plano de sustentabilidade; estudo de acessibilidade; plano de investimentos e cronograma físico-financeiro. Os principais produtos deverão estar à disposição da comunidade em meio eletrônico e em volumes físicos nas bibliotecas.

4.2 Nossa estrutura física: Reitoria Campus São Paulo, Hospital Universitário e demais campi

4.2.1 Reitoria

Principais edifícios

Edifício da Reitoria



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Sena Madureira, 1.500 - CEP: 04021-001
- **Área construída:** 6.771 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel que abriga atividades administrativas da Reitoria, as pró-reitorias e setores vinculados a elas. É a sede da Universidade Federal de São Paulo.

Núcleo de Educação Infantil - Escola Paulistinha de Educação



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Varpa, 54 - CEP: 04039-050
- **Área construída:** 3.200 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel que abriga as atividades de educação infantil e ensino fundamental, aprovadas pelo Ministério da Educação por meio de portaria de 3 de setembro de 1997 (processo MEC 05317/816/96).

Centro de Antropologia e Arqueologia Forenses - CAAF/Unifesp



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Joaquim Távora, 168 – CEP:
- **Área construída:** 493 m²
- **Situação:** imóvel alugado
- **Descrição:** imóvel que abriga as atividades do Centro de Antropologia e Arqueologia Forenses, oriundo de protocolo assinado entre a Unifesp, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Prefeitura Municipal de São Paulo) e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, para identificação de ossadas do cemitério de Perus.

Universidade Aberta do Brasil - UAB



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Borges Lagoa, 758 – CEP: 04038-001
- **Área construída:** 85 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel destinado ao polo da Universidade Aberta do Brasil na Unifesp, que desenvolve atividades de ensino a distância para a camada da população que tem dificuldade de acesso à formação universitária.

4.2.2 Campus São Paulo

Principais edifícios

Edifício Octávio de Carvalho



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Botucatu, 740 - CEP: 04023-062
- **Área construída:** 6.398,20 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel que abriga a Diretoria e demais setores administrativos do Campus São Paulo, além de espaços onde são desenvolvidas atividades assistenciais de ensino.

Edifício de Ciências Biomédicas



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Botucatu, 852/862 - CEP: 04023-900
- **Área construída:** 10.467,23 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel onde são desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa voltadas ao ramo das Ciências Biomédicas.

Escola Paulista de Enfermagem



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Napoleão de Barros, 754 – CEP: 04024-002
- **Área construída:** 1.944,52 m²
- **Situação:** imóvel cedido à Unifesp
- **Descrição:** imóvel onde são desenvolvidas as atividades da Escola Paulista de Enfermagem. O prédio comporta salas de aula, salas de professores e salas da diretoria da Escola. O projeto de reforma do prédio – que está em andamento – ampliará as áreas disponíveis, atenderá às necessidades de acessibilidade e segurança e revitalizará a fachada.

Edifício Prof. Horácio Kneese de Mello (Edifício de Pesquisas I)



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Pedro De Toledo, 781 - Cep: 04039-032
- **Área construída:** 5.963,03m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel onde são desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa do Campus São Paulo. No local estão instalados laboratórios de pesquisa, laboratórios de informática e salas de aula.

Edifício de Pesquisas II



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Pedro De Toledo, 669 – CEP: 04039-032
- **Área construída:** 9.259,19m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel onde são desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa do Campus São Paulo, e que comporta diversos laboratórios de pesquisa.

Infar - Instituto de Farmacologia



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Três de Maio, 100 - CEP: 04044-020
- **Área construída:** 4.476,88m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel que recebe a mesma denominação da entidade que abriga, onde são desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa relacionadas ao ramo da Farmacologia.

Edifício Lemos Torres



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Botucatu, 720 - CEP: 04023-062
- **Área construída:** 2.672,87m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel onde são desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa do Campus São Paulo. Este é um dos imóveis mais antigos da Unifesp, construído na década de 1960.

Edifício Leitão da Cunha – Edifício histórico da Escola Paulista de Medicina



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Botucatu, 720 - CEP: 04023-062
- **Área construída:** 2.700 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel que abriga atividades de ensino e pesquisa. Nele está localizado o Anfiteatro Leitão da Cunha. É o prédio mais antigo da universidade em uso, cuja construção remonta à época de fundação da EPM e EPE nos anos 1930.

Biblioteca Central



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Botucatu, 862 - CEP 04023-062
- **Área construída:** 3.600 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** o prédio reúne acervo de livros e periódicos raros na área de Medicina, dispondo de ambientes de estudo, livraria, auditório, área de exposições e café. O projeto de reforma do prédio – em andamento – aprimorará os espaços da biblioteca.

Centro de Desenvolvimento de Modelos Experimentais para Medicina e Biologia - Cedeme



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Botucatu, 862 – CEP: 04023-062
- **Área construída:** 2.828,15 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** edificação destinada ao Centro de Desenvolvimento de Modelos Experimentais para Medicina e Biologia (Cedeme), que produz e fornece animais de laboratório para experimentação científica na Universidade Federal de São Paulo.

Plano Diretor de Infraestrutura

Campus São Paulo - Plano Diretor de Infraestrutura



Ficha resumo

- **Local:** Vila Clementino (Unidade I) e Santo Amaro (Unidade II)
- **Nº de usuários:** 11.000
- **Área de intervenção:** 150 mil m² (aproximadamente)
- **Descrição:** estudo de visão de futuro e cenários estratégicos para os próximos cinco, dez e 20 anos considerando-se o desenvolvimento da infraestrutura dos campi; e planos temáticos de trabalho que abordam: a) política de imóveis e programa de necessidade; b) desenho urbanístico e estudo preliminar das edificações; c) plano de mobilidade e acessibilidade; d) plano de regularização de imóveis; e) campus sustentável; f) plano de investimentos.

Situação em mar./2016

- **Status:** licitação publicada
- **Recursos de 2016 (estimados):** R\$ 4.000.000,00

Principais obras previstas

Campus São Paulo - Reforma elétrica e de segurança do Edifício de Ciências Biomédicas



Ficha técnica

- **Local:** Rua Botucatu, 862
- **Área construída:** 5.203,15 m²
- **Descrição:** reforma elétrica, rede de detecção e alarme de incêndio.
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 2.717.062,52
- **Situação em mar./2016:** serviço contratado

Campus São Paulo – Reforma e ampliação da Biblioteca Central



Ficha técnica

- **Local:** Rua Botucatu / Rua Loefgreen
- **Nº de usuários:** 500
- **Área construída:** 3.600 m²
- **Descrição:** reforma e ampliação do prédio que reúne acervo de livros e periódicos raros na área de medicina, contendo salas de estudo, livraria, auditório, área de exposições e café.
- **Situação em mar./2016:** projeto executivo realizado; obra com edital em elaboração
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 7.500.000,00

Campus São Paulo – Reforma e ampliação da Escola Paulista de Enfermagem



Ficha técnica

- **Local:** Rua Napoleão de Barros, 754
- **Nº de usuários:** 840
- **Área construída:** 3.902 m²
- **Descrição:** reforma do edifício, que data dos anos 1950 e foi construído para servir de residência das alunas da Escola de Enfermeiras do HSP. A partir dos anos 1970 foi gradualmente adaptado para o funcionamento da EPE. Serão construídos um novo pavimento com salas de aula e uma nova torre de escadas, que contará com elevadores. Proceder-se-á também à transformação de uma laje técnica de 200 m² em área de convivência.
- **Situação em mar./2016:** projeto executivo em elaboração
- **Recursos de 2016 (obra):** R\$ 2.800.000,00

4.2.3 Hospital Universitário

Principal edifício

Hospital Universitário – Unidade I



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Napoleão de Barros, 715 – CEP: 04024-002
- **Área construída:** 19.426,81 m²
- **Situação:** imóvel cedido
- **Descrição:** imóvel parcialmente cedido para o desenvolvimento de atividades de ensino ligadas à assistência. Transitam diariamente mais de 840 residentes e 12 mil alunos de cursos de graduação, pós-graduação e especialização, que realizam treinamento prático no local.

Principal obra prevista

Campus São Paulo - Programa de verticalização do Hospital Universitário (Unidade II)



Ficha técnica

- **Local:** Rua Botucatu, 821/831
- **Nº de usuários:** 400
- **Área construída:** 11.775,00 m²
- **Descrição:** o edifício contará com serviços assistenciais e de apoio docente e discente. Será contemplado o atendimento ambulatorial, alocado em cinco andares, com possibilidade de criação de aproximadamente 100 salas para consultórios, salas de medicamentos e de pequenos procedimentos. Está prevista a instalação de um centro de diagnósticos, com dez salas para exames de: endoscopia, ultrassonografia, mamografia, raio X, ressonância magnética e tomografia, além de áreas de apoio.
- **Situação em mar./2016:** obras iniciadas

4.2.4 Campus Baixada Santista

Edifícios

Unidade ISS - Edifício Central



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Silva Jardim, 136 - CEP: 11015-020
- **Área:** 11.242,91 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel cedido pela Prefeitura de Santos onde funcionam a Diretoria Acadêmica, secretaria universitária, salas de aula, laboratórios (didáticos, de pesquisa e de informática), unidades administrativas, biblioteca, restaurante e outros setores.

Edifício Acadêmico II



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Carvalho de Mendonça, 144 - CEP: 11070-100
- **Área:** 5.715,00 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel recentemente adquirido, que abriga as atividades do Instituto do Mar, a Diretoria Administrativa do campus, salas de aula, anfiteatro, laboratórios (didáticos, de pesquisa e de informática), secretaria acadêmica, unidades administrativas, biblioteca e dois outros setores.

Edifício Acadêmico III



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Epiácio Pessoa, 741 - CEP: 11045-301
- **Área Construída Máxima:** 16.980 m²
- **Situação:** imóvel cedido
- **Descrição:** o terreno foi cedido pela Superintendência do Patrimônio da União para a construção da moradia estudantil. No imóvel funcionam o Serviço-Escola de Psicologia, o Laboratório de Doenças Metabólicas e projetos/programas de extensão.

Plano Diretor de Infraestrutura

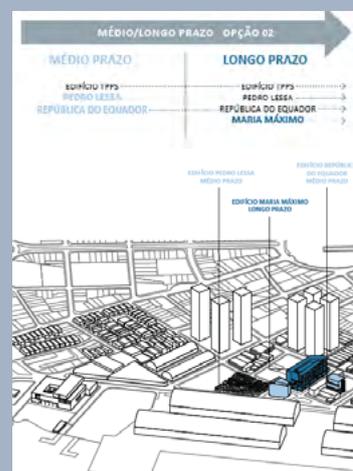
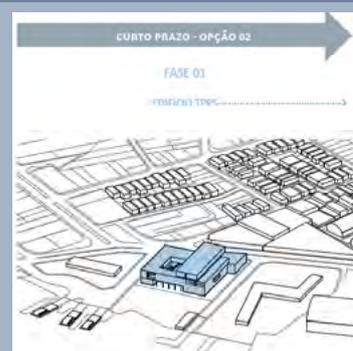
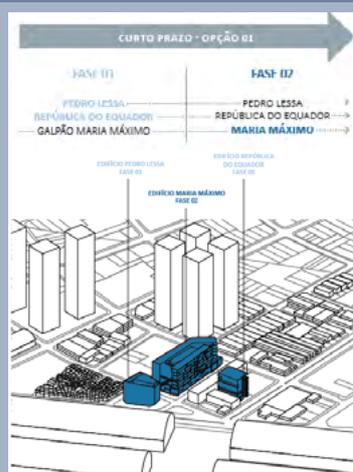
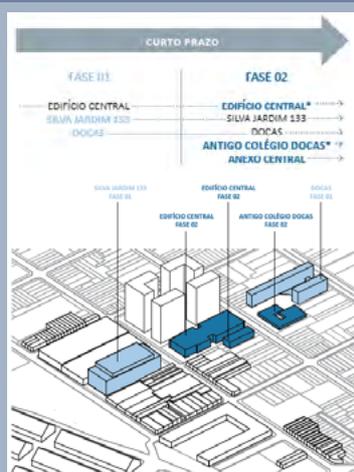
Campus Baixada Santista – Plano Diretor de Infraestrutura



Ficha resumo

- **Local:** Santos-SP
- **Nº de usuários:** ...
- **Área de Intervenção:** ...
- **Descrição:** Os relatórios da situação existente contêm o levantamento de documentos, legislação e normas, além do diagnóstico atual das edificações e imóveis; estudo de visão de futuro e cenários estratégicos para os próximos cinco, dez e 20 anos, considerando o desenvolvimento da infraestrutura dos campi; planos temáticos de trabalho que abordam: a) política de imóveis e programa de necessidade; b) desenho urbanístico e estudo preliminar das edificações; c) campus sustentável; d) campus acessível; e) plano de investimentos.
- **Situação:** elaboração concluída; plano em vigência

Ilustrações com os principais cenários de infraestrutura



Principais obras previstas

Campus Baixada Santista – Edifício Bloco III



Ficha técnica

- **Local:** Rua Silva Jardim, 136 – Santos/SP
- **Área construída:** 20.980 m²
- **Descrição:** o Edifício Bloco III será destinado às atividades esportivas e instalação de laboratórios de graduação e pesquisa.
- **Estudo preliminar:** PDInfra - Consultoria Idom
- **Situação em mar./2016:** projeto executivo contratado; obra em licitação
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 57.000.000,00

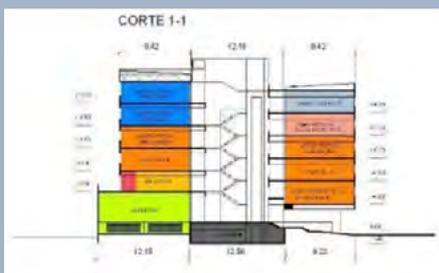
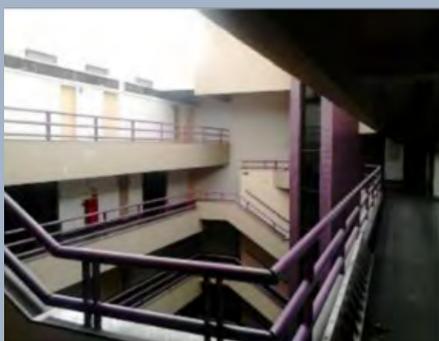
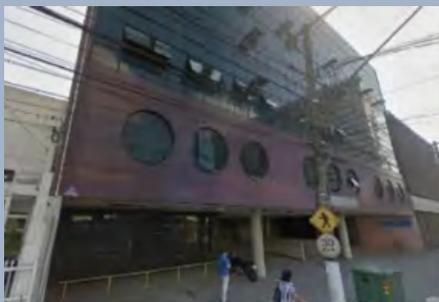
Campus Baixada Santista – Edifício Docas



Ficha técnica

- **Local:** Rua Silva Jardim, 136 – Santos /SP
- **Área construída:** 13.655 m²
- **Descrição:** o Edifício Docas compreenderá salas de aula, auditório, biblioteca, sala de professores e áreas de convivência.
- **Estudo preliminar:** PDInfra - Consultoria Idom
- **Situação em mar./2016:** projeto executivo contratado; obra em licitação
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 38.000.000,00

Campus Baixada Santista – Reforma do Edifício Acadêmico II



Ficha técnica

- **Local:** Rua Carvalho de Mendonça, 144 - Vila Matias – Santos SP.
- **Nº de usuários:** 300 estudantes (aproximadamente)
- **Descrição:** reforma do edifício com 5.117,89 m², construído em cinco pavimentos. Projetado originalmente para os cursos de pós-graduação de Ciências Humanas da Universidade Católica de Santos (Unisantos), abriga diversas salas distribuídas entre os cinco andares. Com a aquisição do edifício pela Unifesp, nele serão instalados laboratórios de pesquisas, biblioteca, escritório administrativo e salas de aula.
- **Situação em mar./2016:** projetos (fase II) em andamento
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 2.000.000,00

Campus Baixada Santista – Projeto de moradia estudantil



Ficha técnica

- **Local:** Rua Eptácio Pessoa, 741 - Santos - SP
- **Nº de usuários:** 300 estudantes (aproximadamente)
- **Descrição:** construção do conjunto de moradia estudantil do Campus Baixada Santista, que atenderá a cerca de 300 estudantes. A área abrigará biblioteca, cinemateca e espaços destinados à convivência e a atividades esportivas.
- **Situação em mar./2016:** concurso a realizar; obra com edital em elaboração;
- **Início da obra (previsão):** agosto/2016
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 12.087.000,00

Campus Baixada Santista – Instituto do Mar – cenário A



Fase 02: Rua Maria Máximo



Ficha técnica

- **Local:** Santos - Conjunto Estuário
- **Descrição:** complexo com três edifícios, que deverão ser construídos em duas fases. Fase 1: construção do Edifício Pedro Lessa, destinado a instalação de salas de aula, laboratórios de graduação e pesquisa, sala de professores e áreas de convivência; e construção do Edifício República do Equador, que comportará refeitório, auditório e biblioteca. Fase 2: construção do Edifício Maria Máximo, destinado a salas de aula, laboratórios de graduação e pesquisa, biotério e salas de professores.

Fase 1

- **Local:** Av. Pedro Lessa e Rua República do Equador, 161-169
- **Nº de usuários:** 930
- **Área construída:** 11.743m²
- **Estudo preliminar:** PDInfra – Consultoria Idom
- **Projeto executivo:** a licitar
- **Obra (previsão de início):** 2017
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 45.546.549,00

Fase 2

- **Local:** Rua Maria Máximo, 162-168
- **Nº de usuários:** 1.040
- **Área construída:** 20.666m²
- **Estudo preliminar:** PDInfra – Consultoria Idom
- **Projeto executivo:** a licitar
- **Obra (previsão de início):** 2017
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 80.451.704,00

Campus Baixada Santista – Instituto do Mar – cenário B (Terminal Pesqueiro Público de Santos)



Ficha técnica

- **Local:** Avenida Rei Alberto I, 450 – Santos - SP
- **Nº de usuários:** 1.040
- **Área construída:** 36.790 m²
- **Descrição:** edifício de sete pavimentos, mais térreo e subsolo, destinado às atividades acadêmicas do Instituto do Mar - Campus Baixada Santista, que compreenderá salas de aula, laboratórios de graduação e pesquisa, auditório, biblioteca, sala de professores, restaurante universitário e áreas de convivência.
- **Estudo preliminar:** PDInfra - Consultoria Idom
- **Situação em mar./2016:** Projeto Executivo a licitar;
- **Obra (Previsão de início):** 2017

4.2.5 Campus Diadema

Principais Edifícios

Unidade José Alencar - Complexo Didático



Ficha técnica

- **Endereço:** Avenida Conceição, 515 - CEP: 09920-000
- **Área construída:** 1.343,55 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** edificação que comporta 14 salas de aula, onde são desenvolvidas atividades de ensino; no local também está instalada a secretaria acadêmica da graduação.

Unidade José Alencar – Edifício de Pesquisa



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua São Nicolau, 210 – Centro – CEP: 09913-030
- **Área construída:** 5.631,03m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** edificação onde estão localizados diversos laboratórios de pesquisa e graduação, um anfiteatro, a Diretoria Acadêmica e a secretaria de pós-graduação.

Unidade José de Filippi



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Prof. Artur Riedel, 275 – Jardim Eldorado – CEP: 09972-270
- **Área:** 5.492,04 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** edificação onde estão localizados laboratórios de pesquisa e graduação e setores administrativos do campus.

Unidade Manoel da Nóbrega - Florestan Fernandes



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Manoel da Nóbrega, 1149 – Centro – CEP: 09910-720
- **Área:** 2.610,62 m²
- **Situação:** imóvel cedido
- **Descrição:** edificação cedida pela Prefeitura de Diadema/ Fundação Florestan Fernandes onde estão instalados o restaurante universitário, a biblioteca do campus e salas de aulas destinadas às atividades didáticas.

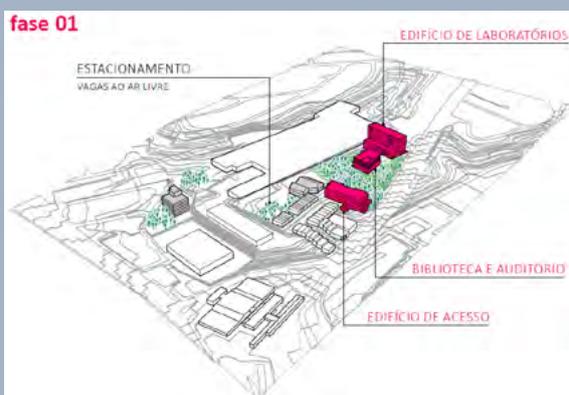
Plano Diretor de Infraestrutura

Campus Diadema – Plano Diretor de Infraestrutura

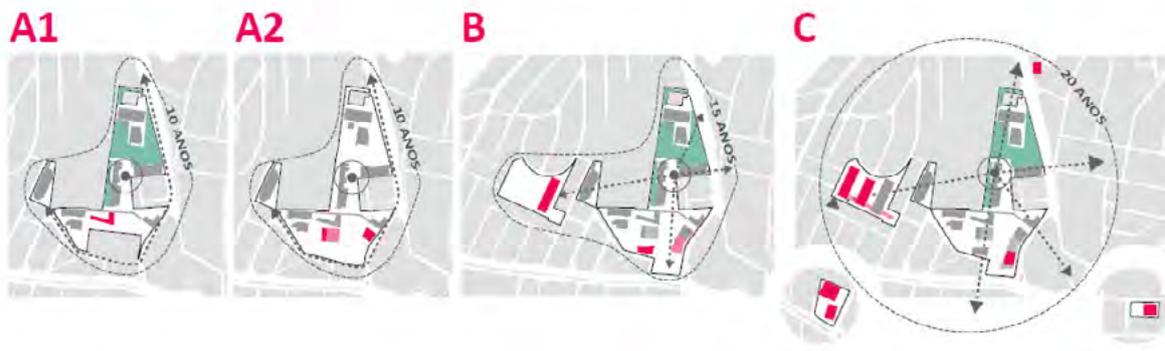


Ficha resumo

- **Local:** Diadema - SP
- **Descrição:** os relatórios da situação existente contém o levantamento de documentos, legislação e normas, além do diagnóstico atual das edificações e imóveis; estudo de visão de futuro e cenários estratégicos para os próximos cinco, dez e 20 anos, considerando-se o desenvolvimento da infraestrutura dos campi; e planos temáticos de trabalho que abordam: a) política de imóveis e programa de necessidade; b) desenho urbanístico e estudo preliminar das edificações; c) campus sustentável; d) campus acessível; e) plano de investimentos.
- **Situação:** elaboração concluída; plano em vigência



Cenários



Principais obras previstas

Campus Diadema – Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas Edifício de Acesso



Ficha técnica

- **Local:** Avenida Conceição, 515 - Diadema - SP
- **Área construída:** 7.600 m²
- **Descrição:** edifício de acesso, que abriga espaços voltados ao convívio e ao uso de estudantes, como salas de aula, atendimento discente, livraria, café e restaurante universitário.
- **Estudo preliminar:** PDInfra - Consultoria Idom
- **Projeto executivo:** contrato em andamento
- **Projetista:** MHA Engenharia/ Libeskind Lovet Arquitetos
- **Situação em mar./2016:** em licitação (pré-qualificação)
- **Início da obra (previsão):** 2º semestre/2016
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 22.400.000,00

Campus Diadema – Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas Edifício da Biblioteca



Ficha técnica

- **Local:** av. Conceição, 515 - Diadema - SP
- **Área construída:** 5 mil m²
- **Descrição:** edifício composto por teatro e biblioteca, com salas de estudo individual e em grupo, que incluem as destinadas à pós-graduação.
- **Estudo preliminar:** PDInfra - Consultoria Idom
- **Projeto executivo:** contrato em andamento
- **Projetista:** MHA Engenharia/ Libeskind Lovet Arquitetos
- **Situação em mar./2016:** Em licitação (pré-qualificação)
- **Início da obra (previsão):** 2º semestre/2016
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 14.200.000,00

Campus Diadema – Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas Edifício de Pesquisa Norte



Ficha técnica

- **Local:** Avenida Conceição, 515 - Diadema - SP
- **Área construída:** 15 mil m²
- **Descrição:** abriga laboratórios de ensino e pesquisa (experimental e teórica), salas de professores e salas de estudo destinadas à pós-graduação.
- **Estudo preliminar:** PDInfra - Consultoria Idom
- **Projeto executivo:** Contrato em andamento
- **Projetista:** MHA Engenharia/ Libeskind Lovet Arquitetos
- **Situação em mar./2016:** Em licitação (pré-qualificação)
- **Início da obra (previsão):** 2º semestre/2016
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 56.700.000,00

4.2.6 Campus Guarulhos

Principais edifícios existentes

Edifício Acadêmico



Ficha técnica

- **Endereço:** Estrada do Caminho Velho, 333 - CEP: 07252-312
- **Área:** 20.767,82 m²
- **Situação:** imóvel próprio.
- **Descrição:** edifício em fase de finalização de obra, onde estão abrigados laboratórios de pesquisa (centro de memória e centro de línguas, entre outros), salas de aula, restaurante universitário, biblioteca, auditório, laboratório de informática, garagem e demais setores administrativos do campus.

Edifício Arco

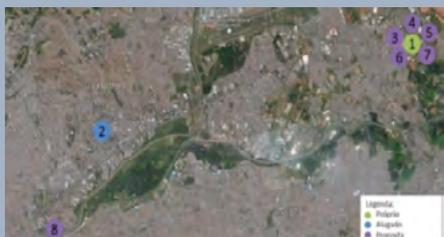


Ficha técnica

- **Endereço:** Estrada do Caminho Velho, 333 - CEP: 07252-312
- **Área:** 4.491,39 m²
- **Situação:** em reforma
- **Descrição:** primeiro edifício do campus, doado pela Prefeitura de Guarulhos. Foi utilizado para todas as atividades da unidade até o início da construção do Edifício Acadêmico, localizado no mesmo terreno. Durante as obras, as aulas foram realocadas em um imóvel alugado. Atualmente, as instalações do edifício estão sendo readequadas considerando as necessidades do Campus.

Plano Diretor de Infraestrutura

Campus Guarulhos – Plano Diretor de Infraestrutura e ações de infraestrutura pleiteadas



Ficha resumo

- **Local:** Guarulhos - SP
- **Descrição:** Os relatórios da situação existente contêm o levantamento de documentos, legislação e normas, além do diagnóstico atual das edificações e imóveis; estudo de visão de futuro e cenários estratégicos para os próximos cinco, dez e 20 anos para desenvolvimento da infraestrutura dos campi; e planos temáticos de trabalho abordando: a) política de imóveis e programa de necessidade; b) desenho urbanístico e estudo preliminar das edificações; c) plano de mobilidade e acessibilidade; d) plano de regularização de imóveis; e) campus sustentável; f) plano de investimentos. No período de 2016-2020, o campus proporá a construção de outros edifícios, os quais deverão ser detalhados no Plano Diretor de Infraestrutura: 1) moradia estudantil; 2) centro cultural (espaços multiusuários); 3) edifício de pesquisa; 4) museu; 5) creche.
- **Situação em jan./2016:** em licitação
- **Valor total:** R\$ 1.951.988,00

Principais obras previstas

Campus Guarulhos – Edifício Arco



Ficha técnica

- **Local:** Estrada do Caminho Velho, 333 - Guarulhos
- **Nº de usuários:** 3.530
- **Área construída:** 5.250 m²
- **Descrição:** reforma de conjunto do prédio de dois andares erguido em 2006 com a utilização de estrutura de concreto armado moldado in loco, cujo projeto seria originalmente destinado a escola técnica, e ampliação do "edifício anexo" (construído em 2012). Este último, de três andares, com estrutura de concreto pré-moldado, que habitualmente comporta salas de aula com 700 m², será destinado a setores administrativos e de pesquisa e à instalação dos gabinetes de professores
- **Estudo preliminar:** Divisão de Infraestrutura do Campus Guarulhos
- **Situação em jan./2016:** projeto executivo em finalização; obra contratada
- **Início da obra:** março/2016
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 5.000.000,00

4.2.7 Campus São José dos Campos

Principais edifícios

Parque Tecnológico



Ficha técnica

- **Endereço:** Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, 1201 - Eugênio de Mello - CEP: 12247-014
- **Área:** 20.661,25 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** edifício com cinco pavimentos que abriga salas de aula, laboratórios de pesquisa, secretaria acadêmica, restaurante universitário, biblioteca, auditórios e setores tanto administrativos como acadêmicos.

Campus São José dos Campos - Unidade Vila Nair



Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Talim, 330 - CEP: 12231-280
- **Área:** 3.779,89m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel destinado a atividades de ensino, pesquisa e extensão, que comporta salas de aula, salas de reunião, gabinetes para docentes, laboratórios (didáticos e de pesquisa), biblioteca, anfiteatro e setores administrativos.

Campus São José dos Campos - Unidade Cidade Jardim



Ficha técnica

- **Endereço:** Av. Cidade Jardim, 575 – CEP: 12231-675
- **Área:** 1.264,48 m²
- **Situação:** imóvel próprio
- **Descrição:** imóvel destinado às atividades do curso de Engenharia Biomédica que se distribuem entre os laboratórios de pesquisa, biotério e salas de estudo.

Plano Diretor de Infraestrutura

Campus São José dos Campos – Plano Diretor de Infraestrutura e ações de infraestrutura pleiteadas



Ficha resumo

- **Local:** São José dos Campos - SP
- **Descrição:** Os relatórios da situação existente contém o levantamento de documentos, legislação e normas e diagnóstico atual das edificações e imóveis; estudo de visão de futuro e cenários estratégicos para os próximos cinco, dez e 20 anos considerando-se o desenvolvimento da infraestrutura dos campi; planos temáticos de trabalho. No período de 2016-2020 o campus proporá, a construção de outros edifícios, os quais deverão ser detalhados no Plano Diretor de Infraestrutura. Entre eles figuram as edificações de caráter mais imediato, cujos projetos - necessários aos processos licitatórios - estão adiantados, a saber: 1) reagentário; 2) galpão para laboratórios de pesados de engenharias; 3) centro de convivência estudantil; 4) edificações compatíveis com as demandas de ensino, pesquisa, extensão e administração, a serem iniciadas na unidade do parque tecnológico conforme cenário estratégico previsto no PDInfra para os próximos 5 anos.
- **Situação em jan./2016:** execução prevista.

Principais obras previstas

Campus São José dos Campos – Moradia estudantil



Ficha técnica

- **Local:** Parque Tecnológico de São José dos Campos - SP
- **Nº de usuários:** 240 estudantes
- **Área:** 6.800,00 m²
- **Descrição:** moradia estudantil do campus, que atenderá a 240 estudantes, comportando área esportiva, biblioteca, cinemateca e espaços de convivência.
- **Projeto executivo:** Arquitetos Associados (vencedor do Concurso Nacional de Projetos)
- **Situação em mar./2016:** projeto executivo contratado; edital da obra em elaboração
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 12.087.000,00

4.2.8 Campus Osasco

Principais edifícios

Campus Osasco

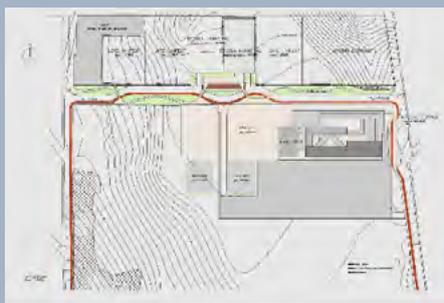


Ficha técnica

- **Endereço:** Rua Angélica, 100 - CEP: 06110-295
- **Área:** 7.781,36m²
- **Situação:** imóvel cedido
- **Descrição:** edifício cedido pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (FITO) que recebeu benfeitorias e comporta provisoriamente todas as atividades do campus. Entre outras instalações, citam-se a biblioteca com terminais de consulta, salas de aula equipadas com datashow, salas de reunião destinadas aos docentes, laboratórios de informática, amplo espaço de estudo para os alunos e área reservada à Empresa Júnior. Após a construção do prédio definitivo, no bairro Quitaúna, a ocupação do primeiro imóvel deverá ser revista pela comunidade.

Plano Diretor de Infraestrutura

Campus Osasco – Plano Diretor de Infraestrutura e ações de infraestrutura pleiteadas



Ficha resumo

- **Local:** Osasco - SP
- **Descrição:** Os relatórios da situação existente contêm o levantamento de documentos, legislação e normas, e diagnóstico atual das edificações e imóveis; estudo de visão de futuro e cenários estratégicos para os próximos cinco, dez e 20 anos, considerando-se o desenvolvimento da infraestrutura dos campi; planos temáticos de trabalho. No período de 2016-2020 o campus proporá, a construção dos seguintes edifícios, os quais deverão ser detalhados no Plano Diretor de Infraestrutura: 1) edifício do curso de Direito; 2) clube universitário; 3) teatro.
- **Situação em Jan./2016:** execução prevista

Principais obras previstas

Campus Osasco – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios



Ficha técnica

- **Local:** Rua Newton Estilac Leal, 933 – Osasco - SP
- **Nº de usuários:** 3 mil
- **Área:** 24 mil m²
- **Descrição:** o edifício abrigará entre outros espaços cerca de 30 salas de aula, sala de professores, laboratórios de pesquisa e de informática, secretarias acadêmicas, restaurante universitário, biblioteca para até 300 mil livros, auditórios e setores administrativos. O projeto prevê o uso de estrutura pré-fabricada e coberturas verdes, reúso de água e sistema de aquecimento solar com placas.
- **Estudo preliminar:** Pró-Reitoria de Planejamento
- **Projeto executivo:** finalizado
- **Projetista:** MHA Engenharia Ltda.
- **Situação em mar./2016:** obra em licitação
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 84.600.000,00

Campus Osasco – Moradia Estudantil



Ficha técnica

- **Local:** Rua Newton Estilac Leal, 933 – Osasco - SP
- **Nº de usuários:** 320 estudantes
- **Área:** 8.500 m²
- **Descrição:** moradia estudantil do campus que atenderá a 320 estudantes, comportando área esportiva, biblioteca, cinemateca e espaços de convivência.
- **Projetista:** Hereñu + Ferroni Associados (vencedor do Concurso Nacional de Projetos)
- **Projeto executivo:** contratado
- **Obra:** edital em elaboração
- **Início da obra (previsão):** maio/2016
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 15.123.000,00

4.2.9 Campus Zona Leste

Principais edifícios

Edifício de Extensão



Ficha técnica

- **Endereço:** Avenida Jacu-Pêssego, 2.630 - Itaquera - São Paulo
- **Área:** 859 m²
- **Situação:** imóvel cedido e em funcionamento
- **Atividades:** edifício destinado a programas de extensão, onde funcionam o Centro de Memória da Zona Leste e o Observatório de Políticas Públicas. O local comporta salas de aula, sala de professores, laboratório de informática, área de exposições e setores administrativos do campus.

Plano Diretor de Infraestrutura

Campus Zona Leste – Plano Diretor de Infraestrutura



Ficha resumo

- **Local:** zona leste - SP
- **Descrição:** Os relatórios da situação existente contêm o levantamento de documentos, legislação e normas e diagnóstico atual das edificações e imóveis; estudo de visão de futuro e cenários estratégicos para os próximos cinco, dez e 20 anos, considerando-se o desenvolvimento da infraestrutura dos campi; planos temáticos de trabalho. No período de 2016-2020, o campus proporá, a construção de outras edificações, as quais deverão ser detalhadas no Plano Diretor de Infraestrutura, dentre elas figuram as seguintes: 1) galpão industrial; 2) edifício de cultura e extensão; 3) clube universitário; 4) moradia estudantil
- **Situação em Jan./2016:** execução prevista

Principais obras previstas

Campus Zona Leste – Instituto das Cidades



Ficha técnica

- **Local:** Avenida av. Jacu-Pêssego, 2.630 Itaquera - São Paulo
- **Nº de usuários:** 5 mil
- **Área construída:** 33 mil m²
- **Descrição:** Complexo com três edifícios, assim designados: a) Instituto das Cidades, que compreenderá – entre outros ambientes – a Diretoria Acadêmica, salas de professores, ateliês, biblioteca, laboratórios, teatro, anfiteatros, área de exposição, núcleos de pesquisa e secretarias; b) Edifício Administrativo, que abrigará a Diretoria Administrativa e divisões a ela subordinadas – como as de tecnologia de informação, de recursos humanos, de serviços e de gestão de materiais; c) Clube Universitário, onde funcionará o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e que contará com ginásio de esportes, quadras, pista de atletismo, piscinas, academia, restaurante e outros espaços.
- **Estudo preliminar:** Pró-Reitoria de Planejamento
- **Projeto executivo:** em elaboração
- **Obra:** em licitação (pré-qualificação)
- **Início da obra (previsão):** 2016
- **Valor total da obra (previsão):** R\$ 75.000.000,00

Capítulo 5

Como nos

Mantemos

Ante a convicção de que o desenvolvimento pleno de nossa instituição exige a participação da comunidade nas diversas instâncias de planejamento e administração, este capítulo almeja contribuir com tal processo no que tange à sustentabilidade econômica e financeira. Para tanto, a questão orçamentária da universidade deve ser analisada na perspectiva mais ampla do orçamento federal para o ensino superior público. Dessa forma são colocados alguns elementos que permitem entender o contexto mais geral da questão.

Com a Constituição Federal de 1988, foram determinados alguns princípios fundamentais para a educação nacional, tais como: a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, em todos os níveis; a perspectiva de obrigatoriedade do ensino médio e o atendimento às crianças de 0 a 6 anos na educação infantil. Do ponto de vista do financiamento, foi estabelecida uma política de fundos para a educação básica – inicialmente, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e, posteriormente, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), tendo sido vinculados à Constituição recursos para a viabilização de tal política. Do ponto de vista do atendimento, a educação básica avançou nos últimos anos, ainda que não tenha alcançado a universalização nem superado as desigualdades regionais.

Em relação ao ensino superior público, houve, na última década, um importante movimento de expansão, iniciado, em 2003 e estendido em 2007 com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). No entanto, cinco anos depois, em 2012, o atendimento público em nível superior continuou tímido: dos 7,2 milhões de alunos matriculados em cursos de graduação, 73,4% estavam em instituições privadas; 15,2% em federais; 8,8% em estaduais; e 2,6% em municipais.

Os desafios da democratização do acesso à educação superior de qualidade ainda estão longe de ser alcançados. Uma das metas do atual Plano Nacional de Educação é a de elevar a taxa de matrícula para 33% da população de 18 a 24 anos e expandir para 40% as novas matrículas no segmento público.

Infelizmente, entre 2013 e 2014, houve um ponto de inflexão nas políticas do governo federal para a educação superior pública, com o fim do programa Reuni e a ausência de novas diretrizes para a consolidação e expansão das instituições federais de Ensino Superior (Ifes). Concomitantemente, houve a criação ou ampliação de programas de incentivo ao ensino privado, tais como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a alteração e flexibilização das regras do Fundo do Financiamento Estudantil (Fies). Para efeito de comparação, somente para empréstimos do Fies, foram previstos R\$ 15 bilhões no orçamento de 2015, enquanto o orçamento de custeio básico de todas as universidades federais do país, em 2014, foi muito inferior, de R\$ 2,4 bilhões.

As universidades públicas, entre as quais se incluem as federais, são as principais responsáveis pela produção de conhecimento no Brasil. Desempenham um papel chave no debate de ideias, na discussão pública e na formação democrática dos jovens estudantes. Ocupam, por isso, um lugar de destaque no desenvolvimento do país e na vida da população.

Nesse contexto, ganha importância estratégica a definição de uma política de estado que permita o fortalecimento da educação como um todo e, em particular, a consolidação e a expansão das Ifes no país, estabelecendo-se metas e prazos, fundamentalmente com o compromisso – por parte do governo federal – de garantir os recursos humanos e financeiros necessários ao cumprimento dessa política.

5.1 A importância do orçamento público

A elaboração, execução e cumprimento das normas do orçamento público afetam direta ou indiretamente a vida universitária dos técnicos-administrativos, docentes, discentes e demais integrantes da comunidade universitária. Isso porque a Unifesp é uma unidade gestora do Ministério da Educação, cujo orçamento é estipulado na Lei Orçamentária Anual. Portanto, o desenvolvimento e manutenção das atividades acadêmicas dependem fundamentalmente de recursos públicos.

No período de 2011-2015 (intervalo de vigência do PDI anterior), por exemplo, a dotação orçamentária da Unifesp foi estipulada conforme o Quadro a seguir.

Tabela 14 - Orçamento anual da Universidade Federal de São Paulo no PDI anterior (2011-2015), por Grupo de Natureza de Despesa (GND), conforme Lei Orçamentária Anual (em milhões de reais correntes)

Classificação	2011	2012	2013	2014	2015
Pessoal	487,354	326,369	478,788	554,712	628,852
Outras Despesas Correntes	87,883	71,390	90,987	95,880	109,592
Investimentos	87,314	52,750	48,883	69,754	59,292
Inversões Financeiras	0,000	0,000	10,000	0,500	0,000
Total	662,550	450,510	628,659	720,846	798,235



Fonte: Lei Orçamentária Anual (LOA) - Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

É possível notar que grande parte do orçamento está comprometida com recursos humanos (Pessoal); no entanto, o período em tela mostra que não houve o acompanhamento de evolução compatível em recursos de custeio (Outras Despesas Correntes²) – os quais são absolutamente necessários para a manutenção das atividades existentes na universidade.

Além do orçamento próprio da instituição, a atuação da universidade, sobretudo em pesquisa, depende de outras fontes, em sua maioria oriundas de agências de fomento públicas, ou é apoiada por elas. As principais fontes delas são bastante conhecida: a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

² "Outras Despesas Correntes" é um Grupo de Natureza da Despesa (GND) em que se computam os gastos com a manutenção das atividades dos órgãos, cujos exemplos mais típicos são: material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas de locomoção, serviços de terceiros, locação de mão de obra, arrendamento mercantil, auxílio alimentação etc. No vocabulário corrente é utilizado como sinônimo "despesa de custeio", na prática são despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades, se tratando, portanto, da manutenção de suas atividades já existentes.

Nível Superior (Capes) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

No caso da Fapesp em 2014 o total de recursos recebidos por pesquisadores vinculados institucionalmente à Unifesp foi de 49,6 milhões de reais, o que representou um aumento de 57,5% em relação a 2010, quando o montante foi de 31,5 milhões³. Em relação ao CNPq, deve-se mencionar que essa agência fornece à Unifesp diversas modalidades de financiamento e fomento à pesquisa, entre as quais podemos citar o apoio a 205 projetos em andamento e a concessão de bolsas de produtividade em pesquisa e em desenvolvimento tecnológico a 248 docentes na instituição.

No período de PDI 2016-2020 a comunidade unifespiana certamente seguirá convicta de que a mobilização social poderá reverter o quadro crítico existente e as vicissitudes experimentadas pelo sistema federal de ensino superior. De forma preventiva, contudo, qualquer planejamento para o período deverá considerar um cenário compatível com a dura realidade das universidades públicas no Brasil contemporâneo. Considerando tal cenário, o presente documento projetou distintas condições de sustentabilidade, algumas delas apresentadas a seguir.

5.1.1 Orçamento de Capital

O orçamento de capital é destinado às Despesas Públicas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, ou seja, aquele que integra de forma perene o patrimônio público – por exemplo, Investimentos.

Para o período de 2016-2020 serão necessários, entre outros exemplos, investimentos conforme os projetos descritos no capítulo 4 (Nossos Lugares) e nos respectivos PDInfra. Os demais investimentos, que forem iniciados no período do PDI, podem ter seus cronogramas físico-financeiros anexados a este quando de suas revisões posteriores. Para a consolidação da expansão da Unifesp, que se iniciou na década passada, é vital que os investimentos em infraestrutura se concretizem. Isso demandará ampla mobilização da comunidade para que as propostas orçamentárias do período de 2016-2020 contemplem os valores referidos. A atual gestão vem buscando mobilizar as diversas forças sociais e políticas de apoio à instituição, as quais possam sensibilizar as instâncias governamentais sobre a necessidade de consolidação da Unifesp, especificamente no tocante aos investimentos em infraestrutura.

5.1.2 Orçamento de Custeio

Para que a comunidade se aproprie melhor da questão orçamentária, é importante comentar os aspectos seguintes: a metodologia conhecida como Matriz Andifes; os orçamentos dos anos anteriores oriundos dessa metodologia; uma projeção da Matriz para para 2016-2020.

³ Dados coletados nos Relatórios de Atividades da Fapesp.

5.1.2.1 Matriz Andifes

Com o objetivo de institucionalizar a alocação dos recursos de custeio e capital, de forma a garantir precisão técnica e transparência na distribuição desses recursos, utiliza-se a Matriz Andifes – metodologia instituída pelo Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Tal matriz tem como principal indicador o “Aluno Equivalente”, uma grandeza composta de quatro parâmetros parciais que se referem ao “Número de Alunos Equivalentes em Tempo Integral”, dos cursos de graduação, mestrado acadêmico, doutorado e residência.

As principais variáveis consideradas no caso da graduação, por exemplo, são o “Número de Alunos Ingressantes” e o “Número de Alunos Concluintes”. No caso de cursos novos – com menos de dez anos de existência, conforme o critério atual da Matriz –, é utilizado apenas o “Número de Alunos Matriculados”. Por essa razão, a fórmula é modificada para adequar-se a essa contabilização. Além disso, a metodologia considera diferentes pesos e períodos de duração para cada área do conhecimento.

Na prática, essa metodologia é utilizada para distribuir os recursos de custeio de gestão autônoma das universidades (aqueles que não estão associados a outros programas específicos, mas ao funcionamento das instituições). O total de recursos de custeio disponíveis para as atividades correntes das universidades é alocado seguindo tal metodologia, ou seja, é rateado entre as Ifes, conforme sua parcela correspondente no total de Alunos Equivalentes do sistema federal. Esse total depois é dividido por critérios próprios no interior das instituições (tema esse incontornável para a reflexão unifespiana no período de 2016-2020)⁴.

No período de vigência do PDI anterior (2011-2015), o orçamento anual de custeio oriundo da Matriz Andifes pode ser observado no Quadro a seguir. O mesmo quadro apresenta o total do Orçamento de Custeio em reais correntes e deflacionado (variáveis 1 e 2). Já a apuração do número de Alunos Equivalentes da Unifesp corresponde à 3.

A variável 4 representa a razão entre o Orçamento de Custeio deflacionado e o número de Alunos Equivalentes; portanto, sua interpretação pode ser admitida como o valor de orçamento de custeio por aluno equivalente. Essa variável interessa à discussão da manutenção e do futuro da nossa instituição, pois representa um dos gargalos orçamentários. Tal fato que ser ilustrado pelo decréscimo observado entre 2011 e 2015, quando os valores dessa variável passaram respectivamente de R\$1.884,93 para R\$2.597,73, embora em 2012 o resultado apurado atingisse R\$2.597,73. Em relação ao total das Ifes, pode ser observada queda semelhante entre os extremos do período considerado.

⁴ Vale frisar que os dados apresentados se prestam somente a eventuais discussões e ao planejamento macroestratégico do PDI, pois tratam da fixação inicial das dotações orçamentárias e podem, portanto, apresentar divergências com os dados apurados após as demais fases de execução da despesa pública. Sobre a execução orçamentária devem ser consultados os dados disponíveis nos canais de comunicação dos respectivos setores responsáveis, a saber, Departamento de Gestão Orçamentária (DGO) e Escritório Técnico de Apoio a Gestão e Assuntos Estratégicos (ETAGAE), nos endereços eletrônicos:

<http://www.Unifesp.br/reitoria/dgo/>

<http://www.Unifesp.br/reitoria/etagae/>

Tabela 15 - Orçamento de Custeio da Unifesp em reais, conforme Matriz Andifes, e relação Orçamento (ODCA) por Número de Alunos Equivalentes (NFTE) no período 2011-2015 (PDI anterior).

Variável	2011	2012	2013	2014	2015
(1) Orçamento de Custeio Andifes (ODCA; R\$)	21.364.873,00	34.946.885,00	39.948.845,00	47.060.963,00	53.066.816,00
(2) ODC Deflacionado (ODCD.; R\$)	26.742.133,79	41.654.611,08	44.043.789,37	49.167.091,69	53.066.816,00
(3) Alunos Equivalentes (AE; Qtd.)	14.187,36	16.035,00	27.628,00	27.628,00	32.079,00
(4) Razão ODC Deflacionado / Aluno Equiv. (R\$ por aluno)	1.884,93	2.597,73	1.594,17	1.779,61	1.654,25

Gráfico (a) - Unifesp: reais por aluno equivalente (ODCAD/AE)

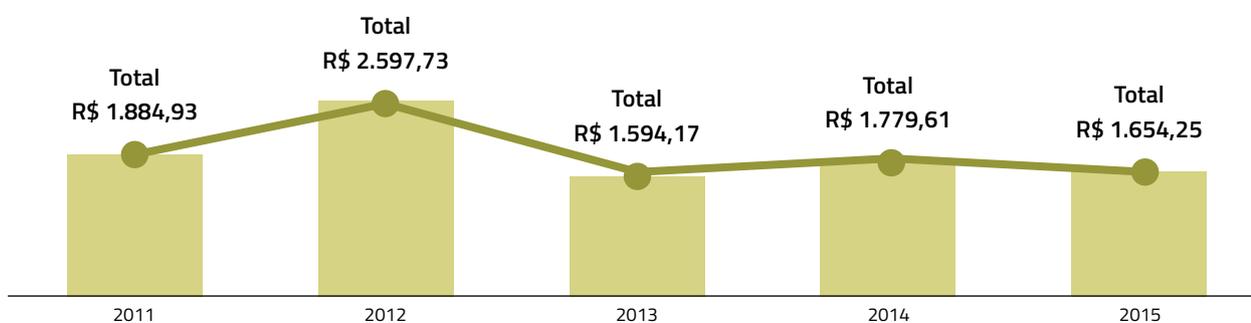
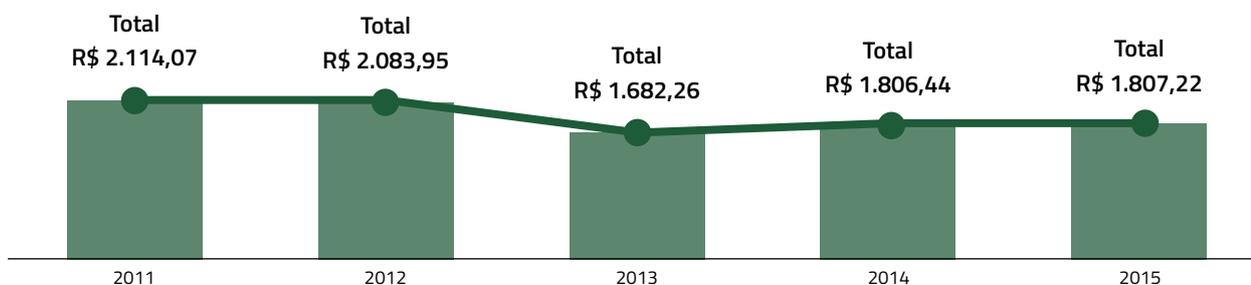


Gráfico (b) - Total das Ifes: Reais por aluno equivalente (ODCAD/AE)



Fonte: Dados publicados pela Andifes (podem ter sofrido alterações durante a execução orçamentária).

5.1.2.2 Projeção de recursos da Matriz Andifes no período de 2016-2020, simulação de cenários e planos de contingência

Um dos principais riscos aos quais a universidade pode estar exposta no período de 2016-2020 é a ameaça de contingenciamento orçamentário, principalmente em relação ao custeio. Ocorre que essa categoria é sensível às variações no número de alunos da universidade, pode sofrer contingenciamento durante a execução do orçamento ou pode receber um aporte menor de recursos a ser dividido entre as Ifes, de acordo com a metodologia

da Matriz Andifes.

Sendo assim, para o período de 2016-2020, foram elaboradas algumas simulações para o Orçamento de Custeio oriundo da Matriz Andifes, que foram apresentadas no quadro a seguir. A composição considerou quatro situações, admitidas como cenários decorrentes de algumas formulações hipotéticas, quais sejam:

- **Cenário Padrão:** os cursos de Graduação existentes permaneceriam com o mesmo número de alunos; os cursos novos, a serem criados no período de 2016-2020, apresentariam uma taxa de 85% de ocupação das vagas ofertadas.
- **Cenário de Consolidação dos Cursos Existentes:** os cursos de Graduação existentes permaneceriam com o mesmo número de alunos; não haveria criação de cursos novos.
- **Cenário A:** os cursos de graduação existentes permaneceriam com o mesmo número de alunos; os cursos novos, a serem criados no período de 2016-2020, apresentariam uma taxa de 100% de ocupação das vagas ofertadas.
- **Cenário B:** os cursos de Graduação existentes permaneceriam com o mesmo número de alunos; os cursos novos, a serem criados no período de 2016-2020, apresentariam uma taxa de 50% de ocupação das vagas ofertadas.

Em todos os cenários apresentados, utilizou-se o valor de 1.716,93 reais por Aluno Equivalente, equiparado à média apurada para a Unifesp em 2014 e 2015. Já a taxa de ocupação de 85% das vagas ofertadas, adotada como padrão, levou em conta a da média nacional apurada em 2014.

O Cenário A pode ser considerado o mais otimista: engloba todos os cursos com implantação planejada e ocupação de 100% das novas vagas. Intencionalmente, os demais cenários foram construídos para que resultassem em situações de gravidade crescente, passando do Cenário Padrão (o mais próximo da realidade atual⁵) para o Cenário C (o mais drástico e, conseqüentemente, o mais agudo), no qual o Orçamento de Custeio sofreria um corte de 20%.

No Cenário B, a suposição de uma taxa de ocupação menor para os cursos novos seria compatível, por exemplo, quando a expansão ocorresse mediante a precarização da estrutura existente, não sendo acompanhada de aumento proporcional no montante orçamentário, o que provocaria alta evasão de estudantes nos cursos criados.

Quadro 10 - Simulação do Número de Alunos Equivalentes e Orçamento de Custeio pela Metodologia da Matriz Andifes

Simulação do Orçamento da Matriz Andifes – Total (R\$)					
Cenário	Ano				
	2016	2017	2018	2019	2020
Cenário Padrão	53.452.464,87	53.783.965,42	55.359.596,38	56.899.107,42	59.266.968,50
Cenário de Consolidação	53.452.464,87	53.783.965,42	54.207.772,43	54.207.772,43	54.207.772,43
Cenário A	54.348.946,99	54.738.947,64	56.592.631,12	58.403.820,58	61.189.539,50
Cenário B	51.360.673,25	51.555.673,58	52.482.515,31	53.388.110,04	54.780.969,51

Fonte: Elaborado com dados da Andifes e do Sistema Integrado de Informações Acadêmicas (Siiu-Unifesp-Unifesp).

⁵ O mesmo exercício aplicado ao ano de 2015, resultou em uma orçamentação por volta de R\$ 53 milhões, bastante próximo ao verificado na distribuição oficial de recursos publicada pela Andifes.

O importante nesse tipo de exercício é a observação de todos os cenários em conjunto. O intuito maior é possibilitar e fomentar reflexões ponderadas da comunidade universitária, tornando-a mais apta e madura para discussões e deliberações sobre eventuais medidas de contenção.

Como estratégia principal de mitigação, dentre as medidas tomadas para enfrentamento do ambiente nacional politicamente instável, foi criado no final de 2015, por deliberação do Consu, instância deliberativa máxima da universidade, um comitê de crise para que as decisões de contingenciamento fosse tomadas em bases mais criteriosas e com maior representação da comunidade.

5.1.3 Complementações pactuadas para as novas unidades universitárias

Uma boa forma de se proteger de algumas vulnerabilidades é adotar como conduta padrão o compromisso de que os projetos de expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tanto em novas unidades como em unidades já existentes, sejam acompanhados de pacto prévio e formal relativo a recursos orçamentários e humanos, assinado pelo Ministério da Educação. Trata-se de uma medida de garantia de não-prejuízo às atividades universitárias em andamento, as quais já sofrem os constrangimentos orçamentários recorrentes nas universidades federais.

5.1.3.1 Pacto de Complementação Orçamentária para o Campus Zona Leste

Este é o caso do Campus Zona Leste, que prevê garantia de dotações orçamentárias tanto para Obras e Equipamentos, quanto para Custeio e Assistência Estudantil, conforme a Tabela a seguir.

Tabela 16 - Orçamento pactuado com o MEC para o Campus Zona Leste (Data de assinatura: 18/12/2014)

Orçamento	2015	2016	2017	2018	Total
Obras/Equipamentos	20.000.000	35.000.000	20.000.000	-	75.000.000
Custeio	-	3.278.880	5.738.040	7.377.480	16.394.400
Assistência Estudantil	-	1.000.000	2.000.000	3.995.200	6.995.200
Total	20.000.000	39.278.880	27.738.040	11.372.680	98.389.600

Fonte: Elaborado com base no termo de pactuação assinado junto ao MEC.

O início e a sustentabilidade econômica das atividades no Campus Zona Leste dependem, portanto, da efetivação orçamentária dos recursos pactuados junto ao MEC em 18 de dezembro de 2014⁶.

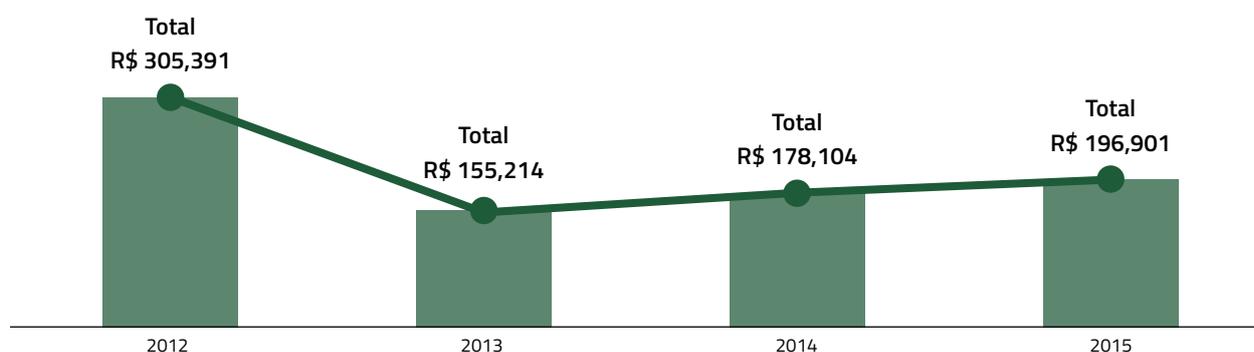
⁶ Cópia disponível para consulta em: http://www.Unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Institucional/Pactuacao/Pactuacao_Assinada_.pdf

5.2 Hospital Universitário

O Hospital Universitário (HU) é considerado uma Unidade Orçamentária própria, e distinta da Unifesp, apesar da relação direta entre as duas instituições. Seus créditos orçamentários são estabelecidos separadamente na LOA, conforme o quadro a seguir.

Tabela 17 - Orçamento Anual do Hospital Universitário da Unifesp (2012-2015), por Grupo de Natureza de Despesa (GND), conforme Lei Orçamentária Anual (em milhões de reais correntes)

Classificação	2012	2013	2014	2015
Pessoal	277,659	141,197	164,035	176,289
Outras Despesas Correntes	17,379	11,867	13,769	20,262
Investimentos	10,353	2,150	0,300	0,350
Total	305,391	155,214	178,104	196,901



Fonte: Lei Orçamentária Anual (LOA) - Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Ainda que as regras de execução do orçamento em questão sejam as mesmas, contudo, sua concepção é singular⁷.

A metodologia de distribuição dos recursos aos Hospitais Universitários Federais é baseada em indicadores hospitalares que são transformados por um sistema de pontuação. Os HUs são avaliados conforme quatro dimensões:

- » **Porte e perfil** - composta por cinco indicadores: número de leitos ativos, de leitos de UTI, de partos de alto risco, de salas cirúrgicas e de habilitações;
- » **Gestão** - composta por três indicadores: taxa de ocupação hospitalar, taxa média de permanência e número de funcionários por leito;

⁷ Com a instituição do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) pelo Decreto nº 7.082, de 27/01/2010, cuja premissa é o financiamento paritário, a orçamentação global dos HUs seria financiada de forma gradual e paritária entre os Ministérios da Educação e da Saúde. Em princípio caberiam ao Ministério da Educação: i) Folha de Pagamento (RJU e CLT-MEC); ii) bolsas de Residência Médica; iii) Programa Interministerial MEC (planos de trabalho); iv) outras ações. Ao Ministério da Saúde: i) procedimentos de média complexidade; ii) alta complexidade; iii) procedimentos estratégicos; iv) incentivos; v) Programa Interministerial MS (planos de trabalhos). A concepção atual da orçamentação dos HUs é definida pelo REHUF por intermédio do seu comitê gestor, que instituiu a matriz de distribuição de recursos financeiros aos hospitais universitários federais, conforme Portaria MEC/GM nº 1.310, de 10/11/2010, e Portaria MEC/GM nº 538, de 14/6/2013.

- » **Indicadores de Ensino e Pesquisa** - composta por cinco indicadores: número de alunos por docente, de docentes por residente, de pesquisas por docente, de internações por aluno de medicina, e de internações por residente;
- » **Integração ao SUS** - composta por três indicadores: porta de entrada, contratualização e número de habilitações.

Capítulo 6

Como nos Avaliamos

A concretização do PDI só será alcançada se implicar iniciativas permanentes de autoavaliação institucional. O momento instituinte, atualmente vivido na Unifesp, permite traçar caminhos para reorganizar um processo de avaliação que, referenciado nos princípios e eixos estruturantes firmados neste documento, possibilitará a produção de conhecimento sobre a instituição, ao fazer transparecer a qualidade das ações em andamento e as lacunas que precisam ser vencidas. Por compreender a interdependência entre processos de planejamento e avaliação a avaliação institucional caracteriza-se – na Unifesp – como um procedimento sistemático de análise que estimula o seu autoaperfeiçoamento e é concebido como uma ferramenta de gestão democrática na medida em que possibilita o reconhecimento, de forma contextualizada, de todas as dimensões e implicações institucionais constituídas pelos segmentos que nela atuam.

Tendo como ponto de partida o PDI, essa avaliação torna possível a obtenção de um diagnóstico mais preciso sobre aspectos da universidade que precisam ser reorganizados, o que facilita a apropriação dos problemas a serem enfrentados, além de direcionar a tomada de decisão responsável, possível de alcançar patamares mais elevados, indispensáveis à plena consolidação da Unifesp como instituição social.

Cabe à Comissão Própria de Avaliação (CPA) a responsabilidade de desencadear os processos de avaliação institucional na Unifesp. Como órgão assessor, ligado ao Conselho Universitário, a CPA mantém sua autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados institucionais. Embora sua existência atenda a exigência legal, decorrente do sistema de avaliação nacional do ensino superior brasileiro, a instituição, ao compreender a importância de criar uma rotina de ações de planejamento constantes, alarga o objetivo da CPA, que se deve propor, antes de tudo, a desenvolver uma cultura de autoavaliação institucional, visando à valorização e ao envolvimento efetivo, no processo avaliativo, de todos os segmentos que atuam na universidade.

A primeira CPA, na Unifesp, foi criada em julho de 2004, por exigência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Lei nº 10.861/04), e sua missão foi induzir, conduzir e acompanhar os processos de avaliação interna, sistematizando e elaborando relatórios que visavam responder às demandas de informação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A intensa fase de expansão pela qual a Unifesp passou nos últimos anos, deixando de ser uma universidade temática em saúde para congregar outras áreas do conhecimento, exigiu que a CPA fosse reestruturada, contribuindo também para a consolidação de uma universidade intercampi.

No final de 2013 foi constituída uma nova CPA, *pro-tempore*, por meio da Portaria nº 3.461, publicada pela Reitoria, com a finalidade principal de ajustar os processos de avaliação à nova realidade. Inicialmente, esse colegiado responsabilizou-se pela elaboração de seu novo regimento, implantação de subcomissões nos campi e reformulação da respectiva página eletrônica⁸.

Em agosto de 2014 a CPA da Unifesp aprovou seu regimento e passou a ser composta por 32 (trinta e dois) membros titulares, distribuídos de forma a atender à exigência da legislação e às prerrogativas democráticas de gestão. Essa composição foi concebida tendo por base o princípio da participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sem privilégio de nenhum deles. Essa nova estrutura da CPA, implantada oficialmente em outubro de 2015 pela Portaria da Reitoria nº 3.285 de 22/10/2015, previa a representação de cada campus e a existência das subcomissões locais. Isso trouxe ao processo avaliativo da Unifesp maior possibilidade de articulação entre seus segmentos e a promoção de debates fecundos sobre as realidades diversas que compõem a instituição.

Concluída a fase de estruturação da nova CPA, sua principal tarefa foi a elaboração de um plano de gestão fundamentado em três diretrizes estratégicas: a) consolidação da CPA na instituição; b) elaboração e execução de um projeto de autoavaliação institucional que estabelecesse critérios e estratégias para o processo de avaliação das atividades da universidade, de acordo com o PDI e PPI; c) desenvolvimento de uma cultura de autoavaliação institucional que envolvesse órgãos colegiados e pró-reitorias na divulgação e implementação de uma política relativa a essa área.

Atualmente a Unifesp cumpre o período avaliativo, previsto pelo Inep de 2015–2016, e tem se preocupado em planejar e organizar suas atividades, conscientizando a comunidade para a importância da avaliação institucional, e construindo caminhos que garantam a ampla divulgação das ações desenvolvidas como forma de prestar contas à sociedade. Para atender a esse objetivo e considerando o que dispõe o regimento da CPA, os trabalhos de autoavaliação institucional têm o apoio das subcomissões de avaliação, que foram constituídas pelas congregações das unidades universitárias de cada campus e pelas demais comissões de avaliação associadas às pró-reitorias. Contam, ainda, com o auxílio do Procurador Institucional (PI) responsável pela interlocução entre a instituição e a Diretoria de Avaliação da Educação Superior do Inep.

Nesses termos, a CPA busca deflagrar um processo de autoavaliação institucional, que, por meio de um exercício meta-analítico intenso, pretende fixar-se no que, de fato, tem representado obstáculo para que se consolide como instituição educacional pública. Dessa forma, os resultados originalmente alcançados nos processos de avaliação interna e também nas avaliações externas deverão nortear tanto a elaboração de planos de melhorias, visando à atualização ou à reformulação do PDI, quanto a consolidação de indicadores de qualidade que possam inaugurar uma nova fase de planejamento e avaliação institucional.

⁸ A página da CPA pode ser acessada por meio do seguinte endereço: <http://www.Unifesp.br/reitoria/cpa/>

Capítulo 7

Diretrizes e Metas Instituintes

2016-2020

Em relação às atividades de ensino pesquisa, extensão e governança, este PDI contempla um conjunto de diretrizes e metas que estão pautadas pelos princípios e eixos estruturantes definidos no capítulo 1. Cabe assinalar que tal conjunto de diretrizes e metas propõe:

- 1) ajustes fundamentais dos processos acadêmicos e administrativos da universidade;
- 2) novos encaminhamentos das políticas institucionais;
- 3) correção de rumos nas relações de poder intra e transinstitucionais (estatuto, regimentos etc.);
- 4) aumento de visibilidade interna e externa dos processos em curso;
- 5) inserção de projetos relacionados às demandas sociais internas e externas.

São diretrizes para o desenvolvimento institucional da Universidade Federal de São Paulo no período de 2016-2020:

Nº	Diretrizes de desenvolvimento institucional
1	Reconstrução do Projeto Pedagógico Institucional
2	Acesso, inclusão, permanência e avaliação dos estudantes e acompanhamento dos egressos
3	Aprimoramento das políticas de gestão e atenção integral aos servidores
4	Integração das atividades-fim
5	Convergência do conhecimento
6	Ampliação da relação entre universidade, sociedade e políticas públicas
7	Articulação entre a avaliação institucional e o planejamento em todos os níveis
8	Processos, fluxos e procedimentos de governança adequados e institucionalizados
9	Políticas de inclusão e permanência, de direitos humanos e relativas a questões étnico-raciais e de gênero: implantação e desenvolvimento
10	Políticas de gestão ambiental e sustentabilidade: implantação e desenvolvimento
11	Planejamento e qualificação da infraestrutura universitária
12	Comunicação e interação acadêmica: midiática e não midiática

As prescrições deste plano de diretrizes e metas foram elaboradas a partir das oficinas temáticas do PDI, tomando-se por base a situação em 2015 e visualizando-se a situação futura em 2020. Justamente por terem sido geradas nos debates que envolvem a comunidade unifespiana e, por refletirem as aspirações entendidas como prioritárias pela própria instituição, as medidas aqui arroladas têm um caráter emblemático. As diretrizes e metas não apenas consubstanciam um compromisso geral e institucional, mas também expressam a responsabilidade específica de cada setor da universidade.

A materialização das disposições do PDI ao longo dos próximos anos exigirá consciência, apropriação e satisfação desses comprometimentos comuns, ainda que diferenciados. O êxito desse grande pacto institucional será a verdadeira condição para a frutificação a bom termo do já mencionado momento instituinte da Unifesp.

As diretrizes e metas estabelecidas neste PDI deverão, portanto, pautar todas as ações prioritárias para o desenvolvimento institucional – as quais poderão ser, quando for o caso, acompanhadas de instrumentos próprios como planos de ação setoriais, por escolas e institutos, pró-reitorias, unidades e departamentos, quando necessário.

Diretriz instituinte 1:		Reconstrução do Projeto Político-Pedagógico Institucional
		Metas
Nº	Descrição	
1	Reconstruir o PPI consoante os princípios e eixos estabelecidos neste PDI (capítulo 2.1.1)	
2	Centrar o PPI na relação ensino-aprendizado, tendo em vista o protagonismo e a autonomia intelectual do estudante	
3	Elaborar o PPI com base nos desafios contemporâneos, apresentando-se os acontecimentos e interpretações em perspectiva histórica	
4	Criar o PPI com espaço para o inédito e aberto a diferentes percursos formativos, considerando-se diferentes grupos sociais e comunitários e diferentes civilizações	
5	Criar mecanismos no PPI que permitam ao estudante ser o sujeito de sua formação	
6	Assegurar as condições necessárias e suficientes para o completo desenvolvimento dos estudantes no ensino superior	
7	Garantir, em todos os níveis, convergência educacional com vista à interação e à complementaridade do ensino	
8	Debater a formação de novas unidades acadêmicas (disciplinas, departamentos, centros, institutos, escolas etc.)	
9	Investir no aprimoramento das diversas modalidades pedagógicas e educacionais com destaque para a inserção de novas tecnologias do ensino à distância (EaD)	
10	Consolidar a integração, a mobilidade acadêmica e a inserção internacional da Unifesp	
11	Promover a formação docente integrada e permanente para atuação nas diversas modalidades educacionais dentro e fora da instituição	

Diretriz instituinte 2:		Acesso, inclusão, permanência e avaliação dos estudantes e acompanhamento dos egressos
Metas		
Nº	Descrição	
1	Propiciar o acolhimento institucionalizado aos ingressantes	
2	Aprimorar o acompanhamento e a integração do estudante ao longo de seu percurso acadêmico e profissional na instituição	
3	Estudar a criação de uma associação dos formados unifespianos	
4	Criar ambientes agregadores para os egressos com vista à manutenção de seus vínculos institucionais	
5	Organizar encontros de programas de mobilidade internacional para troca de experiências	
6	Avaliar, sistematicamente, a inserção profissional de egressos dos diversos cursos, programas e projetos de pesquisa	
7	Levantar informações e elaborar subsídios que, no escopo desta diretriz, auxiliem a revisão e a atualização das propostas pedagógicas	
8	Revisar e atualizar programas, projetos e planos de curso, induzidos pela avaliação da inserção profissional dos egressos.	

Diretriz instituinte 3:		Aprimoramento das políticas de gestão e atenção integral aos servidores
		Metas
Nº	Descrição	
1	Consolidar e estruturar a gestão com pessoas	
2	Acompanhar a vida funcional do servidor desde o ingresso até seu desligamento do trabalho	
3	Articular as atividades de promoção, prevenção, assistência e reabilitação no âmbito da saúde	
4	Construir estratégias de satisfação para a permanência dos trabalhadores	
5	Consolidar as estratégias de qualificação e capacitação profissionais	
6	Ampliar as ações de formação para os servidores	
7	Instituir o espaço de discussão sobre a relação entre as atividades-fim e os processos de progressão e promoção	
8	Efetivar instrumentos de avaliação dos servidores	
9	Acompanhar a alocação das vagas destinadas aos concursos	
10	Estudar o processo de abertura de concursos e a respectiva alocação de vagas	

Diretriz instituinte 4:		Integração das atividades-fim
Metas		
Nº	Descrição	
1	Consolidar estratégias que incentivem a integração de ensino, pesquisa e extensão, centradas na formação profissional, cultural e cidadã dos estudantes	
2	Estabelecer atividades com vista à união intercampi/intercursos ao redor de temas estratégicos contemporâneos	
3	Incentivar a criação do Centro de Pesquisas Convergentes, aberto a toda a comunidade unifespiana	
4	Incrementar a representatividade e a participação nos órgãos colegiados da instituição	
5	Ampliar os espaços de convivência e estimular sua apropriação pelos diversos segmentos da instituição	
6	Concretizar a área de cultura e arte mediante a atuação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, bem como a ampliação e consolidação das parcerias públicas com secretarias de cultura municipais e estaduais e o MinC	
7	Valorizar a extensão	
8	Garantir a valorização e a institucionalização das atividades de extensão e cultura na formação dos estudantes, promovendo a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação.	
9	Promover o compartilhamento de equipamentos, áreas físicas e recursos tecnológicos	
10	Propiciar a visibilidade da inter-relação entre as atividades-fim	

Diretriz instituinte 5:		Convergência do conhecimento
		Metas
Nº	Descrição	
1	Construir agendas de pesquisa convergente identificadas com as principais questões contemporâneas	
2	Situar as agendas de pesquisa na confluência dos conhecimentos necessários para a solução das demandas institucionais regionais e nacionais	
3	Mapear os projetos de pesquisa intra/intercampi, convergente, com vista a avaliar as potencialidades de formação convergente	
4	Integrar os pesquisadores colaborativamente em pesquisas convergentes	
5	Promover maior interação científica intra e intercampi	
6	Ampliar e descentralizar a comunicação das unidades universitárias	
7	Fomentar a participação de estudantes de todos os níveis nas questões que suscitam olhar adequado à elaboração do conhecimento convergente	

Diretriz instituinte 6:		Ampliação da relação entre universidade, sociedade e políticas públicas
Metas		
Nº	Descrição	
1	Ampliar o reconhecimento público, acadêmico, cultural e social da Unifesp, em âmbito regional, nacional e continental	
2	Mapear, divulgar e fortalecer pesquisas, projetos e programas realizados pela Unifesp com impacto social, cultural e em políticas públicas	
3	Ampliar e consolidar a cooperação com órgãos públicos, em todos os níveis, envolvendo programas de estágio, residência e extensão universitária, políticas de inovação e projetos de pesquisa	
4	Ampliar o diálogo com a sociedade civil e seus movimentos sociais, em todos os níveis, com participação em conselhos e nos grupos responsáveis pela elaboração de programas e projetos de interesse público	
5	Estimular e consolidar ações convergentes de ensino, extensão e pesquisa em temas de relevância social e estratégica e em programas de graduação e pós-graduação, com a utilização de metodologia baseada na resolução de problemas, novas tecnologias, interlocução com a sociedade e foco em políticas pública	
6	Ampliar e fortalecer a extensão universitária	
7	Estabelecer uma política institucional convergente para a formação de professores de educação básica, articulada em todos os níveis - acadêmicos e de gestão	
8	Ampliar e fortalecer programas de especialização e mestrado profissionalizante em áreas de expansão do mercado de trabalho e de novas tecnologias e em temas de relevância social e estratégica para o país	
9	Implementar o Plano de Cultura da Unifesp e sua infraestrutura, com iniciativas em todos os campi, construídas por meio do diálogo com a sociedade e valorização da diversidade cultural	
10	Desenvolver uma política de inovação universitária em áreas de interesse público, com a utilização de plataformas abertas, softwares livres e licenças autorizadas pela Creative Commons, além da oferta de apoio a incubadoras de tecnologias sociais	

Diretriz instituinte 7:		Articulação entre a avaliação institucional e o planejamento em todos os níveis
		Metas
Nº	Descrição	
1	Implementar diagnóstico, planejamento e avaliação implementados convergentes	
2	Instituir fluxos e processos para criação de novos cursos	
3	Desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão apoiados em planejamento e critérios de avaliação	
4	Consolidar a avaliação institucional	
5	Elaborar e executar projeto de auto-avaliação	
6	Desenvolver uma cultura institucional de avaliação	
7	Redefinir e planejar a esfera de atuação dos órgãos complementares, de modo a contemplar as necessidades de ampliação de suas atividades fim	

Diretriz instituinte 8:		Processos, fluxos e procedimentos de governança adequados e institucionalizados
		Metas
Nº	Descrição	
1	Promover a formação de docentes e TAEs para a gestão acadêmica e administrativa	
2	Informatizar e integrar os sistemas de gestão acadêmica e administrativa	
3	Integrar os recursos de TI com bases de dados unificadas e articuladas com as diversas dimensões da instituição	
4	Descentralizar e tornar autônoma a gestão acadêmica e administrativa nos campi, nas unidades universitárias e nas câmaras	
5	Aprimorar a dinâmica participativa na gestão dos recursos necessários ao funcionamento da universidade	

Diretriz instituinte 9:		Políticas de inclusão e permanência, de direitos humanos e relativas questões étnico-raciais e de gênero: implantação e desenvolvimento
		Metas
Nº	Descrição	
1	Promover a interlocução na qual esteja implícita uma simetria entre conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos	
2	Organizar e implementar cursos de extensão ou disciplinas eletivas que proporcionem uma reflexão crítica sobre as temáticas afins com esta diretriz	
3	Inserir cursos de extensão que abordem as temáticas afins com esta diretriz	
4	Articular os grupos de estudo, estudantes e docentes que desenvolvam projetos de extensão e pesquisa ligados às temáticas, com o objetivo de realizar ações integradas multi e intercampi	
5	Organizar cursos pertinentes a esta diretriz em atividades de pesquisa nos níveis de graduação, extensão ou pós-graduação	
6	Incluir em nossos sistemas de ingresso reserva de vagas para estudantes com deficiência	
7	Criar alternativas para ingresso e acolhimento de refugiados, indígenas e quilombolas	
8	Criar espaço para acolhimento e acompanhamento de indivíduos transgêneros	
9	Implementar política de acessibilidade institucional que garanta possibilidade de uso, por toda a comunidade acadêmica – e em especial, os indivíduos com deficiência – usufruir de informações, equipamentos e espaços de maneira autônoma, segura e com conforto.	
10	Criar, dar visibilidade e conferir progressiva assimilação à política de acessibilidade e inclusão	

Diretriz instituinte 10:		Políticas de gestão ambiental e sustentabilidade: implantação e desenvolvimento
Metas		
Nº	Descrição	
1	Promover a assimilação progressiva dos conceitos de sustentabilidade pelos membros da comunidade acadêmica e o engajamento em sua execução	
2	Reconhecer a sustentabilidade como um princípio de governança da universidade, que deve orientar não só a gestão e o planejamento institucionais, mas também a formação de recursos humanos, de modo a responder aos desafios do século XXI	
3	Definir políticas de sustentabilidade, tendo em conta a interdependência entre as dimensões social-organizativa, econômica e ambiental	
4	Dar prioridade ao mapeamento organizacional da instituição (organograma, processos e fluxos) como ferramenta basilar para planejar a sustentabilidade gerencial	
5	Definir políticas abrangentes de gestão ambiental por meio da melhor integração entre todas as dimensões da gestão corrente e do planejamento	
6	Rever e atualizar o Plano de Gestão de Logística Sustentável do Departamento de Gestão e Segurança Ambiental da Unifesp (DGA)	
7	Reforçar a estrutura administrativa e jurídica de suporte às políticas de sustentabilidade e gestão ambiental, dotando-a de recursos humanos necessários e suficientes a consecução das metas e ações propostas	
8	Definir a metodologia de avaliação das políticas de sustentabilidade e de gestão ambiental	
9	Fomentar pesquisas convergentes em sustentabilidade e gestão ambiental, elegendo como objeto de estudo o próprio ambiente gerencial da universidade	
10	Fomentar pesquisas convergentes em sustentabilidade e gestão ambiental em escala regional, nacional e internacional	

Diretriz instituinte 11:		Planejamento e qualificação das infraestruturas universitárias
		Metas
Nº	Descrição	
1	Realizar e implantar planos diretores participativos de infraestrutura (PDInfra) em todos os campi	
2	Ampliar e qualificar os espaços de ensino, pesquisa, extensão e cultura para atender às demandas acadêmicas descritas no PDI	
3	Modernizar as infraestruturas universitárias com foco em redução de riscos, acessibilidade universal e segurança oferecidas aos usuários	
4	Regularizar imóveis com a obtenção do "habite-se", AVCB e demais licenças específicas	
5	Integrar ações de infraestrutura com as de gestão ambiental e sustentabilidade	
6	Implantar sistema informatizado, atualizado e completo, de cadastro de imóveis	
7	Integrar o cadastro de imóveis com os cadastros de patrimônio, gestão com pessoas e centros de custo	
8	Fortalecer as câmara técnica e as mesas técnicas como espaços de definição de procedimentos de gestão e tomada de decisões técnicas	
9	Ampliar a transparência com a implantação do sistema de trâmite complementar, de acesso público, no caso dos processos de infraestrutura	
10	Ampliar a eficiência da manutenção de infraestrutura e a satisfação dos usuários	

Diretriz Instituinte 12:		Comunicação e interação acadêmica: midiática e não midiática
Metas		
Nº	Descrição	
1	Criar modelo de governança mais bem caracterizado, amplamente divulgado, transparente e mais participativo	
2	Aprimorar e ampliar os mecanismos e meios de comunicação interna e externa, de forma a obter o maior alcance possível	
3	Propiciar o engajamento da comunidade acadêmica na produção de material voltado à divulgação científica	
4	Desenvolver pontos focais nas unidades acadêmicas para auxiliar a apuração, produção e veiculação de informações de interesse da comunidade acadêmica	
5	Elaborar uma política editorial consistente com os princípios fundamentais e eixos estruturantes deste PDI	

Apêndices

APÊNDICE A – Oferta anual de vagas de graduação dos cursos em funcionamento, previstos e com propostas em tramitação

Tabela 18 - Projeção de Oferta de Vagas para Ingresso dos cursos de Graduação em funcionamento por ano do período 2016-2020

Campus	Unidade Universitária	Nome do Curso	Turno	Grau	Duração do Curso (em anos)	Vagas para Ingresso (2016-2020)
Guarulhos	EFLCH	Ciências Sociais	Vespertino	Bacharelado/Licenciatura	4	60
Guarulhos	EFLCH	Filosofia	Noturno	Bacharelado/Licenciatura	4	60
Guarulhos	EFLCH	Filosofia	Vespertino	Bacharelado/Licenciatura	4	60
Guarulhos	EFLCH	História	Noturno	Bacharelado/Licenciatura	4	60
Guarulhos	EFLCH	História	Vespertino	Bacharelado/Licenciatura	4	60
Guarulhos	EFLCH	História da Arte	Noturno	Bacharelado	4	50
Guarulhos	EFLCH	Letras – Português	Noturno	Bacharelado/Licenciatura	4 / 5	25
Guarulhos	EFLCH	Letras – Português	Vespertino	Bacharelado/Licenciatura	4 / 5	25
Guarulhos	EFLCH	Letras – Português/ Espanhol	Noturno	Bacharelado/Licenciatura	4 / 5	25
Guarulhos	EFLCH	Letras – Português/ Espanhol	Vespertino	Bacharelado/Licenciatura	4 / 5	25
Guarulhos	EFLCH	Letras – Português/ Francês	Noturno	Bacharelado/Licenciatura	4 / 5	25
Guarulhos	EFLCH	Letras – Português/ Francês	Vespertino	Bacharelado/Licenciatura	4 / 5	25
Guarulhos	EFLCH	Letras – Português/ Inglês	Noturno	Bacharelado/Licenciatura	4 / 5	25
Guarulhos	EFLCH	Letras – Português/ Inglês	Vespertino	Bacharelado/Licenciatura	4 / 5	25
Guarulhos	EFLCH	Pedagogia	Noturno	Licenciatura	4,5	60
Guarulhos	EFLCH	Pedagogia	Vespertino	Licenciatura	4,5	60
São Paulo	EPM	Ciências Biológicas – Mod. Médica	Integral	Bacharelado	4	33
São Paulo	EPM	Curso Superior de Tec. em Informática e Saúde	Matutino	Tecnológico	4	17
São Paulo	EPM	Curso Superior de Tecnologia em Radiologia	Matutino	Tecnológico	4	17

Campus	Unidade Universitária	Nome do Curso	Turno	Grau	Duração do Curso (em anos)	Vagas para Ingresso (2016-2020)
São Paulo	EPM	Curso Superior de Tecnologia Oftálmica	Matutino	Tecnológico	4	17
São Paulo	EPE	Enfermagem	Integral	Bacharelado	4	88
São Paulo	EPM	Fonoaudiologia	Integral	Bacharelado	4	36
São Paulo	EPM	Medicina	Integral	Bacharelado	6	121
Osasco	EPPEN	Administração	Integral	Bacharelado	4	40
Osasco	EPPEN	Administração	Noturno	Bacharelado	5	40
Osasco	EPPEN	Ciências Atuariais	Noturno	Bacharelado	4	40
Osasco	EPPEN	Ciências Atuariais	Integral	Bacharelado	4	40
Osasco	EPPEN	Ciências Contábeis	Integral	Bacharelado	4	40
Osasco	EPPEN	Ciências Contábeis	Noturno	Bacharelado	5	40
Osasco	EPPEN	Ciências Econômicas	Integral	Bacharelado	4	40
Osasco	EPPEN	Ciências Econômicas	Noturno	Bacharelado	5	40
Osasco	EPPEN	Relações Internacionais	Integral	Bacharelado	4	40
Osasco	EPPEN	Relações Internacionais	Noturno	Bacharelado	4	40
Diadema	ICAQF	Ciências	Noturno	Licenciatura	4	100
Diadema	ICAQF	Ciências	Vespertino	Licenciatura	4	100
Diadema	ICAQF	Ciências Ambientais	Integral	Bacharelado	4	50
Diadema	ICAQF	Ciências Biológicas	Integral	Bacharelado	4	50
Diadema	ICAQF	Engenharia Química	Integral	Bacharelado	5	50
Diadema	ICAQF	Engenharia Química	Noturno	Bacharelado	6	50
Diadema	ICAQF	Farmácia	Integral	Bacharelado	5	50
Diadema	ICAQF	Farmácia	Noturno	Bacharelado	6	100
Diadema	ICAQF	Química	Integral	Bacharelado	4	50
Diadema	ICAQF	Química Industrial	Noturno	Bacharelado	4,5	50
São José dos Campos	ICT	Biotecnologia	Integral	Bacharelado	4	25
São José dos Campos	ICT	Ciência da Computação	Integral	Bacharelado	4	50
São José dos Campos	ICT	Engenharia Biomédica	Integral	Bacharelado	5	75
São José dos Campos	ICT	Engenharia de Computação	Integral	Bacharelado	5	25
São José dos Campos	ICT	Engenharia de Materiais	Integral	Bacharelado	5	75
São José dos Campos	ICT	Ciência E Tecnologia	Integral	Bacharelado	3	200

Campus	Unidade Universitária	Nome do Curso	Turno	Grau	Duração do Curso (em anos)	Vagas para Ingresso (2016-2020)
São José dos Campos	ICT	Ciência E Tecnologia	Noturno	Bacharelado	3	100
São José dos Campos	ICT	Matemática Computacional	Integral	Bacharelado	4	50
Baixada Santista	ISS	Educação Física	Integral	Bacharelado	4	50
Baixada Santista	Imar	Engenharia Ambiental	Vespertino	Bacharelado	5,5	40
Baixada Santista	Imar	Engenharia de Petróleo	Integral	Bacharelado	5,5	40
Baixada Santista	ISS	Fisioterapia	Integral	Bacharelado	5	50
Baixada Santista	Imar	Interdisciplinar Em Ciência Do Mar	Vespertino	Bacharelado	3	100
Baixada Santista	Imar	Interdisciplinar Em Ciência Do Mar	Noturno	Bacharelado	3	100
Baixada Santista	ISS	Nutrição	Integral	Bacharelado	4	50
Baixada Santista	ISS	Psicologia	Integral	Bacharelado	5	50
Baixada Santista	ISS	Serviço Social	Noturno	Bacharelado	4	50
Baixada Santista	ISS	Serviço Social	Vespertino	Bacharelado	4	50
Baixada Santista	ISS	Terapia Ocupacional	Integral	Bacharelado	4	40

Fonte: Elaborado com dados da Prograd.

Tabela 19 - Projeção Oferta de Vagas de Graduação de cursos aprovados no CONSU, pactuados com o MEC e em implantação (2016-2020).

Campus	Unidade Universitária	Nome do Curso	Turno	Grau	Duração do Curso (em anos)	Vagas para Ingresso Anual
Zona Leste	IC	Arquitetura e Urbanismo	Matutino	Bacharelado	5	60
Zona Leste	IC	Arquitetura e Urbanismo	Noturno	Bacharelado	6	60
Zona Leste	IC	Engenharia Civil	Matutino	Bacharelado	5	60
Zona Leste	IC	Engenharia Civil	Noturno	Bacharelado	6	60
Zona Leste	IC	Administração Pública	Matutino	Bacharelado	4	60
Zona Leste	IC	Administração Pública	Noturno	Bacharelado	5	60
Zona Leste	IC	Engenharia Ambiental e Sanitária	Matutino	Bacharelado	5	60
Zona Leste	IC	Engenharia Ambiental e Sanitária	Noturno	Bacharelado	6	60
Zona Leste	IC	Geografia	Matutino	Bacharelado	4	30
Zona Leste	IC	Geografia	Noturno	Bacharelado	5	30
Zona Leste	IC	Geografia	Matutino	Licenciatura	4	30
Zona Leste	IC	Geografia	Noturno	Licenciatura	5	30
Osasco	EPPEN	Direito	Noturno	Bacharelado	5	50
Osasco	EPPEN	Direito	Matutino	Bacharelado	5	50
Reitoria	Reitoria	Design Educacional	EaD	Bacharelado	3	200

Fonte: Elaborado com dados enviados pelos campi.

Tabela 20 – Projeção de Possível Oferta de Vagas de Graduação de Cursos Pleiteados com Propostas em Tramitação

Campus	Unidade Universitária	Nome do Curso	Turno	Grau	Duração do Curso (em anos)	Vagas para Ingresso Anual
Baixada Santista	ISS	Biotecnologia	a definir	Bacharelado	4	40
Baixada Santista	Imar	Ecologia Marinha	Noturno	Bacharelado	4	40
Baixada Santista	Imar	Engenharia de Pesca	Integral	Bacharelado	4	40
Baixada Santista	Imar	Oceanografia	Integral	Bacharelado	4	40
Baixada Santista	ISS	Psicologia Licenciatura	Noturno	Licenciatura	4	30
Baixada Santista	ISS	Biblioteconomia	a definir	Bacharelado	4	40
Baixada Santista	ISS	Enfermagem	a definir	Bacharelado	a definir	a definir
Baixada Santista	ISS	Saúde Pública	a definir	Bacharelado	a definir	a definir
Diadema	ICAQF	Física	Integral	Bacharelado	4	30
Diadema	(em estudo)	Engenharia Civil	a definir	Bacharelado	a definir	a definir
Diadema	(em estudo)	Engenharia de Alimentos	a definir	Bacharelado	a definir	a definir
Diadema	(em estudo)	Engenharia Elétrica e Eletrônica	a definir	Bacharelado	a definir	a definir
Diadema	(em estudo)	Engenharia Mecânica	a definir	Bacharelado	a definir	a definir
Embu das Artes	(em estudo)	Artes Cênicas	a definir	a definir	a definir	a definir
Embu das Artes	(em estudo)	Artes Plásticas	a definir	a definir	a definir	a definir
Embu das Artes	(em estudo)	Cinema	a definir	a definir	a definir	a definir
Embu das Artes	(em estudo)	Dança	a definir	a definir	a definir	a definir
Embu das Artes	(em estudo)	Música	a definir	a definir	a definir	a definir
Guarulhos	EFLCH	Arqueologia	a definir	Bacharelado	4	30
Guarulhos	EFLCH	Arquivologia	a definir	Bacharelado	4	30
Guarulhos	EFLCH	Museologia	a definir	Bacharelado	4	30
São José dos Campos	ICT	Eng. de Automação e Controle	Integral	Bacharelado	4	50
São José dos Campos	ICT	Engenharia de Energia	Integral	Bacharelado	4	50

Campus	Unidade Universitária	Nome do Curso	Turno	Grau	Duração do Curso (em anos)	Vagas para Ingresso Anual
São José dos Campos	ICT	Engenharia de Produção	Noturno	Bacharelado	4	50
São José dos Campos	ICT	Licenciatura em Biologia	Noturno	Licenciatura	4	50
São José dos Campos	ICT	Licenciatura em Física	Noturno	Licenciatura	4	50
São José dos Campos	ICT	Licenciatura em Matemática	Noturno	Licenciatura	4	50
São José dos Campos	ICT	Licenciatura em Química	Noturno	Licenciatura	4	50
São Paulo	EPM	Enfermagem	Noturno	Bacharelado	5	50
São Paulo	EPM	Odontologia	Integral	Bacharelado	4	50
Zona Leste	IC	Design Público	Matutino	Bacharelado	4	60
Zona Leste	IC	Design Público	Noturno	Bacharelado	5	60
Zona Leste	IC	Engenharia de Mobilidade	Matutino	Bacharelado	5	60
Zona Leste	IC	Engenharia de Mobilidade	Noturno	Bacharelado	6	60
Zona Leste	IC	Turismo	Matutino	Bacharelado	4	60
Zona Leste	IC	Turismo	Noturno	Bacharelado	5	60

Fonte: Elaborado com dados enviados pelos campi.

APÊNDICE B – Cursos de Pós-Graduação existentes, recomendados e em tramitação

**Tabela 21 – Programas de Pós-Graduação em Funcionamento
(listados por Unidade Universitária, campus e nome do programa)**

Campus	Unidade Universitária	Nome do Programa	Ano de Início	MP / MA / DO
São Paulo	EPE	Enfermagem	1986	MA/DO
São Paulo	EPM	Ciências Biológicas (Biologia Molecular)	1970	MA/DO
São Paulo	EPM	Farmacologia	1970	MA/DO
São Paulo	EPM	Microbiologia e Imunologia	1971	MA/DO
São Paulo	EPM	Ciência Cirúrgica Interdisciplinar	1973	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Endocrinologia Clínica)	1973	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Pneumologia)	1973	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Nefrologia)	1974	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Cardiologia)	1975	MA/DO
São Paulo	EPM	Gastroenterologia	1976	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Hematologia)	1976	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Ginecologia)	1977	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Urologia)	1978	MA/DO
São Paulo	EPM	Neurologia - Neurociências	1978	MA/DO
São Paulo	EPM	Patologia	1978	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Obstetrícia)	1979	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Otorrinolaringologia)	1979	MA/DO
São Paulo	EPM	Oftalmologia e Ciências Visuais	1980	MA/DO
São Paulo	EPM	Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria	1980	MA/DO
São Paulo	EPM	Distúrbios da Comunicação Humana (Fonoaudiologia)	1982	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina (Radiologia Clínica)	1982	MA/DO
São Paulo	EPM	Infectologia	1983	MA/DO
São Paulo	EPM	Ciências da Saúde Aplicadas à Reumatologia	1984	MA/DO
São Paulo	EPM	Psiquiatria e Psicologia Médica	1984	MA/DO
São Paulo	EPM	Psicobiologia	1986	MA/DO
São Paulo	EPM	Biologia Estrutural e Funcional	1988	MA/DO
São Paulo	EPM	Cirurgia Translacional	1990	MA/DO
São Paulo	EPM	Nutrição	1991	MA/DO
São Paulo	EPM	Saúde Baseada em Evidências	1996	MA/DO

Campus	Unidade Universitária	Nome do Programa	Ano de Início	MP / MA / DO
São Paulo	EPM	Saúde Coletiva	2006	MA/DO
São Paulo	EPM	Medicina Translacional	2010	MA/DO
São Paulo	EPM	Gestão e Informática em Saúde	2011	MA/DO
São Paulo	EPM	Tecnologias e Atenção à Saúde	2011	MP
São Paulo	EPM	Oftalmologia e Ciências Visuais	2013	MP
São Paulo	EPM e ISS (Interunidades)	Ensino em Ciências da Saúde	2003	MP
Baixada Santista	ISS	Interdisciplinar em Ciências da Saúde	2010	MA/DO
Baixada Santista	ISS	Alimentos, Nutrição E Saúde	2014	MA
Diadema	ICAQF	Biologia Química	2010	MA/DO
Diadema	ICAQF	Ciência e Tecnologia da Sustentabilidade	2011	MA
Diadema	ICAQF	Ecologia e Evolução	2011	MA
Diadema	ICAQF e Imar (Interunidades)	Análise Ambiental Integrada	2014	MA
Guarulhos	EFLCH	Educação e Saúde na Infância e Adolescência	2008	MA
Guarulhos	EFLCH	Ciências Sociais	2010	MA
Guarulhos	EFLCH	Filosofia	2010	MA/DO
Guarulhos	EFLCH	História	2012	MA
Guarulhos	EFLCH	Educação	2013	MA
Guarulhos	EFLCH	Educação e Saúde na Infância e Adolescência	2013	DO
Guarulhos	EFLCH	História da Arte	2014	MA
Guarulhos	EFLCH	Letras	2014	MA
São José dos Campos	ICT	Ciência da Computação	2012	MA/DO
São José dos Campos	ICT	Engenharia e Ciência de Materiais	2012	MA/DO
Osasco	EPPEN	Gestão de Políticas e Organizações Públicas	2013	MP

Fonte: Elaborado com dados da PROPGPQ (não inclui programas desativados com alunos remanescentes).

**Tabela 22 – Programas de Pós-Graduação Recomendados com início previsto
(listados por Unidade Universitária, campus e nome do programa)**

Campus	Unidade Universitária	Nome do Programa	Ano de Início	MP / MA / DO
São Paulo	EPM	Ciência, Tecnologia e Gestão Aplicadas à Regeneração Tecidual	2015	MP
Diadema	ICAQF	Ciências Farmacêuticas	2015	MA
São José dos Campos	ICT	Biotecnologia	2013	MA/DO
São José dos Campos	ICT	Matemática Aplicada	2015	MA
São José dos Campos	ICT	Matemática em Rede Nacional	2015	MP
São José dos Campos	ICT	Pesquisa Operacional	2016	MA/DO
Osasco	EPEN	Economia e Desenvolvimento	2016	MA
Baixada Santista	ISS / Imar	Bioprodutos e Bioprocessos	2016	MA
Baixada Santista	ISS	Ciências do Movimento Humano e Reabilitação	2016	MA/DO
Baixada Santista	ISS	Políticas Públicas e Serviço Social	2016	MA

Fonte: Elaborado com dados da PROPGPQ

Tabela 23 – Programas de Pós-Graduação em trâmite (listados por Unidade Universitária, campus e nome do programa)

Campus	Unidade Universitária	Nome do Programa	Ano de Início	MP / MA / DO
Baixada Santista	ISS / Imar	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar	2016	MA/DO
Baixada Santista	Imar	Biodiversidade Marinha e Costeira	-	MA
Diadema	ICAQF	Ensino em Ciências da Natureza e Matemática	-	-
Osasco	EPPEN	Administração	-	-
Osasco	EPPEN	Ciências Contábeis	-	-
Osasco	EPPEN	Relações Internacionais	-	-
São José dos Campos	ICT	Engenharia Biomédica	2016	MA

Fonte: Elaborado com dados enviados pelos campi.